

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO: MESTRADO**

Dissertação

O trabalho como matéria estrangeira na clínica

JOSEANE TAVARES DE AZEREDO SILVA

Orientador: Prof. Dr. HÉLDER PORDEUS MUNIZ

Niterói setembro / 2011

JOSEANE TAVARES DE AZEREDO SILVA

O trabalho como matéria estrangeira na clínica

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: estudos da subjetividade

Linha de pesquisa: subjetividade, política e exclusão social

Orientador: Prof. Dr. Hélder Pordeus Muniz

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hélder Pordeus Muniz (orientador)

(UFF)

Prof. Dr. Eduardo Henrique Passos Pereira

(UFF)

Prof. Dr. Milton Raimundo Cidreira de Athaíde

(UERJ)

Prof. Dr. João Batista Rezende

(UFF)

Niterói setembro/2011

S586 Silva, Joseane Tavares de Azeredo.

O trabalho como matéria estrangeira na clínica / Joseane Tavares de Azeredo Silva. – 2011.

200 f.

Orientador: Hélder Pordeus Muniz.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2011.

Bibliografia: f. 197-200.

1. Trabalho. 2. Psicologia clínica. 3. Subjetividade. I. Muniz, Hélder Pordeus. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 158

A Mário, Mariane, Mikael e Kassiel

AGRADECIMENTOS

Ao Mário, companheiro de vida pelo apoio, paciência e presença segura em meu caminho. Sem ele não seria possível este trabalho.

Ao prof. e orientador Hélder Pordeus Muniz, por sua acolhida, competência, atenção, parceria, cuidado e dedicação em todo o percurso no mestrado, além da generosidade na tradução de textos fundamentais para a produção da dissertação. Também por sua maneira gentil e rigorosa ao mesmo tempo, na orientação, confiando, apoiando mas colocando limites, quando era preciso, em nossos devaneios.

Ao prof. Eduardo Henrique Passos por aceitar participar da banca de qualificação, da pré-banca e da defesa, permitindo-nos, mais uma vez, partilhar de suas orientações precisas, sua sensibilidade, seu cuidado e atenção na leitura dos textos em todas essas etapas do mestrado, bem como pelos textos cedidos.

Ao prof. Milton Cidreira Athaide também por aceitar participar da banca de qualificação e defesa, por sua cuidadosa leitura, por suas preciosas sugestões de leitura, pela disponibilização de textos que ampliaram nosso referencial teórico e que foram especialmente importantes para o desenvolvimento da dissertação. Desde a qualificação, demonstrou sua sensibilidade ao perceber por onde o texto queria caminhar.

Ao prof. João Batista Rezende por aceitar participar da pré-banca e da defesa, por sua leitura cuidadosa do texto para a pré-banca, sua imensa disponibilidade e atenção trazendo observações que ampliaram nossas questões para esta e futuras pesquisas.

Aos nossos clientes, sem os quais esta dissertação não seria possível, com quem aprendemos e nos inquietamos todos os dias.

À profa. Cláudia Osório por seu carinho, atenção, disponibilidade, generosidade, nas aulas e orientações coletivas.

Ao grupo de orientação coletiva, queridos amigos do mestrado e ouvintes "falantes" com quem compartilhamos belos momentos de companheirismo, conhecimento e incentivo.

À querida amiga Lídia Leitão, companheira de trabalho na Universidade e irmã de coração, que nos incentivou à pós-graduação e acompanhou do início ao final deste mestrado nossas alegrias, ansiedades, questões, dúvidas, colaborando sempre com sugestões, inteligentes observações e, o mais importante, abrindo espaço em sua agitada vida para nos ouvir, ajudando-nos assim também a arrumar nossos pensamentos, além de aceitar participar de minha pré-banca com sua leitura atenta do texto e preciosas sugestões; e pela cessão de material bibliográfico para pesquisa.

A Mikael Arthênus pela disponibilidade e apoio na realização de inadiáveis tarefas cotidianas, sob minha responsabilidade, que eram concorrentes no tempo com a escrita da dissertação.

A Kassiel Mikalim pela presença constante e apoio incansáveis na resolução de todas as dúvidas surgidas na difícil lida com fundamental e enigmático objeto técnico para a corporificação da dissertação: o computador

A Margarida Ferreira que nos ajudou a organizar no último momento da inscrição para o mestrado o projeto de dissertação, com sua leitura atenta e competente.

A Denise Farias por sua disponibilidade e atenção cedendo material para pesquisa.

A Márcia Mascarenhas, que conhecemos desde a especialização na UFF e reencontramos há pouco tempo, se tornando presença importante neste percurso, aceitando participar da pré-banca com sua leitura cuidadosa, sugestões preciosas e belo incentivo ao elaborar texto sensível e delicado sobre nosso trabalho.

A Júlia Garrão companheira de turma do mestrado, pela participação em minha pré-banca com sua leitura cuidadosa do texto da dissertação.

À Universidade Federal Fluminense e especialmente aos apoios de Jovina Maria de Barros Bruno, pró-reitora da Progepe à qual nosso setor de trabalho está vinculado, da chefia da Seção Psicossocial e da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

À turma de mestrado 2009 com a qual compatilhamos alegrias, angústias e conhecimento nesses intensos dois anos.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, parceiros nesta aventura que é a construção do conhecimento.

A Mariane Arthênis de Azeredo Silva pela versão para o inglês do resumo desta dissertação.

A Maria Helena Torres pela competência, paciência e cuidado dispendidos na revisão do texto final da dissertação.

A Marisa Macedo, Nevinha Andrade, Edileuza Luiz, Hélio Rouede e Geraldo Magela, colegas e amigos de trabalho na UFF pelo apoio e torcida durante todo percurso do Mestrado.

A Rita Rodrigues, secretária do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFF pela atenção dispendida.

RESUMO

Esta dissertação aborda o trabalho como atividade, acontecimento, artesanaria, matéria estrangeira na prática da clínica psicológica, experiência e operador de saúde. Para essa empreitada recortamos alguns momentos da história humana em que há singulares emergências da dimensão do trabalho e, por outro lado, avaliamos que aspectos são comensuráveis em qualquer época, sendo de certo modo uma convocação à ação do humano. Ao longo da pesquisa problematizamos nossa experiência como psicóloga clínica atendendo a clientela adulta vinculada à Universidade Federal Fluminense. Com apoio teórico de diversos autores, nos debruçamos sobre noções como trabalho, atividade, dramáticas do uso de si, corpo si, saúde, artesanaria, matéria estrangeira, experiência e produção de subjetividade, questões fundamentais para uma clínica que acolhe o trabalho enquanto atividade. Os autores estudados oferecem importantes pistas que nos ajudam a nos instrumentalizar e buscar novas estratégias de intervenção e possibilitam o desenvolvimento de outros saberes para a clínica e para o trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, ergologia, clínica para servidores, atividade, clínica do trabalho, produção de subjetividade.

ABSTRACT

This dissertation broaches work as an activity, a happening, a craft, a foreign subject in the practice of psychology, experience and health operator. For this assignment, we selected some moments of human history in which there are unique emergences of work dimensions, on the other hand we evaluated what aspects are common to all times, which is in a certain way a convocation to human action. On the research process we problematized our experience as a clinical psychologist serving adult clients that are bonded to the Universidade Federal Fluminense. With the theoretical support of several authors, we lean over notions such as work, activity, dramatics in the use of self, self-body, health, craft, foreign subject, experience and production of subjectivity, fundamental issues for a clinic that treats work as an activity. The studied authors offer important evidences that help us construct instruments to act and search for new strategies of intervention that enable the development of other knowledges for the clinic and for the work.

KEY-WORDS: Work, ergology, clinic for servants, activity, work clinic, production of subjectivity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	11
Um pouco da história da Seção Psicossocial da Progepe/UFF	14
<i>Nossa questão</i>	23
<i>O trabalho/atividade</i> de escrita da dissertação: <i>escrita de si</i>	27
CAPÍTULO 1 – SOBRE O CONCEITO DE TRABALHO	30
1.1. Um passeio histórico pela construção/desconstrução do conceito de trabalho	30
1.2. Transformações na percepção do tempo com o capitalismo industrial	36
1.2.1. A produção da disciplina do tempo – uma produção subjetivante na emergente sociedade capitalista	41
1.2.2. A participação de instituições religiosas na produção de subjetividades capitalísticas	44
1.3. O processo de uniformização da técnica	48
1.4. O processo de normalização dos indivíduos	50
1.5. A questão da comensurabilidade do trabalho	55
1.6. O domínio do <i>trabalho</i> habitaria um lugar privilegiado nos processos históricos das relações sociais?	64
CAPÍTULO 2 – TRABALHO, SAÚDE, EXPERIÊNCIA HUMANA E SUBJETIVIDADE	69
2.1. Saúde e trabalho	72
2.2. Saúde e atividade	84
2.3. Habilidade artesanal – narrativa de si – a experiência do fazer impressa no corpo	86

2.4.	Concepção de subjetividade em Schwartz: o <i>uso de si</i> e os <i>valores sem dimensão</i> na atividade industriosa humana – as <i>dramáticas</i> e o <i>corpo(si)</i>	90
2.5.	Coletivos de trabalho e normatividade	107
2.6.	Os objetos, a subjetividade e a relação homem/técnica	120
CAPÍTULO 3 – O TRABALHO COMO MATÉRIA ESTRANGEIRA PARA A CLÍNICA		127
3.1.	O trabalho na clínica e a clínica do trabalho: a matéria estrangeira na clínica	136
3.2.	A problematização do domínio do <i>trabalho</i> na intervenção clínica	142
3.3.	A artesanania e a construção da autonomia	145
3.3.1.	Clínica e artesanania: o trabalho como narrativa da própria vida	158
3.3.2.	O conceito de experiência na artesanania	160
3.3.3.	A artesanania clínica	163
3.3.4.	Saltos intuitivos – criação	165
3.4.	A clínica da orientação profissional	166
3.5.	Uma postura ergológica: a <i>imprendizagem</i>	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS		185
BIBLIOGRAFIA		197

INTRODUÇÃO

Este trabalho decorre de um longo percurso em que se misturam experiências de vida, acadêmicas e profissionais. É, portanto, fruto de muitos encontros, de belos acasos, de pontuais fragmentos de experiência, afirmando-se como parte importante desse percurso.

Nosso interesse pelo tema trabalho, no âmbito da psicologia, dá-se pela desconfiança de que a vida ou, melhor, sua construção em busca da saúde, da leveza e, por que não?, da alegria se potencializa na abertura para fora do indivíduo, muito mais do que na busca de respostas unicamente na interioridade do eu. Nesse caminho, o trabalho, no sentido de atividade¹ é uma dessas aberturas para fora que o vivente experimenta e, acreditamos, potente ferramenta de conhecimento e de produção de si. Prestar atenção nele, a nosso ver, pode potencializar essa construção de si, que é permanente.

Pretendemos problematizar neste trabalho algumas questões com que lidamos ao longo dos 24 anos de nossa prática na área da psicologia clínica em uma instituição pública de ensino superior.² Deparamo-nos, em meio a inúmeras demandas, com as advindas da interface trabalho/atividade/subjetividade.

Partiremos da afirmativa de que o sentido do trabalho parece estar ligado a experiências importantes na vida do ser humano; ele nos proporciona oportunidades preciosas de experimentação e construção de si. Podemos dizer, assim, que o trabalho é um território, mas queremos pensá-lo como processo. Então, pensar sobre o trabalho, como veremos, é mais complexo do que parece à primeira vista, e podemos dizer que as diversas emergências do trabalho são correlatas a vários sentidos e subjetividades, e que se vão confundir com a própria história da humanidade. Sua história não é de forma alguma linear. A noção de trabalho como conhecemos hoje em dia – antes disso esta noção possuía outros sentidos – é datada historicamente, mas enquanto *prática* sempre esteve emaranhada de

¹ Conceito utilizado por Yves Schwartz e Yves Clot, que aqui nos servirão de referência.

² Universidade Federal Fluminense – UFF, localizada no município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Atendendo a clientela adulta da comunidade universitária (servidores técnico-administrativos, docentes, seus dependentes e alunos).

formas diversas no cotidiano do humano, implicando importante dimensão subjetivante. Abordaremos a relação homem/trabalho problematizando sua importância, posto que tanto pode ser fortalecedora da vida como, ao contrário, fonte de enfraquecimento frente a ela. Assim, abordaremos o trabalho, do ponto de vista da atividade, da experiência humana, para pensá-lo articulado à vida, no movimento de saúde/normatividade, inspirando-nos na filosofia de Georges Canguilhem.

Trataremos da importância do cotidiano do trabalho como promotor de doença e/ou saúde desenvolvendo um estudo teórico, perpassado, entretanto, por nossa experiência, nossa prática e implicação profissional no atendimento, como psicóloga clínica, a servidores, seus dependentes e alunos da instituição em que atuamos.

Pontuaremos a dissertação com vinhetas clínicas – fragmentos de nossa prática em que estão misturadas nossas memórias e impressões –, que darão suporte a nossa pesquisa teórico-prática e estarão presentes em nossa argumentação e elaboração teórica como dispositivos vivos de nosso pensamento.

Pensamos que o ambiente organizacional/institucional, com suas práticas, rotinas, hierarquias, canais de comunicação, etc., possa ser promotor e/ou coadjuvante da saúde e/ou da doença do servidor. Entendemos a subjetividade como intrincada rede de encontros: na família, no trabalho, na vida social, entre outras instâncias. Focalizar neste estudo a rede do trabalho parece-nos essencial para o enfrentamento da ideia, ainda hegemônica, de que problemas no âmbito da psique humana devam ser abordados fundamentalmente a partir de individualidades fechadas; forjadas primordialmente pelas características biológicas e pela história privada familiar, em que o meio social teria influência basicamente intermediada pela família e até determinada fase de vida em que se concluiria a estruturação dessa psique; a partir de então apenas se atualizariam modelos, refletindo estrutura psíquica já consolidada. Compartilhamos com Guattari a noção de subjetividade em seu permanente processo de construção.

Apreensão da existência de máquinas de subjetivação que não trabalham apenas no seio de 'faculdades da alma', de relações interpessoais ou nos complexos

intrafamiliares. A subjetividade não é fabricada apenas através das fases psicogenéticas da psicanálise ou dos ‘matemas do Inconsciente’, mas também nas grandes máquinas sociais, mass-midiáticas, linguísticas, que não podem ser qualificadas de humanas (GUATTARI, 1992, p.20).

E podemos afirmar que o trabalho pode ser considerado uma dessas máquinas de subjetivação, mas o vemos não como abstração idêntica a si mesma, não como bloco monolítico, fechado em si mesmo e acabado; ele tem partículas intensivas, linhas, vetores, movimentos, ondulações. Nesse sentido, que vetores potencializam o vivente no trabalho em determinado momento? E quais o estão enfraquecendo? Pensamos que isso seja acolher clinicamente a dimensão do “trabalho”. Domènech e colaboradores (2001, p.125) afirmam que, “para a análise da produção de subjetividades, não precisamos de semânticas ocultas, mas do esclarecimento de regimes de produção de conexões superficiais”. Indo ao encontro dessa afirmação, nos será possível aproximar o tema trabalho e a questão das singulares maneiras de conectar-se?

Parece-nos que sim, porque acreditamos que destacar a importância das práticas, do contexto e das influências de forças institucionais que a subjetividade afeta e pelos quais é afetada, poderá trazer outro olhar para a forma como hoje em dia ainda se dão as práticas e o jogo de forças na administração de Recursos Humanos da UFF, observados, por exemplo, através do acompanhamento do servidor com problemas funcionais. Atualmente, ele é considerado problema apenas administrativo e/ou apenas médico. Tanto num caso como no outro essa questão costuma ser classificada como individual. Queremos problematizá-la, incluindo novas dimensões (vital, histórico-social e institucional).

Cada ser é singular. Quando varremos as diferenças dos seres e os categorizamos em esquemas nosográficos, por exemplo, não dizemos nada deles, apenas nos afastamos e entramos no mundo das ideias, das categorizações, das universalizações. Perdemos a riqueza de sua vida, que é única e o enfraquecemos, tiramos sua potência. Criamos sim, um cercado rijo, fixo, onde a vida se movimenta, mas dentro de certos limites, certas estruturas (AZEREDO SILVA, 1997, p.16).

Assim, contribuindo para essa discussão, estaremos também contribuindo, quem sabe, para a possibilidade da inclusão efetiva de outras vozes e outros olhares – no âmbito da instituição em que trabalhamos – sobre essas questões; para que não só os profissionais de

recursos humanos especializados e o médico perito tenham voz nesses assuntos, mas que tantas outras se façam presentes, principalmente a do próprio servidor implicado. Este estudo abordará as possíveis interfaces trabalho/produção de subjetividade.

Para melhor analisar nossas implicações, relatamos breve história do surgimento do Serviço de Psicologia (recentemente transformado em Seção Psicossocial), no qual estamos lotados, e o campo de forças presente na emergência desse serviço na Universidade.

Um pouco da história da Seção Psicossocial da Progepe/UFF³

Esse serviço de atendimento psicológico na UFF, do qual fazemos parte desde o início, nasceu – e se constitui/renascendo – de um intrincado jogo de forças institucionais que tentaremos resgatar através da memória de alguns personagens que vivenciaram na época esse embate. Procuramos primeiramente alguns documentos que poderiam servir de dados objetivos para subsidiar este trabalho, mas pouco encontramos; a reação imediata foi de frustração, e questionamos o fato de isso acontecer numa Universidade. Em seguida, porém, saímos do registro da falta para potencializar a experiência relatada por alguns colegas que participaram da gestação desse serviço e que nele ainda se encontram, e por outros que na época estavam lotados em outros espaços da Universidade.

Nesse momento nos demos conta de que, embora os documentos pudessem auxiliar bastante, a memória das pessoas que estavam em cena na época, de algum modo, seria muito mais viva e interessante, até porque a história é sempre uma interpretação, um ponto de vista, um recorte que se faz e a que se dá determinado sentido. E mais: conforme nos distanciamos no tempo, podemos até atribuir outros contornos, outros sentidos não percebidos talvez quando estávamos vivenciando o momento.

Não buscamos assim a verdade, o *em si* dos fatos, até porque o que se considera uma “verdade” é sempre uma invenção, fruto de intrincada rede de experiências, de

³ Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas/Universidade Federal Fluminense.

significações, de interpretações. Traremos alguns modos de contar essa história com base não só em nossas memórias, mas na de outros. Relendo o texto “O narrador”, de Walter Benjamin (1996), de certa forma nos inspiramos; ele afirma a narrativa como gênero rico de possibilidades para transmitir uma experiência que utiliza a memória do próprio narrador e do que ele ouviu de outros. Trata-se, em sua opinião, de uma forma artesanal de transmitir informação, que nos parece ter ressonância com a forma como queremos conduzir esta pesquisa e como esteticamente queremos afirmar nosso percurso. Desejamos nos aproximar desse modo de contar essa história, isto é, utilizando fragmentos da memória mais do que documentos formais, que, mesmo que existissem, seriam apenas um aspecto da história e precisariam ser interpretados, pois nenhum documento possui valor de verdade em si. Vamos, então, a sua produção: muitos nos ajudaram a resgatar essa história até o ponto em que se encontra neste momento, numa modulação que se faz do pessoal ao impessoal, através dos autores que lemos, dos textos que produzimos, de colegas que trabalham conosco, dos clientes que atendemos, das orientações de dissertação, dos amigos que leram nosso texto. Nesse sentido a pesquisadora vai-se apropriando deles e dessa história e de certo modo a própria pesquisa vai construindo narrativa singular à medida que avançamos nesse percurso.

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio artesão – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica [...]. Assim, seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata (BENJAMIN, 1996, p.205).

A Seção Psicossocial começou a ser gestada num momento político da Universidade no qual muitas forças se misturavam; entre elas a mudança na administração central com a posse de novo reitor (1986), que tinha como promessa de campanha a criação da Superintendência de Bem-Estar do Servidor, mas que, institucionalmente, não se firmou com formatação e nomenclatura planejadas. Havia também o anseio dos servidores pelo oferecimento por parte da Universidade de um serviço de atendimento psicológico na

modalidade clínica, voltado para eles, passando, aliás, a ser uma reivindicação da categoria por intermédio de seu órgão de classe, na época a Associação de Servidores da UFF – Asuff.⁴

Com a posse do novo reitor foi solicitado ao novo diretor do Departamento de Assistência Social – DAS⁵ que implantasse toda a parte de assistência ao servidor. O DAS só tinha então a Divisão de Orientação Alimentar – DOA, responsável pela produção e distribuição de refeições na Universidade. Caberia, portanto, ao novo diretor do DAS promover profunda reestruturação no Departamento. Tudo que dizia respeito à assistência ao servidor estava ainda muito incipiente e o pouco que havia vinculava-se ao Departamento de Pessoal – DP, como a assistência médica e a social. Segundo relatos, não havia ainda separação, por exemplo, em serviços distintos para a perícia e a assistência médica, que atendiam no DP.

Assim o novo diretor do DAS recebeu a tarefa de trazer para seu Departamento os serviços social, odontológico, médico, bem como a criação de comissão que organizasse e pensasse o estabelecimento de creche na UFF; a criação da comissão de lazer e a implantação do setor de benefícios (vale-transporte, vale-refeição, auxílio-creche).

Nesse momento de reestruturação do DAS surge a oportunidade de criação de um serviço de atendimento psicológico, reforçada pelo resultado de um concurso de ascensão funcional realizado em 1985, que previa em edital três vagas para o cargo de psicólogo, que seriam a princípio para lotação no Departamento de Pessoal, o que não se verificou.

Nessa época, cabe lembrar, não havia muitas opções de trabalho para o psicólogo na Universidade. Assim, quando surge essa movimentação no DAS, há uma mobilização desses psicólogos concursados, que não conseguiram exercer efetivamente seus cargos na prática, para conquistar espaço institucional, participando então da criação de um programa de atendimento psicológico ao servidor, nos moldes dos demais serviços de atendimento,

⁴ Atualmente chama-se Sindicato dos Servidores da Universidade Federal Fluminense – Sintuff.

⁵ Passou a chama-se Departamento de Assuntos Comunitários – DAC e atualmente, parte de seus serviços foram para a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – Progepe.

como o Serviço Médico, o Serviço Odontológico, o Serviço Social, todos voltados para o atendimento específico à comunidade interna da UFF.

Essa luta teve apoio da direção do DAS na época. Digo luta porque não foi simples a criação desse Serviço, então denominado Programa de Atendimento Psicológico ao Servidor – Papse. Aconteceram embates com o Serviço de Psicologia Aplicada – SPA,⁶ que alegava vir a haver duplicidade de serviços na Universidade caso se concretizasse a criação do Papse que, na visão do SPA, teria funções iguais ou muito semelhantes às suas. Essas argumentações, porém, não se mostravam válidas, posto que o SPA é voltado para o atendimento à comunidade externa à Universidade (atividade de extensão universitária), sendo um braço do ensino, vinculado a um departamento acadêmico – o Departamento de Psicologia. Não tem, portanto, mandato para atender exclusivamente seus servidores e dependentes deles, embora possa fazê-lo, já que se volta para toda a comunidade externa e interna à Universidade.

Poderíamos, contudo, dizer hoje, com base em nosso percurso, que de certo modo a ideia de duplicidade poderia confirmar-se, ainda que de forma diferente da alegada pelo SPA na época: uma igualdade de serviços entre os setores. Outra forma de duplicidade se apresentaria de acordo com nosso entendimento e estaria no sentido de que o programa nasce com duplo mandato: ao *atender servidores* da Universidade atravessará de algum modo também sua *atividade de trabalho*, porque trabalhamos com a perspectiva de subjetividade que é produzida por “máquinas sociais” (GUATTARI,1992), e o trabalho é uma delas. Assim, o Papse ao surgir na Universidade veicula a nosso ver, um campo de intervenções envolvendo o trabalhador e o trabalho, não sendo possível separar esses polos. E surge com quadro técnico de servidores que vão atender servidores. Uma clientela exclusivamente interna da Universidade. Queremos pontuar que observamos esse duplo mandato a partir de nossas práticas e desta pesquisa, não sendo reflexo de entendimento do conjunto de nosso setor.

⁶ O Serviço de Psicologia Aplicada – SPA é ligado ao Departamento de Psicologia da Universidade, departamento de ensino, e, portanto, vinculado às três atividades fins da Universidade: ensino, pesquisa e extensão, e um de seus objetivos é ser campo de estágio para os alunos de graduação e campo de pesquisa da pós-graduação em psicologia da Universidade.

Afirmamos a dimensão do trabalho enquanto elemento de determinado regime de produção de subjetividade. Práticas, portanto, que marcam diferenças em nossas intervenções, orientando-se a partir da ideia de sujeito como processo de individuação, de multiplicidade, de regimes de produção de conexões superficiais (GUATTARI, 1992), e que se assumem diferentes de outras, que partem da ideia de sujeito como individualidade.

Nesse sentido, a atual Seção Psicossocial tem característica singular na Universidade por ser um serviço de atendimento psicológico eminentemente clínico, com todas as diferenças e complexidades que isso significa, sendo psicólogos e clientes funcionários da mesma instituição e estando sujeitos a determinantes administrativos em comum da organização UFF, o que demanda relevante e permanente esforço de problematização de nossas implicações, como profissionais de psicologia e como servidores públicos. Esta é uma importante questão ética: estarmos sempre analisando nossas implicações em nossas práticas, porque implicados sempre estamos (LOURAU, 2004).

A implicação é um nó de relações; não é 'boa' (uso voluntarista) nem 'má' (uso jurídico-policialesco). A sobreimplicação [...] é a ideologia normativa do sobretrabalho, gestora da necessidade do 'implicar-se'.

O útil ou necessário para a ética, a pesquisa e a ética da pesquisa não é a implicação – sempre presente em nossas adesões e rechaços, referências e não referências, participações e não participações, sobremotivações e desmotivações, investimentos e desinvestimentos libidinais... –, mas a análise dessa implicação (ALTOÉ, 2004, p.190).

Nesse sentido precisamos estar atentos ao lugar que ocupamos também nesta pesquisa. Nossa implicação não é de pesquisadora *stricto sensu*, mas sim de técnica de um serviço de psicologia, de profissional que trabalha como *clínica* do serviço, portanto a um só tempo estamos implicadas como pesquisadora e como objeto de pesquisa. Qual objeto? Um objeto que é a clínica situada na UFF e o trabalho na dimensão da atividade. Assim temos duas dimensões imbricadas, que nascem juntas, uma entrelaçada na outra, e que estarão permanentemente presentes ao longo desta pesquisa.

O Programa começou a se estruturar em 1986, já recebendo demanda da administração de pessoal para atendimentos de servidores “problema” encaminhados pela Divisão de

Desenvolvimento de Recursos Humanos, do DP:⁷ servidores considerados “improdutivos”, que “não se adaptavam às regras institucionais”, por múltiplos problemas. Leitão (1997, p.12), psicóloga da Seção Psicossocial, escreve em sua monografia de especialização:

Numa entrevista com a diretora de pessoal à época, ela chegou a se referir a alguns servidores folclóricos que ficavam perambulando pela Universidade e afirmou que era preciso que fizéssemos alguma coisa por eles [...]: devíamos dar-lhes um tratamento adequado. [...] Referia-se ao acerto da iniciativa do DAS criando o Papse e, com ele, abrindo condições para que se efetuassem ações, especializadas, dirigidas a servidores com distúrbios emocionais [...] Não estaríamos sendo chamados a cuidar de corpos pouco dóceis, pouco úteis?

As atividades do Papse, portanto, começaram em meio a uma guerra política importante; tinha apoio de alguns setores, mas, como vimos, o SPA era frontalmente contra sua criação. O reitor só assinou a portaria de criação do programa quase no final de seu mandato, quando parece que de algum modo se resolve o embate dessas forças diversas que atuavam nos conselhos superiores da Universidade.

Com o Papse funcionando mesmo em caráter não formalizado institucionalmente, surgem, por parte da administração da Universidade, muitas demandas de atividades para o recém-nascido programa; além disso, havia certa pressão da própria administração do DAS para que a equipe se dividisse entre as diversas comissões criadas, “ocupando espaço”, pois não havia nenhuma garantia de que o Papse fosse vingar institucionalmente, superando as fortes pressões de forças contrárias a sua criação.

Das demandas surgidas, o atendimento clínico psicoterápico era o mais solicitado e, desde o início do serviço, seu *carro-chefe*. A princípio essas demandas vinham do próprio DDRH,⁸ encaminhando servidores com problemas de desempenho, e depois, à medida que o programa se tornava conhecido, por “demanda espontânea”. Também houve solicitação de trabalho nos colégios técnicos agrícolas da UFF do interior do Estado do Rio de Janeiro:

⁷ Atualmente, chama-se Divisão de Gestão de Desempenho, que faz parte da Coordenação de Pessoal Técnico Administrativo da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Antes esse setor integrava o Departamento de Pessoal, que era totalmente desvinculado do Departamento de Assistência Social ao qual pertencia o Serviço de Psicologia.

⁸ Na época o DDRH era a Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Departamento de Pessoal. Passou depois a departamento (com o mesmo nome) da Superintendência de Recursos Humanos, e atualmente é a Divisão de Gestão de Desempenho da Coordenação de Pessoal Técnico Administrativo da Progepe.

um na cidade de Pinheiral (Colégio Agrícola Nilo Peçanha), e outro na cidade de Bom Jesus de Itabapoana (Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges – CTAIBB); além de solicitação da participação de psicólogos em diversos grupos de trabalho que se formavam então: Comissão para Implantação de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – Cipas; Comissão de Implantação da Creche UFF; Comissão de Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST/Aids; Comissão de Lazer; na criação do Programa de Prevenção e Acompanhamento do Alcoolismo – PPAA e no Projeto de Atendimento ao Idoso – Proisa.

A equipe técnica do então Papse distribuiu-se nessas comissões e projetos. Na maioria desses projetos e programas havia profissionais técnicos e docentes de diversas áreas da Universidade compondo as equipes, com exceção do Projeto de Atendimento Clínico e do Projeto de Atendimento ao Idoso, dos quais só participavam técnicos do Papse.

Assim, após alguns anos exercendo atividades em caráter não oficial, sua criação foi aprovada em 1989 como Programa; mais tarde, em 1991, tornou-se Serviço e, a partir de 2011, Setor Psicossocial da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Avaliamos hoje que aquele momento do Papse foi rico, mas também muito difícil e penoso, pois foi preciso construir, no dia a dia, estratégias para lidar com as demandas da organização; também dentro da equipe técnica foi necessário e estratégico o desenvolvimento de espaços de discussão coletiva, pois estávamos todos envolvidos na formação de um novo espaço de trabalho na Universidade, sem garantias institucionais minimamente sólidas de que ele se consolidaria. No decorrer desse percurso, tentávamos estar atentos às demandas que nos chegavam, mas na época a margem de negociação era pequena. Isso foi feito aos poucos e não sem conflitos nem embates, muito pelo contrário.

Atualmente a Seção Psicossocial conta com os seguintes projetos:⁹ Projeto de Atendimento Clínico (modalidades: individual, grupo, plantão – pronto atendimento –, psicopedagógico,

⁹ Como recentemente houve profunda reestruturação administrativa na Universidade, e parte das atividades do antigo DAC foi para a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Proaes e outra para o Progepe, ainda estamos em período de construção das novas diretrizes dessas duas pró-reitorias e, portanto, vulneráveis a outras possíveis mudanças organizacionais.

grupo de arteterapia); Projeto de Grupo de Orientação de Pais; Projeto de Orientação Vocacional/Profissional (individual e grupo para servidores, dependentes de servidores, alunos universitários da UFF, alunos do ensino médio das unidades da UFF do interior); Projeto de Orientação Profissional na disciplina Tutoria II dos Cursos de Graduação de Química e Química Industrial da UFF; Projeto de Atendimento Psicológico à Família Adotiva; Projeto de Apoio Psicológico a Alunos de Graduação da UFF; e em parceria com a Divisão de Gestão de Desempenho, atendimento a servidores do Programa Sociofuncional – PSF.¹⁰

A clientela da Seção Psicossocial é formada pelos servidores técnico-administrativos, docentes, seus dependentes e corpo discente. Nosso serviço foi sendo aos poucos construído, e, profissionalmente, também nos fomos construindo com ele. Acredito que estar nesse serviço desde sua implantação com certeza produziu marca singular em nossa prática clínica e em nossa implicação com ele.

A atual Seção Psicossocial, apesar de ter originalmente acatado inúmeras demandas institucionais em diversas frentes de trabalho, sempre teve por “vocação” e “desejo”, manter-se mais especificamente como serviço de atendimento clínico nos moldes tradicionais desse termo – embora alguns de nós mais tarde fôssemos problematizar o território meio nebuloso do que é “clínica e do que não é” (AZEREDO-SILVA, 1997); de forma geral, porém, todas as solicitações de intervenção que não vinham por “demanda espontânea” da clientela causavam e causam até hoje certo incômodo, provocando sempre tentativas de evitação da problematização dessa questão pela equipe.

Segundo Leitão (1997, p.18),

O Serviço de Psicologia, desde o início de suas atividades, lidou, predominantemente, com situações do campo da psicologia clínica, cuja demanda denominávamos espontânea. Parece-nos que tal denominação veio à cena quando, sem tardar, nos vimos solicitados a intervir em situações funcionais de inadaptação causadas, sobretudo, por comprometimentos psicológicos. Com o surgimento de

¹⁰ Criado pela Portaria do Magnífico Reitor de n. 31.112, de 03/04/2003, de acordo com o previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFF. Em 2011, passa de programa para Seção de Prevenção Sociofuncional – SPSF.

tais situações, envolvendo explicitamente as relações de trabalho na organização, as demandas de psicoterapia precisaram ser nomeadas diferentemente para, desta forma, marcar sua essência, sua especificidade. Instalava-se em nós um certo constrangimento na medida em que nossas ações/intervenções eram solicitadas para fins sobre os quais tínhamos muitas desconfiâncias.

Assim, de modo geral, o atendimento psicológico do ex-DAC tornou-se conhecido como serviço que presta assistência psicológica na modalidade clínica, dentro de uma instituição da qual psicólogos e clientes são igualmente servidores. Essa é característica peculiar de nosso serviço, não tendo sido simples, como, aliás, ainda não é, construir nossas práticas na Universidade. No início havia certa confusão por parte da clientela a respeito do campo de intervenção a que estaríamos ligados; nos perguntavam se éramos psicólogos ligados ao Departamento de Pessoal, se poderíamos influir em possíveis trocas de setor na Universidade, entre outras demandas. Havia, portanto, muitas dúvidas sobre o território em que estava inserido esse serviço. Foi com o tempo que a diferenciação foi sendo construída; na verdade não só pelos usuários, mas também por parte da própria organização, e por nós mesmos, não estando nunca de forma alguma terminada. Trata-se, então, de campo teórico-prático que se constrói e reconstrói a todo instante, que não parte de apriorismos, promessas ou votos de confiança. Estarmos ligados à assistência psicológica, ao atendimento clínico numa instituição pública em que somos tão servidores quanto nossos clientes é questão cujo trato demanda cuidado e delicadeza, bem como colocar sempre em análise as consequências disso. A confiança no trabalho então é uma tarefa sempre em construção e exige análise permanente.

Até dezembro de 2010 o DAC era um dos três departamentos¹¹ que compunham a Superintendência de Recursos Humanos da UFF, órgão ligado diretamente ao gabinete do reitor, com o perfil de prestação de assistência exclusivamente à comunidade universitária (corpo técnico-administrativo, corpo docente e seus dependentes legais, e corpo discente), possuindo outros serviços e programas, além do atendimento psicológico: Serviço Médico; Serviço Odontológico; Serviço Social (Divisão de Orientação Alimentar, que administra os restaurantes universitários; Programa Bolsa Treinamento, exclusivamente para alunos de

¹¹ Os outros dois eram: Departamento de Administração de Pessoal e Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

graduação; Projeto de Acompanhamento a alunos estrangeiros, entre outros...); Programa de Qualidade de Vida do Servidor.

A partir de janeiro de 2011 nova reestruturação administrativa¹² na Universidade divide a Superintendência de Recursos Humanos em duas Pró-Reitorias, uma que cuidará de todos os assuntos ligados aos estudantes, Proaes, e a outra que cuidará de todos os assuntos ligados aos servidores, Progepe, na qual se insere o antigo Serviço de Psicologia, que passa a se chamar Seção Psicossocial, subordinada à Divisão de Assistência a Saúde, por sua vez subordinada à Coordenação de Atenção Integral à Saúde e Qualidade de Vida, redimensionando então os diversos programas e serviços do Departamento de Assuntos Comunitários – DAC e do Departamento de Pessoal – DP nas duas novas Pró-Reitorias.

Nossa questão

Vivenciamos no cotidiano de nossa prática profissional ricas experiências por intermédio de nossos clientes/pacientes em processo psicoterápico. Temos percebido que algumas questões trazidas por muitos clientes, ao longo do tempo, são recorrentes, entre elas, a doença e/ou a saúde advinda das experiências no trabalho e pelo trabalho – portanto, o aumento/diminuição do que Spinoza chama de potência de agir.

A relação trabalho/subjetividade, entretanto, não é explícita, e nem o cliente (trabalhador), nem os técnicos que cuidam dele (médicos, psicólogos, assistentes sociais, etc.), nem a instituição problematizam essa questão inicialmente; ao contrário, é mais fácil encarar determinada descompensação psicológica ou psicossomática que aparece através das licenças, faltas no trabalho, depressões, agressividade, etc. como problema pessoal, individual de quem sofre e que precisa ser examinado, tratado, medicado para que retorne ao trabalho e produza.

¹² Através da Portaria UFF n. 43.703 de 05/01/2011, pela qual o reitor aprova a reestruturação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – Progepe.

Problematizar os processos de trabalho que atravessam a clínica e também a clínica enquanto processo de trabalho a nosso ver pode enriquecer a pesquisa no campo trabalho-subjetividade. Esta pesquisa busca construir teoricamente alguns questionamentos que nos fazemos em nossa prática clínica na Universidade. Destacamos algumas questões:

Poderíamos pensar os processos de trabalho também como processos de subjetivação? a ponto, portanto, de considerarmos matéria de análise e intervenção numa clínica psicológica que acolhe a dimensão do trabalho, pensando-a como um dos operadores de saúde/doença da vida? Será que nesse sentido essa clínica pode ainda ser chamada de psicoterápica?

Quando questões de trabalho, de atividade, entram na cena clínica e problematizam seu lugar não como cenário apenas de conflitos intrapsíquicos vividos pelo cliente, mas como território constituinte da vida, da subjetividade, será que não provocam significativo deslocamento na atividade clínica tradicional?

Neste sentido, que lugar ocupa a atividade, o trabalho, na construção da subjetividade do vivente humano?

Será que poderíamos afirmar que na experimentação que se dá no trabalho, na invenção de diferentes modos de realizar uma tarefa, também pode existir produção de subjetividade?

Assim, procuraremos atingir os seguintes objetivos:

- Trazer o conceito de trabalho enquanto construção histórica e, portanto, passível de muitos sentidos, objetivando desconstruir seu sentido naturalizado na visão contemporânea.
- Desenvolver teoricamente o conceito de trabalho, no âmbito da experiência humana, enquanto atividade de tessitura da subjetividade, e a atividade clínica como estratégia e campo de problematização, de singularização e ressingularização nessa tessitura.
- Problematizar a atividade de trabalho na cena clínica, como potência de criação de “si” e de mundo.

- Articular teoricamente, na singularidade de nossa atividade clínica psi numa instituição pública, o atravessamento da dimensão do trabalho de seus clientes, que em sua maioria, também como nós, são servidores da mesma instituição, desenvolvendo a hipótese de que há uma construção trabalho/subjetividade que acontece na imanência da atividade.

Queremos, a partir desta dissertação, ampliar a caixa de ferramentas de nossa atividade, de uma clínica que, ao acolher o trabalho, ao problematizá-lo, também se transforma, embora, seja evidente para nós a importância de intervenções diretas nas situações de trabalho com o objetivo de transformá-las. Ao problematizar as práticas, podemos trazer outro olhar sobre a relação saúde/doença do servidor no dia a dia de seu trabalho e, por extensão, quem sabe, promover problematizações na intervenção dos chamados problemas funcionais e no entendimento do adoecimento e seus vínculos com o trabalho, bem como, pensar o trabalho também como potencializador de saúde e bem estar.

Concordamos com Maurício Tragtenberg no prefácio do livro de Edith Seligmann-Silva (1994, p.9) quando afirma que existe uma dependência...

[...]entre as condicionantes da pesquisa e a metodologia escolhida. Se as condicionantes estiverem vinculadas a interesses que privilegiem a lógica econômica, a maneira de conduzir a pesquisa não revelará o sofrimento corrente da estrutura organizacional que obedece a essa mesma lógica... [Assim]... o metodológico está associado ao político e ao tema do poder.

O Serviço de Psicologia (atual Seção Psicossocial) é procurado por muitos servidores encaminhados pelo Serviço de Perícia Médica (atual Divisão de Perícia em Saúde) e pelo Serviço Médico (atual Seção Médica) da Universidade ou mesmo por “demanda espontânea”. Começamos a notar que em muitos casos, quando as questões com o trabalho se tornam críticas é como se o último pilar que mantivesse o indivíduo de pé – o trabalho – fosse quebrado, desestabilizando-lhe todo o sistema.

Servidores que estavam vivenciando alguma experiência dolorosa em sua vida, na qual as questões do trabalho tinham lugar importante, não estavam conseguindo construir novas

renormatizações¹³ em busca da saúde, apresentando muitas vezes quadro de grande descompensação físico/emocional, procuram-nos como mais um recurso para lidar com essa situação que a medicação e o afastamento do trabalho não deram conta sozinhos.

No decorrer dos atendimentos a esses servidores, percebemos que estavam experimentando grande sofrimento ligado à problemática do trabalho e que tinham diferentes queixas iniciais, ou seja, nem sempre as questões do trabalho apareciam claramente nas primeiras entrevistas. Eles vinham muitas vezes com queixas individualizadas, psicologizadas – afinal estavam num serviço de psicologia! Nada mais esperado! Ou, então, até mencionavam as situações de trabalho, mas como cenário de problemas emocionais que acreditavam ser individuais, só seus. Dos que tivemos oportunidade de acompanhar, porém, quase todos experimentaram, antes de chegar a nós no Serviço, intensa descompensação, somatizações, desamparo, etc., sendo licenciados, afastados de seu ambiente de trabalho, por terem extrapolado seu limiar de suportabilidade em seu cotidiano funcional. Eles não conseguiram perceber, antes da instalação desse quadro dramático, que caminhos poderiam seguir para exercer sua autonomia,¹⁴ buscando sua saúde física e mental.

Em nossa prática clínica nos damos conta de que o servidor com questões no trabalho muitas vezes só chega a procurar atendimento psicoterápico quando está realmente no limite de suas forças ou até já o ultrapassou, estando comprometida sua vida como um todo – por exemplo, já está fazendo uso de medicação psicotrópica pesada; ou já está afastado do trabalho pela perícia médica; muitos já com diagnósticos psiquiátricos.

¹³ Renormatização aqui no sentido que Yves Schwartz dá ao termo, que é a criação de novas normas de vida e não no sentido de reedição de uma norma antiga.

¹⁴ O termo autonomia utilizado aqui não está relacionado à individualidade fechada em si mesma, mas como força, como potência de agir.

O trabalho/atividade de escrita da dissertação: *escrita de si*

Quando nos debruçamos mais demoradamente sobre o termo trabalho, percebemos que não é tão simples defini-lo; ele tem tais complexidade e riqueza, que inspirou e inspira estudos nas mais diversas áreas do conhecimento humano, como história, psicologia, economia, medicina, antropologia, filosofia, entre outras. É nesse cenário complexo e problemático que vamos nos inserir fazendo recortes e escolhas, não pretendendo tratar de forma exaustiva e enciclopédica essa dimensão, mas seguir pistas que para nós fazem sentido, a fim de tentar avançar na questão que elegemos para esta dissertação.

Nosso interesse em estudar mais a dimensão do trabalho na vida humana, que se foi plasmando aos poucos, culmina neste momento com a escrita desta dissertação; escrita que foi para nós o que Michel Foucault (2002) chama de “escrita de si” e que desempenhou importante papel em nosso processo de construção profissional, que é inseparável do processo de subjetivação.

Foucault (2002), a partir de seus estudos sobre as “artes de si mesmo”, praticadas nos primeiros séculos da cultura greco-romana produz muitos textos, entre eles, “A escrita de si”. Falar brevemente a respeito desse texto nesta apresentação da dissertação nos parece relevante, pois fazer o mestrado nos convocou a trabalhar uma escrita própria, a buscar um retrabalho, a metabolizar tudo que lemos, ouvimos e vivenciamos nesse percurso acadêmico e de vida.

“A escrita de si” trata da relevância do ato de escrever, como parte das técnicas de desenvolvimento do governo de si, praticadas na cultura greco-romana antiga, e da construção de uma existência estética. Esse texto exemplifica o que é para nós uma leitura que convida ao mesmo tempo a entrar e a sair dela, pelo desejo de escrever. Assim, no momento em que fomos convocados e nos convocamos ao trabalho da escrita da dissertação, em que as tarefas se acumulavam, e os prazos se avistavam cada vez mais próximos, ele nos forneceu interessantes pistas.

A escrita acadêmica exige num mesmo movimento rigor teórico e texto autoral. Um desafio e tanto! Como chegar a bom termo nessa tarefa? Como dar esse salto autoral sem prescindir do rigor teórico? Nesse caminho “A escrita de si” é inspirador e traz pistas importantes capazes de nos fortalecer na aventura de desenvolver a escrita autoral a partir da leitura de diversos autores. Escrever, portanto, é expor-se, é abrir-se ao risco das controvérsias. E como não se perder em meio a tantos textos, artigos, livros, orientações? Uma saída produtiva é intercalar escrita e leitura.

A leitura é fundamental, é uma das formas que temos de nos conectar com o fora de nós mesmos, de ampliar nossas conexões com o meio, de nos abrir ao outro, à alteridade. Só na escrita, entretanto, toma-se posse do que se leu, digere-se, metamorfoseando-se com esse outro que entrou em nós pela leitura. Digerir, portanto, não é simplesmente incorporar o que se leu, sem trabalho, como verdades absolutas e intocáveis, mas sim como verdades que fizeram sentido para nós. Daí a importância da escrita para os gregos antigos, para quem, sem o exercício da escrita, corria-se o risco de ao passar de leitura em leitura, deixar-se levar pelas verdades, vontades e argumentos dos autores, mas não de forma produtiva para si, ao contrário, perdendo-se de si.

A escrita de si é, portanto, a constituição de um corpo, não um “corpo de doutrina, mas sim [...] como o próprio corpo daquele que, ao transcrever as suas leituras, se apossou delas e fez sua a respectiva verdade” (FOUCAULT, 2002, p.143). A escrita de si é tanto técnica quanto prática de construção de singularidades, e não de um eu identitário. Assim, está posto o desafio de construção dessa autoria na escrita, que também é autoria de si. Produzir no texto mistura singular em que não é possível distinguir com precisão a pluralidade de vozes que o compõem. Nesse movimento, nessa tarefa/atividade atravessada de ser psi/pesquisadora, de ser psi que se constrói quando pesquisa/narra/escreve/atende (clínica)/trabalha, a dissertação será escrita construindo esse caminho:

Problematizaremos no capítulo 1 o conceito de trabalho e os desafios que ele vem apresentando em sua história. Autores como João Rezende, Yves Schwartz, Edward Palmer

Thompson, José Henrique Carvalho Organista, Milton Athayde nos ajudarão nessa construção/desconstrução.

No capítulo 2 vamos tratar do trabalho na dimensão da experiência humana na interface saúde/produção de subjetividade, trazendo a importância dos espaços coletivos de problematização do trabalho, e se juntarão aos anteriores outros autores, como Georges Canguilhem, Christophe Dejours, Yves Clot, Richard Sennett, Hélder Muniz, Eduardo Passos, Regina Benevides, Gilles Deleuze, Liliana da Escóssia e Félix Guattari.

No capítulo 3 problematizaremos a perspectiva do trabalho como matéria estrangeira para a clínica inspirando-nos em Yves Schwartz e Georges Canguilhem. Abordaremos trabalho não como conceito abstrato, reificado, mas na singularidade das práticas, do processo do fazer e, portanto, da vida, em que essa experiência também entra na cena clínica com força singular. Nesse percurso também contaremos com Richard Sennett para pensar a atividade industriosa humana como artesanaria e com Yves Clot, que traz ferramentas da clínica da atividade, inspirando-nos também a desenvolver e ampliar nossa atividade na clínica.

CAPÍTULO 1 – SOBRE O CONCEITO DE TRABALHO

1.1. Um passeio histórico pela construção/desconstrução do conceito de trabalho

Talvez fosse aparentemente fácil definir trabalho caso nos dedicássemos a fazer uma pesquisa de opinião e aleatoriamente perguntássemos às pessoas na rua o que ele significa para elas. Respondendo de forma rápida numa conversa informal, talvez obtivéssemos respostas do tipo: “trabalho é a forma que tenho para sobreviver”; “trabalhar é muito chato, mas ficar sem ele é muito pior”; “trabalho, tô fora!; “trabalho é a minha vida, não consigo imaginar-me sem ele”; “trabalho é o meio que tenho para conseguir construir uma reserva financeira ou uma estabilidade financeira para quando eu me aposentar poder fazer o que realmente gosto”; “adoro o que faço, e ainda me pagam para fazê-lo!”.

Cada pessoa, portanto, tem uma forma de compreender o trabalho, e todas têm uma resposta; dificilmente alguém não saberia o que responder. Talvez as crianças, dependendo da idade, tivessem mais dificuldade em defini-lo, por não ter ainda cristalizado um significado abstrato de trabalho, embora pudessem, quem sabe, dar respostas associadas a seu universo de atividades, que possivelmente estariam menos carregadas de significados fechados e dicotômicos, como nessas respostas exemplificadas acima, em que o trabalho é definido a partir de pares, trabalho/lazer; trabalho/prazer; trabalho/férias; trabalho/aposentadoria, etc., tão marcados em nosso tempo.

Rezende (1996, p.31) afirma que trabalho é “termo problemático”, não é simples ou óbvio; muito pelo contrário, diversos campos de saber se debruçaram sobre ele e ainda o fazem. O trabalho está no domínio da experiência humana desde seus primórdios e, portanto, é permeado por muitos encontros e vozes; por isso ele é rico, permanece enigmático e continuará suscitando estudos, pesquisas, ensaios, teses, poemas, músicas. Neste sentido, nenhuma disciplina de conhecimento dará conta dele sozinha. Compreender o “homem do trabalho”, observa o autor, não é tarefa simples, porque está atrelada tanto à história material do trabalho quanto à história psicológica e social do homem, nas quais as invenções técnicas produziram e produzem ressonâncias sobre a existência humana.

Não é nosso objetivo neste capítulo traçar linha de evolução do trabalho, com base na história da técnica, por exemplo, ou na história dos materiais descobertos pelo homem; nem descrever as inúmeras teorias a respeito desse assunto; fazemos antes um recorte no pensamento de alguns autores, como João Rezende, Yves Schwartz, Milton Athaíde, José Henrique Carvalho Organista e Edward Palmer Thompson, cujas obras tivemos oportunidade de conhecer parcialmente, afinando-se com o objetivo de desconstruir conceito de trabalho que nos acompanha na contemporaneidade em diversas áreas do pensamento, para poder articulá-lo de forma diferenciada às intervenções clínicas que queremos afirmar, introduzindo o leitor no espírito dos que pensam o trabalho como dimensão complexa, sempre presente na história social humana, abordando-o como processo, através das práticas, pensando a conexão trabalho/experiência humana.

O trabalho se afirma em suas diferenças em cada cenário histórico, e os sentidos da “experiência trabalho” modificam-se ao longo do tempo ou, melhor, constroem-se ao longo do tempo e emergem em função de complexas redes em que o social, o cultural, o técnico, o material, o econômico e o político se entrelaçam. Traremos neste capítulo fundamentalmente a passagem da Idade Média para a Modernidade.

Contrapondo-se a teorias que tratam o trabalho como objeto que poderia ser comparado em várias épocas ou cujos objetos e técnicas inventados permitiriam construir uma história evolutiva ou desenvolvimentista, Rezende (1996, p.5) observa:

Nota-se a presença de um pensamento que considera o trabalho enquanto inserido num processo evolutivo. Este modo de pensar o trabalho a partir de um encadeamento de fases tem como pressuposto básico a vinculação do trabalho a uma ferramenta. Dependendo da ferramenta utilizada se constitui uma fase do trabalho. A pedra, a madeira, o ferro, o animal, a água, o vento, são elementos que sozinhos não definem um estágio da humanidade, em seu conjunto, servem para indicar a atitude mental de uma época.

O trabalho, o agir no mundo, não está separado da vida, do movimento de criação e recriação do patrimônio industrioso humano; há uma construção complexa, uma tessitura intrigante, em que subjetividades, objetos, materiais, natureza, tempo, são construídos e ressignificados de forma imanente ao longo da história do trabalho (REZENDE, 1996).

O conceito de trabalho utilizado como noção cristalizada, idêntica a si mesma, aplicada de forma indiscriminada a diversas experiências do trabalho em diferentes épocas, sociedades e culturas, empobrece a riqueza da dimensão do trabalho na experiência humana. Este conceito foi historicamente construído e tem sua emergência consolidada na Modernidade com o advento da Revolução Industrial.

Na Grécia antiga o trabalho possuía sentido muito diverso da forma como o conceituamos hoje em dia. Naquela época não havia a unificação da atividade industriosa humana em conceito único; havia os diversos ofícios que constituíam singularidades com valor também singular na pólis grega. Essa diferença de sentido não estava ligada então apenas à questão de semântica, de pura evolução dos significados ou da inexistência da palavra trabalho, mas sim a outro modo de experimentar a atividade do fazer, do produzir algo socialmente. Assim, há um percurso histórico, uma trama histórica em que surge esse conceito que hoje é utilizado para nomear quase todas as atividades industriosas humanas.

Pretendemos pensar como a construção de diferentes sentidos do trabalho articula-se a produção de subjetividades¹⁵. O surgimento do trabalho como conceito abstrato, que abarca distintas práticas, produz também novas subjetivações porque, em meio a tantas transformações no modo de vida das pessoas, plasmaram-se novas formas de se lidar com o tempo, com as matérias-primas, com os objetos construídos e com seu destinatário.

¹⁵ Michel Foucault (1994) nos dá pistas a esse respeito através da noção de *modos de subjetivação* quando ele afirma a partir de pesquisa genealógica do mundo grego em que ele vai “estudar os jogos de verdade na relação de si para si e a constituição de si mesmo como sujeito,[...]. Reorganizar todo o estudo em torno da lenta formação, durante a antiguidade, de uma *hermenêutica de si*”(p.11)(grifo nosso). Para Foucault, a subjetividade, as maneiras de sentir, o desejo não estão fora do campo histórico, não é essencialista, ou seja, uma substância universal que ‘sofre’ influência de forças históricas singulares, através da repressão ou a liberação das forças do poder, mas sim, se constitui dessas forças. O desejo e o sujeito do desejo não estão fora do campo histórico, não pode ser pensado fora do domínio das práticas. Assim para Foucault, a subjetivação é um ato criador, não é simplesmente efeito de práticas disciplinares. Foucault (1994) também, a partir de suas pesquisas a respeito do mundo dos gregos antigos vai problematizar o “modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos” (p, 9) .Para tal projeto ele procurou percorrer pistas que o levassem a produzir questões,e num mesmo movimento produzir conhecimento, construindo a noção de modos de subjetivação: “através de quais jogos de verdade o homem se dá seu ser próprio a pensar quando se percebe como louco, quando se olha como doente, quando reflete sobre si como ser vivo, ser falante e ser trabalhador, quando se julga e se pune enquanto criminoso? Através de quais jogos de verdade o ser humano se reconheceu como homem de desejo?(p.12).

A partir da Revolução Industrial, sob condições históricas singulares de emergência, surge o conceito de trabalho, que vai tentar, segundo Rezende (1996, p.31), “alinhar [...] diversas formas de experiências para com o trabalho, dispersas e fragmentadas no tempo”. O autor exemplifica como experiências que serão reunidas sob a denominação trabalho a prática do artesão antigo e a do operário moderno. E destaca que isso pode ser um risco de empobrecimento do universo das práticas industriais humanas, pois não atentamos para as diferenças, as nuances e as riquezas que envolvem cada tipo de atividade, produzindo perdas significativas de sentido. Por esse motivo só foi possível fazer essa unificação quando se aboliram todas as diferenças que separam esses dois universos de experiência: “na relação com o tempo, com as ferramentas, com as formas de aprendizagem, com relação ao produto da obra” (p.31). A esse respeito, aliás, o autor tem posição contundente: “Não se pode falar, a não ser com ressalvas, de trabalho do artesão. Os sentidos que formam a palavra trabalho, em todo o seu percurso, são inconciliáveis com os que habitam o mundo do artesão” (p.98).

Yves Schwartz (2000b) vai problematizar essa questão afirmando a possibilidade de se falar de trabalho em diversas épocas, culturas e sociedades, no sentido de que há, sim, muitas especificidades, muitas minúcias que marcam diferenças significativas nas práticas industriais humanas, mas também algo que seria comensurável a todas elas e que, portanto, autoriza a referir-se a trabalho independente da época abordada, o que veremos mais adiante neste capítulo.

O motor que move a história não é movido por ‘saltos bruscos’, e [...], as rígidas divisões em períodos e épocas só existem nos ‘manuais escolares’. Quando se analisa os fatos um pouco mais de perto, o que se nota, é que as rupturas, que a princípio se tinham como certas, desaparecem, e os contornos se misturam. O problema se radicaliza ao perguntar se não seria vão querer estabelecer na continuidade do devir histórico qualquer divisão que seja (REZENDE, 1996, p.99).

De modo geral aplicou-se um modelo de classificação e enquadramento das sociedades, deixando-se de lado a pesquisa minuciosa. Rezende aborda a análise do trabalho por paradigma diferente daquele da história da técnica ou da ferramenta, ou da economia, tomados como operadores conceituais estanques e excludentes, embora cada um deles

possa trazer ricas perspectivas de análise. Ele, ao contrário, toma o trabalho como acontecimento, percorrendo as trilhas e tramas de sua emergência.

[...] Tanto a espécie de ferramenta quanto o tipo de economia não (...) [são] tomados enquanto condição de possibilidade para a definição do estatuto do trabalho, e sim, como aspectos constituidores de uma trama do trabalho.

Não é tarefa fácil abordar um tema como este [...] além de possuir aspectos múltiplos é 'velho como o mundo'. Nesta perspectiva, falar do homem é falar de sua existência laboriosa [...].

[Para chegar-se a denominações gerais, como] trabalho produtivo x trabalho improdutivo (para a economia de mercado); trabalho saudável x trabalho doentio (para a psicologia industrial); trabalho justo x trabalho explorado (para a sociologia política) [...] uma certa síntese já terá que ter operado (REZENDE, 1996, p.9-10).

Opera-se síntese importante na Revolução Industrial, com a emergência de um novo mundo do trabalho. Surgirá então uma moral mercantil que passará a caracterizar essa era (REZENDE, 1996, p.12), lidando com o ‘vagabundo’ oscilando entre pobre e miserável de um lado e criminoso de outro. “O combate ao ‘vagabundo’ é o contraponto da afirmação do ‘mundo do trabalho’” (p.38). Haverá radical unificação das atividades laborais.

A Antiguidade, a Idade Média, uma grande parte dos tempos modernos não fizeram essa unificação. Não se conhecia o trabalho [como um conceito que abarcaria as diversas atividades laboriosas], mas as ocupações e os ofícios, alguns funcionando de forma associada, outros isoladamente. Do mesmo modo que seu valor moral e social, a significação psicológica das diferentes atividades profissionais é diversa. Diante de uma multiplicidade de fatos, os elementos de vocabulário portam diferenças surpreendentes [...] [Para] I. Meyerson, somente no século XIX é que aparecerão os termos comuns para definir todas as atividades industriais e técnicas [...] [Ou seja, com a consolidação do capitalismo] (p.35).

Esse pesquisador aponta três problemas imbricados na trama da emergência do mundo capitalista do trabalho: “o processo de *unificação do tempo*, [que] é correlato do processo *uniformização das técnicas*, que implica um processo de *normalização dos indivíduos*.” (p.19). Ele afirma sua posição fazendo uma escolha, na forma como aborda o trabalho, pensando-o como “obra aberta”, mas esclarece que essa expressão “não visa se tornar um conceito, muito pelo contrário, visa à desconstrução do conceito pelas operações metafóricas, ou seja, todas as formas de percepção que estão em constante mutação relacional” (p.65). Diferentemente de um conceito abstrato de trabalho que se pretende manter constante, independente da temporalidade, isto é, “o saber científico pensa a

substância do ato produtivo sendo um processo de atualização da matéria bruta pela forma ideal” (p.65). “Diante dos diversos caminhos que se abriram na tentativa de apanhar os fragmentos de trabalho espalhados ao longo dos tempos, optamos por trilhar por esta perspectiva que toma o trabalho como uma ‘obra aberta’” (p.65).

A partir de suas pesquisas quanto ao trabalho, o autor objetiva “apreender as especificidades e as lógicas de suas formas de acontecer” (p.90), isto é, apreender sentidos múltiplos e não estabelecer hierarquias. Assim, sua análise vai mostrar, por exemplo, que o trabalho na Antiguidade não era visto como algo que *poderia ser trocado*, o que se tornou possível na era industrial. Para tanto foi necessário

que as diversas atividades se [integrassem] [...] umas às outras [...] compondo uma função psicológica unificada [isto é, foi] preciso que o homem, sob as formas particulares à cada tarefa [...] [pudesse] apreender sua própria atividade como atividade em geral, ou seja, enquanto trabalho abstrato [...] [Já] no quadro da técnica e da economia antigas, o trabalho só aparece sob sua forma concreta [...] [Não há separação entre trabalho e trabalhador]. Na Antiguidade, a força de trabalho não pode ser uma mercadoria (p.104).

Na Grécia antiga, por exemplo, as pessoas eram conhecidas não por seus nomes, mas por seus ofícios, mostrando que o trabalho tinha sentido diferenciado nessa sociedade. Assim, diante de uma multiplicidade de formas de atividades e diante de várias formas que teríamos para abordá-las, chega-se a uma “forma dura e cristalizada que a tudo poderia englobar [...] [Surgindo] uma forma simples e reduzida, onde as arestas seriam apagadas, e o conceito se formaria” (p.10-11). Forja-se então algo que atravessaria todas as formas de trabalho sem se reduzir a nenhuma delas – o conceito abstrato de trabalho, “que consegue se sustentar mesmo onde o que se encontra é justamente a sua negação [...]” (p.11), por exemplo, o ideal do antitrabalho, ou seja, o conceito de vagabundo que nasce nesse mesmo movimento. Assim, o conceito de trabalho é dependente de seu oposto; só tem sentido quando se cria junto sua antítese.

O trabalho enquanto conceito genérico no modo de produção capitalista tem a pretensão de abarcar tudo, mas o que ele engendra é um jogo de mostrar e esconder, ou seja, mostra e valoriza o trabalho como conceito ampliado, mas, ao fazer isso, esconde outros tipos de

atividades, consideradas menores, não passíveis de remuneração assalariada, como o trabalho doméstico. Assim, na verdade, ele não abarca tudo; não incorpora o trabalho doméstico, porque não interessa ao capital.¹⁶

No regime do capital poderíamos dizer que a matéria-prima do trabalho é a força de trabalho do trabalhador, diferente do sistema artesanal, em que as matérias-primas do trabalho eram os diversos materiais com que o artesão lidava. Essas diferenças sem dúvida marcam também diferentes modos de subjetivação.

1.2. Transformações na percepção do tempo com o capitalismo industrial

“Os anos entre 1300 e 1650 presenciaram mudanças importantes na percepção do tempo no âmbito da cultura intelectual da Europa Ocidental [...]. O relógio sobe no palco elisabetano” (THOMPSON, 2002, p.268). É período de grandes transformações econômicas e de costumes, que conseqüentemente implicam a produção de outros modos de subjetivação. Os novos modos de percepção do tempo são exemplos das múltiplas linhas que atravessam essa produção. Tem início a gestação de um mundo com novos parâmetros de percepção das coisas, com novos valores, novos critérios de verdade. O relógio, poderíamos dizer, se tornaria uma espécie de símbolo desse novo mundo; um mundo em que a ciência vai quantificar os fenômenos da vida, tornando-se uma espécie de novo Deus que se deve reverenciar e buscar.

O processo de unificação do tempo

Nas sociedades pré-capitalistas, a atividade laboriosa era predominantemente artesanal; nela as operações que envolviam a produção de uma obra diziam respeito prioritariamente à execução, sob controle direto do artesão, e, como o tempo ainda não tinha sido dividido e dominado pelo relógio mecânico, seu ritmo de trabalho era comandado pelas reações e necessidades naturais de seu corpo: cansaço/descanso, fome/saciedade; pelo ciclo da

¹⁶ Apontamentos de aula do prof. Milton Atháide, mestrado, segundo semestre 2010.

natureza: dia/noite, estações do ano, sombra/luz; e pela necessidade do próprio fazer, do ritmo que a própria obra impunha (parar, rever, refazer). Rezende (1996, p.4), inspirado em L. Munford, observa: “[O artesão] não tinha grandes pressas, obedecia aos ritmos do corpo, descansando quando se sentia fatigado, refletindo e planejando à medida que o trabalho prosseguia e prolongando as partes que mais lhe interessavam.”

Reiterando, o tempo até a época pré-industrial era dividido em grandes períodos: dia/noite (sombra/luz); atividade/passividade (ritmos do corpo: atividade/cansaço/descanso). Chama-se a ele “o tempo do mais ou menos” quando comparado à era moderna industrial que, em contrapartida, será conhecida como ‘o universo de precisão’, em função do novo paradigma que será instituído em quase todos os campos de saber, através de novos dispositivos colocados em funcionamento, entre eles o relógio mecânico e a normalização dos procedimentos de trabalho nas fábricas (REZENDE, 1996).

Assim, a invenção do relógio mecânico colaborou na unificação do tempo, trazendo uma nova maneira de concebê-lo que exclui várias formas de temporalidade. A unificação do tempo foi ferramenta importantíssima na construção do novo modelo econômico nascente, o capitalismo industrial. “Na invenção do capitalismo o relógio mecânico conta mais que a máquina a vapor [...] Assiste-se [...], no declínio da Idade Média, esse lento processo de *unificação do tempo*” (p.30).

E isso se deve ao fato de a invenção e a disseminação desse instrumento terem provocado mudanças importantes nos costumes, bem como o estabelecimento de novos comportamentos. A forma de lidar com o tempo passou a ser hegemonicamente ditada por um artefato criado pelo homem e não tanto mais pelas fases do dia e da noite ou pelas mensagens do corpo solicitando a satisfação de suas necessidades – por exemplo, hora do cansaço: descansar; hora da fome: comer. O que passa então a reger esses comportamentos é algo inventado, o tempo dividido e subdividido do relógio. “Há agora o tempo para a refeição, o tempo para o trabalho, o tempo para o lazer” (p.19). Esse controle do tempo e essa transformação na própria percepção do tempo que ocorrem com a Revolução Industrial foram muito mais importantes para a consolidação desse novo regime do que o

desenvolvimento de todo o maquinário industrial, porque vão produzir aos poucos novos hábitos, novas maneiras de organização do cotidiano das pessoas; assim, outros processos de subjetivação foram-se plasmando, e sem isso o novo regime não se consolidaria, como veremos nos itens 1.2.1., 1.2.2, 1.3 e 1.4.

O tempo físico unificado, na era industrial passa a ser o “motor das ações, tanto mecânicas, quanto humanas a partir dos ritmos secos calculados pelas engrenagens, como o estabelecimento rígido da hora de iniciar, hora de parar, hora de continuar... hora de retomar o trabalho” (p.74). Esse novo tempo, também foi peça importante para a

produção de corpos dóceis e produtivos [para] a montagem de um organismo cuja regulação lhe é totalmente exterior. Um corpo que deverá ter as funções reguladas através de um tempo homogêneo e abstrato. Haverá recusas e resistências, com certeza, mas também bastantes aderências nas adaptabilidades bem-sucedidas (p.28).

O modo de produção capitalista vai instituir de forma radical a separação entre o tempo do trabalho e o tempo do repouso, que estarão investidos de um aspecto até então inexistente: o mercado e a mais-valia. Assim, com o nascimento do modo de produção capitalista, o tempo passou a ter um *valor em si*: “tempo é dinheiro”; o corpo passou a ser *força de trabalho* a ser vendida por determinado valor por determinado período de tempo de serviço em cada dia (certo número de horas – jornada de trabalho). Nesse novo mundo os hábitos cotidianos mais fundamentais do homem serão disciplinados: “até o repouso se tornou uma forma de trabalho com horário marcado e lugares já estabelecidos” (p.81), como também o apetite será regulado “pelo tempo do relógio e o horário da fábrica” (p.83). Estamos falando então do engendramento do trabalho como valor de troca, de um determinado conceito de trabalho que vai sobreimplicar o tempo do trabalhador, ou seja, ele passará a despender muito tempo trabalhando, trazendo grande lucro para o sistema capitalista; muito mais lucro para o capital em comparação com o salário que receberá em troca. A mais-valia no capitalismo é valor engendrado de forma imanente nesse cenário.

A Revolução Industrial reduziu a número de horas trabalhadas os ofícios, as ocupações de homens e mulheres, tornando

o tempo, ou pelo menos o tempo de trabalho, uma espécie monetária [...] [Vai] emergir [...] um universo onde tanto a terra como o tempo serão tomados enquanto unidades de capital [...]. O tempo será tomado enquanto tempo abstrato, já totalmente desterritorializado das antigas formas de encarar as mudanças e as transformações na natureza. [Ele será dividido inteiramente] em fatias: tempo de trabalho, tempo de deslocamento, tempo de repouso, tempo de dispêndio de força e tempo de reposição de energia. [Portanto,] a vida, no Regime do Capital, será concebida enquanto campo de investimento monetário (p.96).

Assim, para a construção da concepção abstrata do tempo, que é sua transformação em um elemento, que passa a ser entendido no dia a dia como um “elemento constituído de horas, minutos e segundos” (p.90), foi necessário anular tudo que havia de singular no tempo do mundo antigo, no qual cada instante era marcado por características próprias, um tempo que era vivido de acordo com os ritmos da natureza, tanto física quanto orgânica, que determinava o ritmo de vida das pessoas. Operou-se no capitalismo a construção de um novo sentido de tempo, o que provocou mudanças radicais nos modos de viver das pessoas. “A própria ideia de tornar o tempo mensurável, a partir dos dispositivos criados já dentro de um sistema de precisão, é primeiramente se colocar à parte desse movimento temporal no qual se encontrava inserido, como que podendo de repente, *abordá-lo de fora*” (p.91) (grifo nosso).

Thompson (2002, p.268) vai-se perguntar até que ponto essas mudanças na percepção do tempo teriam a ver com a divulgação do relógio a partir do século XIV, ou se elas seriam “o sintoma de uma nova disciplina puritana e exatidão burguesa”. “À medida que o século XVII avança, a imagem do mecanismo do relógio se expande, até que, com Newton, toma conta do universo. E pela metade do século XVIII [...] o relógio já alcançara níveis mais íntimos” (p.268-269).

O autor vai problematizar as possíveis implicações entre a mudança no senso do tempo na sociedade industrial, a própria percepção interna do tempo pelos trabalhadores e a questão da disciplina de trabalho nessa nova era. É indiscutível que para se consolidar o novo modo de produção industrial houve complexa mudança nos níveis macrossociais; por exemplo, no registro das relações do homem com o trabalho, como “novas disciplinas, novos estímulos” (p.269), e também outras, mais sutis, mas igualmente importantes na produção de novas subjetividades, “nova natureza humana em que esses estímulos atuassem

efetivamente” (p.269), para consolidar a nova sociedade emergente. Entre essas, ele aponta muitas mudanças de hábitos de vida em que a percepção interna do tempo participa de modo altamente relevante.

A regulação do tempo de trabalho pode ser feita independentemente de qualquer relógio – e, na verdade, precede a difusão desse mecanismo [...] Na metade do século XVII, os fazendeiros ricos calculavam as suas expectativas da mão de obra contratada em “dias de trabalho” [...]. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo [...] [Aqui] o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta (p.272).

Foi na década de 1790, quando a Revolução Industrial demandava maior sincronização do trabalho, que aconteceria a ampla popularização de relógios, tanto portáteis quanto não portáteis, até então símbolo de *status*, prestígio e riqueza (p.279). “O pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço” (p.279).

Prestar atenção ao tempo no trabalho, segundo Thompson, está relacionado a um tipo de trabalho que exige sincronização entre diversas etapas ou fases de produção. No caso da manufatura de escala doméstica ou em pequenas oficinas, mesmo havendo divisão de tarefas, era divisão ainda não muito complexa, e prevalecia o tempo orientado pela realização das tarefas. Nesse sentido, de acordo com o ritmo do trabalhador e os imprevistos que pudessem acontecer, seu dia de trabalho poderia ser prolongado ou encurtado (p.280).

No início da época manufatureira existiam muitas ocupações mistas, ou seja, um mesmo trabalhador da comunidade participava da pesca, da agricultura e da mineração, bem como proprietários de terra se dedicavam a cultivá-las, e ainda quem cuidava da construção de carroças também fazia o transporte, por exemplo (p.280-281).

No século XVII, portanto, o ritmo do trabalho era irregular: como o tempo de trabalho era marcado sobretudo pela realização das tarefas a desempenhar, terminada a tarefa,

terminava-se o trabalho, e, com isso, o ritmo de trabalho semanal não apresentava regularidade. Não havendo um padrão rígido de trabalho, não havia carga horária a cumprir diária nem semanalmente. Alternavam-se momentos de intensa atividade com outros de ociosidade. Os trabalhadores nessa época ainda detinham controle sobre sua vida produtiva. Mas esse ritmo de trabalho era alvo de lamentações e reprovações de moralistas e mercantilistas, que criticavam a maneira de esses trabalhadores viverem: trabalhar, ganhar seu dinheiro para a subsistência e para a diversão, muitos deles não se preocupando em retornar à labuta enquanto ainda tivessem dinheiro no bolso, sem que houvesse, assim, um propósito acumulativo incorporado à atitude dos trabalhadores (p.282).

A irregularidade¹⁷ do dia e da semana de trabalho estava estruturada, até as primeiras décadas do século XIX, no âmbito da irregularidade mais abrangente do ano de trabalho, pontuado pelos seus feriados e feiras tradicionais [...] O Povo se agarrava tenazmente às suas festas e cerimônias consagradas pelo costume na paróquia, e até pode lhes ter dado maior vigor e dimensão (p.285).

Thompson chama atenção para a importância de se examinar como as mudanças ocorridas na sociedade, na passagem para o capitalismo industrial nascente são experimentadas pelas pessoas. Afirma que não basta examinar apenas as transformações das técnicas de manufatura que passam a exigir “maior sincronização de trabalho e maior exatidão nas rotinas do tempo” (p.289). Nesse sentido, o que ele quer focar na transição é como emerge uma “resistência à mudança” e/ou a “aceitação”; onde transitam os “sistemas de poder, as relações de propriedade, as instituições religiosas, etc.” (p.288).

1.2.1. A produção da disciplina do tempo – uma produção subjetivante na emergente sociedade capitalista

Em sua análise sobre essa passagem de um tipo de sociedade para outro, Thompson mostra um duplo aspecto surgido com a mudança na relação da sociedade com o tempo. Se

¹⁷ Mas poderíamos problematizar o termo “irregularidade” utilizado por Thompson aqui, porque no “tempo do mais ou menos” não podemos falar em irregularidade já que não havia um padrão a ser seguido, uma padronização nas formas dos processos do trabalhar.

preocupa concomitantemente com a transformação na percepção do tempo condicionada à introdução de novas tecnologias para sua medição e com a medição do tempo, que, no novo sistema emergente, se tornou um meio de exploração da mão de obra.

A transição de modos de vida da sociedade não capitalista para a capitalista foi “demorada e carregada de conflitos na Inglaterra” (p.289), país em que ocorreu a primeira Revolução Industrial. Uma das questões problemáticas que gerou muitos conflitos e resistências aos novos modos de vida na emergente sociedade capitalista, que começava a se apropriar dos hábitos e modos de vida daquelas pessoas, foi justamente a forma como os trabalhadores lidavam com o tempo, o que atrapalhava os planos propagandistas do novo regime do capital.

Esses propagandistas não dispunham na época de aparelhos disciplinadores fortes e com grande poder de capilarização na sociedade, como a escola e os grandes meios de comunicação, por exemplo, que participassem do processo de produção de uma nova forma de lidar com o tempo, as rotinas de trabalho e a produção, necessários para o sucesso do novo regime econômico. A escola, por exemplo, era apenas para os mais abastados financeiramente, não era um aparelho de Estado para todas as pessoas.

O autor observa que o processo de consolidação da Revolução Industrial foi longo e que a visão dos “propagandistas da disciplina” (p.289) sobre a cultura popular nos distritos manufatureiros da Inglaterra do início do século XVIII era a pior possível. Ele cita declaração de Josiah Tucker em 1745:

‘As pessoas das inferiores’ eram totalmente degeneradas. Os estrangeiros (pregava) consideravam ‘as pessoas comuns de nossas cidades populosas os miseráveis mais dissolutos e depravados na face da Terra’: ‘Tanta brutalidade e insolência, tanta libertinagem e extravagância, tanta ociosidade, falta de religião, blasfêmias e pragas, tanto desprezo por tudo quanto é regra e autoridade [...]. O nosso povo se embebedou com a taça da liberdade’.(p.289).

A percepção dos ritmos de trabalho da população por parte das doutrinas mercantilistas, portanto, era extremamente negativa, e lhes parecia ser necessário agir com extremo rigor e severidade para mudar esses hábitos. Uma das formas encontradas seria a manutenção de

salários baixos “para prevenir o ócio” (p.289), o que só iria mudar na segunda metade do século XVIII, quando “os incentivos salariais ‘normais’ do capitalismo parecem ter começado a se tornar amplamente efetivos” (p.289).

Essa, entretanto, foi apenas uma das estratégias utilizadas, tendo sido experimentadas inúmeras outras, que fizeram parte da produção da disciplinarização do trabalho, visando à consolidação do novo regime capitalista. Um exemplo foi o “Livro de leis” da Siderúrgica Crowley, elaborado pelo proprietário da siderúrgica. Esse código, é ainda Thompson que informa, “chegava a mais de 100 mil palavras, para governar e regular a sua força de trabalho rebelde” (p.289), como ilustra este fragmento:

[O] serviço deve ser calculado ‘depois de descontadas todas as idas às tavernas, cervejarias, cafés, o tempo tirado para o café da manhã, almoço, brincadeiras, sonecas, fumo, cantorias, leitura de notícias, brigas, lutas, disputas ou qualquer coisa alheia ao meu negócio, e outra forma qualquer de vadiagem’. O supervisor e o diretor da fábrica tinham ordens para manter uma folha de controle do tempo de cada diarista, com registros anotados com precisão de minutos, informando ‘Entrada’ e ‘Saída’ [...] [Além disso], ‘nenhuma pessoa deve calcular o tempo por nenhum outro relógio de parede, sino, portátil ou relógio de sol que não seja o do supervisor, o qual só deve ser alterado pelo guarda do relógio [...]’ (p.290).

As máquinas também foram importante complemento disciplinador dos trabalhadores, pois ajudavam a estabelecer o ritmo do trabalho, colaborando, assim, para o controle do tempo. Houve, então, a experimentação de muitas práticas disciplinares e muitas tentativas de adestramento do tempo dos trabalhadores. Foi, portanto, processo lento, movido por erro e acerto, objetivando a incorporação de uma nova maneira de lidar com o trabalho e utilizando práticas de punição e repressão, como, cortes de salário e dispensas, em função de atrasos e faltas, e outras de incentivo ao “bom trabalhador”, que cumpre o horário prescrito e produz conforme o esperado.

Os detentores dos novos modos de produção logo perceberam que lidar com essa questão de forma puramente disciplinar, repressora, imposta na fábrica não daria conta sozinha de mudança mais profunda no significado do trabalho para a sociedade, necessária para o desenvolvimento desse modo de produção. Assim, o “uso-econômico-do-tempo” teria que

estender-se além dos distritos manufatureiros, imprimindo choque mais amplo na vida social e doméstica (p.291).

Muitas foram as tentativas nessa direção; por exemplo, a criação de manuais ou instruções para o povo, objetivando mudança de hábitos cotidianos, tentando imprimir a ideia de que quase tudo que não dizia respeito ao trabalho *stricto sensu* seria considerado perda de tempo, posto que o tempo deveria ser usado para ganhar dinheiro. Começa assim a plasmar-se a ideia, fundamental para o capitalismo, de que tempo é dinheiro, incluindo a administração do tempo que se usa à mesa de refeições ou nas festas da comunidade, por exemplo. Fragmentos dessas instruções direcionadas ao povo bem ilustram seu teor: “A necessidade de levantar cedo forçaria o pobre a ir para a cama cedo; e com isso impediria o perigo de folias à meia-noite”. O hábito de levantar cedo também “introduziria uma regularidade rigorosa nas famílias, uma ordem maravilhosa na sua economia” (p.292).

1.2.2. A participação de instituições religiosas na produção de subjetividades capitalísticas

Durante os últimos anos do século XVIII e primeiros do XIX, continuaram sendo inventadas estratégias moralistas de combate aos costumes que atrapalhavam a plena construção do modelo capitalista de produção. A escola também viria a inculcar hábitos disciplinares do “uso-econômico-do-tempo”, colaborando para o desenvolvimento do novo modo de produção que surgia. “[O Reverendo J. Clayton] elogiava as escolas de caridade por ensinarem o trabalho, a frugalidade, a ordem e a regularidade: ‘os estudantes ali são obrigados a levantar cedo e a observar as horas com grande pontualidade’” (p.292).

Até agora vimos brevemente como as pressões disciplinares, digamos, externas, se impuseram ao trabalhador no início e por longo tempo ainda durante a consolidação do capitalismo. Chega a hora, porém, em que essa disciplina, esse *modus operandi* capitalista será incorporado pela sociedade em geral, provocando relevante questionamento em Thompson: “até que ponto era imposta, até que ponto assumida?” (p.294-295). O autor vai

sugerir que é preciso situar a questão “dentro da evolução da ética puritana” (p.295) religiosa.

Não se pode afirmar que haja algo radicalmente novo na pregação da diligência ou na crítica moral da ociosidade. Mas há talvez um novo tom de insistência, uma inflexão mais firme, quando esses moralistas que já tinham aceito a nova disciplina para si mesmos passaram a impô-la aos trabalhadores (p.295).

Acrescenta ainda que, antes mesmo de o povo como um todo ter acesso ao relógio portátil, foi oferecido “a cada homem o seu próprio relógio moral interior” (p.295). Nesse sentido, em muitos guias cristãos havia orientações aos fiéis sobre como “Redimir o Tempo: ‘empregar todo o tempo para o dever’” (p.295).

As imagens do tempo como dinheiro são fortemente acentuadas [...] “Lembrai-vos de que Redimir o Tempo é lucrativo [...] no comércio ou em qualquer negócio [...]. Costumamos dizer, de um homem que ficou rico com seu trabalho, que ele fez bom uso de seu tempo” [...] A perda de tempo é intolerável, porque irrecuperável [...] O próprio nome de “metodistas” enfatiza essa administração do tempo (p.295-296).

Poderíamos afirmar então que todas as prescrições em relação ao tempo nessa época traziam em seu interior o objetivo de domesticar, disciplinar a vida da sociedade, sob a égide de uma nova moral, rígida e com forte senso religioso puritano – uma moral que se colocava como universal, porque teria como avalista o próprio Deus; que se voltava para o domínio da vida material, mas não para ser usufruída nesta vida, mas em outra, após a morte, em que o homem prestaria contas de seu comportamento, o que de certa forma significava seu empenho no trabalho de forma moral para não desperdiçar seu tempo em prazeres mundanos, posto que as prescrições pregavam a renúncia aos prazeres e atividades lúdicas.

O prazer, portanto, vai ser destacado na vida cotidiana, passando a ser associado ao ócio, à perda de tempo, ao demônio, às tentações, ao pecado, e, assim, logo, logo, um trabalho ou atividade prazerosa passaria, no imaginário social, a não ser considerado trabalho, pois, para ser valorizado, o trabalho exigiria sacrifício, luta, rigor, disciplina, garantindo, assim, que seu executor viesse a merecer não só reconhecimento social, mas também, diante de Deus, a vida eterna no paraíso. Essa dicotomia foi tão bem sedimentada, que até hoje ainda

tem forte influência em grande parte de nossa civilização, ainda que não seja de forma consciente.

Vinheta clínica 1

Observamos em alguns jovens que nos procuram para fazer orientação profissional discurso muito semelhante quando em determinado momento do processo se deparam com atividades de que gostam muito e cujo aprendizado lhes é fácil; poderiam, portanto, desenvolvê-las em futura profissão, mas dessa possibilidade eles nem sequer cogitam a princípio, devido à imediata associação com atividade de lazer e não de trabalho, posto que lhes proporcionam muito prazer – trabalho em seu imaginário está associado a dever, dificuldade, esforço, enfim a um departamento da vida destacado em que o prazer não é valor tão importante.

Assim, a partir da era moderna o tempo passa a ter caráter muito mais utilitário: tem que ser aproveitado para realizar coisas úteis para a sociedade, principalmente um trabalho heterodeterminado.

Por meio de tudo isso – pela divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes – formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina de tempo. A mudança levou às vezes várias gerações para se concretizar [...], sendo possível duvidar até que ponto foi plenamente realizada [...] Durante todo o século XIX, a propaganda do uso-econômico-do-tempo continuou a ser dirigida aos trabalhadores [...]. As homilias se tornaram pequenos fragmentos [...] sobre homens humildes que tiveram sucesso porque se levantavam cedo e trabalhavam diligentemente (p.298).

De qualquer modo poderíamos dizer que a partir da Revolução Industrial, as sociedades industriais maduras, de todos os tipos, “são marcadas pela administração do tempo e por uma clara demarcação entre ‘trabalho e vida’” (p.300).

O puritanismo, com seu casamento de conveniência com o capitalismo industrial, foi o agente que converteu as pessoas a novas avaliações do tempo; que ensinou as crianças a valorizar cada hora luminosa desde os primeiros anos de vida; e que saturou as mentes das pessoas com a equação “tempo é dinheiro” (p.302).

O tempo, portanto, como mercadoria que precisa ser gasta de forma produtiva de acordo com a lógica do capital, é marca muito significativa da sociedade até os dias de hoje.

Vinheta clínica 2

Em Orientação Profissional é muito comum ouvirmos de jovens estudantes que não conseguiram entrar na universidade num primeiro vestibular ou de estudantes de graduação insatisfeitos com suas escolhas, frases como estas: “Não posso perder mais tempo, preciso *ter certeza* da minha escolha porque este ano já *foi perdido*, já devia estar na universidade!” ou “Estou preocupado, já estou muito velho para começar tudo de novo [universitário de 22 anos, referindo-se à ideia de começar novo curso]; devia ter escolhido melhor, perdi meu tempo!”

Assim, com o capitalismo aprisiona-se o tempo em valores de troca, diríamos, ligados à produção não só do lucro direto de ganho monetário, mas como uso subjetivo de um tempo que necessariamente tem que ser gasto com coisas úteis, que são aferidas em termos moralizantes, e que implica controle e aprisionamento extremos, cujo referencial será a utilidade em lógica capitalista numérica em detrimento dos valores qualitativos da vida em geral – inequívoca e subliminar associação do tempo ao dinheiro.

Para terminar esta abordagem do tempo na consolidação do capitalismo, trazemos dois exemplos de diferentes modos de percepção e vivência do tempo que assim produzem também mundos diferentes e singulares. Eles ilustram o fato de que a percepção do tempo é construção não só histórica, mas culturalmente produzida, dependendo, portanto de complexa rede de relações de força e poder. O primeiro é de Evans-Pritchard,¹⁸ que estudou o povo nuer.

Os nuer não têm expressão equivalente a “tempo” na nossa língua, e assim não podem, como nós, falar do tempo como se fosse algo real, que passa, que pode ser desperdiçado, poupado, e assim por diante. Acho que jamais experienciam o mesmo sentimento de lutar contra o tempo ou de ter que coordenar as atividades com a passagem abstrata do tempo, porque seus pontos de referência são

¹⁸ EVANS-PRITCHARD, E.E. *The nuer* (Oxford, 1940), p.100-4, apud THOMPSON, 2002, p.302-303.

basicamente as próprias atividades que têm em geral caráter de lazer. Os acontecimentos seguem uma ordem lógica, mas não são controlados por um sistema abstrato, não havendo pontos de referência autônomos a que as atividades tenham de se ajustar com precisão. Os nuer são felizes.

O outro exemplo é fala de um chefe da tribo Tiavéa, da ilha longínqua de Upolu, parte do arquipélago de Samoa, na Polinésia, chamado Tuiávii, que apresenta sua percepção da relação com o tempo estabelecida pelo homem branco europeu, com quem ele entrou em contato em suas viagens por vários países da Europa.

O Papalagui (homem branco) nunca está satisfeito com o tempo que tem [...], dividindo e subdividindo em pedaços cada dia que se levanta de acordo com um plano muito exato [...] O Papalagui disse faz uma ciência importante: os homens, as mulheres, até as crianças [...] usam [...] presa a correntes grossas de metal, ou pendurada no pescoço, ou atada com tiras de couro ao pulso, certa pequena máquina, redonda, na qual lêem o tempo [...] Esta máquina, fácil de carregar em dois dedos [...]. Mas também existem máquinas do tempo grandes e pesadas, que se colocam dentro das cabanas [casas], ou se suspendem bem alto para serem vistas de longe [nas catedrais]. Para indicar que passou uma parte do tempo [...] ao mesmo tempo, a máquina grita [...] produz-se mesmo muito barulho, um grande estrondo nas cidades europeias quando uma parte do tempo passa. Ao escutar este barulho, o Papalagui queixa-se: "Que tristeza que mais uma hora tenha se passado". O Papalagui faz, então, uma cara feia, como um homem que sofre muito; e no entanto logo depois vem outra hora novinha.

Só consigo entender isso pensando que se trata de doença grave [...] porque supondo que o Branco queira fazer alguma coisa, que seu coração queime de desejo [...] [mas] ele quase sempre estraga boa parte do seu prazer pensando, obstinado: "Não tenho tempo de me divertir". O tempo que ele tanto quer está ali, mas ele não consegue vê-lo (SCHEURMANN, 2003, p.49-50).

Essa fala nos traz de forma simples e potente o modo como se foi plasmando em nossa sociedade, pela transformação na forma de lidar com o tempo, uma certa desvinculação da vivência do momento presente com toda sua intensidade, ou seja, passamos a estar sempre mais preocupados com o que precisamos fazer amanhã ou ao contrário nos lamentando do que fizemos ou deixamos de fazer ontem.

1.3. O processo de uniformização da técnica

Assim como aconteceu com o tempo, também a técnica na experiência do trabalho do homem antigo vai sofrer aos poucos metamorfose na era industrial. No sistema artesanal, o artesão tinha um modo peculiar de relação com seu fazer, isto é, participava de forma mais

ativa desde a escolha dos materiais (da matéria-prima que seria utilizada), das ferramentas, até o modo como executaria o trabalho, passando pela resolução de questões e impasses que pudessem surgir. Não havia separação entre as etapas de planejamento e de execução (havia, portanto, maior espaço aberto de indeterminação entre elas), “permitindo a formação de diferentes maneiras de se relacionar com a obra, com a matéria, com as ferramentas, com as formas de reconhecimento, como de retribuição, etc.” (REZENDE, 1996, p.41), permitindo, portanto, novas composições. Havia, então, na arte e na técnica artesanal, participação do artesão em todas as operações que envolviam a obra. Os valores desse modo de produção estavam no campo da estilização e singularização da obra.

[...] A tecnologia permanece presa nas mãos do homem [...]. O trabalhador artesão [...] [é o] ‘senhor do processo’, desde que respeite a natureza dos materiais com que opera [...], na cerâmica e na roupa tecida, nas casas, nos relicários e nos túmulos, nas igrejas e nos palácios, o trabalhador produz não só para fazer aquilo que tem que ser feito [...] [mas também para] se expressar, deixar para trás de si uma mensagem selada (p.41-42).

O artífice como expressão/efeito de determinado agenciamento coletivo possuía, desse modo, maior autonomia no que diz respeito aos processos de trabalho conforme o andamento da obra. Integração da força de trabalho num “corpo que pensa, que sonha, que deseja, que reflete [...]” (p.33).

O aparecimento da nova ferramenta de trabalho – a máquina – determina o começo da gestação de radical transformação nas relações do homem com o trabalho. Esse novo instrumento trouxe para o ser humano algumas questões, como adaptação a novos mecanismos de aprendizagem, padronização dos ritmos de produtividade e modificação nas formas do pensamento empenhado na invenção.

Com o surgimento da organização científica do trabalho – o taylorismo –, surge novo saber sobre o trabalho, com o objetivo de aumentar a produção no menor tempo possível, aumentando, portanto, os lucros. Na tentativa de separação radical no fazer humano, entre o planejamento e a execução, ao trabalhador caberia só a execução. Assim no modo de produção capitalista, surge um tipo de saber a partir daqueles que não estavam envolvidos diretamente com a atividade, com o fazer concreto, produzindo importante mutação no mundo do trabalho,

ou melhor, no mundo das ocupações, porque no trabalho do mundo antigo, “as [...] operações [estavam] circunscritas em torno daqueles que as executavam” (p.24).

Isso porque o ritmo que animava as operações no sistema artesanal não era passível de unificação e padronização – como no ritmo mecânico; ele era operado por outra lógica, que não era a lógica da produção em série; o que estava em primeiro plano era o aspecto qualitativo do processo, tendo por objetivo construir uma obra perfeita,¹⁹ situação em que o artesão tinha o tempo como aliado. Além disso, como o tempo não tinha sido unificado, os ritmos do trabalho também eram governados por outra lógica, como vimos, modulada pelos ritmos da natureza, pelo ‘tempo livre’ de padrões universalizados a seguir; poder-se-ia parar aquele processo se fosse necessário, modificar a organização dos procedimentos, das etapas de realização, traçar um desvio, um atalho.

Nos próximos capítulos iremos abordar a temática da artesanaria, trazendo-a para além do sistema artesanal que vimos até agora, ampliando seu sentido, pensando o trabalho como criação de si e de mundo, e a possibilidade da dimensão da artesanaria atravessando o trabalhador engajado, articulando processos de trabalho a processos de subjetivação.

1.4. O processo de normalização dos indivíduos

Rezende (1996) inspirado por Koyré diz que a época moderna inventou a vida em termos de idades, a mensuração precisa da idade de um corpo, “não mais os termos vagos e imprecisos [...] [dos] calendários fantásticos, mas a exatidão da balança e a regularidade da curva...” (p.18). Começa a nascer o ‘universo da precisão’ por meio do surgimento de novos dispositivos: registros de nascimentos, recenseamentos, inscrições de datas, entre outros. Na “época moderna, tudo o que não for mensurável não é digno de ser pensado” (p.19).

¹⁹ Perfeita aqui no sentido de dar conta de determinada encomenda situada da melhor forma possível para aquela situação. Uma relação que se estabelecia singularmente entre artesão e usuário. Não tem, portanto relação com algum padrão universal de referência.

O problema do normal inicialmente, não diz respeito nem ao funcionamento de um organismo, e muito menos ao comportamento de um indivíduo. Chegará o momento de contagiar esses territórios, mas, primeiramente, normal aponta para o funcionamento de dispositivos de mensuração como conta-gotas, na sua regularidade e exatidão; como também para as medidas fiéis das bitolas dos trilhos de ferro (p.133-134).

O modo de produção capitalista vai exigir a normalização e a precisão nas formas de organização do trabalho, nas operações dos gestos de trabalho e na separação fundamental entre homem e obra, isto é, entre o trabalhador e o produto de seu trabalho; esta última condição será fundamental para a padronização das etapas de trabalho e, com isso, o estabelecimento de critérios de avaliação da qualidade do trabalho do operário, criando-se a figura do operário-padrão, ou seja, um modelo a ser seguido ou alcançado. Normalização implica então padronização, criação de modelos. Nasce o trabalho associado à perspectiva da normalização. “A definição de normas industriais supõe uma unidade de plano, de direção do trabalho [...]. A normalização é considerada como uma solução para evitar a confusão de esforços, a singularidade das proporções, a dificuldade e a demora da substituição das peças, a despesa inútil” (CANGUILHEM, 1947, p.120-136).

O operário da Revolução Industrial é filho desse sistema de normalização técnica e padronização dos objetos. Seu corpo será um conjunto de gestos precisos, de ritmos cadenciados, de hábitos regulares, sua atividade será avaliada enquanto quantidade de tempo despendido [...] Essa homogeneização das forças que animam um corpo, reduzindo-as a unidades de força de trabalho, só pode se generalizar com o surgimento de um tipo de trabalho também já identificado com as formas comerciais [...] Além disso, o corpo do trabalhador será concebido em termos de vida útil, ou seja, enquanto tempo de dedicação laboriosa que se pode vender em um mercado de trabalho (REZENDE, 1996, p.95-96).

O processo de padronização do trabalho surge da observação do operário em atividade. Comparam-se vários operários realizando tarefa igual e observa-se quanto produziram em determinado tempo; calcula-se então a média de tempo e estabelece-se o número de operações sequenciais que otimizariam o processo de trabalho objetivando aumentar a produção reduzindo o tempo ao menor possível.

O problema do trabalho normal começa a ser esboçado primeiramente de forma matemática, depois será efetivado pela mecânica, através do estabelecimento dos ritmos normais e das operações normatizadas (p.74-75).

[No taylorismo haverá o] planejamento de uma peça standart e a formação de um indivíduo com gestos e movimentos padronizados. Todo um aparato, envolvendo testes de múltiplos aspectos e diferentes tipos de testagem, será colocado em ação na busca de um gesto adequado para uma função precisa (p.24).

No processo de normalização do trabalho a *recompensa* tornou-se o *salário*, ou seja, o reconhecimento passou da realização de uma obra que fosse perfeita e tivesse estilo para a troca pelo salário que o operário receberá ao final de sua jornada. Haverá conversão do tempo gasto com a feitura da obra em unidades monetárias. Quando pensamos em artesanaria, o envolvimento subjetivante com a obra, a recompensa acontece no próprio fazer. Já no novo regime, a recompensa passará para a ordem do número e será adiada: o operário precisará esperar completar o mês ou a quinzena, conforme o acordado com o patrão, para receber seu salário. Constata-se a tentativa pelo novo regime da produção de dicotomização entre trabalho e vida, ainda hoje buscada pelo já consolidado capitalismo; podemos questionar, entretanto, em que grau de obtenção de êxito nessa empreitada o capitalismo conseguiu avançar. Com certeza não grau máximo, pois, nos inspirando em Schwartz, observamos que há indissociabilidade entre atividade e vida, e sempre existe margem para criação e apropriação do meio pelo trabalhador. O que podemos afirmar é que a partir do capitalismo industrial há produção da despotencialização da vida, passando-se a associar o *fazer algo* com sentido criativo, constituinte de si, para aquele corpo muito mais a atividades fora do trabalho, embora isso não se confirme quando analisamos com rigor e cuidado os processos industriais humanos.

Essas ideias sobre o trabalho que foram produzidas a partir da modernidade tiveram e têm até hoje efeito desastroso na sociedade, produzindo acomodações a sentidos cristalizados sobre o trabalho, como, por exemplo, a crença de que “trabalho que é trabalho é penoso”, “exige sacrifícios”, “é um mal necessário”, o que provoca a nosso ver grande desperdício muitas vezes de vida, pois essas verdades consolidadas produzem vidas despotencializadas, tristes, de indivíduos que incorporam essa forma pensamento às questões de sua vida atual no trabalho, tão naturalizadas estão essas ideias na sociedade.

A recompensa no trabalho do mundo antigo não é da mesma natureza que o salário, ela não pode ser abordada através da conversão do tempo em unidades monetárias. Ela não é da ordem do número (que indica uma precisão), ela está mais para a ordem do peso (que aponta um prestígio) (p.33).

No mundo antigo, o reconhecimento pelo trabalho realizado era estabelecido por singular relação entre quem fazia e quem usaria. A encomenda da obra se dava de forma direta entre cliente e artesão, estabelecendo relação única entre eles; “uma relação de simpatia e gratidão com diversas maneiras de recompensa e reconhecimento” (p.33), sem qualquer semelhança com a conhecida figura do operário-padrão do mundo moderno.

Não se poderia imaginar essa forma de reconhecimento para com o trabalho do artesão. Não havia um padrão a ser seguido. O que não quer dizer que não houvesse uma série de recomendações a serem respeitadas, quer quando se tratava de talhar a madeira, de fundir o cobre ou de secar a argila. Mas [...] [havia] uma dose de liberdade para deixar um traço singular, a marca de quem fez, e um pouco de engenhosidade, para realçar a forma acabada da obra perfeita na satisfação de quem usa (p.34).

Rezende aborda aspecto interessante do trabalho na era industrial, que pretendeu aproximar o homem da máquina, isto é, tentar produzir uma espécie de ser vivo baseado no modelo da máquina, criando uma espécie de autômato, que agirá em função do rígido controle das operações que ele realizará na fábrica. Numa época de crescente padronização visando a maior produtividade, em menor tempo possível, para obter maior lucro possível, produzindo assim maior acúmulo de capital, o modelo da máquina passou a ser padrão de perfeição para atingir esses objetivos.

A máquina seria mais previsível do que o homem; ao ser programada, cumpre exatamente o que dela se espera, não precisa descansar com a frequência necessária ao homem. Com base em Georges Canguilhem, Rezende (p.51-52) sugere que, na máquina,

o todo é uma rigorosa soma das partes. O efeito depende da ordem das causas[...]. Uma máquina apresenta uma rigidez funcional nítida, rigidez essa cada vez mais evidenciada em sua prática de normalização[...][Quanto à finalidade da máquina][...] há mais finalidade na máquina que no organismo, já que a finalidade é rígida e unívoca, univalente.[...][Já] o vivo (natureza) [...]: tende para múltiplos fins, portanto indeterminações e paradoxos.

Essa tentativa mais ou menos eficaz de aproximar cada vez mais homem e máquina provocou mudanças dramáticas na subjetividade humana nesse modo de produção. Como, porém, lembra Canguilhem (1990), faz parte da natureza do vivo (senão não seria vivo) criar sempre novas normas de vida; assim, por mais subjugado que esteja, haverá sempre

um movimento de potência de criação, transformação, invenção que o autor chama de normatividade do vivo, embora em muitas situações, como na época do taylorismo, possa ser mais dificultada. Assim, o trabalhador da Revolução Industrial não se reconhece no que faz, não participa mais de forma completa de todas as fases do trabalho, só da execução e ainda assim de forma fragmentada.

Na Revolução Industrial haverá, portanto, profunda transformação no que diz respeito ao envolvimento do trabalhador com sua obra. Em função desse modelo de trabalho com operações parceladas, desconectadas, especializadas, cujo objetivo é a multiplicação de cópias, a reprodução em série, o trabalhador ficará desconectado do produto de seu trabalho, isto é, ele não terá mais domínio sobre sua produção, não sabe mais que ‘objeto’ produziu, o que constituirá novos modos de produção de subjetividades. Haverá de início uma desestabilização nesse campo da atividade humana, mas o homem carrega natureza normativa de tudo que é vivo e encontrará uma saída, ou saídas provisórias, produzindo novas constantes normativas, criando outras normas singulares para que a saúde prevaleça em meio a transformações tão radicais como essas.

A frase que inaugura a modernidade é: “tudo aquilo que não for mensurável não é digno de ser pensado” (KOYRÈ, apud REZENDE, 1996), como vimos, por exemplo, no que diz respeito ao tempo, do que se entende que só a forma da precisão indica sinal de respeito a ele. Mas

não será somente o tempo que será apreciado a partir desse novo operador, estabelecendo que o livro da natureza estava escrito em caracteres geométricos, mas todo um modo de pensar as coisas do mundo. Assiste-se então o aparecimento de uma série de instrumentos de precisão – que serão porta-vozes de uma natureza já totalmente remodelada (REZENDE, 1996, p.93-94).

A história da industrialização é marcada por debates de valores, em que dispositivos de normalização são construídos, comprometendo a normatividade²⁰ do trabalhador; em que alguns valores vencem durante certo tempo, abafando outros; essa luta, porém, não terminou; o mundo caminha, e novas lutas se travam, no momento presente, e outras se travarão. Não há, portanto, neutralidade nessa história nem, muito menos, linearidade.

²⁰ Conceito desenvolvido por Georges Canguilhem, que abordaremos no capítulo 2.

Poderíamos afirmar com base em Yves Schwartz que o que está presente em todas as épocas no que diz respeito ao trabalho é o debate/criação de valores e normas. Porque tanto o vivente humano quanto o trabalho como atividade não podem ser abordados pensando em nascimentos, mas sim em começos. Em outras palavras, o vivente humano e o trabalho nascem juntos nesta mistura indissociável em que atividade do vivente e meio criam-se de forma imanente, havendo permanente transformação de si e do mundo. O trabalho é essa ação, é um operador de saúde para o vivente, assim como também pode levar à doença, que potencialmente faz parte da vida.

É nesse sentido que, em nosso entender, trabalho e vida não podem ser separados; vemos a dimensão do trabalho imbricada e atravessada na dimensão clínica que buscamos afirmar e que, portanto, não entende o trabalho como campo de intervenção fora da clínica, o que, nos parece, só é possível por pensamento que conceba a subjetividade de forma idealizada.

1.5. A questão da comensurabilidade do trabalho

Em texto que aborda sua concepção de trabalho, Schwartz (2000b) traz discussão acerca da existência de aspectos que poderíamos considerar comuns e comensuráveis em diferentes realidades e processos da dimensão do trabalho humano, independentemente de período histórico ou de lugar geográfico considerado para análise e estudo.

Nesse caminho, ele vai pontuar a complexidade dessa questão e afirmar a impossibilidade de lidar com ela de forma sintética e restrita a pontos de vista disciplinares, fechados em si. Acontece algo interessante a respeito do conceito de trabalho; algumas correntes afirmam a unidade do conceito, que perpassaria todas as eras; algo universal; uma essência que pairaria sobre a história social do homem e que, portanto, poderia ser comparada, categorizada e identificada como trabalho. Outras, ao contrário, questionam²¹ essa possibilidade, alertando sobre o perigo generalizante de análise desse tipo, podendo torná-la inócua e inoperante. O que Schwartz (2000b, p.283) vai dizer a esse respeito é que,

²¹ Cf. sobre a discussão da comensurabilidade de análises comparativas de épocas e culturas diferentes: Capítulo 3: Racionalidade, relativismo, tradução e comensurabilidade, in: MIRANDA, 2008.

independente dessa legítima querela, não se deixa de escrever e pesquisar a respeito do tema trabalho em diversas disciplinas, correntes e escolas teóricas.

É necessário [...] se interrogar sobre as dimensões eventualmente comuns entre as práticas fabricantes das diversas épocas da Pré-história e as análises mais contemporâneas onde as relações sociais, as estratégias econômicas e organizacionais... aparecem determinantes para pensar a atividade industriosa.

O autor afirma que todo discurso sobre o trabalho que fica preso em um campo conceitual rigidamente construído, e, portanto heterodeterminante em relação ao trabalho que será analisado, será um discurso indireto sobre ele e não dará conta da complexidade de tal tema; a não ser por negação dessa complexidade, substancializando, essencializando a atividade laboriosa, como por exemplo, quando ela é “entendida como vocação, como convocação da humanidade” (p.283).

Conscientes desses perigos reais, numerosos são aqueles que recusaram se deixar prender à armadilha da questão, que recusaram as enganosas aparências de uma unidade conceitual e antropológica do trabalho e se perguntaram inicialmente, em quais referenciais epistemológicos, sociais, históricos, a noção mesma de trabalho desenvolveria um conteúdo no seio da linguagem e da vida social [...] Deram prioridade à investigação desses referenciais, pondo fim a todo inventário do que poderia passar em todos os lugares e tempos como “trabalho” (p.283).

Há, porém, algo de enigmático a respeito dessa questão, sobre a qual até autores que estão conscientes da heterogeneidade e relatividade dos conteúdos do tema trabalho não deixam de escrever e pesquisar; ela sempre ressurgue como questão problemática. Schwartz (p.284) formula a esse respeito esta observação:

Poder-se-ia mesmo fazer caminhar a tese de uma não homogeneidade fundamental do que poderia ser nomeado “trabalho” nas diversas formações culturais ou sociais se nós não apreendemos intuitivamente a unidade do campo que se vai em seguida fragmentar ou desestruturar para fazer anexar tal parte à tal época pelo “lazer”, a religião, a arte, ou por um domínio indiferenciado do tipo “fenômeno social total”. Se a heterogeneidade, a relatividade dos conteúdos seriam primeiras, a dissolução da unidade do conceito [...] [estaria dada. Mas] esse ceticismo, tão fecundo, jamais impediu de escrever Histórias do trabalho.

E o autor recusa a tese de que não haveria possibilidade de se pensar comensurabilidade possível nos atos de produção, na atividade industriosa humana, apesar de acontecerem “em conjunturas inteiramente distintas culturalmente” (p.284), ou seja, ele afirma a

possibilidade do estudo do trabalho como processo permanente de renormatização do meio e, portanto, incessante debate e criação de normas. Sendo esse aspecto do trabalho apontado por Schwartz como comensurável a todas as épocas e a todas as sociedades humanas, havendo, portanto, sim algo em comum, algo comensurável em todo trabalho humano. Ele afirma, entretanto, que é legítimo e necessário todo cuidado ao analisarmos o trabalho em outras épocas.

Colocando João Rezende (1996) nesse debate, apesar de ele seguir outro percurso em sua tese, percebemos alguma proximidade no pensamento desses autores não no que diz a respeito à questão da comensurabilidade do trabalho, porque Rezende não aborda essa questão; trata, no entanto, do trabalho enquanto acontecimento, enquanto emergências, fala sobre descontinuidades, mas sua análise mostra essas emergências que acontecem na história do homem industrial; em certa medida, portanto, ele se refere a algo em comum que perpassa diferentes sociedades. Rezende rejeita análises do trabalho humano que, embora voltadas para diferentes épocas ou culturas, mantêm valores e paradigmas de sua época, buscando encontrar, por exemplo, possível linha evolutiva entre diversos modos de produção, entre diferentes técnicas e ferramentas, em abordagem evolucionista, desenvolvimentista. Nesse sentido, Rezende e Schwartz, ainda que percorram caminhos diferentes e focalizem pontos distintos dessa complexa questão, cada um a seu modo, enriquecem esse debate.

Rezende (1996) aponta o grande equívoco das análises que pretendem encontrar linha evolutiva em meio a técnicas, ferramentas e domínio industrial humano, em que o caráter valorativo e quantificável do mundo do pesquisador passa a ser o paradigma referencial das análises. Sua tese, ao contrário, é pensar os processos de trabalho humanos enquanto “acontecimento”, traçando suas linhas de proveniência e emergência com uso do método genealógico de Michel Foucault. Portanto, ao construir essas linhas existe também a intuição de que o único *a priori* que poderíamos supor é a existência de um domínio industrial humano, tratando das emergências das formas de trabalho.

Schwartz (2000b, p.286) de certo modo fala algo parecido a respeito da comensurabilidade do trabalho humano: “Nos parece útil repensar as formas de imanência recíprocas da cultura e do ato fabricador, perspectiva que reconduziria verdadeiramente às hipóteses que olham sobretudo do lado da comensurabilidade dos atos de trabalho”. As ideias de Alain Wisner, citado por Schwartz, também se assemelham a essas quando trata das transferências de tecnologias

Alain Wisner foi conduzido a afirmar que “a convicção democrática segundo a qual cada ser humano é em potência igual aos outros” encontraria aqui confirmação, não dentro de um a priori filosófico mas “dentro do domínio industrial” (WISNER, apud SCHWARTZ, 2000b, p.284).

[Schwartz acredita] ser mais produtivo colocar a questão das comensurabilidades ou incomensurabilidades relativas entre atos de trabalho ali onde se colocam os desafios à intuição unificante; ali mesmo onde as formas de produção da vida social parecem mudar de regime, se inflectir bruscamente, questionando a continuidade dos domínios do que retroativamente, se identificara mais ou menos como atividade industriosa (SCHWARTZ, 2000b, p.284).

Ou seja, analisar a partir desses pontos de inflexão, como pistas complexas, que desestabilizam um pensamento que pretendesse ser linear na análise dos processos industriais humanos. Assim esses pontos vão “constranger o pensamento a justificar suas presunções de continuidade ou de descontinuidade, a analisar esses mistos de Mesmo e de Outro” (SCHWARTZ, 2000b, p.284).

Schwartz (2000b) reconhece a extrema antiguidade do que poderíamos reconhecer como trabalho, mesmo quando consideramos a pré-história do homem, a partir do que se chama “a liberação da mão”, em que cita os estudos de André Leroi-Gourhan (1983) que ilustram esta dialética homem/natureza, num esforço do homem sempre a recentrar o meio circundante produzindo sempre novas normas para viver nessa relação com a natureza, que de fato impõe desafios constantes. Schwartz percebe nisso um possível ingrediente para se pensar o conceito de trabalho que atravessaria as eras históricas, uma comensurabilidade possível do aspecto conceitual do trabalho.

No que diz respeito ao período entre o final do século XVIII e o início do XIX, no apogeu da Revolução Industrial, Schwartz traz a hipótese de que nesse período poder-se-ia vislumbrar uma pluralidade de paradigmas de industrialização e não apenas um. Ele

exemplifica afirmando que o desenvolvimento industrial então oscila entre dois paradigmas científicos, que produziram diferentes comportamentos industriais convivendo num mesmo espaço, de acordo com as atividades que os trabalhadores estavam exercendo.

Um dos paradigmas estaria voltado para a produção em massa, estando na “esfera do trabalho desqualificado, onde a estandardização *reduz à estiagem* as competências humanas e a eventual imanência do cultural e do histórico nas atividades dos produtores” (SCHWARTZ, 2000b, p.286), ou seja, produzindo o que Athayde (2010, p.10) refere como neutralização do saber operário que, antes da consolidação do taylorismo, tinha papel estratégico de resistência dos trabalhadores que possuíam uma variedade de práticas e ferramentas que lhes possibilitava, ainda que na fábrica, no início da Revolução Industrial “continuar trabalhando a sua maneira, definindo o ritmo da produção”. Portanto, na produção em massa o processo produtivo já não fica mais a mercê, nem na dependência de “homens extraordinários” (p.14) em seus ofícios. Empobrecendo assim drasticamente a necessária abertura de troca com o meio circundante – o enriquecimento que essa experiência sempre produz, tanto para o homem quanto para o desenvolvimento de sua atividade laboral – já que com o desenvolvimento do taylorismo nas indústrias havia extrema rigidez na realização concreta das tarefas dos operários na linha de produção, dificultando essa experimentação do trabalhador e, portanto, a produção de novos saberes pelos trabalhadores.

Nos primeiros tempos da Revolução Industrial tiveram grande importância muitos artesãos altamente qualificados que inventavam e construía engenhosas maquinarias para vários tipos de manufaturas. Eles eram empregados tanto com esse objetivo como para supervisionar todo o funcionamento dessa maquinaria. Assim muitas habilidades e competências técnicas de artesãos da época foram cruciais nessas primeiras fases da era moderna (THOMPSON, 2002) – habilidade e saber técnico que foram absorvidos e estudados, e milimetricamente categorizados pelo novo regime.

O taylorismo objetivou, portanto, de forma sistemática, retirar dos trabalhadores a posse “dos mecanismos sociais de produção, mobilização e renovação do saber-fazer”

(ATHAYDE, 2010, p.10) para depois “substituir esse conhecimento empírico pelo ‘científico’[...] uma outra racionalidade – um outro olhar, externo, analítico, objetivo, produtivista – sobre o trabalho, conforme os interesses do capital)” (p.11). Ignorou, porém, “o desgaste psicológico gerado por um trabalho fragmentado, repetitivo, monótono e sob pressão, desprovido de sentido em seu conteúdo, que pretendia tornar dispensável a inteligência e o pensamento (‘aparelho cognitivo’)” (p.13), provocando desordens psicossomáticas, devido à extrema antecipação do trabalho por outras pessoas através das prescrições meticulosamente planejadas. Separam-se trabalho e trabalhador de forma extremamente radical, ou seja, no trabalho o trabalhador é separado do que ele *pode*, de sua *potência* e mobilização de criação, procurando impedir a ressingularização no ato de trabalho.

Os impedimentos impostos à atividade cognitiva desorganizam toda a economia psicossomática, desprovendo-a de seu mediador (cognição). Se os efeitos mais visíveis aparecem sobre o corpo de quem trabalha, na verdade é porque uma primeira violência já incidira sobre o aparelho cognitivo, fragilizando a capacidade de luta do organismo contra o adoecimento, vulnerabilizando o trabalhador ao permitir o desabamento do aparelho psicoafetivo sobre o corpo (p.14).

O segundo paradigma a que Schwartz se refere é: “a produção flexível e qualificante” (SCHWARTZ, 2000b, p.286), que diz respeito à dimensão técnica e organizacional, portanto, tanto da alta gerência, na escala hierárquica, quanto dos pesquisadores em análise dos processos de trabalho, dos gestos, das atividades dos operários,²² ou seja, dos prescritores do trabalho e organizadores dos processos de trabalho – a esfera do trabalho considerado “qualificado, flexível às aprendizagens locais, abertas e circulantes, uma atitude para tratar a variedade e a inovação” (SCHWARTZ, 2000b, p.286).

Nesse sentido, na Revolução Industrial, seus mentores e organizadores estavam trabalhando sob o paradigma qualificante, ou seja, partiram da análise do trabalho concreto

²² Antes do desenvolvimento do taylorismo os operários qualificados, eram valorizados – os mestres de ofício que tinham o saber sobre o trabalho técnico que realizavam em seguida são de certa forma destituídos desse saber, apropriado então pelos pesquisadores da análise do trabalho, que o retornam aos operários já fragmentado, categorizado, cronometrado, enfim tornado um *não saber*, reduzido a mera operacionalização, não havendo mais necessidade de qualificação para o trabalho na indústria taylorista. A esse respeito cf. ATHAYDE, agosto de 2010.

dos operários qualificados, absorvendo e transformando esse conhecimento fruto da experiência em conhecimento operacional. Assim, paradoxalmente sob esse paradigma há a atenção pelos organizadores do trabalho a essa flexibilidade, mobilidade e invenção desses trabalhadores em atividade, que serão capturadas por essa intelectualidade a partir daquelas análises para em seguida o conhecimento ser fragmentado, destituído de sentido e devolvido aos operários da Revolução Industrial como conhecimento “científico” do que na visão da época seriam os melhores modos de realização das tarefas, nos melhores tempos possíveis e que renderiam maiores produtividade e lucros para o nascente capitalismo. “O uso da noção de paradigma, emprestada de Kuhn, nos situa bem aqui em um debate sobre a unidade dos comportamentos industriais, já que os paradigmas científicos são incomensuráveis entre eles, sendo inconscientes das regras que lhes dão coerência” (SCHWARTZ, 2000b, p.286).

E, assim, num mesmo período de tempo e num mesmo ambiente laboral considerado, encontramos a estruturação de diversos comportamentos industriais, mas que não contemplam também uniformidade em cada uma dessas dimensões. Por exemplo, no caso dos operários ditos não qualificados, no regime taylorista, na produção em massa, apesar da tentativa totalizante de automatização dos gestos visando à intensificação do trabalho e consequente aumento dos lucros na produção, destituindo-os de seus saberes e dificultando o desenvolvimento de novos saberes, mesmo assim havia renormatização, havia produção de pequenas variações do trabalho prescrito, havia desvios para tornar a tarefa realizável a contento, porque as prescrições sozinhas não dão conta do trabalho concreto, não dão conta das variabilidades imprevistas do meio laboral. O que Schwartz (2000b) chama então de “unidade enigmática” (p.287), que estaria presente em qualquer atividade de trabalho e, portanto, em paradigmas diversos que abordam o trabalho. Seria o que é comensurável no trabalho, ou seja, a impossibilidade de ser totalmente explicado, categorizado, capturado, havendo sempre algo que escapa à normalização.

Segundo Schwartz (2000b), “trabalhar é gerir” (p.288); o que aponta para a dificuldade sempre presente de codificar tanto as atividades dos setores de serviços quanto aquelas de

produção de bens, mostrando concomitantemente a riqueza e complexidade dessa dimensão.

Todo trabalho humano é o lugar de uma dialética – portanto de um uso problemático de si [...] entre um primeiro registro, aquele dos antecedentes normatizando e antecipando a atividade, misto complexo de adquiridos “patrimoniais” e de conraintes sociais e materiais se dissimulando mais ou menos sob os primeiros [sobre a atividade humana]: misto mais ou menos cristalizado segundo os períodos históricos, as circunstâncias sociais [...] [Ou seja], procedimentos verdadeiramente formalizados, em conceitos (procedimentos técnicos, conjuntos técnico-científicos, prescrições, ordens, normas organizacionais, gestionárias, etc.); e um segundo registro que seria aquele da insubstituível gestão das dimensões singulares da situação, que registra na atividade cotidiana de trabalho os elementos variáveis, históricos de toda situação, sua não repetibilidade integral. Este domínio exige formas de inteligência capazes não mais de antecipar os eventos nos dispositivos, métodos, os formalismos, os algoritmos ou as bases de conhecimento, mas de apreciar os desvios, de tomar as decisões, de inovar em função das experiências, de valores, de antecipações de projetos individuais e coletivos que não tem sobre o momento a forma linguageira do patrimônio e dos esquemas organizacionais caracterizando um “programa” (p.288).

Essa dialética, essa tensão existente entre o primeiro e o segundo registro²³ “pode ter valor heurístico” (p.288), viabilizando a resolução e também a produção de novas questões para o trabalho, para a atividade do trabalhador. Ou seja, a partir da experiência que se dá no registro dois, em suas formas concretas, essas questões poderiam a partir de minuciosas análises do trabalho ser reinvestidas em novas normas antecipadoras e desenvolvendo a atividade.

É na dimensão do segundo registro que a “história se infiltra em toda situação de trabalho” (p.289), mostrando a impossibilidade de se abordar a atividade laboriosa de forma totalmente essencialista. O segundo registro mostra o “recentramento parcial das normas antecipadoras por confrontação com as normas próprias dos coletivos, dos indivíduos, dos agrupamentos humanos” (p.289). Portanto, não se pode compreender a atividade industriosa humana

²³ O “registro Um” é a “trama” “é o que o humano converte em memória (objetos, técnicas, tradições, o codificado) para governar a atividade.(SCHWARTZ, 2010, p.105). O “registro Dois” é a “urdidura”, “é tudo aquilo que faz viver as técnicas, o codificado, num dado momento” (p.106), mas que se caracteriza por ser enigmático, não se deixa registrar facilmente, tem a ver com momentos-chave da atividade humana que não podem ser deduzidos apenas pelo registro Um, embora esse registro seja importante na análise dos processos de trabalho. Essas metáforas da trama e da urdidura são citações de Schwartz de Daniellou.

nas formas concretas, seus caracteres de produtividade, de qualidade, as formas de imanência nele na cultura, as solidariedades, os valores polêmicos, as relações de força [...] sem levar em consideração as configurações sócio-históricas nas quais os atos de trabalho se desenvolvem, a questão das relações entre essa dialética dos registros, interna a toda atividade industriosa, e as vicissitudes históricas dos modos de produção [...] [Portanto, o conceito de trabalho abarca sempre] uma relação social (p.289).

Assim, as formas dessa dialética variam em diferentes modos de organização da atividade de trabalho, ao longo de cada momento histórico – de forma mais geral – e mesmo dentro de determinado momento, como no exemplo do período analisado da Revolução Industrial, em que várias dialéticas se processavam ao mesmo tempo.

A “intuição de uma comensurabilidade enigmática dos comportamentos [...] industriais na história humana” (p.289) só pode ser explorada através da percepção da existência dessas “forças de reconvocação/validação concretas” (p.289) que presenciamos na atividade real dos trabalhadores. Poderíamos dizer que a comensurabilidade habita essa relação de forças, esse debate de valores que o tempo todo se apresenta ao trabalhador no dia a dia do trabalho. A comensurabilidade, que não se caracteriza por essencialismo inoperante e estéril, só existe na atividade concreta, na imanência trabalhador/atividade/meio. Schwartz (2000b) afirma então que

a experiência tenderia a nos mostrar que o compartilhamento de uma abordagem do trabalho nestes termos pode ser o caldeirão de uma verdadeira cooperação interdisciplinar: a ergonomia [...], as ciências da linguagem [...], a economia [...], a história [...] podem emprestar-se apoio, convocadas pelas situações concretas (p.289).

O autor é enfático ao afirmar que todo conhecimento do trabalho deve ser submetido “a uma perspectiva clínica”, ou seja, para aproximar-se de forma mais precisa de sua compreensão, deve-se sempre levar em conta os protagonistas do trabalho em sua relação com o meio circundante e, portanto, a sempre presente ressingularização que há em todo ato de trabalho (SCHWARTZ, 2000b).

Portanto a questão epistemológica que se coloca para Schwartz (2000b), que ao mesmo tempo é também operacional a respeito do “poder de antecipação dos conceitos”

construídos sobre “as realidades industriais”, é que todo saber construído nesse campo tem parcialmente como instrutores os diversos protagonistas do trabalho e de modo concomitante retorna em parte para os protagonistas, como instrução, em intensa dinâmica de produção de conhecimento nessa grande “história da produtividade do trabalho” (p.289).

1.6. O domínio do *trabalho* habitaria um lugar privilegiado nos processos históricos das relações sociais?

As transformações no mundo do trabalho e, junto com elas, as transformações das relações sociais ocorrem constantemente em todo processo histórico (ORGANISTA, 2006, p.9). Com base nessa afirmativa Organista desenvolve discussão a respeito do que apregoam analistas sobre o mundo contemporâneo, no sentido de que o trabalho estaria deixando de ser uma categoria analítica importante de análise das relações sociais, ou seja, está perdendo seu lugar central. Esses analistas baseiam-se nas transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas do século 20,²⁴ em que se percebe drástica diminuição do emprego estável e assalariado,²⁵ com aumento, portanto, do desemprego, do trabalho precário, dos autônomos, dos cooperativados, produzindo, assim, novas dinâmicas produtivas em que a flexibilização das regras trabalhistas são ampliadas e com isso novas relações sociais se produzem.

Segundo Organista (2006, p.10) alguns autores como André Gorz (1982), Clauss Offe (1989), Robert Kurz (1992), por exemplo, entram nesse debate afirmando, de modo geral, que “o trabalho deixa de ser uma categoria analítica importante para compreender as relações sociais em virtude das transformações quantitativas e qualitativas” do trabalho no mundo contemporâneo, estando nós presenciando o nascedouro de uma sociedade pós-trabalho.

²⁴ Quando ocorreram enormes inovações tecnológicas, trazendo como importante consequência a diminuição drástica de vários postos de trabalho no mundo todo, com extinção, aliás, de muitas atividades profissionais.

²⁵ Acarretando o deslocamento de grande massa de pessoas para o mercado de trabalho informal.

A análise de Organista insere-se nesse debate teórico sobre a fragmentação ou não da centralidade do trabalho como categoria de análise das relações sociais em nossa época e da problematização dessa categoria como sendo na verdade indispensável para a análise dessas relações em qualquer época. Em sua opinião há um equívoco dos adeptos da afirmativa de que o trabalho deixará de ser essa categoria analítica importante, equívoco que diz respeito à identificação de trabalho com emprego, por aqueles autores.

Ele vai, portanto discordar dessas análises que apontam o enfraquecimento desse indicador analítico – o trabalho – embora reconheça o impacto das mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho. Afirmar que o trabalho permanece como categoria importante de análise na sociedade contemporânea, embora incorporando “maior complexidade, heterogeneização e fragmentação” (p.12).

Entre outros autores, cita Lukács, que afirma que o trabalho funda o mundo social e o ser social, tendo, portanto caráter ontológico. O mundo social humano, contudo, não se limita ao trabalho, que ao mesmo tempo constitui as relações entre os homens e por essas relações é constituído.

Assim, o trabalho funda algo que não se reduz a ele próprio, que dele transborda e é, portanto, distinto de si mesmo: a amplitude do mundo dos homens. Entretanto, sendo “uma categoria social, ele somente pode existir enquanto participe da totalidade social; neste sentido [...], é constituinte e constituído pelas relações entre os homens” (p.14).

Há, portanto, importante distinção entre a maneira de pensar o trabalho como “intercâmbio orgânico e eternamente ineliminável do homem com a natureza” e de pensá-lo como conceito puramente abstrato “produtor de mais-valia” que é uma forma datada historicamente “de exploração do homem pelo homem” (p.14).

Segundo Organista (2006) é a partir do século XVIII, quando o capitalismo começa a tornar-se o modo hegemônico de produção, que o trabalho adquire dupla face, ou seja, torna-se ao mesmo tempo direito e dever.

Compartilhamos com o autor a hipótese de que o trabalho não é mero instrumento social de sobrevivência física; seu papel, bem mais complexo, inclui questões valorativas e de sentido construídas no viver. De acordo com suas pesquisas, o trabalho, como conceito de valor, muda conforme os momentos e circunstâncias históricas, porque “os valores são construções históricas que medeiam o processo de ruptura ou continuidade na produção e reprodução social” (p.29).

O taylorismo é marcado por racionalidade econômica que promoveu mudanças radicais nos processos de trabalho nas indústrias, imprimindo “novo sentido ao trabalho” (p.29) ao separar o homem de sua força de trabalho, além de transformar o trabalho “de uma atividade que fazia parte da vida [em] [...] meio de ganhar a vida” (p.29). O que poderia parecer mera questão de retórica, na verdade opera relevante diferença de mudança de sentido, o que foi sendo construído a partir do século XVIII.

Foi, portanto, sendo plasmado um sentido para o trabalho, poderíamos dizer, separado do acontecer da vida, passando a ser visto e vivido quase como entidade moral, papel que necessariamente se deve cumprir para sobreviver, com exceção dos abastados, os que não precisariam “ganhar o pão com o suor de sua face”. É nesse aspecto que o trabalho passa a habitar o imaginário humano, pelo menos em nossa sociedade ocidental, como não sendo vida – que estaria fora do trabalho, nos finais de semana, nas férias, numa futura aposentadoria, ou no ardente desejo de ganhar na loteria um grande prêmio em dinheiro para poder enfim parar de trabalhar. A vida, então, se daria em outra dimensão, separada do trabalho. É comum ainda hoje escutarmos um jovem que está em dúvida sobre qual carreira seguir, que mesmo gostando, por exemplo, de música, ou teatro, ou pintura nunca ter cogitado pensar-se profissional dessas áreas, pois se tiver prazer nisso, tiver gosto por estudar isso, não seria trabalho, mas lazer. Constituiu-se no imaginário social a ideia de que lazer e trabalho pertencem a dimensões diferentes da vida. Vemos, portanto, como a palavra trabalho ainda é tão carregada de dicotomias, valores, ambiguidades, enfim complexas questões, que precisamos problematizar.

Seguindo essa pista da dicotomização trabalho/vida encontramos um pilar fundamental na construção da sociedade capitalista com seu modelo racional de organização do processo de trabalho, que objetiva intensificar o trabalho para aumentar os lucros e no qual o saber do operário especializado foi categorizado, medido, transformado em elementos que a ele retornam como tarefas simplificadas, totalmente esfaceladas e descaracterizadas, transformando-se, portanto, em outras. Nesse processo o trabalhador foi perdendo seu saber e, assim, seu poder, sua autonomia e a integralidade de seu fazer. Ele passa a ser força de trabalho, que será negociada em troca de um salário mensal. Cria-se uma dicotomia radical: força de trabalho, separada do produto do trabalho, que não lhe pertence. A força de trabalho passa a ser mercadoria que o capitalista compra mais barato para ser utilizada em seu negócio gerando lucros muito maiores do que o que volta para o trabalhador como salário.

Num livro intitulado *O Papalagui* (SCHEURMANN, 2003) reúnem-se vários comentários do chefe indígena Tuiávii, da tribo Tiavéa, que objetiva contar para seu povo, seus compatriotas polinésios a forma de viver do homem branco europeu, com quem teve contato em sucessivas viagens por todos os países desse continente junto com um grupo de teatro popular. Por pertencer a uma cultura totalmente diferente daquela do branco europeu, ele o observou através de paradigma totalmente diverso, o que lhe provocou interessante estranhamento que rende comentários surpreendentes, capazes de nos provocar deslocamentos e questionamentos através da alteridade desse olhar. Num desses comentários do chefe Tuiávii, ele pondera:

Chamaríeis louco todo aquele que pedisse das vossas mãos apenas um só trabalho, como se todos ou outros membros e sentidos do vosso corpo fossem aleijados e mortos. É daí que vem a miséria maior do Papalagui²⁶ [...], afinal há de enfurecer-se, há de querer romper as correntes que o prendem, pois não há coisa que pese tanto ao homem quanto fazer sempre a mesma coisa [...]

Há uns [papalaguis] que apenas levantam ou abaixam a mão, ou empurram um pau, numa sala suja, sem luz, nem sol; nada fazem que exija esforço ou dê prazer. No entanto, segundo o modo de pensar do Papalagui, é absolutamente necessário que eles levantem e abaixem a mão ou que empurrem uma pedra pois é isso que faz andar ou regular a máquina que fabrica [...], por exemplo, conchas para calças [botões], ou seja o que for. Existem menos palmeiras em nossas ilhas do

²⁶ Na língua de Tuiávii significa homem branco.

que, na Europa, Papalaguis com o rosto acinzentado porque não gostam do que fazem, porque a profissão devora toda sua alegria (SCHEURMANN, 2003, p.74).

Tripla expropriação acontece sobre o trabalhador na Revolução Industrial: sua *força de trabalho* – que foi comprada pelo capitalista; sua *produção* – que pertence ao capitalista; seu *saber* – que passa a não ser mais necessário: ele não precisa mais pensar, pois alguém já teria pensado por ele e sistematizado as rotinas que deve seguir para otimizar seu tempo, que foi comprado.

Assim essa mudança de sentido do trabalho decorrente da Revolução Industrial trouxe outros valores para o trabalho e para a sociedade. Antes, quando o trabalho fazia “parte da vida” de forma não tão dicotomizada, ele partilhava com outras dimensões da vida em sociedade uma qualidade valorativa junto com a família, a religião, os amigos. Quando passa a ser “meio” de ganhar a vida, entretanto, o trabalho passa a ter aspecto radicalmente diferente, ou seja, “passa a expressar, de forma unilateral e totalizante, a única forma de manutenção da coesão social” (ORGANISTA, 2006, p.30). Simbolicamente o trabalho deixa de ser uma atividade que produz coisas úteis para a sociedade para transformar-se em força de trabalho, possuindo valor de troca; ele mesmo, portanto, é uma mercadoria. Organista (2006) afirma que essa mercadoria “passa a ser um trabalho estranhado” (p.30), pois está separado da vida e que o trabalho como mercadoria teria a característica de ser a única mercadoria que produz valor ao ser consumida pelo capitalista.

Após problematizarmos o conceito de trabalho, desnaturalizamos esse conceito, vendo que ele pode ter muitos sentidos, entre eles o de atividade humana, que é importante operador subjetivante, o que implica ver o trabalho como operador de saúde e/ou doença e sua dimensão de produtor coletivo de subjetividade, assunto do capítulo 2.

Por outro lado, pretendemos trazer para esta discussão a abordagem da dimensão do trabalho na clínica para construir outro modo de operá-lo e com isso também problematizar o próprio modo de operar da clínica, o que veremos mais detalhadamente no capítulo 3.

CAPÍTULO 2 – TRABALHO, SAÚDE, EXPERIÊNCIA HUMANA E SUBJETIVIDADE

Queremos pensar a relação vivente/trabalho não como entre elementos de instâncias separadas, em que muitas vezes o primeiro é considerado vítima do segundo, mas, sim, problematizar essa mistura, esse espaço em que não conseguimos mais identificar onde está o sujeito e onde está a atividade enquanto objetos distintos. Acreditamos que se conseguirmos problematizar o trabalho justamente nesse espaço de indiferenciação que na maioria das vezes não percebemos como indiferenciado, poderemos enriquecer os permanentes debate e construção de normas existentes nessa dimensão, mesmo que às vezes deles não tomemos consciência. Nesse espaço estão afetos e minúcias que não nomeamos, o que não está no regime de significantes, mas de intensidades.

Nesse caminho, a clínica que acolhe a dimensão do trabalho quando ela chega na clínica através dos sintomas patológicos apresentados pelo servidor já nos faz entrar em contato com uma rede de conexão, com uma rede que é produtora de efeitos de subjetivação que são os processos de trabalho, e o próprio movimento de busca, por parte do cliente, pela intervenção clínica, a nosso ver, já se configura abertura para o outro, como parceiro para mudança. Consideramos “saudável” esse movimento, embora o sujeito possa estar experimentando extremo sofrimento. Acreditamos que é preciso aproveitar esse momento, em que a vida está dando sinais claros de que algo precisa ser feito, de que mudanças estão pedindo passagem.

Se, ao contrário, esse momento não for produtivamente problematizado, na clínica ou fora dela, pode cristalizar-se nesse sofrimento – por exemplo, na depressão ou apatia –, adaptando-se a ele, negando-o, ou só procurando ajuda nos recursos fármaco-químicos disponíveis, tornando cada vez mais difícil a construção da saúde como Canguilhem a entende, ou seja, a construção da autonomia, da possibilidade de intervenção criativa na vida. Nesse sentido, aparentemente pode-se estar “bem”, segundo determinada norma médica, ou seja, com sintomas controlados farmacologicamente, mas vivenciando norma de vida restrita, aquém do que aquele organismo pode, correndo o risco de cristalizar-se na doença.

Segundo Canguilhem (1990, p.105), para qualquer vivente, viver é “preferir e excluir”. É, portanto, fazer escolhas que afirmem a vida, ainda que de forma inconsciente. Essa é a dimensão pré-individual da vida. Ela é atividade normativa, tem seus valores independentemente do organismo que valora, os valores normativos. A atividade normativa é, portanto, pré-individual, e a vida não é indiferente às condições (ao meio) em que ela é possível. Existe autonomia biológica, mas em interação com o meio, em troca constante, em que um altera o outro, em que não há fim preestabelecido, há tentativa e erro, criação. “A doença é prevista [pelo organismo] como um estado contra o qual é preciso lutar para poder continuar a viver, isto é [...] é prevista como um estado anormal, em relação à persistência da vida que desempenha aqui o papel de norma” (p.107).

De acordo com Canguilhem (p.107), portanto, a doença é um fato normativo da vida, da qual faz parte, e se dá na “sucessão cronológica” de uma existência; acontece na temporalidade da experiência daquele ser tomado em sua singularidade. Assim, só pode ser avaliada na singularidade da experiência, no tempo. Ela é também criação; não se dá de forma determinista nem pode ser prevista com precisão. “Se o normal não tem a rigidez de um determinativo para todos os indivíduos da mesma espécie e sim a flexibilidade de uma norma que se transforma em sua relação com condições individuais, é claro que o limite entre o normal e o patológico torna-se impreciso” (p.145).

Isso, porém, não significa que exista igual essência no normal e no patológico, ou continuidade, só variando de forma quantitativa. Não é disso que se trata. Canguilhem (1990) afirma que o normal e o patológico são dimensões diferentes, não fazem parte de um *continuum* que permitisse dimensioná-los de forma meramente quantitativa, por exemplo.

*A fronteira entre o normal e o patológico é imprecisa para diversos indivíduos considerados simultaneamente, mas é perfeitamente precisa para um único e mesmo indivíduo considerado sucessivamente. Aquilo que é normal, apesar de ser normativo em determinadas condições, pode se tornar patológico em outra situação, se permanecer inalterado. O indivíduo é que avalia essa transformação porque é ele que sofre suas consequências, no próprio momento em que se sente incapaz de realizar as tarefas que a nova situação lhe impõe (p.145).
O normal é viver num meio em que as flutuações e novos acontecimentos são possíveis [...]*

A doença é ainda uma norma de vida, mas é uma norma inferior, no sentido que não tolera nenhum desvio das condições em que é válida, por ser incapaz de se transformar em outra norma. O ser vivo doente está normalizado em condições bem definidas, e perdeu a capacidade normativa, a capacidade de instituir normas diferentes em condições diferentes (p.146).

A doença pode ser a cristalização de uma norma; se se tornar crônica, cria enrijecimento que mutila a capacidade normativa. A doença, apesar de ser norma, é norma que de certa forma ameaça a integridade daquela vida, que perdeu a capacidade de criar novas constantes normativas frente às variabilidades do meio, perdendo sua autonomia. A doença restringe essa capacidade, essa plasticidade e, ao mesmo tempo, precisa de ambiente mais protegido das variabilidades, para aquele ser não sucumbir. “A vida de qualquer ser vivo [...] não reconhece as categorias de saúde e doença, a não ser no plano da experiência, que é, em primeiro lugar, provação no sentido afetivo do termo, e não no plano da ciência. A ciência explica a experiência, mas nem por isso a anula” (p.160).

Pensamos a existência como puro jogo de forças, de potência de coisas, de seres no tempo, num campo de multiplicidades, e o vivente humano como potência criadora que transborda (autonomia) e expressão de uma rede de criação entre ser e meio. Essa relação, porém, não acontece entre duas entidades dicotômicas (ser e meio), um é atravessado pelo outro. O fazer e o ser feito constituem um processo em que esses termos são inseparáveis, como as duas faces de uma moeda, ou a luz e o luzir, o vento e o ventar, ação e obra.

Em certa oportunidade estudando crise e subjetividade (1997), pudemos constatar como os gregos antigos “cuidavam de si”; naquela ocasião escrevemos: “No contato com os acontecimentos e se engendrando a partir dos eventos da vida, o grego não podia cessar sua tarefa de autocriação. A construção de si pressupõe um trabalho constante e ativo. Exercício e prática permanentes” (p.11). Para Michel Foucault (1994, p.61), a ‘Enkrateia’ é um conceito que se caracteriza pela atividade de domínio de si que “permite *resistir* ou *lutar* e garantir sua dominação no terreno dos desejos e dos prazeres” (grifo nosso). Situa-se sobre o eixo da luta, da resistência e do combate.

Também procuramos a ajuda de Canguilhem (1990), para pensar sobre essas questões, por meio do conceito de normatividade, com que desenvolve sua tese a respeito da dimensão

do vivo – a da processualidade, do inacabamento, e é esta dimensão que faz do vivo a própria criação de si mesmo, em permanente estado de ligação do fora com o dentro. Capacidade essa, que ele denomina normatividade e que possibilita que o vivo sobreviva neste mundo e, ao mesmo tempo, o transforme. Mundo de pura multiplicidade, pura virtualidade. E esse inacabamento do vivo, essa potência de se criar o tempo todo não o fragiliza, ao contrário, é exatamente isso que o fortalece.

A normatividade do vivo não é uma instância, não está em um órgão específico, não é uma defesa preestabelecida; está na dimensão do virtual e só é na exata medida desse encontro vivo – exterioridade. Desse encontro criam-se estratégias de sobrevivência na exata medida em que vive e que, portanto, são sempre provisórias. Assim, Canguilhem (1990) chama de normatividade a capacidade que o organismo vivo tem de criar e instaurar novas normas, mesmo no estado de doença. A variabilidade que existe no vivo mostra sua normatividade, que é um seguro contra a excessiva especialização, por sua vez um seguro contra a própria extinção.

2.1. Saúde e trabalho

No senso comum, definimos saúde como ausência de doença e, quando fazemos isso, definimos saúde por negação. Saúde, entretanto, “é muito mais do que a ausência ou o contrário de doença” (BRITO et al., 2003, p.24). Não há simetria entre o que é normal e o que é patológico numa situação biológica, ou seja, o patológico não é o reverso simétrico do que é normal, mas antes outra norma. Segundo Canguilhem (1990) não há normal em si nem tampouco patológico em si. A doença também é evento normal da vida, e de certo modo esperado, porque o vivo está preparado para lidar com ela no sentido de ter essa capacidade normativa. Capacidade que não prevê tudo e por não prever tudo está sempre produzindo novas constantes normativas na exata medida das necessárias manutenção e expansão daquela vida. O patológico só pode ser comparado ao normal com relação a um indivíduo considerado no tempo.

Canguilhem (1990) compartilha com Leriche a ideia de que só conhecemos o que é o normal biológico quando a doença se manifesta, ou seja, quando surge outra norma biológica, que é a doença. Nessa situação tomamos consciência da saúde em nós, pois há um passado nosso que se demonstra diferente em comparação ao estado de doença então vivenciado. É quando podemos ter consciência da vida e da saúde, porque “a saúde é a vida no silêncio dos órgãos” (LERICH apud CANGUILHEM, 1990, p.90), e esse silêncio é interrompido pela doença. Canguilhem (p.91) também compartilha com Goldstein a ideia de que, no que se refere à doença, ela é sempre uma norma individual, ou seja, não é o médico que vai julgar se o sujeito está ou não doente, mas “são os doentes que geralmente julgam – de pontos de vista muito variados – se não são mais normais ou se voltaram a sê-lo”.

A clínica, portanto, como, aliás, qualquer terapêutica, não existe em si, mas só em relação ao cliente, e sua eficácia reside na singularidade de cada situação clínica, ou seja, intervenção no restabelecimento do que é considerado normal para aquele cliente porque é ele quem vai dar essa medida, esse *feed-back*.

De acordo com Canguilhem (1990) tanto na doença somática quanto na doença psíquica a vida não conhece a reversibilidade, ou seja, depois de uma doença, o organismo restabelecido criou novas normas, não retorna ao que era antes de adoecer; sempre sai diferente desse episódio.

A vida é primeiramente uma aventura original da natureza, uma inteligência que se foi constituindo e ficando registrada biologicamente em um código genético. Não se trata de algo já dado, uma qualidade natural sem erros, que poderia estar sendo perturbada de fora, provocando a doença. Ao contrário, quando nascemos, todo um conjunto de fragilidades psicossomáticas vem junto em nosso código genético, transmitido independente de nossa vontade, caracterizando diferenças entre nós (BRITO et al., 2003, p.28-29).

Assim, “entre [...] [o] código herdado e o que cada um de nós vai-se tornando, pode haver uma distância considerável. Existe sempre um espaço de conquista, de rearranjos e modificações a partir do código herdado, um espaço de construção da saúde” (p.29). Temos aqui de certa forma um paradoxo, pois nascemos com um código genético que vai ditar regras rígidas sobre uma série de estruturas biológicas, de características que teremos, mas

esse mesmo código genético ao mesmo tempo abarca esse espaço aberto de construção da saúde e da doença. Espaço simultaneamente frágil e forte. Frágil porque não está pronto, precisa ser construído num movimento complexo e sofisticado de interações constantes com o meio (social, familiar, geográfico, cultural), demandando cuidados de toda ordem; mas é aí também que justamente está nossa força biológica: não estarmos prontos ao nascer e para o resto da vida estarmo-nos fazendo.

Na verdade, é este ‘inacabamento’ constitucional que possibilita que nos mantenhamos vivos; que na mistura com o mundo criemos permanentemente estratégias biológicas de sobrevivência, o que Canguilhem (1990) chama de normatividade. Um exemplo é nosso sistema de defesa, em constante combate e criação de novas estratégias defensivas. Caso ele viesse “pronto” ao nascermos, não daríamos conta de combater a diversidade efervescente dos micro-organismos com que entramos em contato diariamente e que estão igualmente em constante mutação porque também possuem normatividade. E mais: é nesse embate com o mundo que o sistema de defesa se fortalece, quando se arrisca no contado com novos micro-organismos. Quando limitamos muito essa experimentação com o meio, por exemplo, na proteção exagerada a uma criança com relação a possíveis “impurezas” do meio ambiente, fragilizamos sua estrutura defensiva biológica.

A saúde segundo o autor está numa dimensão em que nem o indivíduo que a experimenta, nem a ciência conseguem medi-la, avaliá-la, prevê-la com precisão matemática. É algo que só pode ser experimentado e sentido na imanência do viver. O vivente, nos encontros e embates com o meio pode sucumbir ou vencer as imprevisibilidades capazes de atacar seu organismo. Não há preparação absoluta do organismo, anterior ao encontro com novo agente que lhe seja nocivo. A saúde, portanto, em seu entendimento, está na dimensão do virtual, pois sua capacidade de lidar com essas imprevisibilidades nunca pode ser prevista. Ele oferece exemplo muito claro do que quer dizer com isso.

Isto é patente nas reações de defesa do tipo inflamatório. Se a luta contra a infecção obtivesse vitória imediata, não haveria inflamação. Se as defesas orgânicas fossem imediatamente forçadas, também não haveria inflamação. Se há inflamação é porque a defesa anti-infecciosa é, ao mesmo tempo, surpreendida e

mobilizada. Estar em boa saúde é poder cair doente e se recuperar; é um luxo biológico (p.160).

Assim a vida segundo Canguilhem é pura criação porque a cada normatização, a cada renormatização do organismo vivo, instala-se nova norma; não ocorre o retorno a alguma norma antiga. O estado de saúde, após um estado de doença, é um novo estado de saúde, o organismo não retorna nunca ao que era antes daquele evento. Podemos dizer então que saúde é criação, porque o vivo não conhece a reversibilidade. Ele antes cria normas e, com isso, novos modos de estar vivo. Um corpo que passou por doença e se curou não é um corpo que retornou ao que era antes da doença, mas um novo corpo, marcado por essa experiência.

Este movimento de invenção faz parte da normatividade do vivente, que é sua principal característica, uma constante criação de normas próprias. A normatividade por definição é instabilidade, movimento, criação e, no entender de Canguilhem (p.157-158), saúde.

As novas normas fisiológicas não são o equivalente das normas anteriores à doença [...]. A vida não conhece a reversibilidade. No entanto, apesar de não admitir restabelecimentos, a vida admite reparações que são realmente inovações fisiológicas. A redução maior ou menor dessas possibilidades de inovação dá a medida da gravidade da doença. Quanto à saúde, em seu sentido absoluto, ela nada mais é que a indeterminação inicial da capacidade de instituição de novas normas biológicas.

Esse pensamento pode transportar-nos para outras dimensões da vida. Cabe afirmar que, para termos saúde, é necessário esse acoplamento com o mundo em que nos transformamos e transformamos o meio, e é só na mistura com o meio que o organismo se fortalece, criando estratégias de sobrevivência tanto biológicas quanto sociais, porque fazemos parte de complexa unidade, mas não ao acaso; é necessário também, para se ter saúde, postura ativa frente aos desafios. “Vamos encontrar então a experiência humana modificando sua própria estrutura: aquilo que cada um de nós (individual e coletivamente) está fazendo com essa herança, com as determinações já dadas, que nos antecedem individualmente” (BRITO et al., 2003, p.29).

“O que caracteriza o ser vivo é, antes de mais nada, uma vitalidade, uma força (ou forças), uma potência vigorosa desse ser para se afirmar como ser na vida [...]. Porque a vida é isso: um pulsar!” (p.27). Spinoza, segundo Deleuze (1978), de certo modo também nos diz que precisamos nos dar conta do que nos enfraquece, do que diminui nossa potência de vida, nossa potência de criação e de invenção da própria vida, deixando-nos à mercê da repetição patológica. É essa potência que nos impulsiona para a atividade.

Segundo Spinoza as paixões tristes, por exemplo, a culpa e o ressentimento, enfraquecem a potência de vida; as paixões alegres a fortalecem. Podemos estabelecer aqui uma correspondência: paixões alegres promovendo a saúde e paixões tristes nos aproximando da doença. Esses afetos, no entanto, não são polos dicotômicos e estanques, não estão no domínio da moral, mas da ética, não são categorias universais e morais. Existe uma variação contínua dessa força de existir ou da potência de agir nos vários e múltiplos encontros que fazemos no cotidiano, na vida. Assim, “para Spinoza há uma variação contínua – e é isso que ‘existir’ quer dizer – da força de existir ou da potência de agir” (DELEUZE, 1978, p.5).

*[Esta variação contínua acontece] sob a forma de aumento-diminuição-aumento-diminuição, da potência de agir ou da força de existir de alguém de acordo com as ideias [afecções] que tem [...] e é essa espécie de linha melódica da variação contínua que irá definir o afeto [affectus] ao mesmo tempo na sua correlação com as ideias e em sua diferença de natureza com as ideias [que se tem] [...] (p.6).
E sobre essa linha melódica de variação contínua constituída pelo afeto, Spinoza irá determinar dois polos, alegria-tristeza, que serão para ele as paixões fundamentais; a tristeza será toda paixão, não importa qual, que envolva uma diminuição de minha potência de agir; a alegria: será toda paixão envolvendo um aumento de minha potência de agir (p.7).*

Assim, em determinado encontro, no sentido spinozista, no trabalho, por exemplo, pode haver aumento de nossa potência de agir, o que para Spinoza seria uma paixão alegre; mas pode haver também, nesse mesmo trabalho, outros encontros despotencializadores, (como em determinada organização do trabalho na qual a possibilidade de normatividade esteja reduzida), que podem ganhar em determinado momento crítico, destaque extremo e abalar todo o seu sistema, fazendo-o entrar em tal estado, que contamine o trabalho como um todo, levando à tristeza, à doença. Por outro lado, quando um acontecimento com essa intensidade negativa leva o sujeito a procurar ajuda, impulsiona-o a buscar outros encontros

que possam fortalecê-lo, ele, a nosso ver, apesar de triste, de ter diminuída sua potência de agir no trabalho, carrega a potência de agir em busca da mudança, que é fazer algo a respeito, ou seja, tentar criar novas normas mais potentes para si, em busca da saúde, e este movimento indica que sua capacidade normativa ainda tem potência. Essa é uma questão clínica importante.

Acreditamos que uma clínica psicológica que acolhe a dimensão do trabalho e o problematiza em suas práticas, com esses trabalhadores que buscam atendimento em nosso serviço pode vir a interferir não só na organização do trabalho, mas também em outras dimensões de sua vida. Essa clínica, porém, não dá conta sozinha dessa questão tão complexa referente às relações de trabalho, embora seja relevante ferramenta para potencializar os trabalhadores em seus permanentes enfrentamentos no trabalho, situação em que sempre encontram muitos desafios e limites de intervenção, posto que a organização do trabalho é um meio rigidamente constituído, e as formas de gerenciamento limitam o poder de agir dos trabalhadores. Assim, necessário se faz pensar também em construir e pesquisar novas estratégias clínicas de intervenção pelas quais possamos auxiliar o aumento da capacidade de intervenção dos coletivos de trabalhadores sobre a organização do trabalho para promover mudanças do trabalho. Vemos que precisamos construir os instrumentos para intervenção numa clínica que acolhe o trabalho e objetiva o desenvolvimento da atividade humana, ou seja, o *colocar-se de novo em movimento criativo*. É este movimento que queremos desenvolver em nossas intervenções.

Toda problematização necessariamente mexe em ligações dadas, fixadas. A clínica que se abre para pensar a concretude da atividade de trabalho, vai mexer nessas ligações fixadas, vai tocar e romper o intocável, e isso ocorre na imanência do encontro clínico. Ao construir um espaço de abertura para o invisível da atividade – invisível que não deixa de ser concreto –, para a possibilidade de construção de um diálogo com este invisível, já traz um deslocamento e uma ruptura do que é dado. Assim, o trabalhador analisando e percebendo-se construindo um fazer, potencializa a normatividade que é própria do vivente, que é uma luta constante com as infidelidades do meio, construindo-o e ao mesmo tempo construindo-se. O que se produz no espaço clínico não se restringe a ele; se estamos trabalhando num

campo de agenciamentos, num campo de multiplicidades, numa rede complexa de conexões, se há ruptura num ponto, necessariamente, há desestabilização do sistema, há ressonâncias. Portanto, a concretude da clínica que queremos afirmar passa por certo acolhimento do paciente que recebemos, que não privilegia a interpretação de seus fantasmas, mas que o vê enquanto uma rede de afecções, de ligações, de encontros de encontros.

À medida que o trabalhador analisa seu agir no mundo através de suas atividades no trabalho não tem como não se problematizar, a partir dessas relações e vínculos com o trabalho, dando voz a questões muitas vezes não significadas, não ditas, e, aproximando-se do indiferenciado em si, construindo-se enquanto ser singular, como protagonista, num meio²⁷ que também é singular.

A intervenção clínica aposta em que ele voltará para o trabalho diferente e, com isso, trará uma diferença para sua atividade, de difícil delimitação, no entanto. O trabalhador constrói recursos e estratégias novas para lidar com questões importantes do trabalho – questões essas que de algum modo dizem respeito também à organização do trabalho, ou seja, às normas antecedentes a sua atividade –, poderá, a partir de sua atividade, ressignificá-las, num processo dinâmico de criação de si e do meio de trabalho, incluindo aí também a dimensão coletiva do trabalho presente.

Na verdade a organização do trabalho por mais que esteja fortemente ligada à dimensão das normas antecedentes, ela se concretiza pela atividade das pessoas no dia a dia e, portanto, depende delas. Assim, a relação dialógica que pode vir a ser construída na relação terapêutica, é capaz de reverberar no trabalho em sua dimensão situada. Isso não quer dizer que não continue existindo a necessidade de intervenções nas situações de trabalho que tenham como foco o coletivo de trabalho e não apenas aquele trabalhador adoecido. Esse é um dos aspectos possíveis de intervenção do escopo de nosso trabalho clínico, um desafio quando o trabalho aparece na cena clínica.

²⁷ O “meio”, o “entre” é a zona de indiferenciação que não é exterior ao sujeito em oposição a sua interioridade, é a alteridade que atravessa o “si”, que se insinua e que na clínica tentamos “segurar”.

Acreditamos que, na clínica, é necessária a aposta na alegria, na produção de aberturas, saídas, construção de estratégias, indução ao movimento. Estamos falando então,

a respeito de forças de vida e da vida como forças. [Assim], para garantir a vida, às vezes chegamos até mesmo a arriscá-la. Viver é também correr riscos, experimentar, algumas vezes aventurar-se no desconhecido. Sentir-se em boa saúde é sentir-se mais que normal: capaz de criar e seguir novas normas de vida. [...] Abusar da saúde faz parte da vida. (BRITO et al., 2003, p.27).

Os conceitos de saúde e de saúde completa só existem como ideal; não existem na vida real. Eles foram inventados por nós, humanos, e podem servir-nos “como um horizonte, uma orientação em nossa busca de viver melhor” (p.30).

A vida comporta, através da saúde, um poder de agir que a doença consome. O sujeito torna-se doente exatamente na medida em que só consegue viver face a uma determinada norma[cristalizada], empobrecendo seu ambiente e restringindo seu nível de atividade. Ele perdeu então a capacidade de criar novas normas (p.32).

Em outras palavras, a adaptação de um sujeito a um ambiente hostil – um ambiente em que a potência daquele ser singular está impedida, enfraquecida, em que as forças que compõem aquele vivente e aquele ambiente, naquele momento singular não estão fluindo, não estão circulando – chamamos de doença. “É [...] importante construir ideais. Mas é preciso saber usá-los para afirmar a vida e não apenas para defendê-la de forma reativa” (p.32).

[Às vezes confundimos ou trocamos o ideal de saúde completa por um outro ideal, o de normalidade.] Sentir-se ou ser considerado em estado de normalidade envolve um acordo, um compromisso em torno do que é considerado aceitável, em um dado momento, em um contexto histórico e social específico [...] Não se é considerado doente ou ‘normal’ do mesmo modo em qualquer época e em qualquer lugar (p.33).

O conceito de normalidade, portanto, pode estar associado a um modo fundamentalmente defensivo da vida, estando ligado a nossas defesas contra o sofrimento. As defesas se limitam a nos proteger, “procurando conservar a normalidade”, enquanto a saúde é “algo mais, uma proteção *ativa*, que fortalece o sujeito para a aventura da vida” (p.36).

Segundo Dejours (1982), existe dificuldade em conceituar saúde porque ela não é entendida da mesma forma em todos os lugares e por todas as pessoas. E por extensão também é difícil conceituar o que é normal, a não ser com base em critérios particulares, estatísticos, sempre em comparação a uma norma instituída social em algum momento. Ele dá exemplo bem interessante a esse respeito para falar da angústia.

Será que o normal seria controlar tudo [na vida], de modo a que jamais houvesse angústias? Estamos convencidos do contrário! [...] [Por exemplo], o fato de militar em sindicatos provoca angústias [...], conflitos, fadiga, contradições. No fundo, poder-se-ia dizer [...] que os militantes, em certa medida, escolhem atacar justamente essa angústia, essas contradições. Quando se vê um militante angustiado por problemas de lutas, problemas políticos, de relação de força, seria a solução dizer-lhe que é necessário parar de militar? [...] Se se dissesse a todos que militam e que estão angustiadados porque militam, para pararem [...], provavelmente, alguns se sentiriam muito pior[...]
Há muitas outras atividades, muitas outras profissões [...] onde as pessoas estão melhor quando se confrontam com esse tipo de angústia e quando tentam resolvê-las graças à sua atividade, do que quando se colocam ao abrigo de tudo isso (DEJOURS, 1982, p.9). (grifo nosso)

Acrescentaríamos a essa argumentação de Dejours que, então, muitas vezes a angústia no trabalho acontece justamente porque aquela atividade faz muito sentido para o trabalhador. Ou seja, seu engajamento com o que faz tem sentido potencializador em sua vida e realimenta sua potência de viver. Assim, essa angústia pode surgir quando há um desafio novo a enfrentar, ou também quando, por interferências diversas da organização, há impedimento ou precarização nas condições do trabalho que interfira na realização do trabalho da forma como o trabalhador considera adequado, por exemplo. Portanto, para Dejours (1982), essa forma de entender a saúde está na contramão da definição internacional da Organização Mundial de Saúde, que afirma ser a saúde um “estado de conforto, de bem-estar físico, mental e social” (p.8). Em sua opinião, “no que diz respeito a questões psíquicas, questões mentais, poder-se-ia dizer que não há estado de bem-estar e de conforto [permanentes]” (p.9).

Assim, quando uma atividade, um trabalho é potencializador da vida para alguém, é gerador de novos investimentos do desejo, e se por alguma circunstância nesse trabalho acontece algum problema significativo para esse alguém, considerado injusto e sem sentido, pode desestabilizar seu sistema emocional e físico, propiciando a entrada em crise,

prejudicando outras áreas de sua vida. A crise é um sinal de alerta do sistema de que algo precisa ser feito para reorganizá-lo ou, melhor, organizá-lo sob outras normas, outros modos de vida, novas normas de existência.

Dejours (p.10) divide as organizações em perigosas e não perigosas ou menos perigosas para o funcionamento mental. As organizações perigosas seriam aquelas que “atacam o funcionamento mental, ou seja, o desejo do trabalhador [...]. Provoca-se não somente perturbações, mas também sofrimentos e, eventualmente, doenças mentais e físicas”. As organizações não perigosas seriam

organizações do trabalho que levam a tarefas cujo conteúdo é justamente um meio de equilíbrio. Essa situação é favorável à saúde das pessoas. Há trabalhadores que se sentem melhor depois de um trabalho do que antes dele! Nesse caso pode-se dizer que a organização do trabalho não reprime o funcionamento mental (p.10).

E mais, nesse caso, acreditamos que o trabalho pode funcionar não só como mantenedor de saúde, mas como fator importante de produção de subjetividade, e fator produtor de saúde. Sendo assim, não poderíamos pensar o trabalho como potência produtora de saúde e não apenas mantenedora de saúde?

A organização do trabalho que respeita o trabalhador, que quer ouvir o que ele tem a dizer, que quer que ele contribua efetiva, singularmente no resultado final do trabalho, não seria fator subjetivante? Acreditamos que assim. De forma imanente, na atividade de trabalho também são construídos desejos e aspirações, engendrados em encontros potencializadores de vida ou que podem, ao contrário, ser enfraquecedores e despotencializadores da vida. Portanto, o trabalho passa a ser não apenas um lugar para realizar desejos previamente idealizados, mas lugar de produção de desejos ou de destruição de muitos deles. “A saúde é antes de tudo uma sucessão de compromissos com a realidade; são compromissos que se assumem com a realidade, e que se mudam, se reconquistam, se redefinem, que se perdem e que se ganham. Isso é saúde!” (p.11).

Segundo Brito et al. (2003, p.34), “O sofrimento [é] a capacidade de ser afetado [...] É importante que o sofrimento não tome um rumo patológico. Tendo como referência a

doença, podemos assinalar que enquanto o sofrimento é um sentimento de vida contrariada, a saúde envolve outro sentimento – o de vida recuperada”.

Estes autores afirmam que “a experiência-trabalho é parte constituinte da espécie humana e estruturante da vida psicológica”(p.38) e que foi enfrentando os desafios que a vida impõe que a espécie foi-se constituindo e desenvolvendo.

A espécie humana (assim como cada ser singular) foi-se constituindo por meio das reações que foi estabelecendo com a natureza, com os outros animais, com os demais seres humanos. Nesse processo, essa espécie em formação foi alterando, desenvolvendo, entre outros, um tipo de experiência –que podemos chamar de trabalho (p.38).

Eles apontam também que ao longo da história dos humanos, o trabalho tem papel importante como operador de saúde, e como tal é fundamental compreender sua complexidade, para num mesmo movimento “mobilizar uma indignação com um ambiente de trabalho nocivo à saúde ou com uma sociedade que o explora e distorce” (p.39), através de um tipo de organização perversa que também o bloqueia e o impede, pelo desemprego estrutural ou pelo emprego excessivamente enrijecido em sua forma de organização.

O trabalho é uma atividade que tem uma finalidade, vai sempre estar acompanhado de alguma forma de exigência, pressões [...] É neste mesmo movimento, que se pode pôr em prática a capacidade humana de se reapropriar das situações e reinventá-las, instituindo novas regras e normas. Uma ação que, do ponto de vista da saúde, é extraordinária: esse processo de reapropriação é o contrário da passividade (p.39).

Muitas vezes é na atividade de trabalho que se tem a oportunidade de dar sentido mais potente e desafiador à vida, como se o trabalho oferecesse singulares oportunidades de reapropriação de si, ou seja, em muitas situações é na experimentação no trabalho que se consegue, como profissional, exercitar uma prática de si, através de uma convocação inadiável do meio, errando, acertando, aprendendo, escutando, enfim, colocando todos os sentidos a postos nesse processo, numa relação de mistura e abertura com o mundo. E, por outro lado, às vezes em outros ambientes que poderíamos supor meios mais plásticos, mais livres, como em um ambiente privado familiar, por exemplo, acontece justamente o contrário, estando o controle e a rigidez presentes de forma até muito mais implacável

(dispositivos sociais de disciplina/controlado mais fortemente marcados), dificultando esse exercício de si ou, como prefere Schwartz (2007), o uso de si por si.

Trata-se de uma estratégia em que é possível estar em trabalho não apenas para garantir a sobrevivência, mas também para desenvolver a existência, ou seja, conquistar algo no plano da realização pessoal. Assim, as exigências e pressões muitas vezes são transformadas em prazer (BRITO et al., 2003, p.39).

Podemos entender que esse prazer nem sempre resulta de defesas, ou seja, negação ou fuga de supostos outros problemas da vida pessoal, privada que se possa estar vivenciando; mas, ao contrário, como afirmação de si, conseguindo, mesmo sob pressões e exigências, instaurar normas próprias no trabalho, misturando-se com ele e assim também o tornando outro e tornando-se num mesmo movimento também outro para além das exigências. Para tal é preciso se fazer perguntas éticas ao longo do percurso.

Portanto, do ponto de vista da saúde, a questão [do trabalho não é] trabalhar ou não trabalhar – o que configuraria um falso problema [...], [as questões que se colocam são:] trabalhar para que, para quem, com quem, por quanto tempo, em que horários, com que ferramentas, em que condições e formas de organização, estabelecendo-se os tipos de relação e de encontros (p.39-40).

Uma importante questão que se coloca então é a possibilidade ou não da construção da autonomia não no sentido de autonomia individualizada, fechada em si mesma, mas sim construída e em construção permanente nos combates cotidianos no trabalho, ou seja, no aprendizado permanente do que fortalece e do que enfraquece nessas relações. É ser ativo, é fazer escolhas e assumir os riscos destas escolhas construindo um caminho próprio. É, portanto “estar à espreita” (DELEUZE, PARNET, 1988) dos afetos que as tocam e de que forma tocam.

Yves Clot (2010a) também assume postura positiva a respeito do trabalho humano: “O trabalho é positivo, é um lugar de engenhosidade, de invenção, de criação. É [...] também um lugar de sofrimento [...] mas é um lugar onde não se fica passivo, é um lugar de atividade, de saúde, de criação de um meio, não somente de ausência de doença” (p.215).

E ao trazer as ideias de Alain Wisner, afirma que ele tinha um encantamento com o trabalho:

Com Wisner, há uma inteligência da situação, há uma sensibilidade, há a invenção de uma prática de transformação, há uma certa relação com o mundo do trabalho. Há [...] uma criatividade prática na intervenção. [...] Há mesmo uma tomada de partido [...] pelo trabalho, não pelos trabalhadores [...] porque o trabalho é qualquer coisa que faz transpor o fosso entre o que é exigido e a realidade da vida, é a inteligência do trabalho (p.215).

Ao fazer essa afirmação Clot nos diz que cuidar do trabalho e não do trabalhador é pensar numa ampliação do que comumente entendemos o que seja o trabalho, é vê-lo como processo. E mais, como processo subjetivante para além das individualidades dos trabalhadores.

2.2. Saúde e atividade

Dejours (1986, p.10). ao abordar a saúde como tendência à atividade e a doença como inatividade, traz o exemplo das crianças:

Quando crianças são deixadas livres para fazer o que quiserem, sua escolha não consiste em ficar inativas durante todo o dia. Quando se deixa uma criança livre, dispondo de meios materiais, ela se põe em atividade. No início são jogos, depois são as construções e a criança começa a fabricar um universo.

Inspirado pelo ergonomista francês Alain Wisner, Clot (2010a, p.214) aponta a existência de coincidência entre os termos atividade e saúde, que seriam sinônimos

porque 'atividade' para Wisner é se sentir ativo. Não é simplesmente fazer alguma coisa [...]. Sentir-se ativo é sentir-se sujeito em um meio, sujeito de uma organização, e não somente objeto de uma organização [...] [Que significa] precisamente diminuir o distanciamento entre isso que é necessário fazer, isso que está previsto, que te é exigido pela prescrição, e aquilo que é mais que a realidade, na qual é necessário inventar meios de fazer as coisas, apesar de tudo.

Assim, essa diminuição do espaço entre o que se tem que fazer (o trabalho prescrito) e o produto final acabado diz respeito a aproximar-se o máximo da concretude do momento, do real da atividade, mobilizando todo o ser nessa invenção de como fazer. É arregimentar todos os mecanismos e meios do sujeito, no encontro com o meio de trabalho, criando o próprio fazer para dar conta da obra, pois o trabalho prescrito, com suas regras e modos de

fazer não dão conta completamente do que se tem a fazer. É preciso um movimento ativo que se dá naquele momento preciso para dar conta da tarefa; acontece no *entre*. E é o que acontece nesse entre que chamamos de atividade, que por sua vez é saúde, esse *élan* vital que impulsiona o ser a construir coisas, a construir algo, que num mesmo movimento circular constrói a si mesmo. Portanto a tarefa exige muito mais do que o prescrito prescreve.

Segundo Clot (2010a),

em Wisner, um pouco da força [...] [do] paradigma da Ergonomia francófona é [...] a separação entre 'prescrito' e 'real' e [...] fazer do 'real' a fonte da criação, da engenhosidade, da atividade e da curiosidade mesma dos trabalhadores. Há uma admiração [...] em Wisner, pela capacidade dos trabalhadores de transformar a situação mal vivida, em situação que ele domina. [...] (p.214).

Para Wisner, nunca o sujeito humano pode ser comparado a um sistema de computador. Ele não é um sistema de tratamento da informação. Ele é um sujeito social, vivo, ativo, que trata de resolver situações impossíveis nas quais é colocado (p.214-215).

Yves Clot afirma que, além de em Wisner, ele também se inspirou em Tosquelles e informa que, em matéria de análise do trabalho,

do ponto de vista da ação [...] não se trata [...] de cuidar (soigner) do trabalhador, trata-se de, no método de ação, fazer trabalhar os trabalhadores para cuidarem do trabalho. Não cuidar das pessoas, mas cuidar do trabalho [...] [Que] em francês, tem um duplo sentido: transformar o trabalho [...] [e] fazer um bom trabalho [...], [e] é a qualidade do trabalho bem feito que é uma fonte de saúde. [...]

Cuidar do trabalho é transformar a organização do trabalho [...]. [Isso] é uma forma de abordagem de ação. Criar situações e encontrar técnicas nas quais se transformem os trabalhadores em sujeitos da situação, fazendo-os protagonistas da transformação. Eles é que são os autores da transformação e não os especialistas (p.222).

Esses autores fazem uma inversão, no que diz respeito ao cuidado e atenção ao trabalhador, invertendo o foco do indivíduo para o meio, para o trabalho, para a atividade, apostando na saúde do trabalho, da atividade, e não no trabalhador, no sentido de desindividualizá-lo, isto é, misturá-lo de forma radical com a atividade.

Clot nos dá a deixa para falarmos um pouco sobre artesanaria do fazer quando menciona que cuidar do trabalho em francês tem duplo significado: transformar e fazer bem feito. E para tanto trazemos Richard Sennett (2009) ao diálogo.

A abertura dialógica às circunstâncias, ao outro, aos materiais, às técnicas é fundamental para o desenvolvimento criativo do trabalho, além de encarar as possíveis dificuldades como oportunidades de desenvolvimento técnico. Para isso necessária se faz uma abertura sensível para o campo, para o meio de trabalho. Essas, segundo Sennett (2009), são práticas do *bom artífice*, que valem para qualquer atividade profissional e até mesmo organizacional.

2.3. Habilidade artesanal – narrativa de si – a experiência do fazer impressa no corpo

A habilidade artesanal é conquista que exige iniciação. É o exercício de uma prática que se consolida através da repetição. Não se trata, contudo, de ato mecânico simplesmente. Na repetição podem ocorrer erros, que demandarão reflexão quanto ao que varia e o que deve permanecer. Fazer algo acontecer mais de uma vez exercita o ser integralmente; “movimentos adquiridos com dificuldade ficam cada vez mais impregnados no corpo”, e o artífice “avança em direção a maior habilidade” (SENNETT, 2009, p.181). Maior habilidade, seja ela qual for, faz uma prática ou um estudo, por exemplo, deixar de ser mera repetição para transformar-se em narrativa. Esta é uma bela proposição: transformação da prática-repetição em prática-narrativa, prática-criação.

Canguilhem (1990, p.142) também formula uma questão que diz respeito à mistura que se pode produzir entre humanos e não humanos, com artefatos produzidos pelo próprio homem: “será absurdo supor que os órgãos naturais do homem possam, a longo prazo, expressar a influência de órgãos artificiais pelos quais ele multiplicou e multiplica ainda o poder dos primeiros?” Além de pontuar que “o meio do ser vivo é também obra do ser vivo que se furta ou se oferece eletivamente a certas influências” (p.143).

Assim ao falarmos sobre artesanaria na prática industriosa, sobre uma prática que também se torna uma narrativa (SENNETT, 2009), ou seja, criação de si e de mundo, estamos falando em negação do tédio, em algo que convoca o vivente ao movimento. Portanto, o trabalho na dimensão da artesanaria precisa dessa margem de possibilidade de poder arriscar-se ao erro ou ao acerto. O desenvolvimento de uma habilidade que estamos chamando de artesanal, que demanda *expertise*, precisa dessa convocação, e, ao convocá-lo ele sai de si, ou seja, de um “si” dado, conhecido, para criar um novo: cria-se num mesmo movimento o fazer e um novo “si”.

A pura repetição, sem convocação nem apropriação, traz degradação da habilidade artesanal; traz o tédio e não a *expertise*. A habilidade artesanal, então, de acordo com Sennett, é algo que está vivo, e para se estar vivo precisa-se dessa permanente recriação. *Expertise* não é um fim a ser atingido, é colocar-se num movimento rítmico. Na apropriação técnica, a repetição não é simples repetição do mesmo; ela vai trazer diferença e, portanto, apropriação constante.

Diminuir o medo de cometer erros é de vital importância [...] [na arte do artífice]. A confiança na capacidade de superar um erro [...] não é um traço de personalidade, mas uma capacidade que se aprende. A técnica desenvolve-se, assim, numa dialética entre a maneira correta de fazer algo e a disposição de experimentar através do erro. Os dois lados não podem ser separados (p.181).

Existem duas regras no trabalho artesanal que estão intimamente ligadas e que dizem respeito ao aprendizado que transforma também o corpo. São elas: “estabelecer um padrão de referência da mínima força necessária e aprender a soltar” (p.189).

Por motivos fisiológicos que ainda não são bem conhecidos, a capacidade de retirar força no microssegundo que se segue á sua aplicação também torna o próprio gesto mais preciso, melhorando a pontaria [...] No Japão [...], o zenbudismo[...] [vai] explorar a ética do soltar, exemplificada no tiro com arco (p.188 e 189).

Essas duas regras artesanais trazidas por Sennett são interessantes para pensar sua relação com a produção de subjetividade, ou a produção de si, na relação com o processo de intervenção do homem no mundo, na fabricação de objetos, na relação com os materiais de forma engajada. Essas regras falam de um exercício de si, um exercício de autocontrole e

precisão de movimentos ou de intervenção, que aqui não tem o sentido comumente usado do termo autocontrole, ou seja, como repressão, como bloqueio; ao contrário, é entendido como desenvolvimento da capacidade de precisão, de gestos precisos e bem feitos que é inseparável de uma metamorfose subjetiva de quem faz.²⁸ Artífice e obra nesse sentido são dois entes que se fazem juntos, através de exercícios de práxis, de aprimoramento, de controle da força num jogo de aprendizagem entre imposição e liberação. Um jogo não moral, mas ético. Trata-se, portanto, de outra dimensão de autocontrole, uma dimensão libertária e não asfixiante. O autocontrole com autorrepressão ou como vergonha traz, ao contrário, uma tensão que “incapacitaria a liberdade de movimentos físicos, [por exemplo,] de que precisa um *artífice* para trabalhar [...]” (p.191).

Ampliando essa discussão Sennett (p.195) observa que a habilidade do artífice se desenvolve na correlação mão-olho-cérebro junto com envolvimento com os materiais na prática de seu fazer, adquirindo “maior consciência do próprio corpo na relação com [...] [os materiais] como se houvesse uma continuidade entre a carne e o [...] [material de trabalho]”. Entram aí as duas regras mencionadas, o jogo entre padrão de referência, mínima força e liberação, obtendo maior controle dos movimentos e aprendendo a prolongar a concentração na tarefa. Essa prolongação da concentração na tarefa ocorreria em duas fases, segundo o autor. Primeiramente ele fala em superar a consciência que separa corpo e matéria a ser trabalhada, “deixando-se absorver completamente pelo material, como um fim em si mesmo” (p.195), ou seja, fazer-se *um* com o que se tem a fazer. “[Estarmos] absortos em alguma coisa, e não mais conscientes de nós mesmos, ou nem sequer de nosso *self* corpóreo. Tornamo-nos aquilo em que trabalhamos” (p.195 e 196).

A segunda fase seria estender essa especial concentração, “insistir naquele momento de ‘ser como coisa’”. Segundo Sennett (2009), para se trabalhar melhor um material é necessário tentar prever em que ele se transformará na próxima etapa de intervenção. Então essa segunda etapa seria a de “manter-se nos trilhos”, ou seja, sustentar a concentração, entrar

²⁸ Sobre esse tema cf. também: HERRIGEL, 1975.

“num processo de ‘antecipação corpórea’, sempre um passo à frente da matéria-prima” (p.196) – o que demanda a repetição da atividade muitas vezes.

Essa repetição, que a artesanaria do construir-se e do construir seu fazer envolve, mobiliza habilidades sofisticadas. Sofisticadas não no sentido de serem difíceis de aprender; ao contrário, são sofisticadas porque estão na dimensão da própria normatividade da vida, dessa potência de invenção própria do humano. Não se caracteriza essa repetição pelo mecanicismo tedioso, mas sim pelo engajamento no fazer, que se torna estimulante porque ele

está olhando para frente [pois] a substância da rotina pode mudar, metamorfosear-se, melhorar, mas a recompensa emocional é a experiência de fazer de novo. Nada há de estranho nessa experiência. Todos nós a conhecemos; ela se chama ritmo [...] Quando estou mergulhado na prática do violoncelo, quero repetir um gesto físico numerosas vezes para aperfeiçoá-lo, mas também aperfeiçoá-lo para poder voltar a fazê-lo (p.196 e 197).

Marca-se importante diferença entre a rotina tediosa e a rotina ritmada. A prática do artífice tem ritmo em que se equilibram repetição e antecipação, o que, de acordo com Sennett (2009), é envolvente.

Poderíamos, então, pontuar na figura do fazer do artífice emergências singulares de subjetividades, em que os fios do fazer, do agir no mundo constituem importante matéria de pesquisa dessa tessitura? Em que delicadas tramas vão-se construindo através do fazer?

Nesse aspecto, queremos pensar novamente o papel de uma clínica que se volta para o trabalho, vendo-o em seu aspecto de artesanaria, que pode ser estratégia para dar passagens, como facilitadora dessas transformações dos trabalhadores em protagonistas na vida. Não um sujeito individualizado, mas um sujeito que exercita a construção da autonomia na situação de trabalho. E a situação de trabalho é, por definição, coletiva, isto é, envolve o meio técnico, o organizacional, o social. Para isso torna-se necessário que na cena clínica esse atravessamento do trabalho possa ser problematizado e valorizado enquanto potência de intervenção na vida. Que possa acontecer interlocução especial dessas questões levantadas e pontes construídas entre o trabalho, a atividade e a saúde.

A atividade, portanto, não é só o que aparece como resultado, nem só os movimentos físicos e esforços realizados, nem só as escolhas realizadas ou até as possibilidades impedidas. A atividade não pressupõe também implicação de todo o ser? Ou, melhor, o “corpo si” (SCHWARTZ, 2007)? Um corpo não só extenso, mas, intenso, engajado na atividade?

E a atividade, para esses autores, não diz respeito também à autonomia? Não uma autonomia que isola o vivente, mas que, ao contrário, o põe em relação constante com o meio, apropriando-se dele de algum modo e sendo dessa forma também transformado por ele, ‘desanonimando’ o meio em que vive, tornando-o um território minimamente confortável, criativo também de normas próprias?

2.4. Concepção de subjetividade em Schwartz: o uso de si e os valores sem dimensão na atividade industriosa humana – as dramáticas e o corpo(si)

Deleuze e Guattari nos anos 60-70 discutem o conceito de subjetividade no campo clínico, afirmando uma concepção não idealista da subjetividade, combatendo a clássica separação entre corpo e mente e a suposta supremacia da mente sobre o corpo; trazendo materialidade para o conceito, articulando-o à noção de produção – produção de subjetividade – e destacando a dimensão processual dessa produção, em contraste com a de subjetividade ligada à concepção de identidade, de indivíduo, de uma construção que se fecha em determinada fase de desenvolvimento. Eles dialogam com o campo da clínica trazendo a dimensão política das práticas. Afirmam a dimensão política da clínica, mantendo a palavra subjetividade junto à produção, trazendo assim a ideia de indissociabilidade entre clínica e política.

Deleuze e Guattari, portanto, construíram uma estratégia de resistência ao conceito de subjetividade de tradição idealista; Passos e Rauter (1997) afirmam que no *Anti-Édipo* eles retrabalham os conceitos de indivíduo, sujeito, inconsciente, de dentro do próprio campo da

clínica, tendo como um dos principais interlocutores a psicanálise. Essa estratégia de resistência, de criar focos subversivos, visa forçar a implosão desses conceitos. Deleuze e Guattari apostam numa clínica que vai desconstruir as certezas identitárias, de um “eu” que se reconhece numa identidade acabada e igual a si mesmo. Eles pensam a subjetividade numa clínica em que os campos do desejo e do social articulam-se num só movimento, como produção, produção desejante e produção do *socius* (PASSOS; RAUTER, 1997).

Já na década de 1980, Schwartz também vai problematizar o conceito de subjetividade, mas na interlocução com estudos que se debruçaram sobre processos de trabalho, utilizando outra estratégia de combate, criando um conceito para afirmar a dimensão subjetiva do trabalho fora de qualquer idealismo e aprisionamento conceitual.

Num primeiro momento, combate os efeitos negativos da concepção taylorista do trabalho nos textos acadêmicos que aceitam o pressuposto de que os trabalhadores apenas executam prescrições nas fábricas taylorizadas, não existindo, portanto, dimensão subjetiva do trabalho já que eles se comportariam como máquinas executoras. Critica a ideia de um trabalho manual em que o trabalhador só executa ordens de outrem, introduzindo a noção de que o que acontece é *uso de si*, não apenas uso da mão, ou do intelecto, ou de qualquer parte separada do corpo. Ao afirmar que não há apenas *uso de si por outrem* (heterodeterminação), mas também *uso de si por si*, Schwartz rompe com todas as abordagens que consideram o trabalhador, no taylorismo, apenas efeito de dominação, alienado, ao trazer, com o auxílio dos estudos ergonômicos, a ideia de que a variabilidade do meio provoca a necessidade de regulações e coloca em xeque as normas preexistentes, produzindo-se assim sempre um debate de normas e renormatizações, mostrando quão absurda é a ideia de reduzir o trabalho à mera execução.

O que, porém, seria esse si? Schwartz (2000b) lembra que Nietzsche o designava um sábio desconhecido e afirma que é preciso encontrar conceitos que não reduzam ou mutilam a complexidade presente nessa entidade coletiva que produz atividade e que, como afirma Canguilhem, não é inerte nem indiferente, portanto, nunca é só heterodeterminada.

Anos depois, já no início do século XXI, vai debater, embora não nomeie exatamente seus interlocutores, com diferentes tipos de propostas de análise do trabalho. Uma delas, que se tornou hegemônica, a psicologia cognitiva do trabalho, muito contribuiu para compreender as novas formas de trabalho criadas pela informatização e automatização dos processos produtivos e do aumento do trabalho no setor de serviços. Esse novo contexto vai produzir atenção aos processos de raciocínio, memória, tomada de decisões, dos trabalhadores como se nos novos trabalhos o corpo não existisse ou fosse algo secundário, separado desses trabalhos intelectuais.

Como abordar os temas levantados pelas novas formas de organização do trabalho como implicação, motivações, competências, trabalho em grupo, sem cair na cisão entre alma e corpo, na tradição idealista que sustenta a categoria subjetividade? nem cair nos erros do comportamentalismo, que despreza a dimensão subjetiva, e das análises que desprezam o corpo, sempre produzindo dissociações?

A perspectiva ergológica assume a exigência de se colocar em permanente desconforto intelectual, assumindo que os conceitos e abordagens teóricas estão sempre aquém da experiência, e que se pode produzir conceitos e sistematizações teóricas, mas sempre desconfiando delas, pronto a questioná-las e, quando possível, criando conceitos que provoquem movimento no pensamento, que sejam úteis contra a acomodação que algumas categorias começam a produzir.

Outra vertente de combate de Schwartz comporta os estudos sobre o trabalho que já partem para o campo com uma concepção de subjetividade modelada exaustivamente por determinada linha teórica. Isso, segundo o autor, é uma forma de certo modo apaziguadora de lidar com a complexidade dessa questão. Schwartz exemplifica trazendo como metáfora a imagem de um espelho. O pesquisador vai para o campo com uma concepção idealista de subjetividade, traz modelagem que é feita por determinada linha teórica e, ao pesquisar, coloca um espelho na frente do trabalhador.

Estabelece-se para o trabalhador sedutora armadilha. Ele aprecia o fato de ter reconhecido seu sofrimento, porém nesse movimento ele se torna objeto. O espelho é dispositivo formatado e tem moldura colocada pelo pesquisador; por outro lado, o trabalhador, ao olhar-se no espelho, se reconhece, o que lhe traz, segundo Schwartz (2007), também uma espécie de apaziguamento. E o pesquisador verá o que quer ver. Nessa forma de conceber a subjetividade, o trabalhador não tem protagonismo na produção de conhecimento, o que, no entender de Schwartz, mutila esses estudos, mutila a produção de conhecimento do trabalho, porque, ao formatar um conceito que é fundamental nos estudos do trabalho, acaba por mutilar essa produção.

O trabalhador assim se transforma em imagem do espelho do pesquisador, em objeto de pesquisa. Schwartz não concebe a subjetividade como algo que se deixa formatar, que se deixa explicar e reconhecer com facilidade; é alguma coisa obscura e sempre será parcial. Para marcar a noção da não separabilidade entre corpo e mente das questões de trabalho, Schwartz junta *o si* ao *corpo* – *corpo(si)*, conceito que parece ser uma estratégia de Schwartz para marcar sua posição frente a intervenções e produção de conhecimento sobre o trabalho humano que abolem sua complexidade, que tratam da subjetividade concebida a partir de uma tradição idealista por um lado e, por outro, que tentam tirar o protagonismo do trabalhador, como o taylorismo tentou fazer. O corpo a que Schwartz se refere é não apenas o corpo biológico, mas também produto e produtor de histórias, é um corpo que tem normatividade. Nesse sentido ele cria o conceito de *corpo-si* para tratar da subjetividade não idealista, não formatada por nenhuma linha teórica ou disciplina do conhecimento humano que reivindique seu monopólio.

Segundo Schwartz, o conceito não visa dar fechamento às questões da vida, mas sim trazer a penumbra, o enigmático, o que é difícil de pegar. Ele afirma que o *corpo-si* é dimensão que passa pelo encontro de três forças: da vida em nós, porque somos seres viventes como qualquer animal, submetidos ao que chamamos de normatividade, ou o vivo do vivo, sua dimensão pré-individual; da história humana, pois quando nascemos, já há uma história, e nascemos em meio a forças sociais, políticas, técnicas, econômicas, bem como a objetos, artefatos, que aqui estão antes de nós – nascemos em meio a um patrimônio humano, em

determinado tempo e espaço, e temos de lidar com isso; e com a história de cada trabalhador/vivente, como corpo singular que nasce, vive e morre, lidando com essas forças, construindo-se e construindo meios, à medida que vive, num processo contínuo de singularização e de luta por construção e afirmação de valores e de seus meios de vida.

Portanto, o que vemos diante do espelho (uma identidade) só dá conta de uma subjetividade formatada; há algo além e aquém de nós que nos atravessa, que nenhuma formatação apriorística da subjetividade dá conta: o corpo biológico e sua dimensão pré-individual, o vivo do vivo, que renormatiza permanentemente a vida, e a dimensão histórica, uma trama histórica da qual emergimos, mas que ao mesmo tempo também construímos, ao fazer escolhas. Schwartz (2007, p.198) pondera que “o ‘corpo-si’, árbitro no mais íntimo da atividade, não é um ‘sujeito’ delimitado, definido, mas uma entidade enigmática que resiste às tentativas de ser objetivado”.

Schwartz então afirma que para se estudar o trabalho e transformá-lo, desenvolvê-lo, precisa-se trazer a materialidade dessa dimensão, trazer sua dimensão situada, e trazer o corpo, que em sua opinião estava esquecido, daí sua desconfiança a respeito da palavra subjetividade; seu debate é com uma tradição que transforma a subjetividade em *objeto* de estudo reificado, como também a idealização de um “eu” que sofre e que se reconhece facilmente como um ser idêntico a si mesmo, como quando se olha em um espelho.

[...] falar da subjetividade tem algo de sedutor (eventualmente, com noções de ‘subjetividade que sofre’[...]). Temos a impressão de que falam de você, enfim, na primeira pessoa. Você é colocado diante de um espelho onde você se reconhece, porque não é tão difícil de evocar sobretudo a dimensão da pena, da dificuldade de viver... ‘Enfim, falam de mim’. Esse espelho que lhe entregam é então sedutor, porque ele parece dar substância a alguma coisa que permanece para nós sempre obscura [...] Este espelho que entregam a você é, enfim, um espelho que o transforma em objeto [...]. Ele transforma você em objeto e a pessoa que vai lhe entregar esse espelho o possui de uma certa maneira (um espelho é circunscrito por uma moldura!), descortinando os segredos de sua vida, de sua ação e de sua paixão (p.199).

O conceito de *corpo(si)* é uma estratégia de segurar a complexidade do conceito de subjetividade, afirmando que esse ente que está no mundo e que tem atividade tem um

corpo que é biológico, que não pode ser esquecido, mas é um corpo também histórico, que se constrói nos embates da vida.

Portanto o que Schwartz critica no uso da noção de subjetividade nos estudos sobre a dimensão do trabalho é o objetivo frequente de apaziguar algo que não pode ser explicado, algo enigmático, algo que é penumbra, que é complexo. Como se seu uso trouxesse então a não necessidade de enfrentar esse desconforto de lidar com o que é obscuro a respeito da atividade do trabalhador, a oportunidade de aplacar essa complexidade, como se isso desse conta do enigmático, como se tudo que se poderia falar sobre essa complexidade já tivesse sido falado, quando se usa a expressão subjetividade como autoexplicativa. Assim, ao propor o conceito de *corpo(si)* o que Schwartz quer é provocar uma inquietação é um não apaziguamento, que, em sua opinião, a palavra subjetividade sozinha pode pretender.

Nesse sentido, Schwartz, Deleuze e Guattari, ainda que com estratégias políticas diferentes, parecem integrar uma linhagem de pensadores que concebem o vivente humano como processo e como ser histórico em constante criação de si e do mundo – concepções que queremos fazer dialogarem em nossas práticas clínicas.

Schwartz (2009, p.14) pensa a ergologia na perspectiva de “um modo de trabalho sobre o trabalho, com aqueles mesmos que trabalham, que tinham uma experiência do trabalho”, portanto, um modo de problematização da realidade do trabalho em que a produção de conhecimento, de saberes, tem como protagonistas os próprios trabalhadores em situação de trabalho, em ato.

Assim, segundo o autor, numa perspectiva ergológica, o trabalho não é algo dado que será observado pelos pesquisadores, pelos gerentes ou pelos trabalhadores, um objeto que simplesmente se deixa observar. Não é essa a dimensão ergológica do trabalho. Ela trata do diálogo entre o trabalho heterodeterminado (*uso de si por outros*) e o autodeterminado (*uso de si por si*). O trabalhador e o pesquisador serão elementos importantes nesse diálogo ao produzir nesse quadro, junto com todos os atores envolvidos, novas questões, porque produzir conhecimento é dar visibilidade à dimensão processual que abre passagem para as

novas questões; irão colaborar na produção e no desenvolvimento de conhecimento sobre a dimensão ergológica do trabalho.

Nesse campo de pesquisa Schwartz desenvolve a noção de “uso de si” que será fundamental para pensar o dispositivo ergológico sobre a atividade industriosa humana. A ergologia é uma dimensão antropológica, ética e epistemológica da atividade industriosa humana, que, instruindo-se de rigorosa investigação situada da atividade, busca a intervenção/transformação das situações a que se dedica. A ergologia parte da distinção vinda da ergonomia entre trabalho prescrito e trabalho real, investigando seriamente as transformações que são operadas entre o que é prescrito para o trabalhador realizar e o que ele dá de si na mistura com o que ele encontra efetivamente no meio de trabalho.

Para realizar sua tarefa, portanto, o trabalhador precisa fazer reorganizações e remanejamentos de tudo que ele sabe (seu patrimônio de saberes) e criar transformações, ainda que em nível micro. Isso é o que de fato sempre acontece. Schwartz (2009, p.15) observa que é na atividade que “se passam coisas muito enigmáticas”, que é no “território da atividade” que o trabalhador precisa operar para realizar o que precisa. Acontece aí o que Schwartz vai chamar de “dramáticas do uso de si”.

O autor, então, afirma que a primeira proposição da ergologia é que “o trabalho não é jamais pura execução, e isto é fundamentalmente universal” (p.16), acontece em todas as situações que o homem produz. A segunda proposição, decorrência da primeira, é que essa variação “não é jamais inteiramente antecipável [...]. Isso reenvia à singularidade da situação, à singularidade da pessoa, com sua história, sua morfologia, seus próprios valores” (p.16).

Portanto, se o trabalho não é jamais pura execução de um corpo em obediência a comandos predeterminados, se há sempre um retrabalho, esse corpo participa ativamente, ele se mistura à tarefa e produz estratégias de execução, é um corpo que tem história e que está atento às singularidades do meio em que se encontra, ao que está prescrito para ele. Esse é um corpo que sente, que pode ter tido, antes de executar sua atividade de trabalho, uma

noite péssima de sono ou, ao contrário, uma excelente noite, que pode ter-se desentendido com alguém ou estar sentindo alguma dor, ou fome, ou estar triste, feliz, enfim, muitas variabilidades entram nessa dimensão na qual se passa a atividade, portanto ela será sempre singular.

Nesse espaço de indeterminação acontecem inúmeras coisas, interferem inúmeros ingredientes, passa-se algo de enigmático que é a atividade. E para se aproximar dela é preciso aproximar-se desses protagonistas e junto a eles produzir estratégias de investigação. Na atividade entram inúmeros valores; Schwartz (p.17) enfatiza bastante os valores sem dimensão que, junto com os valores quantificáveis mercantis, estão presentes na situação de trabalho. Os valores sem dimensão seriam, “por exemplo, a saúde, a justiça, o bem-estar, o bem viver juntos, [que] não podem ser encerrados numa definição precisa e estável, que permitiria um recorte”. Eles não podem ser medidos por nenhuma unidade de medida e, portanto, não podem ser comparados entre as pessoas, mas apenas na mesma pessoa em momentos diferentes. Como, por exemplo, quando se fala da dor física ou emocional: como medi-la, com precisão? Como posso comparar a minha com a sua? Não podemos, definitivamente. A dor também é estado sem dimensão.

Inspirado por Canguilhem, Schwartz (2009) sugere que viver não é se submeter totalmente ao meio; isso seria reproduzir a vida de forma determinista, o que, segundo Canguilhem (1990), seria patológico. Viver, no sentido pleno do termo, não é ser um “joguete” do meio, não importa o que seja esse meio – outras pessoas, tarefas a cumprir, rotinas a seguir. No entender de Schwartz (2009, p.17) isso não é vivível. E ele acrescenta: “certamente se é em parte o juguete do meio, mas em parte somente, porque se busca sempre renegociar esta dependência em relação ao meio”. Assim, também Canguilhem (1990, p.163) considera a saúde um valor. Portanto, para o vivente humano, a saúde é

um sentimento de segurança na vida, sentimento este que, por si mesmo não se impõe nenhum limite. A palavra valere, que deu origem a valor, significa, em latim, passar bem. A saúde é uma maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais.

Canguilhem (p.165) concorda com Goldstein, afirmando que “só na doença há tendência verdadeiramente conservadora, que o organismo sadio é caracterizado pela tendência a enfrentar situações novas e a instituir novas normas”.

O *uso de si*, segundo Schwartz (p.18), traz sutileza muito importante a respeito da criatividade normativa do vivente humano no trabalho. Está-se sempre sob *contraintes*, sob normas antecedentes ao aparecimento do sujeito, que fazem parte do tipo de organização do trabalho e do patrimônio de seu ofício, que foi construído ao longo do tempo, das normas de segurança do trabalho, entre outras, que, entretanto, não conseguem absolutamente “antecipar todas as ocorrências possíveis de uma situação” e, nesse caso, há também sempre um “vazio de normas”, sendo necessário, então, criá-las, normatizar para trabalhar. Assim, duas coisas são concomitantes, observa Schwartz: o *contornar*, porque as normas existentes não dão conta (normas tanto da atividade quanto as advindas da experiência do próprio trabalhador), e o *inventar*, para dar conta desse vazio de normas. Assim, o trabalho não é experiência só de resistência, mas também de reservas de alternativas, de possibilidades, de pistas para afirmação de novas formas de viver. Não é situação apenas de disciplina e de controle, mas também de luta e de transformação.

[O conceito de uso de si] me veio com a ideia de que o trabalho é dito exploração e portanto utilização dos homens [...] Para utilizar os homens ou as mulheres, seria necessário que estes homens e estas mulheres deem de si mesmos, se utilizem deles mesmos [...] Eu vou fazer punção em mim mesmo, de minha inteligência, de minha memória, de meu corpo. Quanto a saber como se faz esta punção, é obscuro. É o corpo-si (p.18).

Esse algo obscuro a que Schwartz se refere, que se desenvolve na atividade, em ato, o desenvolvimento de um uso de si por si e pelos outros (ou seja, tudo que envolve o meio de trabalho e a vida do trabalhador), tem sido, em sua opinião, deixado de lado pelas organizações e disciplinas que se debruçam sobre o trabalho. “Este uso *escapa* a toda padronização em medida quantificável” (p.18).

O *uso de si* pode ser um recurso para se experimentar a si mesmo, “uma experiência de si”; ao experimentar-se, testa-se a si mesmo, ampliam-se limiares antes desconhecidos, constroem-se saberes, recursos, estratégias para a ação. “Na medida onde há experiência de

si, há forçosamente capitalização parcial. Parcial, porque isso não será jamais exatamente a mesma situação” (p.19).

No *uso de si por si*, ou seja, nessa punção que se faz sobre si, arbitrando valores, patrimônios adquiridos, também estão as experiências que os outros lhe transmitiram. Esse corpo-si é parte inseparável do que Schwartz chama de “entidades coletivas relativamente pertinentes” (ECRP), que constroem a trama da história através das renormatizações e da construção de um patrimônio histórico que serve a várias gerações. “Os usos anteriores podem facilitar os usos de mim mesmo” (p.20).

No *uso de si*, afinal, “quem faz uso”? Schwartz ao formular precisamente essa questão desdobra esse conceito em outro conceito importante em sua obra para tratar da dimensão subjetiva do trabalho, que é o de *corpo(si)*.

Qual é a entidade em mim que me faz passar do que é antecipado [o prescrito] ao que eu faço em situação de trabalho [o concreto]? Há o corpo [...], porque a saúde é importante. Há a pessoa, mesmo sendo um ser psíquico, não é evidente [...] como calcular nela como ela vai fazer, porque não se trata aí de um cálculo puramente mecânico [...]. [Há aqui uma] dificuldade de encontrar um termo que me faça compreender essa passagem. Há o sujeito [...], mas é limitado porque eu arrisco cair numa armadilha [...] [Porque há o sujeito do psicólogo, do sociólogo, do linguista]. Enquanto que todos estes “sujeitos-aí” estão presentes nesta passagem [ao mesmo tempo]. É por isso que eu escolhi a palavra “si” e falar de “uso de si” (p.20).

O uso de si é, segundo Schwartz, algo enigmático que não se revela imediatamente; e, mais, também é necessário que se saiba que ele existe para – no caso de pesquisadores do trabalho – saber o que procurar. Schwartz exemplifica a necessidade de estratégias de apreensão do que é enigmático no trabalho citando o desenvolvimento do método de instrução ao sócia, de Ivar Oddone, utilizado em pesquisa numa organização de modelo taylorista. “Para Oddone, dentro dos modelos tayloristas se passa uma recriação de um mundo que não se vê imediatamente” (p.20). E no caso dos ofícios de serviços o que se passa nesse uso é menos visível ainda. Então Schwartz afirma não saber se as dramáticas de uso de si se passam na cabeça ou no corpo. “É por essa razão que ‘si’ tornou-se ‘corpo-si’” (p.20), dando ideia não só da inseparabilidade de corpo e mente, mas também de ser e

meio, pois há sempre essa dramática de uso de si, que é o processo de criação de novas normas para se viver.

A ergologia tem como base o conceito de atividade – que não se deixa aprisionar por nenhum campo disciplinar, além de trazer, em especial, complexa dificuldade para ser apreendida pela linguagem. “E tudo isso é conjugado numa sinergia incompreensível que faz passagem entre, de uma parte, o que é antecipado e, de outra parte, o que eu faço em situação e o que eu tenho em patrimônio [...] Está aí por que utilizo a palavra ‘si’” (p.21).

Os termos usados por Schwartz (*‘si’*, *‘outros’*, *‘corpo-si’*), são indicações muito mais de problemas do que de soluções ou conclusões. Eles objetivam abrir a discussão, e é essa a ideia, e não de encerrá-la, não de apaziguar as dúvidas do que é enigmático. Quando Schwartz (2009) usa o termo *‘si’*, por exemplo, ele informa não se referir a “alguma coisa que eu tenha bem circunscrita” (p.22), não indica uma entidade fechada, algo circunscrito num corpo físico ou numa psique fechada.

Assim, há sempre *uso de si por si* por diversas razões, entre elas a que é a matriz de todas as outras, que é estar vivo; e viver, em qualquer circunstância, é fazer *uso de si por si*, às vezes, de forma bem-sucedida, outras nem tanto, visando à saúde.

O vazio de normas no caso das atividades industriais que envolvem serviços, atribui ainda mais complexidade à questão dos *usos de si por si e pelos outros*, pois há aí o encontro com os clientes, com os usuários dos serviços, portanto, com viventes que também vivem a cada encontro suas dramáticas, bem como a arbitragem *de si por si*. “O trabalho é sempre esta arbitragem [...]. Estamos sempre a arbitrar entre nossos próprios debates de normas e aqueles dos outros” (p.22), quer das prescrições formais, quer do coletivo de trabalho no qual estamos inseridos.

Estamos sempre a arbitrar as normas antecedentes na situação concreta que se apresenta; quase nunca elas podem ser aplicadas do jeito que nos são apresentadas. E quando se trabalha em equipe há arbitragens entre as arbitragens, para chegar-se a um acordo, ainda

que provisório, para as situações concretas a resolver. Schwartz utiliza a palavra dramática para referir essa tensão existente entre as normas antecedentes e a situação real, concreta, que se vive.

No sentido etimológico, dramática quer dizer que há uma história que se passa, história que não estava prevista no início, mas que não é necessariamente trágica. Dramática quer dizer que não pode não ocorrer alguma coisa, porque haverá sempre esses debates, e ninguém poderá escapar deles [...] Isto não é somente uso de si, mas uso do corpo(si) (p.23).

As dramáticas de *uso de si por si* e *pelos outros* adquirem outra amplitude quando aí incluimos (e eles estão sempre presentes) os valores. Nicole Mencacci (SCHWARTZ, 2009) chama atenção para as dramáticas do uso de si – abordando as confrontações com todos os tipos de problemas – e isso exprimiria a expressão “debate de normas”, e afirma que “esse destino nos liga profundamente ao social [...]. Este *destino a viver* implica necessariamente uma relação com um complexo de valores, escolhidos ou negados – dos quais ninguém pode escapar” (p.23).

Há no ambiente de trabalho, uma pluralidade de normas antecedentes em diferentes níveis e dimensões, que são da “ordem do emprego, da organização do trabalho, do organograma, das regras comuns, dos objetivos de gestão e de produção, das maneiras de fazer” (p.24). Assim sendo, as normas antecedentes são mais do que “uma simples enumeração de procedimentos [...] [Elas podem] ser também renormatizações coletivas estabilizadas mais ou largamente aceitas” (p.24) – não são escritas, mas estão lá, e normalmente é preciso um certo tempo para apreendê-las; são renormatizações criadas a partir da atividade concreta de trabalho, ou seja, a partir dos problemas surgidos em atividade. Todas elas, portanto, preexistem à entrada do trabalhador em determinado local de trabalho.

Schwartz escolhe a palavra “uso” utilizando-a nesse jogo, nessa dramática que ocorre na atividade industriosa entre as normas antecedentes e a atividade concreta a desenvolver. Observa que poderia usar a palavra “prova”, como sugerida por Nicole Mencacci (SCHWARTZ, 2009, p.25). “Há uma forma de se escolher a si mesmo nos valores que se vai colocar em jogo ou que se vai ocultar. Desse ponto de vista, o uso de si por si é também uma prova de si por si. [...], no duplo sentido de dificuldade e, ao mesmo tempo, de teste de si por si”.

Há, portanto, a construção de novas normas através das renormatizações, porque as normas antecedentes são sempre insuficientes, mas há também a construção desse *si*, através das renormatizações realizadas, para preencher esse vazio de normas. Tais construções – de *si* e de novas normas – se fazem através de escolhas baseadas nos valores que se trazem da história, mas também dos valores que circulam na cena, na situação singular vivenciada, ou seja, na abertura ao outro²⁹ que também tem história. Há sempre, portanto, encontro de encontros.

Fazer escolhas implica imprimir marca, postura que faz alguém ir para um lado e não para outro. Isso é questão ético-política importantíssima, de como “eu me experimento” nas situações concretas quando faço escolhas (e sempre as estamos fazendo); no mesmo movimento, recebo também de volta dos outros algo do que essas escolhas estão afirmando no mundo, que retorna como resposta. É necessário ter olhos e ouvidos à *espreita*³⁰ para ouvir, ver, sentir... Essas escolhas, porém, não são de um eu identitário, mas de um ‘*si*’ que é atravessado por todas essas dramáticas. “Esta escolha é aquela de um *corpo-si*, interpelado no e pelo [...] aqui e agora, e por aí mesmo retrabalhado por esta interpelação. Daí [...] a dificuldade para falar de ‘sujeito’, de ‘subjetividade’” (p.26).

Como estamos mergulhados num mundo de valores, as normas também têm valores anexadas a elas, assim como o vivente humano. Portanto “no pano de fundo, intervêm – e é por isso que é complicado – todos esses valores que estão aí, ao mesmo tempo. A pessoa está presa a isto” (p.27).

A questão dos valores está presente em qualquer ofício, e algumas circunstâncias são bastante dolorosas quando na situação de trabalho colocam-se em xeque esses valores, ou seja, quando os valores do ofício entram em choque com outros valores presentes no ambiente de trabalho, ou com o que efetivamente se faz, numa organização de trabalho, em

²⁹ O *outro* aqui não se trata necessariamente de uma pessoa, mas das circunstâncias, do meio social, da singularidade da situação que se apresenta, da alteridade.

³⁰ O sentido da palavra *espreita* aqui foi tomado emprestado de Gilles Deleuze no verbete ‘animal’ no vídeo *Abecedário de Gilles Deleuze* (BOUTANG, 1988).

função das condições efetivas de trabalho ali sustentadas. Por exemplo, alguns valores que fazem parte do ofício de enfermagem, como zelar pela promoção da saúde e do bem-estar de seu paciente, cuidando da melhor forma possível para seu mais rápido restabelecimento, podem, em determinada situação concreta, entrar em choque com outros valores que convivem no mesmo ambiente e que em situação podem vir a se opor, poderíamos dizer, impedindo de certa forma o exercício pleno desse ofício da melhor forma que aquele profissional entende ou sente como adequado. Poderíamos nos questionar se o convívio muito frequente com esse tipo de situação, ou seja, com valores muito díspares num ambiente de trabalho, sem um canal coletivo de discussão dessas questões pode trazer repercussões dolorosas para o equilíbrio psicossomático desse profissional e, sem dúvida, também repercutir no processo de recuperação dos próprios pacientes.

Vinheta clínica 3

Profissional de enfermagem cliente de nossa Seção Psicossocial relata caso de paciente internada numa das enfermarias do hospital. Num de seus plantões, de madrugada essa paciente começa a passar muito mal. Ela e suas colegas de ofício atendem a paciente com seus recursos e experiência, mas ela não melhora, sendo então preciso chamar o médico residente de plantão para assisti-la; o que é feito. O residente insiste em que ela volte e avalie melhor o caso, que possivelmente não seria tão grave assim como estava sendo relatado. Na avaliação do médico não haveria necessidade de ele se deslocar até a enfermaria; ele, então, dá orientações sem ver a paciente – na verdade não acredita no quadro descrito pela profissional de enfermagem. A paciente não melhora, e há outras tentativas sem sucesso para que ele compareça à enfermaria. Ao amanhecer, o estado de saúde da paciente está bastante agravado, e só então vários médicos aparecem para vê-la; já é tarde, porém, porque ela não resistiu e acabou falecendo no início da manhã. Essa nossa cliente em atendimento psicoterápico relata como foi difícil essa vivência; passou dias seguidos sem conseguir dormir direito nem tirar da cabeça aquela paciente, acompanhada por extremo sentimento de impotência. Sua fala, reflexo de seu saber, fora ignorada, e experimentava profundo sentimento de desamparo e inadequação profissional, embora gostasse muito de seu ofício. Sentia que mesmo fazendo o melhor que podia pelos

pacientes, outros valores presentes na situação concreta de sua atividade impediam muitas vezes parte desse ofício ou seu bom desempenho, e isso estava sendo muito doloroso de vivenciar.

Essa cliente experimentou várias outras situações muito difíceis em relação a sua atividade no hospital e quando chegou a nosso serviço já estava licenciada pela perícia médica do próprio hospital para tratamento psiquiátrico, ficando afastada por longo período. Só muito tempo mais tarde conseguiu ser recolocada em outro setor do hospital, em que não precisava lidar com os doentes internados.

Será que poderíamos dizer que aqui as dramáticas de uso de si no caso dessa profissional nessa circunstância específica, com seus valores tanto de ofício quanto vindos de sua história e de tudo que envolvia aquela situação (incluindo a organização, a instituição medicina e tantas outras instituições que atravessam o tempo todo as escolhas necessárias a fazer), levaram-na a fazer o que melhor poderia naquela situação para dar continuidade de forma eficaz a sua atividade, mas, ainda assim, sentiu-se frustrada, pois o valor mais importante de seu ofício, que seria ajudar a salvar vidas, viu-se limitado pelos obstáculos presentes no hospital ao desenvolvimento de um trabalho coletivo. Que dificuldades impediam a cooperação entre médicos e enfermeiras, a confiança mútua que permitiria a atividade coletiva mais eficiente frente às emergências? Essa seria uma questão a aprofundar numa intervenção no próprio hospital envolvendo médicos e enfermeiros em diálogo, num mesmo dispositivo.

Assim, o uso de si por si é, em muitas situações de trabalho, atravessado e ligado por outros usos que podem interferir radicalmente nessa experimentação de si, havendo uma espécie de amputação desse uso, em que essa dramática do uso de si encontra as dramáticas de uso de si de outras pessoas que podem potencializar sua experiência ou, ao contrário, enfraquecê-la, ou até, em alguns casos, contribuir para destruir o desenvolvimento de um percurso profissional que estava sendo construído. Schwartz (2004) considera necessária uma negociação de eficácias entre trabalhadores, e, entre coletivos de trabalhadores diferentes, para que se consiga uma gestão coletiva do trabalho. Quando se constituem as

entidades coletivas relativamente pertinentes,³¹ trabalhadores se libertam dos limites do enquadramento funcional e passam a constituir um coletivo mais amplo que o do organograma, cujos limites não são fixos e são constituídos pela própria atividade. Essa sinergia, porém, sofre com as políticas de gerenciamento que não levam em conta a necessidade dessa gestão coletiva e produz a precariedade das relações de trabalho nos hospitais, bem como dos materiais e condições de trabalho, fazendo com que cada tentativa de constituir coletivo seja destruída, frequentemente pela gerência local do hospital ou pelo governo federal, como apontou a pesquisa realizada por Monteiro da Silva (2008) nesse mesmo hospital.

Num hospital a hierarquia entre profissionais é normalmente muito rígida, e circulam valores diversos, entre eles o saber/poder do médico em detrimento de outros profissionais, e não só os de nível médio e fundamental, mas também de nível superior – ainda que não seja de direito, acaba sendo de fato. E isso é muito sério, pois as falas desses profissionais, que acompanham o dia a dia do paciente em um hospital, muitas vezes acabam não tendo visibilidade, em detrimento da fala soberana de apenas uma categoria profissional.

Pensar os valores que atravessam os ofícios, as dramáticas que envolvem esses confrontos de valores tão díspares muitas vezes, outras nem tanto, mas que podem fazer verdadeiros estragos no caminho profissional das pessoas e conseqüentemente no serviço prestado a seus usuários, precisa passar por constante problematização dessas questões. Portanto, não cabe na cena clínica psicoterápica desses casos uma visão psicológica puramente identitária, individual daquele cliente em particular. Há uma dimensão social, coletiva aí, que atravessa a carne e o sangue das pessoas na atividade do trabalho.

Assim, na realização de um ofício, lida-se permanentemente não só com o debate de normas, mas, colado a ele, com intrincado jogo de valores que atravessam incessantemente esse exercício de *si por si* e com os *outros*, processo em que o corpo sofre todos esses

³¹ Expressão utilizada por Yves Schwartz para dar a ideia de provisoriidade aos coletivos de trabalho, que se formam e se desfazem em função de forças múltiplas que atravessam determinada atividade de trabalho, que a rigor é sempre coletiva.

embates. Por isso Schwartz traz a noção de *corpo(si)*, em que todas essas intensidades, usos, testes, provas se atravessam e se afetam, produzindo história e esse corpo intenso.

Nas relações de serviço talvez essas questões fiquem muito mais evidentes, sobretudo nos ambientes de trabalho em que se presta assistência, em que o foco da atividade é outro ser humano, como aqueles em que se realizam os diversos ofícios da saúde, por exemplo, ou da assistência social, ou jurídica, havendo, portanto, dramática de uso de si por si – “nas normas de comportamento [...] com relação [...] [ao] cliente –, que tem alguma coisa de uma verdadeira prova, dolorosa para suportar” (SCHWARTZ, 2009, p.28) e de uso de si dos outros (clientes e todos que estão direta ou indiretamente ligados àquele atendimento). Schwartz (p.28-29) então observa:

Há aqui a colocação em campo de um universo de valores complicado. E a forma como [...] vai[-se] tratar este universo de valores, na sua relação com o concreto, é uma verdadeira prova[...] Quer dizer que, ao escolher sua norma de comportamento [...], ele mesmo se escolhe. Ele mesmo escolhe um universo, uma forma de viver com os outros. [Assim, no trabalho há sempre] debate de normas [...] normas de agir. Mas por trás dessas normas, há um universo muito complexo de valores [...] Tudo isso está muito presente nas normas do agir concreto [...] Um mundo de valores por trás das normas em debate.

Há, portanto, diferenças conceituais entre norma e valor, e, frente às possibilidades de usos de si mesmo, de diferentes escolhas e diferentes posturas, essas escolhas podem tornar profissionais de um mesmo ofício muito diferentes entre si. Há um processo permanente de singularização de si. Nicole Mencacci (SCHWARTZ, 2009) formula uma questão que diz respeito a pensar se a capacidade dos profissionais de “usar eles mesmos” em sua atividade concreta, em face de um debate de normas cuja amplitude é muitas vezes imperceptível é algo natural ou é algo que se aprende. O que a autora se pergunta é se “a formação³² não teria papel importante a desenvolver” (p.29). Mas uma formação que diz respeito a dar visibilidade para os trabalhadores de que, mesmo tendo um sólido conhecimento de protocolos, eles no entanto precisam ser “sensibilizados e preparados ao fato de que [...] não escaparão aos debates de normas, e por consequência a um trabalho de valores que lhes preexiste” (p.29). Assim o que Mencacci pontua no diálogo com Schwartz é a necessidade

³² Sobre esse tema Schwartz no texto “Manifesto por um ergoengajamento”, vai abordar em meio a várias questões a importância da formação ou, mais precisamente, a ergoformação (BENDASSOLI, 2011).

de manejo nas situações de trabalho que se aprendem ou melhor se *impreendem*, na linguagem de Schwartz (como veremos adiante no final capítulo 3), que pode ser aprendido, exigindo assim movimento de formação singular, ou seja, de ergoformação.

Nesse sentido a clínica que acolhe o trabalho como dimensão sempre problemática vai exigir sempre que entremos nesse debate de normas e nessas dramáticas. E o próprio fazer clínico, que como todo ofício necessita de seus protocolos, por outro lado também exige constatar que em sua atividade situada há singularidades que pululam o tempo todo, não previstas, e que, para o desenvolvimento de seu próprio ofício, é preciso se deixar afetar por esses debates, do contrário, haverá prejuízo do desenvolvimento do próprio ofício da clínica. Ignorar esses debates a nosso ver é empobrecer qualquer atividade, é ignorar que a vida é sempre debate que nos convida a participar. Não aceitar esse convite é permanecer na repetição não produtiva, cristalizada.

Schwartz (2009, p.30) afirma que “os valores sustentam as normas”. Em cada escolha, cada opção na atividade há normas de agir diferentes e valores diferentes para cada caso, bem como renormatizações tendencialmente diferentes, “o que quer [...] dizer que todo resultado da atividade reenvia a uma tomada de valores em nós”. Portanto,

nos dar normas de agir que [não] vão ao encontro de nossas avaliações, das tomadas do universo arqueológico em nós [tem um custo]. As normas desaguam sobre os agires observáveis, mas em contrapartida, indiscutivelmente, elas têm a cabeça nos valores: não há nenhuma norma que não seja ligada aos valores. Isto não é possível [...]

Mas ao mesmo tempo, este mundo dos valores não é observável, ele é definível mas sob reserva e sem nenhum rigor invariável [...] [e] em cada situação de atividade [...] se vai a cada vez redefinir os valores e os hierarquizar entre eles [...] Não há um universo estável de valores, se leva-se a sério a atividade humana (p.30).

2.5. Coletivos de trabalho e normatividade

O trabalho envolve esse desafio da normatividade, ou seja, o trabalhador arrisca-se no encontro com as infidelidades do meio (como, por exemplo, as experimentadas no encontro com colegas, chefias, instrumentos de trabalhos, prescrições, possibilidades ou não de contribuição e reconhecimentos, entre tantas outras...), nunca encontrando um paraíso

tranquilo e isento de sofrimento. Para lidar com esse sofrimento é necessário que os trabalhadores sintam-se parte de um coletivo de trabalho, pois é no coletivo, no meio, que se constroem “regras de ofício”, o que dá territorialidade ao fazer. E a construção do coletivo de trabalho e as regras de ofício não seriam exemplos de normatividade do vivente? A normatividade do vivente implica a constante criação de novas normas, no embate com o meio, com a existência. Segundo Canguilhem, a vida é o tempo todo criação de novas constantes buscando a sobrevivência no sentido mais amplo possível, que é viver com saúde, e viver com saúde é ser ativo no mundo.

De acordo com Muniz, Athayde e Neves (2004),

dado o desenvolvimento de uma divisão técnica do trabalho, a constituição de metiês, dos ofícios, envolveram a invenção de regras de exercício deste ofício. Regras em seu sentido não apenas técnico, de modos operatórios, mas em seu sentido ético e social. Regras que são resultado do trabalho com sentido e que colaboram na produção de sentido do trabalho (e da vida) (p.238). [O mais importante nas regras de ofício] é que induzem a uma arte de viver, de regular a própria vida dentro e fora do trabalho (CRU 1987a). Tal arte implica que não sejam vivenciadas como procedimentos repetitivos, mas enquanto adaptações criativas a cada momento do trabalho, não apenas Techné, mas Kairós. Ou seja, aqui, é importante a capacidade de criar soluções, de acordo com o que acontece, com o que devém, segundo os princípios gerais das regras (p.239).

Essas regras serão seguidas e criadas nos chamados coletivos de trabalho. Mas “quando por interferência da organização prescrita do trabalho ou mesmo da violência patronal, as regras de ofício não podem ser cumpridas, o coletivo se desorganiza, ou não chega a se estruturar” (MUNIZ et al., 2004, p.240), com prejuízos tanto para a saúde do trabalhador quanto para a de outros diretamente sob sua dependência ou seus cuidados nas circunstâncias do trabalho.

Vinheta clínica 4

Profissional de enfermagem que atendemos na Seção Psicossocial/Progepe/UFF:

“Trabalhei durante um bom tempo num setor do hospital em que toda a equipe técnica envolvida no atendimento aos pacientes daquele setor, desde os docentes, os médicos

residentes, enfermeiras, passando pelas auxiliares e técnicos de enfermagem sentiam-se numa equipe de verdade. Todos sentiam a importância de seu trabalho ali, todos eram ouvidos quando cada caso de paciente internado ali era discutido. Tínhamos reuniões semanais de estudo de caso, onde toda a equipe de saúde daquele setor participava. Aprendíamos muito uns com os outros; era um setor que tínhamos orgulho em trabalhar. Todos queriam que o trabalho funcionasse. Mas infelizmente lá era uma ilha dentro do hospital, as coisas lá funcionavam e parece que isso incomodava e acabaram com o setor...”

Na fala dessa servidora, podemos destacar muitas questões, entre as quais a importância que ela atribui ao respeito que havia naquele setor pelo discurso de todos os profissionais, por seus saberes a respeito dos pacientes sob seus cuidados, o saber do dia a dia, de quem fica mais tempo com eles. Parece que nesse exemplo o saber médico não era o único que valia. Consideramos esse caso exemplar de que as regras de ofício, da experiência, da vivência cotidiana naquele local (junto, sem dúvida, com o saber acadêmico e técnico) se construíram no dia a dia daqueles trabalhadores, trazendo frescor e vida para suas práticas, instigando-os e os colocando em movimento, construindo um coletivo de trabalho vivo e em intensa normatividade, posteriormente desorganizado por interferência da organização institucional, que extinguiu o setor. O relato dessa experiência profissional demonstra pesar pelo desmantelamento do setor e o quanto aquela experiência marcou sua vida e sua prática profissional.

Nos dados de uma pesquisa realizada por Muniz (1993), com operários da construção civil em João Pessoa, Paraíba, e posteriormente analisados por Muniz, Athayde e Neves (2004, p.234), surge uma expressão entre as respostas dos operários, com que eles apontam importante conceito, em sua visão, para a prevenção de acidentes no canteiro de obras: “é preciso ter atividade...” Os autores chamam esse conceito de “prático”, mas “não trivial”.

Esta palavra atividade chamou-nos a atenção porque remete à característica fundamental do ser vivo humano, algo para além da passividade, da ideia do trabalhador como mero alvo de impacto externo. Ou seja, resgata-se aí a concepção de vitalidade. Ter atividade é assim, o recurso mais importante alegado pelos operários para evitar o acidente já que, como todos sabemos, as condições de trabalho via de regra existentes são bastantes perigosas, e a própria legislação deixa vários espaços para que as firmas se descuidem da prevenção. Assim,

enquanto não se melhoram as condições de trabalho, a única arma dos operários para evitar o acidente é ter atividade. Deste modo, podemos entender por que tantos vão colocar como causa do acidente os descuidos, ou seja, a ausência do ter atividade (p.245).

Foi através dos estudos de Cru (apud MUNIZ et al., 2004) sobre as regras de ofício e os saberes de prudência que Muniz, Athayde e Neves descobriram que “ter atividade” é usar das armas da experiência e do saber profissional (saber fazer), armas que os operários utilizam tanto para produzir como para evitar acidente.

Podemos transpor essas questões também para outras categorias profissionais, como por exemplo, a dos profissionais de saúde – numa enfermaria, vários profissionais trabalham juntos e lidam com material biológico altamente infectante e equipamentos perfurantes; de certa forma, um depende do outro para manter o ambiente protegido de possíveis acidentes; além da interdependência nos procedimentos com os pacientes; o coletivo de trabalho é necessário para o bom desempenho de cada profissional, sua segurança e dos pacientes sob seus cuidados.

Percebemos então como os trabalhadores vão construindo dispositivos que os potencializam de tal modo, que estão longe de simplesmente reproduzir as concepções dominantes sobre segurança de trabalho. Na verdade, estas concepções dominantes têm entrado em conflito com as regras de ofício e desarticulam os coletivos de trabalho através de formas determinadas de organização do trabalho (p.248).

Acreditamos, assim, que o coletivo de trabalho vai além de regras construídas por um grupo de profissionais que trabalham juntos, é mais do que isso; para constituir-se um coletivo de trabalho são necessários a confiança, a camaradagem, o cuidar de si e do outro, a implicação sensível no fazer de seu ofício. Quando o trabalhador está engajado em seu fazer, se constitui com ele, estabelece-se uma rede, sendo com certeza maior a possibilidade de evitação do sofrimento no trabalho e de fortalecimento daquela vida, já que acreditamos que o trabalho, desde que não seja degradado por uma organização perversa, é um operador de saúde. E, ao contrário, o que adoce o trabalhador é muito mais a presença de determinadas organizações do trabalho que, ao enfraquecer os coletivos de trabalho, criam um campo fértil para o aparecimento de transtornos de várias ordens.

Assim, à medida que o trabalhador deixa de ter controle sobre seu próprio fazer, perde autonomia, enfraquece a participação e a criação desses coletivos, desses agenciamentos, empobrece e desvitaliza o vínculo criativo com seu ofício e, portanto, consigo mesmo. Nesse sentido, a organização do trabalho pode ser tanto facilitadora como, ao contrário, um grande obstáculo à construção desses coletivos, desses espaços de trocas dialógicas fundamentais para se *cuidar do trabalho*, da atividade como dimensão de saúde desses trabalhadores

Entendemos os coletivos de trabalho não apenas como modos de resistência à dominação, aos acidentes e ao adoecimento, mas também como possibilidades de construção da saúde no trabalho. Concordamos com Muniz, Athayde e Neves (2004, p.262) a respeito da “importância de descobrir dispositivos metodológicos que colaborem para a emergência da experiência [do trabalhador] e seu desenvolvimento”.

Também Sennett (2009) vai nessa direção quando afirma que a motivação dos trabalhadores é fundamentalmente influenciada pela organização do trabalho, mais do que o trabalho em si. Com base nessa afirmativa elege como fundamentais para a motivação no trabalho a perspectiva de pertencimento a um agenciamento de trabalho e o sentir-se parte da construção de um “espaço social” no trabalho.

O autor afirma que a organização pode ser “artesanalmente trabalhada”. É um aspecto evidenciado por ele diz respeito à criação de “redes de informações abertas” (p.270) – que raramente aparecem nos diagramas e mapas de gerenciamento organizacionais, mas que constituem investimento na intervenção no processo de trabalho favorecendo a construção de coletivos de trabalhadores. Uma estratégia para isso seria a ênfase numa diretriz de construção de espaços em que experiências sobre os pontos críticos, incertezas, ambiguidades, escolhas realizadas pudessem ser compartilhadas, debatidas, ou seja, entrassem em diálogo trazendo assim incorporação de práticas, abolindo outras, produzindo mudanças, crescimento técnico e sensibilidade para lidar com o concreto do dia a dia do trabalho.

Quando, ao contrário, espaços coletivos de troca são desfeitos ou nem sequer se formam, produzem-se, muitas vezes, profissionais cada vez mais individualizados, ensimesmados com seus problemas, suas angústias, com suas soluções solitárias no cotidiano do trabalho, fragilizando também a potência da atividade profissional.

Traremos uma situação de trabalho em que profissionais de saúde, mesmo sob pressão, conseguiram renormatizar uma prescrição com base em suas próprias normas antecedentes, construídas através da experiência coletiva situada: uma gerência administrativa que, apoiada em modelo de organização idealizado e, portanto, afastado da realidade profissional concreta de seus servidores, impôs mudanças na organização de um setor que, se fossem implementadas da forma prescrita, acarretariam muitos problemas na rotina da equipe de enfermagem de uma enfermaria de hospital público. Elas conseguem reinventar suas práticas num movimento de resistência à arbitrariedade demandada, demonstrando-se, assim, profissionais que, apesar das precárias condições físicas, materiais e de organização do trabalho não desistem de buscar sua saúde e a dos usuários de seus serviços, e coletivamente renormatizam uma prescrição que não levava em conta a realidade concreta de suas práticas.

Vinheta clínica 5

Profissional de enfermagem relata situação vivenciada na enfermaria na qual trabalhava. As profissionais de enfermagem recebem ordem da gerência geral de enfermagem para modificar a forma de identificação dos leitos dos pacientes internados, que deveria passar a ser feita numericamente em vez de com seus nomes. A ordem foi recebida com espanto e apreensão porque as profissionais de enfermagem perceberam imediatamente que sua atividade ficaria muito mais complicada e aumentariam os riscos de acontecer erros na efetivação das prescrições de medicação e procedimentos médicos, demandando, assim, redobrar a atenção.

Pergunto por quê. Em que sentido? Ela me explica que, naquela enfermaria, só uma parede é de alvenaria, em que é possível instalar equipamento de oxigênio e outros aportes de emergência; no lado oposto há divisória de madeira, o que impede a fixação desses instrumentos; assim, para dar conta de necessidades emergenciais dos pacientes, muitas vezes os leitos são trocados de lugar, havendo assim movimentação constante. A visualização das placas com os nomes dos pacientes é muito mais eficaz para conhecer cada um e facilitar a conferência das prescrições médicas, do que um simples número, que aumentaria a margem de confusão principalmente nas mudanças de plantões, já que com as “camas modificando-se de lugar não se pode associar a posição da cama com o paciente internado, além do que, saber o nome do paciente torna muito mais humanizado o atendimento”.

Ela acrescenta: “lá não é presídio, é um hospital. A gente aprende no curso de enfermagem que as pessoas não são números.” Pergunto se isso não foi dito à gerência superior, e ela responde que “na época que isso aconteceu era difícil um diálogo aberto com aquela gerência, que ficava numa sala específica para a gerência, parecendo não conhecer a realidade da enfermaria”. Insisto, querendo saber o que fizeram, e ela responde que colocaram as placas com os números nos leitos, mas mantiveram os nomes, que continuaram sendo o principal referencial para guiar seus procedimentos.

Esse exemplo mostra que muitas vezes uma norma criada possivelmente com objetivo de otimização de procedimentos, mas sem se observar a realidade cotidiana concreta ou o espaço físico, enfim variabilidades presentes em determinada realidade, traz enormes transtornos para a atividade dos profissionais que deveriam implementá-la e provavelmente para os usuários envolvidos. Se fosse cumprida estritamente, essa prejudicaria a atividade daqueles profissionais, portanto a qualidade de seus serviços e o bem-estar dos pacientes, demandando ainda mais atenção do que a normalmente necessária.

Mudamos as relações no campo da saúde quando, por um lado, experimentamos a inseparabilidade entre as práticas de cuidado e de gestão do cuidado. Cuidar e gerir os processos de trabalho em saúde compõem, na verdade, uma só realidade, de tal forma que não há como mudar os modos de atender a população num Serviço de saúde sem que se alterem também a organização dos processos de

trabalho, a dinâmica da interação da equipe, os mecanismos de planejamento, de decisão, de avaliação e de participação (BENEVIDES; PASSOS, 2005b, p.392).

A solução encontrada pelo grupo de profissionais mostrou interessante grau de resistência que objetivou a preservação da qualidade de seus ofícios e também de sua saúde e a dos usuários sob sua responsabilidade, já que evitou o aumento do estresse nas atividades cotidianas. Percebemos nesse fragmento de experiência uma forma de afirmação situada e coletiva do ofício, em que o processo de trabalho produziu saúde para todos os sujeitos implicados na situação, ou seja, os profissionais e os usuários daquele serviço. “Tomamos como inseparáveis o processo de produção de saúde e o processo de produção de subjetividades protagonistas e autônomas que se engajam na reprodução e/ou na invenção dos modos de cuidar e de gerir os processos de trabalho no campo da saúde” (p.320).

A dimensão das práticas é a que se pode reinventar cotidianamente, mas também aquela a que se pode assujeitar na experiência concreta dos trabalhadores. Essa dimensão é o plano do coletivo.

A vida num serviço de saúde, seja hospital ou ambulatório, coloca desafios constantes para os profissionais que nele trabalham, e, sem espaço comum de debate, cada um vai tentar dar conta desses desafios, dessas imprevisibilidades cotidianas mais ou menos dolorosas, dessa imensidão de singularidades que a doença e a saúde impõem, com seu arsenal “pessoal” de ferramentas, o que em nosso entender traz muita ansiedade e despotencialização da própria atividade de trabalho. Ao contrário, apostar na construção de espaços de trocas, de coletivização da experiência profissional desses trabalhadores, na construção coletiva do conhecimento em saúde – que é inesgotável, porque a vida é normatividade, e traz sempre novos desafios a se enfrentar – potencializa as ações e a própria saúde dos trabalhadores.

Poderíamos então afirmar que uma das formas de acabar ou minar uma equipe ou grupo de trabalho é impedindo ou cerceando os movimentos em direção ao confronto de ideias, ao debate, fechando-se os espaços de troca. Isso, a nosso ver, torna-se talvez muito mais preocupante em equipes de saúde, quer se trate de enfermeiros, auxiliares, técnicos de

enfermagem, médicos, psicólogos, entre outros que lidam com o humano e, portanto, com a vida, que nunca se deixa aprisionar em prescrições, categorias, receitas. Ela sempre escapa, trazendo desafios a enfrentar – basta estar aberto para enxergá-los –, impondo-se a todos que trabalham nessa dimensão.

Dimensão na qual justamente a imprevisibilidade e a infidelidade caracterizam a riqueza do desafio e do conhecimento em permanente renovação. Por outro lado, não querer ou não poder enxergar essas diferenças que pulsam no cotidiano do trabalho em saúde, praticando intervenções ditadas por modelos distanciados da concretude das situações, constitui conhecimento que não se abre à normatividade da vida.

Segundo Benevides e Passos (2005c) os conceitos de singular e coletivo são inseparáveis porque é no plano do coletivo, na imanência das práticas que é possível a singularização, a produção do novo, e, portanto, é no coletivo que se pode apostar nas forças instituintes. Só que o coletivo de que falamos não diz respeito a um aglomerado de pessoas que trabalham juntas, mas antes a intensidades, encontro entre pessoas e ideias que se conectam, que podem ser intercessores,³³ que se afinam em determinado momento, determinada situação. De acordo com Schwartz é onde entram também as *entidades coletivas relativamente pertinentes*, o que veremos um pouco mais no capítulo 3.

Afirmar [...] a inseparabilidade entre singular e coletivo não pode significar o encobrimento dos conflitos e tensões que caracterizam o plano das forças de produção da realidade, seja das práticas de saúde, seja das práticas de si. Esta inseparabilidade não equivale a uma indiferenciação, mas ao contrário, indica o sentido positivo do processo de produção enquanto diferenciação [...] A questão não é da defesa dos diferentes tipos de práticas e sujeitos atuantes no campo da saúde, mas sim do que pode diferir do já instituído (BENEVIDES; PASSOS, 2005a, p.406).

Outra questão que atravessa a construção dos coletivos de trabalho diz respeito à complexidade da transferência de conhecimento tácito, do conhecimento que vem da prática, do exercício, ou seja, o conhecimento encarnado, que aparece pelo menos de duas maneiras distintas, mas não excludentes. Uma delas é a percepção de que o conhecimento

³³ Sobre o conceito de intercessores cf. DELEUZE, 1992.

tácito, ou seja, aquele adquirido através da experiência e experimentação de longo tempo é impossível de ser transmitido de forma inteligível, por dificuldades de comunicação, de não se saber como fazer, não encontrar um *modo expressivo*³⁴ de transmitir a informação. A outra maneira de ver esse problema, que é tão importante quanto a anterior, passa por dificuldade muito presente nas organizações em geral, que é a exposição a seus pares, ou seja, relatar problemas ou mesmo mudanças de procedimentos que ocorrem no cotidiano do trabalho.

Diz respeito à dificuldade em expor-se às controvérsias, a arriscar-se a mostrar fragilidades, a ser criticado; enfim, exercitar-se num debate de valores e pontos de vista. Uma construção coletiva a se fazer é a seleção de estratégias para exercício desse debate, do qual sairiam ganhando o trabalhador e o trabalho. Uma e outra são questões sérias e, se não forem bem conduzidas, prejudicam a transferência de conhecimento no trabalho. E, com o tempo, isso provoca a degradação da capacitação desses profissionais (SENNETT, 2009), que se encastelam em seus saberes tácitos, impedindo o enriquecimento de seu patrimônio laboral e do coletivo de trabalho.

A criação de dispositivos de convivência e de estímulo à troca de conhecimento e de avaliação mútua sobre inovações ou questões surgidas no cotidiano das práticas do trabalho possibilita a colocação à prova no coletivo e conseqüente atribuição (ou não) de legitimidade a essas inovações, realimentando o processo de trabalho e sua renormatização. Dessa forma o trabalhador tem oportunidade de perceber-se fazendo diferença nesse processo, o que com certeza é significativo fator motivacional e de saúde. Esse é um grande desafio a se enfrentar nas organizações, exigindo empenho e de certa forma uma mudança de paradigma de intervenção, em que é bastante comum o uso de estratégias que passam muito mais pela criação de espaços de dinâmicas interpessoais de convivência, quase como instrução de “boas maneiras” de se conviver em uma organização, uma espécie de profilaxia para resolver conflitos, chamada algumas vezes de “Relações humanas no trabalho” com dinâmicas de grupo construídas concebendo o sujeito como um indivíduo,

³⁴ Sobre essa noção cf. capítulo 6: Instruções expressivas, in SENNETT, 2009.

um sujeito identitário, e o coletivo como uma reunião de várias individualidades, paradigma ainda predominante em muitas práticas de recursos humanos contemporâneas.

Guattari (1992) propõe definição provisória de subjetividade

“o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial autorreferencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva”. Assim, em certos contextos sociais e semiológicos,

** a subjetividade se individua: uma pessoa, tida como responsável por si mesma, se posiciona em meio a relações de alteridade regidas por usos familiares, costumes locais, leis jurídicas... (p.19)*

** Em outras condições, a subjetividade se faz coletiva, o que não significa que ela se torne por isso exclusivamente social (p.19-20) (grifos nossos).*

E informa que se baseia nos estudos de Daniel Stern quando afirma que na produção de subjetividade não cabem estruturas universais, ocorrendo um valor “superestimado da psicogênese dos complexos freudianos” (p.16). O autor mostra que a subjetivação dá-se por níveis e não por fases, e que esses níveis de subjetivação “se manterão paralelos ao longo da vida” (p.16). Não são, portanto, hierarquizados. Assim, ele

valoriza o caráter transsubjetivo, desde o início, das experiências precoces da criança, que não dissocia o sentimento de si do sentimento do outro. Uma dialética entre os ‘afetos partilháveis’ e os afetos não partilháveis’ estrutura, assim, as fases emergentes da subjetividade. Subjetividade em estado nascente que não cessaremos de encontrar no sonho, no delírio, na exaltação criadora, no sentimento amoroso... (p.16).

Guattari (1992) dá exemplo de intervenção com suporte à subjetivação coletiva: as experiências em psicoterapia institucional na Clínica de La Borde, onde trabalhou.

Tudo foi preparado para que os doentes psicóticos vivam em um clima de atividade e de responsabilidade, não apenas com o objetivo de desenvolver um ambiente de comunicação, mas também para criar instâncias locais de subjetivação coletiva. (p.16-17) Não se trata [...] de uma remodelação da subjetividade dos pacientes, tal como preexistia à crise psicótica, mas de uma produção sui generis. Por exemplo, certos doentes psicóticos de origem agrícola, de meio pobre, serão levados a praticar artes plásticas, teatro, vídeo, música, etc., quando esses eram antes Universos que lhes escapavam completamente. [...]

O que importa aqui não é unicamente o confronto com uma nova matéria de expressão, é a constituição de complexos de subjetivação: indivíduo-grupo-máquina-trocas múltiplas, que oferecem à pessoa possibilidades diversificadas de

recompor uma corporeidade existencial, de sair de seus impasses repetitivos e, de alguma forma, de se ressingularizar (p.17).

Esse é o “paradigma estético” formulado por Guattari (1992), porque não há retorno a dimensões anteriores da subjetividade nem reparações, mas sim produção, criação de “modalidades de subjetivação do mesmo modo que um artista plástico cria [...] formas a partir da palheta de que dispõe” (p.17), em contraste com algum paradigma cientificista que conceba a subjetividade a partir de “complexos estruturais” (p.17) cristalizados.

[Assim,] percebe-se que os componentes os mais heterogêneos podem concorrer para a evolução positiva de um doente: as relações com o espaço arquitetônico, as relações econômicas, a cogestão entre o doente e os responsáveis pelos diferentes vetores de tratamento, a apreensão de todas as ocasiões de abertura para o exterior, a exploração processual das ‘singularidades’ dos acontecimentos, enfim tudo aquilo que pode contribuir para a criação de uma relação autêntica com o outro (p.17-18) [...].

Não se está mais diante de uma subjetividade dada como um em si, mas face a processos de autonomização, ou de autopoiese, em sentido um pouco desviado do que Francisco Varela dá a esse termo (p.18).

Podemos, então, afirmar que os processos de subjetivação não acontecem apenas entre seres humanos, mas entre humanos, objetos, instituições. Nesse sentido, o trabalho, o fazer, a atividade, de qualquer tipo implicaria também mistura com objetos; com o desenvolvimento de técnicas, com modos de fazer, o que diz respeito à atividade, que é estar em processo, que vai transformando o trabalho prescrito em trabalho real, e também à criação de objetos técnicos, à adaptação criativa de objetos não técnicos em objetos técnicos. Tudo isso produzindo modos de subjetivação, pois essas junções, esses encontros são produtores de subjetividade e produtores de mundo não de forma dicotômica “sujeito/mundo” separados, mas ao contrário um inspirando o outro, um sendo atravessado pelas intensidades do outro, um afetando o outro e modificando-o incessantemente.

A geração de subjetividades não consiste na demarcação dos limites de um eu, enclausurado e interior, mas na ideia de que ele é o efeito de uma função ou operação que sempre se produz na exterioridade desse eu. O sujeito já não é uma unidade-identidade, mas envoltura, pele, fronteira: sua interioridade transborda em contato com o exterior (DOMÈNECH et al., 2001, p.122).

Assim como a grande máquina do trabalho humano, que pode ser visto também como produtor de subjetividade tanto no que diz a seu aspecto organizado, com suas regras,

normas, valores dimensionados, como o capital, por exemplo, quanto em sua dimensão de atividade, seu impulso à atividade, do fazer, do produzir e intervir no meio a sua volta e nos ditos valores sem dimensão (saúde, justiça, bem-estar, bem-viver juntos, etc., pontuados por Schwartz (2009).

Cada indivíduo, cada grupo social veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, quer dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também míticas, rituais, sintomatológicas, a partir da qual ele se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições e suas pulsões (GUATTARI, 1992, p.21-22).

A construção da subjetividade passa a ter outro sentido, quando colocamos em primeiro plano problematizações que “delimitam a atividade do pensamento social” (DOMÈNECH et al., 2001, p.125). Isto é, questões concretas, objetivas que se colocam nesta mistura eu/mundo, no mesmo plano, na superfície dos encontros. Questões a se fazer, que vão inquirir o sujeito, que não é mais transcendente, é um sujeito que está inserido no mundo, um sujeito político e ético:

“Quem fala?”, “segundo que critério de verdade?”, “a partir de quais lugares e espaços?”, “em que relações?”, “agindo de que maneira?”, “apoiando-se em que hábitos e rotinas?”, “autorizado de maneira?”, “sob que formas de persuasão, sanção, mentira e crueldade?” [...] [Assim, aqui], o problema é [...] [saber] com “que” se conecta, em “que” multiplicidades se implica, com que outras multiplicidades se junta (DOMÈNECH et al., 2001, p.125).

Assim, podemos nos perguntar que lugar ocupa a atividade, o trabalho, na construção da subjetividade do vivente humano? Transportando-nos a esse universo, passamos a problematizar tanto nossa atividade quanto a de nossos pacientes/clientes/usuários em psicoterapia, também atores deste estudo. Como nos conectamos com nosso trabalho? Em que campos, em que espaços ele nos afeta, ele se faz em nós e nós nele? Como nos agenciamos com ele? Em que campo, em quais minúcias ele se conecta conosco? E quais minúcias nossas conectam-se com ele? Porque o trabalho não é homogêneo, assim como o trabalhador não é, que dimensões desse trabalho aumentam nossa potência de vida e quais nos despotencializam?

Ao nos colocarmos essas questões já provocamos um deslocamento, já nos colocamos em outro regime, nos colocamos em movimento que provoca diferença também em nossas intervenções.

2.6. Os objetos, a subjetividade e a relação homem/técnica

Dentre tantas experiências do humano, em que estão envolvidos objetos (desde seu sentido mais restrito ao mais amplo), destacaremos aqui as que acontecem na experiência do trabalho. Afirmamos que na potência dos encontros com os objetos, com a atividade técnica, com a atividade vista como artesanaria, ou seja, na experimentação que se dá no trabalho, na lida com inúmeros objetos técnicos, na invenção de diferentes modos de realizar uma tarefa há produção de subjetividade, o vivente humano se faz, se constrói, se reinventa.

Isto é, a vida humana, por mais capturada que possa estar, tem em potência a necessidade de singularização permanente. Podemos ver em Canguilhem (1990, p.162) que ele considera dimensão também normativa humana a criação técnica humana que é transformar e criar um meio em que se sinta bem, confortável na medida de suas necessidades, de se apropriar do meio em que vive.

O homem, mesmo sob o aspecto físico, não se limita a seu organismo. O homem, tendo prolongado seus órgãos por meio de instrumentos, considera seu corpo apenas como um meio de todos os meios de ação possíveis [...] A vitalidade orgânica se desenvolve em plasticidade técnica e em ânsia de dominar o meio.

Assim, subjetividades emergem junto à própria transformação do meio, a criação de máquinas, de artefatos. Quando aproximamos essas ideias do mundo do trabalho, no sentido de que, por mais técnicas, por mais limitadoras que sejam as prescrições que o trabalhador se vê obrigado a seguir em suas tarefas há sempre uma margem de criação que ele encontra para atender à necessidade de fazer de seu jeito não só para prosseguir o trabalho, como também para imprimir marca singular em sua obra, para sentir-se vivo e apropriando-se da vida. Canguilhem (1990, p.142) afirma que “o homem é o animal que, por meio da técnica, consegue variar, no próprio local, o ambiente de sua atividade”. O

trabalho em que não é possível essa margem de singularização ou em que ela se encontra extremamente diminuída é um “trabalho invivível”,³⁵ isto é, um trabalho extremamente adoecedor.

Neste sentido poderíamos afirmar que no domínio da produção de subjetividade, da criação, o número mínimo é o dois; o primeiro número é o dois. Esse domínio já nasce duplo, está sempre na dimensão do coletivo. Esse pensamento nos desloca de nossos lugares confortáveis de certezas, de categorizações, e nos coloca nas linhas da processualidade, retirando-nos do lugar de indivíduos no mundo (em que indivíduo e mundo seriam instâncias dadas e acabadas) para nos sentirmos parte constituinte dessa processualidade que é dinâmica e mutante. Passamos a ser seres híbridos, assim como todos os demais seres, animados e inanimados. Fazer parte dessa processualidade é fazer parte da inteligência do mundo, da qual não somos os signatários, mas partes. Essa inteligência cria objetos, por exemplo, mas não a partir de um indivíduo que possui uma inteligência dada, acabada em si mesma, mas através dessas misturas, das afecções, no sentido spinozista, com a inteligência das coisas, dos materiais, em verdadeira dança de criação.

Dentre as quatro concepções que Liliana da Escóssia (1999, p.15) estabelece sobre os modos como a relação homem/técnica tem sido abordada, destacamos a concepção ontogenética. Segundo a autora, nessa concepção, “a técnica é concebida como dimensão do devir coletivo da humanidade”.

Na concepção ontogenética o foco é ajustado na própria relação – e não nos seus termos –, e esta é tomada em seu aspecto processual e constitutivo do ser. A relação homem/técnica é definida como dimensão de individuação psíquica e coletiva – que são individuações simultâneas e correlatas. Tal definição decorre de uma concepção da natureza, do homem, da cultura e do saber, distinta daquelas que partem das dicotomias homem/natureza, natureza/cultura, natureza/artifício, sujeito/objeto, teoria/prática (p.16).

A relação homem/técnica, homem/máquina tem importante destaque na problematização da subjetividade humana segundo a autora, que traz essas questões para o campo da

³⁵ Expressão usada por Yves Schwartz (2007, Técnicas e Competências).

existência cotidiana, da experiência cotidiana. E afirma que “é na interface com o homem que a técnica é considerada capaz de provocar novos modos de subjetivação” (p.17).

A criação técnica sempre acompanhou a aventura humana, tendo se constituído como elemento fundamental no processo de hominização. Desde os primeiros sílex talhados às realizações mais recentes da informática, o avanço da técnica tem sido tão irreversível quanto a própria evolução humana [mas essa evolução não é contínua, ela se dá por saltos] [...] A vida é definida como um processo de evolução que se caracteriza por uma intensa diferenciação. Esta diferenciação que no homem se dá no nível fisiológico, prossegue fora dele, através da técnica (p.44).

Escóssia afirma a existência de simultaneidade na gênese do sujeito e do objeto, que Georges Canguilhem estende a toda atividade do conhecimento. Poderíamos dizer que a atividade de trabalho é tanto de conhecimento como de criação e, portanto, também faz parte dessa gênese do sujeito. É no fazer cotidiano, na experimentação do dia a dia, que se inventam e reinventam modos de fazer. Por mais prescrito que seja o trabalho, há sempre margem para improvisação. Até porque o prescrito não dá conta do real do trabalho e do real do meio em que ele se desenvolve. Há que criar, senão não há produção. Yves Schwartz (2007) também observa que o meio é sempre infiel às prescrições, e nesse processo de troca, de renormatizações, o próprio trabalhador se modifica, se faz nessa interface.

Na linhagem de Guattari, Escóssia (1999, p.46) afirma que na “concepção heterogenética da subjetividade [...] a técnica é uma dimensão constitutiva da subjetividade, ou vetor de subjetivação”. Nestes autores, a noção de subjetividade se opõe à de sujeito. A subjetividade não está associada a uma origem, mas sim a um campo de produção ou de subjetivação, composto de sujeitos, objetos, saberes, meio, ou seja, vetores de subjetivação que são concebidos na processualidade (ESCÓSSIA, 1999), já o sujeito seria identificado com origem, um dado anterior e imutável.

As máquinas tecnológicas, assim como a família, o Estado, a escola, o trabalho, o meio ambiente, a religião são vetores que atravessam o campo de subjetivação e que operam não apenas na memória, na inteligência, mas também na sensibilidade, nos afetos e nos fantasmas inconscientes [...] [A] ampliação da noção de máquina está presente em [muitos pensadores]. Para [...] Lewis Mumford (1967) [...], uma das maiores invenções da história foi a construção de uma máquina 'invisível', não material, a megamáquina, ou máquina do trabalho (p.46).

Escóssia (1999, p.47) analisa também, o processo de individuação segundo Gilbert Simondon: “a emergência de qualquer forma, inclusive o indivíduo, se dá no processo de individuação”. Nesse processo, surge também o meio. Assim o indivíduo é sempre uma das faces do processo, ele é sempre parcial.

Isso nos permite pensar a técnica como desdobramento do ser, como motor de individuação humana, pois ao se individuar, o objeto técnico cria um novo espaço. Assim, o sistema formado pelo sujeito e pelo mundo é reinventado toda vez que se cria um objeto, estabelecendo uma nova dinâmica no campo da subjetivação individual e coletiva (p.47).

Nesse aspecto, poderíamos estabelecer associação também com a criação ou modificação de determinada técnica de trabalho, ou a criação de outro modo, diferente, de realizar uma atividade de trabalho, por exemplo. Essa criação reverbera não só no campo da subjetivação individual, mas também na coletiva, porque esse fazer diferente modifica também o meio, provocando por sua vez outras nuances, ainda que em nível micro.

Segundo Escóssia (1999), Simondon utiliza o conceito de sujeito de outra maneira: para ele no que diz respeito à invenção, é o sujeito que inventa e não o indivíduo, pois aquele é realidade mais complexa do que este. O sujeito possui, além da realidade individuada, também realidades intensivas pré-individuais, que se misturam com outros sujeitos, enquanto o indivíduo seria o sujeito isolado, fora do coletivo, ou seja, uma espécie de ser despotencializado. Assim, o indivíduo,

embora carregue potenciais e virtualidades pré-individuais [...], nos seres isolados a carga de potencial pré-individual é ‘fraca’ com pouca energia. Somente quando conectada a outra carga pré-individual passa a ter potencial para operar uma nova individuação a do coletivo [...] Essa ideia de uma conexão que se dá como um segundo momento, ou segunda individuação [...] de fato, ela se dá simultaneamente (p.55-56).

Assim não existe indivíduo psíquico concluído, fechado, porque na individuação psíquica está sempre implicada a individuação coletiva e – Escóssia (p.55), inspirada em Simondon, afirma – “participa o sujeito e não o indivíduo”. O psíquico e o coletivo constituem-se simultaneamente.

Embora mantenha o termo sujeito Simondon se afasta totalmente de uma visão substancialista da subjetividade. Nele, o sujeito não é um dado, um ponto de partida, uma essência, uma entidade estável com identidade fixada, mas resultado de um processo no qual emergem indivíduo psíquico e meio. A subjetivação é, portanto, sempre individual e coletiva – é individuação psicossocial (p.56).

O sujeito relaciona-se no coletivo através de sua carga de realidade pré-individual, “dessa carga de natureza [no sentido de fazer parte do humano] que é conservada com o ser individual, e que contém potenciais e virtualidades” (SIMONDON, 1958, p.248). Essa carga de potenciais e virtualidades é o que transborda no ser. Consideramos então que, segundo Simondon, o sujeito nasce desse encontro – que simultaneamente também cria outro meio – e está sempre se individuando a cada encontro, no sentido spinozista.

O “objeto técnico enquanto inventado, pensado e querido, assumido por um *sujeito* humano” (p.247) torna-se o símbolo dessa relação constitutiva homem/técnica, homem/meio, outro pensamento de Simondon, trazido por Escóssia (1999, p.57). Isso porque o objeto técnico fica marcado por algo do ser que o criou, e esse algo seria para Simondon o que o homem tem de natural, seu *apeion*, a característica mais original do humano e que está na dimensão pré-individual, coletiva, não pertence ao indivíduo, mas à potência do ser; ela é intensiva, e não extensiva.

Escóssia (p.58-59) afirma ainda que a relação do homem com a matéria (natureza e objetos) é de acoplamento, de composição, de mistura – portanto, de agenciamento – e que a invenção técnica, segundo Simondon,

deve ser compreendida em função da tecnicidade da matéria. A tecnicidade relaciona-se à natureza dos elementos, às propriedades da matéria: por exemplo, a natureza das fibras de sisal e da madeira, a consistência da argila, a densidade e o brilho do ouro, a leveza e dureza do silício.

Rezende (1996, p.78-79) também aborda essa questão, quando escreve sobre a relação que o artesão no mundo antigo mantinha com os materiais de que dispunha para a construção de suas obras:

Aquele que através de sua técnica e de suas ferramentas contata com essa matéria bruta informando-a de algo desejável (uma imagem, uma ideia, um pensamento,

dando um sentido e estabelecendo conexões e misturas com essa matéria bruta e concreta),faz mais do que simplesmente unir matéria e forma de uma maneira abstrata.

De que estamos falando então? De processos de subjetivação no trabalho, na atividade humana, de processos singulares de criação do mundo e criação de si. Escóssia (1999, p.62) usa a expressão “causalidade recíproca” para referir a criação simultânea ou imanente de objeto e meio: “objeto e meio são correlatos num mesmo ato de invenção”, que comanda qualquer processo de individuação. Assim, conforme visto nesses diversos autores, não existe criação solitária, interiorizada. Ainda que fisicamente sozinhos, estamos acompanhados, agenciados por múltiplas referências que nos afetam ou nos afetaram, por exemplo, um livro que lemos, uma aula ou um filme a que assistimos, uma música que escutamos, uma conversa com um amigo, um olhar... A criação só se dá no contato com o outro, o meio, a alteridade; não como entidades fechadas, mas como misturas de virtualidades, intensidades, que podem ser três, quatro, cinco... Não dá para contar... E para que contar? Não faria o menor sentido. São elementos de conexão, de acoplamento, de agenciamento; fluxos intensivos, e não entidades fechadas.

Nesse sentido, a experimentação, a atividade, o exercício do homem com a técnica ou com o objeto técnico ocorre nesse fora do homem e fora do objeto. Nesse espaço híbrido em que algo se passa e no qual pode acontecer a criação, a invenção, a propagação de novas realidades técnicas, novas individuações do homem e da técnica.

Aproximando o que vimos nestes dois capítulos com a questão-tema desta dissertação, ou seja, articulações que queremos afirmar entre uma experiência clínica que se deixa afetar pela experiência do trabalho, pela atividade humana, percebemos que num mesmo movimento passamos a problematizar também nosso fazer clínico, essa relação singular psicólogo/cliente em que nos parece uma certa artesanaria se constrói a um só tempo. Processo de construção que acontece na exata medida do fazer, em que clínica e cliente se constroem juntos.

Nesse sentido, tentaremos articular nas próximas páginas essas questões. Pensando também com a ajuda de Richard Sennett se algo do sistema de trabalho artesanal que vimos na

capítulo 1 persiste de algum modo, em algumas experiências de trabalho hoje em dia não como sistema ou no que diz respeito a categorias profissionais de artesãos, mas, quem sabe, em algumas singularidades, algumas minúcias, algumas práticas, tentando pensar artesanaria em sua dimensão de experiência.

Ainda hoje na construção civil e em outros tipos de indústria, por exemplo, existe a necessidade desses saberes construídos na imanência do fazer, que poderíamos dizer que são artesanalmente construídos, que não é exclusiva do artesanato medieval. Os operários também tecem sua criatividade apesar das tentativas de mecanização total. Portanto, não é privilégio do artesanato enquanto forma de organização do trabalho essa relação criativa com a técnica, como veremos adiante ao tratar de artesanaria como conceito ampliado.

Afirma Schwartz que, mesmo nas formas mais autoritárias de organização do trabalho, como o taylorismo, se pode perceber a presença de criação de saberes, de regras, de instrumentos, de macetes, de coletivos para que o trabalho se realize. Nosso percurso nesta dissertação, portanto, não é reivindicar a volta da organização do trabalho artesanal, mas afirmar que na complexidade das redes sociotécnicas que estão presentes na atividade de trabalho há uma reserva de alternativas a ser mais bem explorada se adotarmos uma perspectiva que permita melhor apreendê-las.

CAPÍTULO 3 – O TRABALHO COMO MATÉRIA ESTRANGEIRA PARA A CLÍNICA

Schwartz (2003) foi inspirador na conferência “O trabalho numa perspectiva filosófica”, na qual afirma que a dimensão do trabalho sempre será matéria estrangeira ao saber filosófico, uma vez que se renova permanentemente, em cada ato, em cada atividade humana, em cada momento histórico. Portanto, sempre surpreende e não se presta a ser abordado exclusivamente por nenhuma disciplina em particular. Para se instruir sobre o trabalho, Schwartz sugere aproximar-se dos protagonistas do trabalho, ou seja, dos trabalhadores, dos operadores da própria atividade, da concretude do fazer; aproximar-se, então, do que é estrangeiro ao saber filosófico. “Matéria estrangeira no sentido em que o trabalho renovaria em permanência sua exterioridade, seu caráter estrangeiro em relação à cultura dos filósofos” (p.1). Colocar-se como aprendiz em relação ao tema significa para o autor aproximar-se de homens e mulheres em situação de trabalho para tentar “compreender o que acontece [...] de modo conceitualmente *não antecipável*, até *enigmático*, nas situações de trabalho” (p.1-2).

Schwartz inspira-se no filósofo e médico francês Georges Canguilhem (1990) quando usa a expressão “matéria estrangeira”. Canguilhem a utilizou para afirmar a necessidade de se dedicar a uma matéria exterior à filosofia (seus estudos médicos), para a produção de conhecimento. A “*matéria estrangeira* expressaria o inacabado de qualquer especulação filosófica e a exigência, para o filósofo, de ir instruir-se” (SCHWARTZ, 2003, p.2) em outros universos de conhecimento. No entender de Canguilhem (1990) as ciências da vida, a biologia, tinham muito a instruir a epistemologia da época, pensamento que foi então revolucionário, porque a medicina era considerada ciência menor por não se enquadrar nos critérios de cientificidade da época. A biologia, a fisiologia e a terapêutica, ao contrário das ciências exatas, lidam com dois momentos marcantes, o estado de saúde e o estado de doença, e tanto para um quanto para o outro é na relação terapêutica, ouvindo o paciente, que se pode avaliar esses estados, que não podem ser antecipados nem sistematizados em saberes codificados.

Assim, a medicina, ou qualquer prática clínica é uma ciência *estranha*, porque envolve a relação com o paciente para existir; ela no limite não existe fora do encontro clínico, descolada da experiência. Portanto matéria estrangeira à epistemologia da época, década de 1940, quando Canguilhem desenvolve sua tese. Ciência *estranha* porque os critérios de saúde não se repetem de forma padronizada, não podendo assim ser sistematizados nem antecipados. Torna-se necessário, segundo Canguilhem, aproximar-se da concretude da prática médica, do que acontece na relação entre vivente humano e meio na busca da saúde. Canguilhem, então traz uma matéria estrangeira à filosofia para fazer filosofia, ele traz um saber menor à ciência da época, algo que não podia ser estandardizado.

Schwartz (p.2) então articula a expressão *matéria estrangeira* à forma como ele quer pensar a produção de conhecimento, o desenvolvimento de saberes que o trabalho pode trazer para a filosofia, mas em sua concretude, em sua dimensão de atividade industriosa humana de forma situada, tendo como protagonistas dessa produção os próprios trabalhadores, afirmando que o trabalho é em “certos aspectos, um continente amplamente estranho ao saber acadêmico”; e que ir instruir-se sobre o trabalho concreto lhe dará “acesso a ‘problemas humanos concretos’ (CANGUILHEM 1990), que eles [os filósofos] não são capazes de formular unicamente com os poderes intelectuais de que eles dispõem no momento” (SCHWARTZ, 2003, p.6).

O trabalho é problematizado histórica e filosoficamente por diversos saberes constituídos. Existem muitas linhas de pensamento, que procuram capturá-lo como objeto de saber. “Se o trabalho deve ser uma matéria estrangeira isso quer dizer que ele não se deixa facilmente aprisionar em categorias e definições, já que deveria, ao contrário, ajudar a fabricá-las de novo” (p.6).

A esse respeito Schwartz inspira-se também no conceito de trabalho real oriundo da ergonomia da atividade, de Alain Wisner (1994), que, Schwartz acredita, “devolve ao ‘corpo e à alma’ do trabalhador singular [...] gerindo aqui e agora todo tipo de variabilidades e de dificuldades” (p.12) que o dia a dia do trabalho solicita. Nessa perspectiva, o trabalho real aproxima-se do que Schwartz chama de matéria estrangeira

para a filosofia, porque traz o inesperado, o inacabado, as singularidades e as dramáticas desse universo, em contraposição à perspectiva do trabalho enquanto objeto abstrato, transformado em conceito naturalizado, essencialista, assim como foram os estudos médicos de Canguilhem para a epistemologia dos anos 40.

Schwartz (2003) então aponta uma “indiferença” de filósofos e estudiosos do trabalho ao “valor particular dos *valores de uso*”, isto é, as formas particulares do “trabalho em si”, do trabalho real, das negociações humanas, cotidianas no trabalho. É essa indiferença a respeito das singularidades cotidianas que acontecem no dia a dia de toda atividade industriosa humana que ele aponta como componente importante para a instauração do trabalho como um conceito abstrato, “prodigiosamente elaborado, como objeto maior da reflexão futura, filosófica, política, cultural” (p.12). Para a construção de um conceito abstrato, portanto, necessário se faz retirar as variabilidades e riquezas dessa dimensão. O autor se pergunta, então, se a perspectiva de ver o trabalho como objeto não correria o risco de “sufocar o trabalho como matéria estrangeira” (p.13) para a filosofia, porque aprisioná-lo como objeto abstrato o identifica com uma série de pressupostos, de verdades cristalizadas, de teorias já prontas, perdendo-se a riqueza da experiência trabalho, do enigmático que se dá no fazer, no vivido, nas práticas cotidianas de homens e mulheres em situação de trabalho.

Entrar em contato com esse pensamento de Schwartz foi fundamental para articularmos de forma mais precisa a problemática que queríamos trabalhar nesta dissertação, dando-lhe então em certa medida um norte e potencializando nosso campo pesquisa. Podemos afirmar que as problemáticas do campo laboral sempre chegaram de alguma maneira a nosso universo de trabalho como psicóloga clínica na instituição em que trabalhamos. Usualmente o campo do trabalho é tratado meio “fora das questões clínicas propriamente ditas”, isto é, dificilmente ele está sob o foco principal de análise, sendo no máximo colocado como um dos cenários em que as cenas principais aconteceriam, as cenas dos dramas psicológicos individuais; dos dramas familiares que muitas vezes são percebidos ancorando possíveis problemas no trabalho. Nesta dissertação procuramos problematizar essa questão, abordando o trabalho como matéria estrangeira à clínica não por escolha

voluntariosa, mas sim porque essa dimensão da experiência impôs-se a nós como questão, como estranhamento, como afecção, como mobilização de nosso pensamento e de nosso fazer clínicos.

Esta dissertação vincula-se a nossa experiência num serviço de atendimento psicológico eminentemente clínico, criado em uma instituição pública com o objetivo de atender aos servidores e, portanto, trabalhadores dessa instituição. Começamos a prestar atenção, em algum momento desse percurso profissional, nos trabalhadores que chegavam ao serviço buscando atendimento psicológico – com intenso sofrimento, tendo como disparador dessa procura questões relativas ao trabalho, embora vivenciassem também problemas em outras dimensões de suas vidas – quer por “demanda espontânea” ou encaminhados por outros profissionais.

Detendo-nos mais nesses profissionais que nos chegam, percebemos algo em comum em muitos deles, principalmente os que permaneciam engajados no atendimento por mais tempo. Eram servidores que tinham com seu trabalho ou com o ofício que exerciam na Universidade relação de muita dedicação; gostavam do que faziam, experimentavam potência positiva de vida em seu fazer. Podíamos dizer que tinham prazer em seu ofício. Por que, então, estavam adoecendo no trabalho? Isso nos convocava a pensar e a trabalhar essas questões com eles. O grau de sofrimento que muitos experimentavam em suas vidas privadas por longo tempo era muito significativo; entretanto, enquanto o trabalho, que eles gostavam de fazer, estava em relativo equilíbrio, eles conseguiam relativamente “ir tocando a vida”. Quando, porém, esse trabalho se torna também foco de sofrimento, desmorona um importante pilar de sustentação de sua vida.

Poderíamos pensar que em muito dos casos atendidos, o que adoeceu estes trabalhadores não foi o trabalho enquanto ofício, pois eles relatavam gosto pelo que faziam; muitos trabalhavam como profissionais de enfermagem no hospital da Universidade e gostavam de lidar com os pacientes e suas famílias, porém a forma como estavam vivenciando seu trabalho era adoecedora. Quando perguntados sobre retornar a seu local de trabalho (pois muitos estavam afastados por licença médica) mostravam verdadeiro horror do hospital,

tinham sensações físicas de pânico só de pensar em retornar da licença médica. Vários queriam ser recolocados em outros setores da Universidade, em outras funções até – estando dispostos a abdicar de seus ofícios a que se dedicaram por um longo tempo e que lhes trazia reconhecimento e retorno emocional; ou até ser lotados em outras unidades da Universidade, para não ter nem de passar em frente ao hospital. Como pensar isso? A que estragos físicos e emocionais aqueles profissionais estavam submetidos no trabalho? Será que poderíamos afirmar que o que os adoeceu foi muito mais a relação deles com a organização do trabalho, com suas peculiaridades institucionais?

Percebemos um estranho paradoxo ao ouvir grande parte desses trabalhadores. De formas diferentes, uma queixa recorrente nos chamou a atenção. Esses clientes eram profissionais que, por estar sempre muito envolvidos com suas atividades, cumpriam o melhor possível suas atribuições, não costumavam faltar, eram dedicados a suas atividades, interessados, pontuais; eram, portanto, profissionais com os quais a chefia podia contar e, assim, eram justamente eles os primeiros solicitados a dobrar plantões; a cobrir outros setores em que alguém faltasse (ainda que não se considerassem com experiência para tal); ter férias suspensas por questões da organização do trabalho; extrapolar seu expediente normal em função de atrasos de colegas, o que causava muita ansiedade e sensação de sobrecarga, de sobreimplicação.

Assim esses profissionais não se sentiam respeitados, frequentemente sentiam-se explorados e cobrados de forma exagerada, o que não acontecia muitas vezes com outros colegas. Esses servidores viviam um cotidiano na instituição de sobretrabalho e chegaram, cada um a seu modo, a seus limites. Relatam que em algum momento deram-se conta de que a organização a que pertenciam não respeitava seu ofício. Produzia-se um sobretrabalho no cotidiano da organização para alguns servidores, e esse funcionamento da organização, utilizando-se desses servidores para tapar os furos da organização do trabalho, de certa forma ajudava a manutenção das circunstâncias. Enquanto esses trabalhadores mantinham-se sobreimplicados a organização não precisava modificar-se, questionar-se sobre possíveis rearranjos das rotinas.

Assim, junto com outras violências, como falta de condições materiais e ambientais para o adequado exercício da profissão, presenciando situações graves de descuido e negligência esses profissionais acabaram adoecendo e precisando ser afastados do trabalho, muitos já com diagnósticos psiquiátricos. Eles se deram conta em algum momento de que a organização não cuidava adequadamente nem de seus trabalhadores nem dos usuários que atendiam. Parecia que ser bom profissional naquela instituição merecia punição, pois eram desrespeitados mais até do que outros profissionais que, por exemplo, não se importavam tanto em cumprir horário, em faltar sem justificativa, sobrecarregando os colegas.

Nesse sentido, em nossa experiência, o trabalho e suas relações invadiram a cena clínica sem pedir licença, inúmeras vezes, não como ator coadjuvante, mas como protagonista, e é isso que queremos pensar. Por que mesmo não sendo convocado, mesmo não sendo esperado ele aparece com força singular? Por que não trazer, então, o trabalho como matéria estrangeira para a clínica e problematizar o que ele traz de normatividade, no sentido que Canguilhem atribui ao termo, de criação, para a vida daquela pessoa que está diante de nós? Que estranhamentos, que movimentos, o trabalho pode trazer para a teoria e a intervenção clínicas?

Assim pensar e focar nessa estrangeira que visita a clínica – a atividade - passou a nos interessar cada vez mais; o que essa estrangeira teria a nos dizer, que outros possíveis de produção de subjetividades a atravessam, que outros possíveis a clínica pode problematizar e como pode ao mesmo tempo se instrumentalizar? Uma estrangeira que produz saberes e produz questões, que, portanto vai deslocar tanto o sujeito de suas intimidades familiares como vai deslocar a própria clínica que, ao prestar atenção na atividade, já afirma então outra aposta ética dessa clínica – do ser em relação com o meio, na imanência do viver e não privilegiar as representações psíquicas, trazidas pelos fantasmas pessoais, que se volta prioritariamente para a história pessoal, com o objetivo de ressignificá-la. Portanto, trazer a dimensão do trabalho humano como matéria subjetivante para pensar a saúde e a doença na clínica é, a nosso ver, trazer matéria estrangeira para a clínica do intimismo.

Ressaltamos que não queremos falar de trabalho em geral, nem de clínica psicoterápica em geral, pelo contrário, queremos pensar nossa experiência singular, situada, que acontece numa determinada instituição, num determinado serviço que teve emergência também singular – ela acontece em um território, que situamos na introdução desta dissertação.

Reiterando, segundo Schwartz, a reflexão filosófica só é filosófica quando se debruça e se mistura a matérias estrangeiras, estabelecendo conceitos, provocando experimentações, criando de certa forma mundos. E o trabalho, de acordo com o autor, como matéria estrangeira, não se deixa aprisionar nem como conceito, nem como categoria, nem como objeto; ele está no “âmbito da experiência” e como tal proporciona abertura para novos conceitos. É a experiência, ele afirma, que produz conhecimento.

Nesse sentido, o trabalho é atividade, é normatividade e, como experiência humana, será sempre matéria estrangeira para a filosofia, para a experiência clínica, para o próprio trabalhador, porque ele se renova no fazer cotidiano, traz sempre singularidades na concretude do fazer.

Canguilhem (1990) menciona uma propriedade específica do vivo que é a normatividade, a criação permanente de novas constantes biológicas nessa troca com o meio, visando à manutenção do vivo. É nesse sentido que o vivo não é indiferente às condições do meio em que está. E, na medida em que ele se transforma, transforma também essas condições. Isso pode ser transposto para qualquer dimensão da vida, não só em relação às constantes biológicas, mas também à vida social e coletiva dos indivíduos.

O vivente humano prolonga, de modo mais ou menos lúcido, um efeito espontâneo, próprio da vida, para lutar contra aquilo que constitui um obstáculo à sua manutenção e a seu desenvolvimento tomados como normas [...] Para um ser vivo, o fato de reagir por uma doença a uma lesão, a uma infestação, a uma anarquia funcional, traduz [...] que a vida não é indiferente às condições nas quais ela é possível, que a vida é polaridade [saúde/doença] e por isso mesmo, posição inconsciente de valor [...] que a vida é [...] uma atividade normativa (CANGUILHEM, 1990, p.96).

Assim uma situação disfuncional no ambiente de trabalho, que se prolonga por determinado tempo e provoca desconforto mais ou menos experimentado traz sempre uma

reação daquele vivente a essas condições, e a procura de ajuda na clínica é um movimento normativo de busca pela saúde que foi abalada. Ao mesmo tempo, a problematização da dimensão do trabalho, quando é trazida como questão pelo cliente, como vetor de saúde, demonstra que sua atividade, seu fazer tem valor normativo para aquele ser, e isso precisa ser trabalhado na clínica também como objeto de problematização e intervenção.

Canguilhem (1990) observa que antes mesmo do homem, do homem consciente que valora a vida, que cria normas, é a própria vida que tem seus valores e cria seus valores; isto é a normatividade da vida. Ela é, portanto, pré-individual, é a dimensão pré-humana do homem, é o vivo do vivo. Assim, o vivo do vivo é essa luta constante “contra os inúmeros perigos que a ameaçam [...] [é] uma necessidade vital, permanente e essencial [...] [que] provoca reações de valor hedônico ou comportamentos de autocura e de autorregeneração” (p.97).

A normatividade do vivo é um complexo de propriedades que está a serviço do desenvolvimento e manutenção da vida. É graças a ela que o organismo consegue lidar com as múltiplas possibilidades de destruição pelas quais se vê ameaçado e consegue, na medida do possível, produzir as defesas adequadas ainda que a situação seja nova para aquele vivente. A normatividade do vivo então é algo que se dá na imanência, na fronteira vivo/meio, sem estar previsto.

E, portanto, é a própria vida ou o vivo do vivo, cujos valores entram em cena ante uma ameaça a sua extinção. Nesse sentido a clínica precisa estar a serviço dessa atividade polarizada que é a vida, lidando nesta relação saúde/doença, ou seja, atuando na medida do possível nesse prolongamento da normatividade que é intrínseco à vida, nesse “esforço espontâneo de defesa e de luta contra tudo que é valor negativo” (CANGUILHEM, 1990, p.100) para sua sobrevivência.

A sensação de obstáculo, de perturbação, ou de nocividade é uma sensação que se tem de considerar como normativa, já que importa a referência – mesmo inconsciente – de uma função e de um impulso à plenitude de seu exercício (p.105). O próprio da doença é vir interromper o curso de algo, é ser verdadeiramente crítica. Mesmo quando a doença torna-se crônica, depois de ter sido crítica, há

sempre um 'passado' do qual o paciente ou aqueles que o cercam guardam certa nostalgia. Portanto, a pessoa é doente não apenas em relação aos outros, mas em relação a si mesma (p.108).

A doença, então, sempre remete a uma vivência, a uma experiência de estar doente. Nessa experiência de estar doente, o vivente pode comparar-se a si mesmo na condição de saúde. Essa experiência é sentida como limitação de sua potência de viver, de lidar de forma afirmativa com as imprevisibilidades do meio, ou seja, de ser ativo perante o meio. Assim,

a limitação forçada de um ser humano a uma condição única e invariável é considerada pejorativamente, em referência ao ideal humano normal que é a adaptação possível e voluntária a todas as condições imagináveis. É o abuso possível da saúde que constitui a razão do valor que se dá à saúde [...] O homem normal é o homem normativo, o ser capaz de instituir novas normas, mesmo orgânicas. Uma norma única de vida é sentida privativamente e não positivamente (p.109).

Canguilhem (1990) afirma que não existe ser vivo normal em si mesmo, nem meio normal em si, quando considerados separados. A normalidade é um valor e, assim, não existe fora de uma relação. O valor normal só pode ser pensado quando essas duas dimensões são abordadas da forma como são, ou seja, inseparáveis. O meio, portanto, é normal quando possibilita ao vivo sua expansão e maior variabilidade de formas – mais oportunidades de sobrevivência frente às intempéries do meio (p.112-113). Segundo o autor, a normalidade do vivo depende de sua normatividade.

O homem normativo é aquele que frente às situações consegue “influir sobre si mesmo ou sobre o meio” (p.129), e não apenas se submeter às situações, havendo margem de atividade, de criação de novas normas. É para essa dimensão de autonomia, a da saúde, que a clínica busca ser uma ferramenta de desenvolvimento normativo. Nesse caminho a clínica pode estar a serviço dessa normatividade do vivo e da vida, possibilitando na relação terapêutica a construção de novas ferramentas normativas para potencializar a afirmação daquela vida.

3.1. O trabalho na clínica e a clínica do trabalho: a matéria estrangeira na clínica

O trabalho não precisa ser “objeto” de problematização apenas de campos especializados que o tratam como tal. Queremos, a partir da leitura de Schwartz, encará-lo em sua dimensão processual, de atividade, de movimento, de potência de experimentação, não esquecendo que sua dimensão histórica, aprisionada, normalizada, está presente também e atravessa permanentemente nossa experiência cotidiana.

Schwartz (2000a, p.34) aponta:

A hipótese de encontrar a presença viva de uma pessoa – da subjetividade na situação de trabalho podia parecer um paradoxo [...] [Enfocar] o trabalho como lugar de debate, um espaço de possíveis sempre a negociar onde não existe execução, mas uso, e o indivíduo no seu todo é convocado na atividade. Assim, o trabalho envolve sempre uso de si. Há uso de si pelos outros, já que o trabalho é, em parte heterodeterminado por meio de normas, prescrições e valores constituídos historicamente. Porém, há também uso de si por si, já que os trabalhadores renormalizam as prescrições e criam estratégias singulares para enfrentar os desafios do seu meio.

Por muito tempo o trabalho, em muitos aspectos, foi e é ainda hoje visto como um território da existência ao qual o trabalhador só poderia se *submeter* ou *reagir* “sem ser convocado por ele como momento de sua história” (SCHWARTZ, 2000a, p.35). O trabalho, nesse sentido, configuraria território do qual o sujeito de certa forma seria abolido, não havendo espaço para ele aparecer; só haveria execução de tarefas, e execução acreditada totalmente descolada da subjetividade.

Assim, a nosso ver, para que o trabalho possa interpelar a clínica psicológica, ele não pode ser considerado objeto acabado, sobre o qual tudo já foi dito e explicado, em diversas disciplinas, como a história, a economia, a antropologia, a sociologia, a psicologia organizacional, entre outras. É necessário que possamos desconstruir essa forma de abordar o trabalho, isto é, desconfiar de teorias fechadas que pretendem explicá-lo e aprisioná-lo de forma definitiva e acabada, fora da imanência das práticas. Considerar a atividade industriosa humana apenas a partir de conceitos cristalizados empobrece esse universo tão rico que é essa capacidade humana de criar mundo criando-se com ela.

Schwartz (2003, p.2) a esse respeito, aproximando-se da perspectiva filosófica, afirma: “Se o trabalho, mesmo presente como objeto, não interpelar a filosofia como uma matéria que lhe seja também ‘estrangeira’, não somente a filosofia não será uma ajuda para entender e transformar o trabalho, mas ela poderá até se tornar um freio”.

E quanto a nossa questão? Como articulá-la àquilo a que Schwartz nos instiga? Bem, queremos problematizar o trabalho na cena clínica, e com isto de certa forma, transgredir o esperado para a clínica psicoterápica *stricto sensu*. A dimensão transgressora estaria em dar foco e sentido a um “objeto” que tradicionalmente não é o objeto principal de estudo e intervenção do campo clínico, mas de outros campos. E mais: sem o tratar como objeto, mas enquanto processo, como já dissemos.

Assim, abordar o trabalho como matéria estrangeira ao campo clínico psi, parece-nos, colabora na desconstrução de modelos clínicos individualizantes; ao mesmo tempo produz novos sentidos para a prática clínica, desconstruindo e desnaturalizando o lugar habitual em que o trabalho foi colocado – como se fosse fora da clínica, como se as questões do fazer, do realizar se limitassem ao puro executar, como se a subjetividade não fosse lá também produzida –, para fazê-lo habitar, por que não?, questões também clínicas e de intervenção.

Sendo matéria estrangeira na clínica, o trabalho deixa de ser um objeto abstrato que seria propriedade de outro campo de estudo, ou de outros campos, fora da clínica ou mesmo dentro da psicologia, tratado como cenário de atuação para o psicólogo ligado às práticas de Recursos Humanos, para entrar na processualidade da experiência clínica, ou seja, o trabalho atravessando a clínica, afrouxando os limites de ambos, misturando territórios, afetando e sendo afetado. Afirmamos em nossa prática o trabalho como habitante dessa cena, sem privilégio, mas como uma das mais importantes experiências humanas, matriz de histórias, abrindo perspectivas para pensarem-se outras formas de intervenção, tanto no campo clínico como nos processos de trabalho.

Schwartz (2003) afirma que

alguma coisa torna-se matéria estrangeira para a filosofia – e para qualquer outra disciplina científica – se esta disciplina não pode definir antecipadamente os

contornos e as virtualidades; e isso porque esta matéria, enquanto que estrangeira nos ajuda precisamente a desenhar os contornos e as virtualidades da experiência humana (p.16).

Se a vida é sempre atividade de oposição à inércia e à indiferença, isto é verdade também no caso da vida no trabalho: se a vida no trabalho é tentativa de 'viver', ela é também tentativa de nunca somente sofrê-la [atitude ativa e não passiva], ela é tentativa de fazer valer neste meio, neste tecido de normas antecedentes, neste enquadramento 'abstrato' do trabalho, das normas de vida oriundas da própria história daquele e daqueles que trabalham, oriundas do que é para eles viver em saúde (p.17).

Existiria então um duplo mandato numa clínica psicológica voltada para seus servidores? Como acontece na Universidade na qual trabalhamos? Ou seja, cuidar do trabalhador não implica de certa forma cuidar do trabalho, posto que trabalhador-atividade são dimensões inseparáveis? além do que é a própria instituição que cria esse espaço de atendimento.

Nossa experiência clínica num serviço de psicologia voltado para assistência psicológica do servidor na Universidade de certa forma tornou-se matéria estrangeira para uma prática consolidada nesse setor, ou seja, uma clínica psicoterápica nos moldes convencionais, forjada a partir de práticas identitárias. Ao prestarmos atenção ao trabalho, que atravessava a cena clínica intensamente, nos apropriando de suas questões no espaço que seria lugar privilegiado de outras dramáticas, como as da vida privada e da intimidade de um sujeito psicológico, individualizado, provocamos um deslocamento em nosso próprio fazer clínico, e de certo modo também em nosso setor.

A partir desta pesquisa pensamos um duplo aspecto desse estrangeirismo: primeiro, uma clínica que por se deixar invadir pela dimensão do trabalho, deixando-se interpelar por ele, talvez não possa mais se dizer clínica psicoterápica nos moldes tradicionais, afirmando então outro sentido da clínica – trata-se de um aspecto estranho ao espírito pelo qual é entendida a atividade principal do setor pela maioria de seu corpo profissional – passando a problematizar de outras maneiras como se dão as práticas nesse serviço de atendimento. Assim, problematizar algo que tradicionalmente está fora da clínica *stricto sensu* – o trabalho – não como apenas mais um de seus conteúdos, mas como operador de saúde e produtor de subjetividade. O segundo aspecto desse estrangeirismo diz respeito à própria emergência desse serviço e o modo como ele se constitui: trabalhadores/servidores

psicólogos designados para atender trabalhadores/servidores da mesma Universidade. Nessa operação há uma matéria estrangeira e precisamos pensá-la. Pensar sempre nossa própria implicação nessa clínica, trabalhadores que somos também da própria Universidade.

Outra questão que atravessou a construção do caminho teórico-prático da dissertação, que na verdade não é outra questão, mas outra face da mesma, diz respeito a problematização de nosso próprio fazer clínico na Universidade, num Setor que sempre se voltou prioritariamente para o atendimento do servidor e seus dependentes em psicoterapia, entendendo o sujeito como um sujeito psicológico, uma entidade individual que voltando-se para o seu intimismo, sua história pessoal privada, busca as respostas para suas aflições.

Nesse aspecto, demandas claramente marcadas, que diziam respeito a questões de trabalho na Universidade, vindas através do setor de recursos humanos era algo que procurávamos, enquanto Setor, ao máximo evitar, pois antevíamos problemas com a possibilidade de, na intervenção clínico-psicoterápica, sermos convocados a elaborar documentos psicológicos a serem utilizados no âmbito de outros setores. O que de certa forma isto viria a “descaracterizar” um setor que a princípio nasceu para ser eminentemente clínico psicoterápico. Mas como resolver um paradoxo que parece existir nesta questão: clínica para trabalhadores porque nasce dentro da organização UFF, para atender seus servidores, mas que evita a problematização do domínio do trabalho?

E mesmo o setor querendo firmar-se com este perfil, essas demandas nunca pararam de nos “assombrar”, levando-nos a tentar marcar sempre uma posição enquanto setor, de não envolvimento com problemas da administração de pessoal, utilizando-nos de um mesmo argumento em todas as situações semelhantes que se apresentavam: teríamos outra “especialidade” de intervenção, a especialidade do atendimento clínico- psicoterápico.

Noutro sentido, consideramos que uma das questões prioritárias a ser problematizada, ao invés de usar a estratégia de manter e afirmar que estávamos em territórios de intervenção que não se tocavam; ao invés de negar as problemáticas institucionais a respeito do

domínio do trabalho, talvez pudéssemos passar a pensar como não nos tornarmos um instrumento da administração ao individualizar problemas vindos de situações de trabalho. Mas para isso precisávamos amadurecer essa questão coletivamente, o que demandaria antes ou junto uma luta, de construção de espaços coletivos de discussão no próprio setor, algo que não se deu significativamente, ao longo dos anos, a meu ver. Ao contrário, foi-se consolidando em nosso Setor o entendimento de que as questões de trabalho na Universidade não seriam questões clínicas *strictu sensu*, e assim embora não se conseguisse o afastamento desejado de tais questões buscou-se uma outra estratégia, que não foi a de problematizá-las, mas a de ter um modo diferenciado de recebimento dos casos encaminhados pelo setor de recursos humanos, buscando desta maneira a continuidade de seus especialismos.

Assim, esta dissertação, está nos servindo para problematizarmos nossas intervenções cotidianas, a partir de inúmeras experiências as quais vivenciamos em nosso setor de trabalho, desde sua criação. E entendemos que, ao mesmo tempo, é um instrumento, é um dispositivo de intervenção que queremos que venha com a força transformadora daquilo que é construído coletivamente. Então, as questões do trabalho por nós acolhidas, que inevitavelmente atravessam a cena clínica, independentemente de encaminhamentos formais do RH, ou vindos pela chamada “demanda espontânea” são questões muito importantes a serem abordadas. Neste sentido, pensar os processos de trabalho como processos de produção de subjetividade já provoca um deslocamento metodológico e ético em nossa prática, ou seja, temos que necessariamente problematizar nossa própria atividade de psicólogo clínico na Universidade, nas convocações constantes que essa atividade traz.

Portanto, embora tenhamos tentado desde o início da criação do serviço de psicologia nos manter num modelo de “consultório”, sempre nos deparamos com demandas organizacionais que fugiam a esse modelo, o que, na verdade, não deveríamos estranhar, já que nossa inserção na Universidade, como estamos apontando, não se enquadra perfeitamente nesse modelo, e essas demandas mostram isso de alguma forma.

Por tudo isso pensamos nossa prática clínica, nosso trabalho clínico, como matéria estrangeira para a clínica psicoterápica. Uma clínica que ao aproximar-se da concretude dos processos de trabalho também vai transformar seu próprio modo de fazer clínica.

Com dissemos, Canguilhem usa a expressão matéria estrangeira a respeito de seus estudos da biologia e medicina que construíram sua filosofia. Na época trazer estudos e experiências do campo da medicina para o da filosofia, para a epistemologia, foi algo estranho, porque só se considerava ciência o que podia ser medido, quantificado, como nas disciplinas físicas e matemáticas. A medicina ou, mais precisamente, a clínica médica não eram considerados disciplinas nobres porque, embora envolvam avaliação, essa avaliação não se dá por referência a uma norma externa à prática médica e sim na relação clínica entre médico e paciente. A avaliação nessa disciplina envolve, portanto, no mínimo duas pessoas e é imanente à relação; não pode ocorrer fora dela, porque saúde não é algo que tenha essência em si; para fazer sentido, ela precisa estar encarnada nos viventes e precisa-se deles para essa avaliação.

Canguilhem (1990) chama atenção para a especificidade das ciências fisiológicas em relação às ciências físicas: o desenvolvimento da terapêutica – dos inúmeros aspectos de intervenções clínicas –, que vai atuar na “polaridade dinâmica da vida” (p.97), ou seja, o estado de saúde e de doença. Segundo o autor, “toda técnica humana, inclusive a da vida, está inscrita na vida, isto é, numa atividade de informação e de assimilação da matéria [...] É por ser atividade de informação e assimilação que a vida é a raiz de toda atividade técnica” (p.99-100). Nesse sentido Canguilhem nos dá uma pista importante do que entende como atividade clínica. Ela é técnica que está a serviço da normatividade da vida; portanto, é também experimentação, tentativa e erro, não pode nunca estar sistematizada em um conhecimento fechado, assim como a vida.

Nenhum ser vivo jamais teria desenvolvido uma técnica médica se, nele, assim como em qualquer outro ser vivo, a vida fosse indiferente às condições que encontra, se ela não fosse reatividade polarizada às variações do meio no qual se desenrola (p.100).

Assim também o trabalho sendo matéria estrangeira à clínica psicológica pode trazer-lhe novos conhecimentos, produzindo novas formas de intervenção e novas questões para novas pesquisas.

3.2. A problematização do domínio do *trabalho* na intervenção clínica

Cotidianamente na experiência de trabalho ressignifica-se o meio, e isso se faz através de combate, de luta constante, ativa, que produz construção de si e de mundo. Há sempre a necessidade de fazer escolhas, de se arriscar, de ir aos poucos percebendo nos encontros, nas atividades de trabalho, o que fortalece, o que enfraquece, o que compõe, o que decompõe. Spinoza nos dá dicas desse movimento (DELEUZE, 1978), dessa experiência de variação que é o viver. Bem como Schwartz (2003, p.16) quando aponta o que se perde quando se ignoram as dramáticas cotidianas que acontecem nesta dimensão

Perdem-se coisas essenciais [...] [da atividade humana], ignora-se [...] a dinâmica de negociação que fazemos todos, entre o universal em nós – uma atividade que busca viver com saúde (ou simplesmente viver) em um mundo social – e as condições, as restrições, os recursos que dão sentido a um momento da história, a esta exigência universal (SCHWARTZ, 2003, p.16).

Vinheta clínica 6

Uma servidora procura nosso Serviço num momento crítico de sua vida e relata-nos que o motivo de ali estar foi um problema ocorrido em seu local de trabalho com uma colega e sua chefia imediata. Conta que ficou totalmente fora de si, que se descompensou seriamente, precisando de medicação psiquiátrica, e foi orientada a procurar atendimento psicológico em nossa Seção. A cliente estava visivelmente abalada e chorava muito, iniciando imediatamente atendimento psicoterápico. Depois de algum tempo em psicoterapia semanal, em determinada sessão, ela afirma que em algum momento durante o processo terapêutico ela se deu conta do quanto sua atividade de trabalho a absorvia e de quanto lhe era importante:

“Dei-me conta, após esse episódio, do quanto meu trabalho tem importância para mim, porque tenho muitos problemas na minha vida pessoal, e problemas graves, mas conseguia ir levando a vida, procurando lidar com eles. Sofro com muitas situações de minha vida familiar, mas isso não me desestruturou como agora quando no trabalho me desrespeitaram como profissional, pois sempre me dediquei com responsabilidade e carinho ao trabalho. Eu adoro o que faço.”

De que está falando esta cliente a nosso ver? Dentre várias possibilidades, podemos destacar dessa fala o fato de que em sua relação com o trabalho, com seu ofício, sua atividade, há um espaço de significação, de sentido, que, quando foi quebrado por determinado acontecimento significativo para a paciente, no caso, uma acusação de erro de procedimento rotineiro – que, segundo seu relato, lhe foi atribuído injustamente (o que foi comprovado posteriormente) –, lhe causou extremo sofrimento, e grave descompensação emocional.

A cliente percebe, mais tarde, com certo estranhamento, que sua reação foi muito forte para o acontecido, percepção essa que a ajudou a formular para si o quanto seu trabalho, seu ofício na enfermagem era importante para sua vida.

Vemos aqui também a produção de um sentido despotencializador naquela situação vivenciada, que provocou significativo desajuste em sua economia psicossomática, já que em sua vida parecia que o trabalho, sua atividade com os pacientes, era um domínio em que se sentia competente e situada. Portanto, quando sofre um julgamento injusto, e sem chance de defesa porque não estava presente, segundo sua percepção, sua história naquele setor não foi levada em conta. Ela não entendia por que aquilo estava acontecendo, por que havia tomado aquela proporção, sendo alvo de comentários pelos corredores, antes mesmo de a ouvirem sobre o que acontecera, causando-lhe de certo modo uma perda de referências.

Parecia-lhe não haver espaço de significação em que isso pudesse acontecer. Não um suposto erro, do qual, ela considera, “ninguém estaria livre”, mas, em seu entendimento, uma total desconsideração profissional – ela se refere a traição, pois não lhe deram chance de defesa e, assim, de esclarecer o ocorrido –, quebrando então sua confiança em relação a

seus pares e a sua chefia. Podemos afirmar que houve uma variação no meio no qual esta paciente se inseria e, a partir das exigências desta variação, ela precisou construir novas condições para permanecer afirmando a dinâmica de negociação entre o universal em nós – a atividade do vivente - e as condições de um dado momento histórico.

Vinheta clínica 7

“Ninguém veio me perguntar antes nada. Houve um grande desrespeito a mim como colega. Sempre procurei agir com responsabilidade, pontualidade, dificilmente falto, só por extrema necessidade, não tiro licenças, fiz plantões extras algumas vezes, em função de faltas de colegas. Gosto de colaborar com as colegas; gosto muito do que faço, de lidar com os pacientes e seus acompanhantes.”

Foi esse acontecimento intempestivo, ou seja, a acusação não significada e sua intensa reação – tudo ao mesmo tempo – que levou essa servidora do hospital universitário a buscar ajuda em nossa seção, e não os demais problemas, familiares, que ela relatou depois, parecendo-nos confirmar que o trabalho com sentido, ou seja, como o trabalhador o valora, é pilar fundamental da vida e, por que não?, estratégico, no que diz respeito à saúde.

Domènech e colaboradores (2001, p.129) observam:

Pensar os processos de subjetivação como dobra³⁶ implica [...] despojar o Sujeito de toda identidade (essencialista) e de toda interioridade (absoluta) e, ao mesmo tempo, reconhecer a possibilidade de transformação e de criação que eles deixam aberta [...]. [A capacidade do ser humano em afetar e ser afetado não é] uma propriedade da carne, do corpo, da psique, da mente ou da alma. É [...] algo variável, produto ou propriedade de uma cadeia de conexões entre humanos, artefatos técnicos, dispositivos de ação e pensamento.

A servidora citada, em processo psicoterápico, parece ter produzido outro modo de se perceber e perceber o trabalho. Não havia problematizado até então, daquela forma, sua experiência no trabalho. Estar numa situação-limite trouxe-a para a terapia e proporcionou oportunidade de ressignificar seus vínculos e sua inserção no trabalho; de certa forma

³⁶ O conceito de dobra foi desenvolvido por Gilles Deleuze (1991).

trouxe também uma novidade na percepção de si e do meio a sua volta. Não que eles tenham sido descortinados, que estivessem lá desde sempre, bastando ter olhos para ver – houve produção de novos sentidos.

Quando o modo indivíduo está cristalizado – e esse é o modo ainda hegemônico em nosso tempo, estando a experiência de si presa num único modo de pensar-se e ao outro (pois pensar implica sentir, e também podemos sentir de forma cristalizada) –, há um empobrecimento da experiência, porque o modo indivíduo produz subjetividades cristalizadas e idênticas a si mesmo, e quando há um vislumbre de algo diferente desse ‘si mesmo’, ao ser sentido como estranho, pode muito rapidamente ser capturado e contraposto a um determinado padrão e ser classificado e visto como doentio. Esse estranhamento a nosso ver é possível numa situação-limite, em que o vivente se percebe desestabilizado, estranho a si mesmo (esse si mesmo conhecido, familiar)

Esse estranhamento que logo é capturado e enquadrado como inadequado, patológico, precisará então, nessa lógica, ser “curado” para voltar ao padrão conhecido ou então, ao contrário, pode ser preciosa oportunidade de mudança, de criação de novas normas que querem afirmar-se, uma oportunidade de *surfear nas ondas da experimentação* que é o viver. Essa cliente de nossa Seção passou por um período em atendimento psiquiátrico com medicação paralelamente à psicoterapia, mas aos poucos foi sendo liberada do primeiro, mantendo o atendimento conosco.

3.3. A artesanaria e a construção da autonomia

“Pensar como um artífice é mais que um estado de espírito: representa uma aguda posição crítica na sociedade” (SENNETT, 2009, p.56). A sentença de Sennett vai ao encontro do que acreditamos ser o trabalho na dimensão da experiência criativa do vivente no mundo e ferramenta importante de construção de si, de autonomia. A construção da autonomia para nós vincula-se à construção de possibilidades de intervenção no mundo pelo vivente humano, uma autonomia que, entendemos, só se constrói verdadeiramente numa abertura à

alteridade, na imanência concreta do cotidiano; constrói-se nas práticas. Essa abertura ao meio,³⁷ ao contrário do que se possa pensar, não enfraquece, não fragmenta. O que enfraquece a autonomia é justamente remeter uma experiência sempre a outras já vividas, enquadrando-as em modelos; com isso nos desconectamos da singularidade da experiência presente. E no trabalho cotidiano que tenha sentido, um trabalho que é artesanaria para o trabalhador, percebemos essa experimentação constante de si, essa transformação que é operada no meio circundante através da atividade de trabalho concreta, que simultaneamente transforma o operador dessa atividade.

Seguindo algumas pistas de Sennett (2009), queremos pensar a artesanaria como um modo de operar na atividade de trabalho. Ver o trabalho enquanto artesanaria é entender o ser conectado no aqui e agora à experiência vivida e essa experiência retroalimentando seu pensamento, seu fazer, e também seu corpo. É via de mão dupla permanente que ocorre num espaço de indeterminação entre capacidades, aprendizados, vivências múltiplas; na imanência do fazer. “Fazer um bom trabalho significa ser curioso, investigar e aprender com a incerteza” (SENNETT, 2009, p.60-61).

Sennett (2009, p.61) oferece interessante exemplo do trabalho de enfermagem em hospital e do que entende por zona fronteira de indeterminação do fazer:

O atendimento de enfermagem negocia uma zona fronteira entre a solução de problemas e a detecção de problemas; ouvindo o que o velho paciente tem a dizer, o enfermeiro pode colher, sobre seus problemas de saúde, pistas que talvez escapassem no momento do diagnóstico[ao próprio médico] [...] Não pode haver bom tratamento sem algum grau de experimentação [...] [Pois muitas vezes um

³⁷ Segundo Canguilhem (1990), “o meio definido pela ciência é feito de leis, mas essas leis são abstrações teóricas. O ser vivo não vive entre leis, mas entre seres e acontecimentos que diversificam essas leis [...] Pelo fato do ser vivo qualificado viver no meio de um mundo de objetos qualificados, ele vive no meio de um mundo de acidentes possíveis. Nada acontece por acaso, mas tudo ocorre sob a forma de acontecimentos. É nisso que o meio é infiel. Sua infidelidade é exatamente seu devir, sua história” (p.159). Portanto, Canguilhem não está negando a existência das leis; elas são um fato científico, mas não explicam tudo. A vida real é o resultado da interseção, dos encontros dessas leis e tudo que há no mundo: seres vivos, seres inanimados, objetos, tempo, espaço, que é incessante e produz sempre novos seres, novos objetos... Assim, não há previsibilidade absoluta, a vida é devir, é história, e é nesse sentido que Canguilhem menciona a infidelidades do meio, em que as diferenças se apresentam. Assim, “a vida não é, portanto, para o ser vivo, uma dedução monótona, um movimento retilíneo; ela ignora a rigidez geométrica, ela é debate ou explicação [...] com um meio em que há fugas, vazios, esquivamentos e resistências inesperadas” (p.160).

corpo] demora a se revelar [...] [Muitos] enfermeiros e médicos [...] invocam a necessidade de curiosidade e experimentação [para a boa prática de seus ofícios].

A organização do trabalho pode impedir ou atrapalhar muito esse processo prático quando não dá espaço e tempo para o processo de experimentação. E, sem isso, propostas e treinamentos objetivando melhorar a qualidade e eficiência no trabalho ficam totalmente sem sentido (SENNETT, 2009), configurando mera abstração estéril.

Realizar um “bom trabalho” era característica singular do objetivo do trabalho do artífice medieval, que estava colado com seu prestígio e respeito em sua comunidade, além de seu compromisso ético com ela. Aproximemos esse aspecto singular do artífice medieval ao paradoxo que mencionamos no início deste capítulo, ou seja, o que acontece com muitos trabalhadores nos dias de hoje em algumas situações de trabalho: a experiência de que trabalhadores empenhados (será que poderíamos dizer artífices contemporâneos?) e interessados em realizar um bom trabalho, que gostam do que fazem, muitas vezes têm o reconhecimento de seu trabalho por alguns de seus pares e de usuários de seus serviços, mas não são valorizados nem respeitados por superiores hierárquicos ou pela própria organização do trabalho. Ao contrário, têm sua capacidade de trabalho sobreimplificada, sendo explorados ao máximo por suas chefias. Assim, prezar o bom trabalho em alguns contextos organizacionais é igual à exploração e sobreimplicação no trabalho e não a reconhecimento junto com respeito. Não é incrível? A “punição” nesse tipo de organização não visa à falta de engajamento com o trabalho, mas a ele. Assim, o trabalhador artífice nesse tipo de meio é desencorajado a desenvolver-se e estimulado a tornar-se um trabalhador medíocre em relação à organização e a si. Lidar com isso não é simples para esses trabalhadores; é campo de desequilíbrio e demanda grande esforço para manter a saúde.

Há um desafio da artesanaria: lidar com a zona fronteira ou limiar problemático da atividade de trabalho, que é o espaço de trabalho, o “ponto fulcral” (SENNETT, 2009, p.256) em que o trabalhador artífice é desafiado no ato da atividade, é o limiar entre ele e a ferramenta, entre ele e a técnica, entre ele e seu objeto de trabalho, entre ele e a organização a que está vinculado. É, portanto, o espaço de trocas possíveis, de mistura de territórios, em que o trabalhador vai lidar com as resistências à situação. E é nesse limiar

vivo que se desenvolvem habilidades (SENNETT, 2009). Esse espaço problemático é como uma fronteira ecológica, exemplifica Sennett:

uma fronteira ecológica [...] é uma zona de trocas onde os organismos se tornam mais interativos. É assim a margem de um lago [por exemplo,] no limiar entre a água e a terra [...]. O mesmo se aplica às camadas de temperatura na água de um lago: os pontos de encontro das diferentes camadas são zonas de intensas trocas biológicas [Assim], uma fronteira ecológica, como a membrana da célula, resiste à mistura indiscriminada; abriga diferentes, mas é porosa. A fronteira é um limiar ativo (p.253).

Essa zona fronteira diz respeito aos problemas difíceis e ambíguos com que o trabalhador precisa lidar e que não cabem nas prescrições, não são previstos nos mais bem feitos organogramas e diagramas de fluxos organizacionais. Esses, ao contrário, passam “ao largo de questões muito concretas” (p.256), imprevisíveis. O trabalhador artífice deve ultrapassar esses diagramas de fluxo e entrar nessa zona fronteira para resolver os impasses e desafios de seu trabalho. Schwartz, veremos adiante, chama de “dramáticas do uso de si” o enfrentamento dessa zona fronteira. Sendo zona de ambiguidades, propicia a quem se dispõe a enfrentá-la a construção de ferramentas e estratégias de negociação em meio à alteridade, aos desafios e riscos, aprendendo a gerir essas ambiguidades e assim também desenvolvendo sua autonomia; pressupõe fazer escolhas, como a célula que não deixa passar por sua membrana indiscriminadamente qualquer coisa, uma escolha que não é de um indivíduo isolado, mas de um vivente que emerge naquela situação singular. A clínica pode ter papel importante e significativo nesse espaço.

Sennett (2009) traz outro exemplo interessante de trabalho que se configura como artesanato, este na arquitetura, que ilustra muito bem o sentido de construção de estratégias de intervenção e que também produz em seus usuários através da aprendizagem, da formação, ferramentas de construção da autonomia (uma artesanato que produz abertura, novos limiares e, portanto, novas artesanias, desencadeando processos): a construção pelo arquiteto Aldo van Eyck de limiares vivos com esse objetivo: vários *playgrounds* em espaços urbanos vazios de Amsterdam após a Segunda Guerra Mundial.

O objetivo do projetista com esses pequenos parques era ensinar às crianças como antecipar e gerir transições ambíguas no espaço urbano. As crianças levadas ao playground Hendrikplantsoen, tal como construído em 1948, podiam, por exemplo,

brincar em montes de areia que não eram separados de maneira estanque das áreas verdes. A ausência de uma divisa nítida entre a areia e a grama era deliberada, permitindo ao bebê explorar essa diferença tátil. Perto dos montes de areia havia equipamentos para as crianças maiores escalarem e para os adultos se sentarem. O arquiteto propiciava a transição do engatinhar para o escalar juntando no mesmo ponto pedras de pesos diferentes – mas não de forma linear; a criancinha precisava testar com o próprio corpo uma espécie de floresta de degraus de pedra. A ausência de uma definição física clara mais uma vez representava um desafio; havia limiares, mas não separações estanques; o objetivo de levar a investigar esta situação era estimular a curiosidade [...] [além disso, as ambiguidades espaciais também estimulavam o relacionamento entre as crianças] (p.258 e 259).

Essa experimentação de van Eyck mostra belo exemplo de limiar vivo construído, de artesanaria engajada. Um profissional que cria mundo pela e para experimentação, afirmando uma escolha ética pelo desenvolvimento da liberdade e da autonomia, sua e de seus usuários, para que “se tornassem mais capazes de antecipar e gerir a ambiguidade no limiar” (p.260). Sennett aponta para um paradoxo dessa artesanaria do arquiteto, afirmando que a construção desses parques foi planejada com “minuciosa clareza” para que as crianças aprendessem a lidar com as ambiguidades dos espaços e construíssem regras próprias para si mesmas. Regras não impostas, portanto mais ricas de possibilidades de se tornarem provisórias e geridas pela autonomia e não pela autoridade. O autor sugere então que para os artífices de qualquer área a recompensa emocional é o “sentimento de competência”.

A prática clínica com os servidores que trazem questões do trabalho para a terapia pode colaborar para a problematização desse limiar vivo que é constituído pelo vivente e seu ambiente de trabalho ou sua atividade, ajudando a construção de sua autonomia. Ao prestar atenção à concretude dessa atividade, às nuances de sua intervenção e de suas sensações, de suas percepções, de suas implicações com seu fazer, a nosso ver amplia esse limiar e possibilita a construção de ferramentas para a vida como um todo.

Segundo Schwartz (2000a) o sujeito no ato de trabalho não se reduz em nenhum caso às relações sociais dadas; à prescrição da tarefa; a uma prática socialmente construída; ao aparelho de Estado. Em sua opinião,

há capacidades singularmente adquiridas, tendência a usar de si para recompor também de modo infinitesimal, quanto se queira, um mundo à sua conveniência, que estão em jogo em todo ato de trabalho; nenhuma lógica de relações sociais não o domina inteiramente, sem ela estar em algum grau submetida, por sua vez, a este tipo de exigências das quais são portadoras as vidas individuais.[Assim,] fundamentalmente, todo ato de trabalho humano se desenvolve no híbrido (p.42).

Podemos, portanto, supor que todo ato de trabalho tem singularidade e corporeidade que não são pessoais, isto é, perpassa-o a singularidade do vivente que por sua vez também é perpassado por outras singularidades que o afetam nos incontáveis encontros que experimenta; é atravessado pela história. Perpassam-no também as macrorrelações sociais, econômicas, jurídicas, educacionais, organizacionais, enfim as “linhas duras” que, Deleuze (1998) aponta, nos atravessam a todos; e ainda o próprio meio em que está imerso, incluindo pessoas, objetos, máquinas. No encontro com esse meio heterônimo ele faz *dobras* (DOMÈNECH, 2001), e ressingulariza o meio ou, nas palavras de Schwartz (2007), “desanonima o meio”.

Cada configuração onde os homens têm de viver coloca-lhes questões novas onde, através do uso que fazem deles mesmos, experimentam também seu ser. O estudo do trabalho parece indicar que é ilusório e deontologicamente discutível pretender-se antecipar em seu lugar a experiência que cada um fará.

[...] Longe de defender [...] um indeterminismo, uma irracionalidade, a questão do conhecimento do singular[...]convoca inesgotavelmente as riquezas do saber; precisamente porque ela tem a humildade de não prejudicar o que a história, em todos os sentidos do termo, tem feito de cada um como suporte de possíveis[...]. Não significa que nada seja conhecível ou que tudo é possível. Simplesmente, os possíveis se engendram continuamente a partir das condições iniciais. Ora estas podem ser conhecidas apenas de modo tendencial[...].

No que diz respeito aos sujeitos humanos, ninguém conhece ou conhecerá integralmente as condições iniciais de seu objeto de estudo, como também ninguém conhece as suas próprias condições. É por isso que a história sempre nos reserva surpresas (SCHWARTZ, 2000a, p.48-49).

Isso nos coloca na dimensão de uma matéria estrangeira. Entendemos que o trabalho na dimensão da artesanaria, inquirindo como matéria estrangeira o saber filosófico, mostra o privilégio do trabalho concreto, encarnado, sobre conceito abstrato, desencarnado do trabalho, para pensar a experiência do trabalho.

Schwartz (2003, p.3) observa que nos diálogos platônicos havia interesse pela ‘sabedoria’ dos artesãos competentes, pois eles conheceriam coisas que os filósofos desconheciam. A *technè* (o agir com competência) é “uma interrogação, um enigma, um possível modelo de

saber para Platão”. E não equivale ao conceito de trabalho como nós conhecemos. “Até o século XVIII, o conceito moderno, genérico, de ‘trabalho’ não tem equivalente na especulação filosófica clássica [...]. A atividade laboriosa [...] [até então diz] respeito essencialmente ao mundo artesanal” (p.3).

O autor, portanto, informa que havia, até meados do século XVIII, uma “fascinação discreta [...] [uma] aprendizagem do bom senso filosófico junto aos homens de profissão” (p.5), quando começam a surgir as primeiras manufaturas, o operariado assalariado na Grã-Bretanha, anunciando a Revolução Industrial. Nesse período, Diderot dá ao verbete arte da *Enciclopédia ou Dicionário racional das ciências, das artes e dos ofícios*

uma justificativa muito bela na necessária humildade do filósofo em relação ao gênio artesanal:

“Há em toda arte um grande número de circunstâncias (de novo ‘os encontros’) relativas à matéria, aos instrumentos e à manobra, que somente o uso ensina. É a prática que deve apresentar as dificuldades e dar os fenômenos, e é a especulação que deve explicar os fenômenos e resolver as dificuldades”(SCHWARTZ, 2003, p.5).

A tradição histórica tratou o trabalho como objeto e como conceito abstrato, afastando as diferenças objetivas de valor de uso. Desapareceram as formas concretas dos trabalhos reais; o que Schwartz chamou de indiferença às formas particulares do trabalho. Com a Revolução Industrial,

tudo o que era o enigma do gesto fabricante, o gênio artesanal, a antecipação laboriosa, que tinham tão discretamente fascinados a primeira tradição filosófica de Platão a Diderot, tudo isso desapareceu completamente do horizonte desses cálculos cognitivos-mentais: qualquer ato de trabalho, recortado em seqüências elementares, não solicita mais o filósofo do que o enigma do ‘eu levanto o braço’(p.9-10).

Percebemos que nesta mesma linhagem de pensamento de Schwartz, Richard Sennett vem a contribuir no debate sobre essas questões. A intuição inicial de Sennett (2009) ao escrever o livro intitulado *O Artífice* é de que fazer algo é pensar, e a partir dessa intuição vai pensar de forma pragmática e sensível ao mesmo tempo o *status* do fazer, do produzir algo pelo humano, desenvolvendo sua tese de que realizar algo é absolutamente indissociável da produção do pensamento e da produção de si. Ao entrar em contato com esse texto logo percebemos que também nos ajudaria em nossa pesquisa; que havia ressonância com nossa

questão: pensar o trabalho como processo, como construção de si e do mundo, aproximando, portanto, a artesanaria como metáfora – não como representação ou como categoria profissional, mas como artifício para pensar o trabalho, a atividade.

Sennett abre o sentido do que comumente entendemos como artífice ou artesão problematizando a construção da habilidade artesanal, construindo sua argumentação na direção da desconstrução da forma, como costumamos nos referir ao trabalho do artesão ou do artífice, como quando, por exemplo, diz que não só o artesão clássico, mas outros profissionais poderiam ser considerados artífices, desde que a experiência de trabalho seja vivenciada como processo de criação de mundo e criação de si. Seu percurso, então, será pensar o processo de produção/criação “das coisas materiais e das práticas concretas contidas na caixa de Pandora”³⁸ (p.16).

Sennett (2009, p.17) afirma que “o pensamento e o sentimento estão contidos no processo do fazer”, tentando então ultrapassar a dicotomia pensar e sentir, às vezes investida na produção de conhecimento, e avançar nessa discussão atribuindo complexidade a essa questão afirmando que o humano como produtor, na dimensão do *Animal laborens*, faz discussões mentais com os materiais que ele utiliza em sua obra. Além desse aspecto ele aponta para a dimensão política de todo ato do trabalho, pois todo resultado de um trabalho é colocado no mundo e, assim, passa a “dialogar” com outros viventes, com o *socius*, que fazem então variados usos. Afirma que todo ato de trabalho tem um como e um porque embutidos. Tem, portanto, um aspecto ético e político desde sua emergência, e cabe ao trabalhador tomar posse dessas duas dimensões. Só assim as consequências das criações de Pandora são mais bem cuidadas.

Essa dimensão do cuidado quanto às criações de Pandora não significa fazer previsões sobre as consequências das criações humanas, mas sim estar atento, sempre à espreita,³⁹ o

³⁸ O mito de Pandora da cultura grega diz respeito ao elemento da natureza humana que é a produção de objetos, de conhecimento, de práticas, pelo homem que poderiam ser perigosas ou expor o homem constantemente ao risco de infligir danos a si mesmo.

³⁹ Estamos nos apropriando da forma como Gilles Deleuze usa o sentido de espreita no verbete ‘animal’ no vídeo *Abecedário de Gilles Deleuze* BOUTANG, 1988.

que só é possível quando se toma posse de si ampliando, em seu fazer, a criação de si. Nesse sentido, “o conteúdo da caixa de Pandora pode efetivamente tornar-se muito menos assustador” (SENNETT, 2009, p.18) se nos aproximarmos com outra sensibilidade, diríamos, do “animal humano no trabalho” (p.18) e de seu próprio processo de fazer bem as coisas, que, segundo Sennett, está na “arte ou habilidade artesanal” (p.19).

A expressão “habilidade artesanal” pode dar a entender um estilo de vida que desapareceu com o advento da sociedade industrial – o que, no entanto, é enganoso. Habilidade artesanal designa um impulso humano básico e permanente, o desejo de um trabalho bem feito por si mesmo. Abrange um aspecto muito mais amplo que o trabalho derivado de habilidades manuais [...] (p.19).

Todo bom artífice sustenta um diálogo entre práticas concretas e ideias; esse diálogo evolui para o estabelecimento de hábitos prolongados, que por sua vez criam um ritmo entre a solução de problemas e a detecção de problemas (p.20).

O autor sustenta em sua argumentação que todas as habilidades humanas desde as mais concretas até as mais abstratas teriam início como práticas corporais. Exemplifica artífices como profissionais em situações específicas de trabalho, ou seja, em ato, como um carpinteiro, uma técnica de laboratório ou um maestro, afirmando que naquelas situações eles são artífices; quando “se dedicam à arte pela arte. Suas atividades têm caráter prático, mas sua vida não é apenas um meio para alcançar um outro fim” (p.30).

E continua: “com certeza é possível se virar na vida sem dedicação. O artífice representa uma condição humana especial: a do *engajamento*” (p.30). Nesse caminho, o que também queremos pensar em nossa pesquisa é um duplo movimento, nossa atividade clínica situada e a atividade dos trabalhadores que atendemos, como dimensões de artesanaria no contemporâneo, ou seja, pensar as minúcias da perícia artesanal, significando ligação com o concreto, na imanência do que nos acontece. Não estamos, portanto, numa perspectiva saudosista ou idealizada de uma época passada; ao contrário, queremos pensar o artífice contemporâneo para além de uma categoria profissional e afirmando a artesanaria como processo de singularização, como possibilidade da condição humana que constrói sua vida no coletivo, com abertura para o fora, engajado positivamente no mundo, atento à produção ética e estética de sua vida.

Quando, a partir de exercício e empenho, a habilidade técnica atinge o nível de mestria, Sennett (2009) afirma que “as pessoas são capazes de sentir plenamente e pensar profundamente o que estão fazendo quando o fazem bem” (p.30). Nesse ponto a técnica, ele pondera, deixa de ser uma atividade mecânica. Quando o trabalhador se torna “um” com o que faz, constrói uma obra e se constrói no mesmo movimento.

As recompensas emocionais oferecidas pela habilidade artesanal na consecução desse tipo de perícia são de dois tipos: as pessoas se ligam à realidade tangível e podem orgulhar-se de seu trabalho. Mas a sociedade criou obstáculos para essas recompensas no passado e continua a fazê-lo hoje. Em diferentes momentos da história ocidental, a atividade prática foi menosprezada, divorciada de ocupações supostamente mais elevadas. A habilidade técnica foi desvinculada da imaginação, a realidade tangível posta em dúvida pela religião, o orgulho pelo próprio trabalho tratado como um luxo (p.31).

É dessa recompensa emocional que tratamos quando trazemos o trabalho como questão para a clínica. Recompensa que não diz respeito a se distrair com uma atividade, a esquecer-se de si e de seus problemas “pessoais”, como muitas vezes o trabalho é abordado, numa perspectiva de terapia pelo trabalho – não é disso que estamos tratando. Afirmamos outro entendimento, ou seja, o do trabalho como construção de si e de mundo, em que a mestria em algo traz autonomia e a construção estética e ética de uma vida que está em relação viva com todas as dimensões daquela vida e do coletivo que a atravessa. Aqui o trabalho não é para esquecer-se de si, no sentido de distrair-se, mas, ao contrário, para afirmar-se como potência de singularização. Há, portanto, ampliação do limiar de abertura à alteridade e não, ao contrário, um fechamento em si mesmo apenas alienando-se de si, distraindo-se de si. Entendemos que sair de si tem outra perspectiva na artesanaria: na imanência do fazer o si mistura-se a ele; não é um sujeito substancializado que faz, mas um *faz-se em mim*.

O iniciar-se uma jornada de trabalho, numa atividade que tenha sentido produtivo para o trabalhador, seja ela qual for, irá sempre apresentar problemas inesperados que demandam soluções. As soluções que encerram uma tarefa não terminam com a conclusão de um trabalho, mas, para o “bom artífice” (SENNETT, 2009), ou seja, o trabalhador engajado em

seu ofício,⁴⁰ estar atento a sua tarefa concreta, ao processo do fazer, vai inevitavelmente abrir novas possibilidades de realização de seu trabalho e produzir novas questões para ele. Existe, assim, “uma relação quase *instantânea* entre a solução de problemas e a detecção de problemas” (p.36) que aponta para o fato de que sua obra está constantemente, ao longo de sua atividade, metamorfoseando-se, não se tornando estática, nem enrijecida. Assim, “o ritmo experimental da solução e da detecção de problemas faz com que o antigo oleiro e o moderno programador [de computação, por exemplo] sejam membros da mesma tribo” (p.36 e 37).

Os artífices arcaicos vivenciavam uma impessoalidade [...] [a respeito de seu trabalho]; os demioergoi frequentemente eram chamados em público pelos nomes de sua profissão. Todo ofício artesanal, com efeito, tem algo desse caráter impessoal [...] Essa incontornável impessoalidade volta as pessoas para fora (p.37).

De certa forma uma artesanaria na organização do trabalho incentivaria o trabalhador a cuidar do trabalho, posto que ele seria incentivado a prestar atenção às nuances de seu trabalho, do que a prescrição não dá conta e que ele precisa perceber, participando não só da detecção dos problemas, mas também de sua solução, o que parece ser altamente motivador. Essa motivação teria relação com a valorização do que o trabalhador tem a dizer sobre seu trabalho, sobre o saber da prática. Essa artesanaria não é uma questão de “relações humanas no trabalho” no sentido humanista pastoral, mas em sentido bem concreto, ou seja, valorizar o saber da prática cotidiana dos trabalhadores é fundamental para o bom andamento do próprio trabalho.

Este é um estímulo concreto à ressignificação, à ressingularização do meio do trabalho, que acontece no dia a dia, mas que precisaria ser percebido e valorizado pela própria organização do trabalho. Sennett (2009) pontua que o centro ético e técnico não está longe da vida concreta do trabalho. Mas isso fica extremamente precarizado em muitas organizações de trabalho em que não há canal minimamente organizado ao qual coletivamente se possam trazer questões e tentar encontrar soluções pertinentes construídas

⁴⁰ “Engajado no ofício” aqui não tem uma conotação moral nem teológica a respeito de responsabilidade ou de dever, e sim querer, afirmar e tomar posse do que se está fazendo.

em conjunto. Abordamos alguns aspectos a esse respeito no capítulo 2, no item 2.5.Coletivos de trabalho e normatividade.

O exercício de uma habilidade pressupõe a possibilidade de envolver-se profundamente com a atividade, propiciando amadurecimento técnico. Sobre a repetição e a prática Sennett (2009) menciona uma metamorfose circular, geradora de vínculos produtivos em que fazer e pensar são indissociáveis.

O que significaria, então, ousar fazer diferente? Trazendo novamente a questão da estreita ligação entre detecção e resolução de problemas no trabalho, o pensamento de Sennett (2009) inspirado nas concepções de Hilton Ruskin afirma: “um trabalhador ‘esplendoroso’, exuberante e empolgado dispõe-se a correr o risco da perda de controle no trabalho” (p.130), ou seja, a perícia artesanal possibilita correr riscos, ousar fazer diferente. O que ele quer dizer é que correr riscos possibilita fazer descobertas, construir novas possibilidades de fazer ao se deparar com acidentes propícios ou com as infidelidades do meio. Ou seja, “a disposição de abrir mão do controle, pelo menos temporariamente, dá a Ruskin a receita da verdadeira perícia artesanal e da maneira como deve ser ensinada” (p.130). Há na perícia artesanal esforço para atingir o domínio da artesanaria com uso de si. Não há, portanto, acomodação, adaptação, mas luta. A perícia artesanal não é um fim em si para chegar-se à excelência, não é um caminho linear; ao contrário, ela abarca hesitações, erros, descobertas; não é amadorística nem virtuosística (SENNETT, 2009); é o impulso de fazer, inesgotável potência de construção de si e do mundo.

Em qualquer trabalho que seja, quando não conseguimos *sentir* que estamos transformando algo, que fazemos diferença na atividade no aqui e agora, não estamos na dimensão da artesanaria, como a estamos afirmando aqui, que é construção de si e de mundo. Essa construção tem que passar necessariamente *pelo sentir, pelo corpo e pela mente sem separação, isto é buscar a saúde*.

Essa transformação Sennett chama de metamorfose. A transformação de uma técnica, por exemplo, diz respeito a relação muito complexa e engajada com o fazer, em que estão

presentes a perplexidade, a dúvida, o erro e não uma simples evolução determinista histórica linear, natural, sem conflitos ou questionamentos, como na maioria das vezes os relatos históricos parecem apontar. Nas metamorfoses há minúcias complexas, não seguem linearidade em que possamos enxergar uma evolução; essa interpretação evolutiva sempre é *a posteriori* e é também uma invenção humana. Portanto, essas transformações/metamorfoses/criações na/da técnica passam pelo uso, em que, de forma imanente, artífice e técnica, juntos, produzem e resolvem questões, problemas e desafios, na exata medida da ação.

Há, em Sennett (2009), associação interessante entre a introspecção na atividade de trabalho e uma tarefa sem sentido, ou seja, um voltar-se para si mesmo quando a execução da tarefa é totalmente desprovida de engajamento, de sentido para o trabalhador. Poderíamos dizer que nesse caso é um fazer estéril, em direção à construção de si. “Os indivíduos buscam refúgio na introspecção quando o envolvimento material revela-se vão; a antecipação mental é privilegiada em detrimento do contato concreto; [em que] os padrões de qualidade no trabalho separam a concepção da execução” (p.164). Portanto, para Sennett, voltar-se para dentro do eu é empobrecedor não só para o desenvolvimento da atividade como para a produção e o desenvolvimento de novas singularizações do próprio trabalhador enquanto artífice. Uma ideia muito semelhante ao que Yves Clot (2011) desenvolve a respeito de sua concepção de subjetividade, como veremos no item 3.4, deste capítulo.

Assim, em muitas organizações, embora se almeje um trabalhador engajado com seu fazer, a própria organização do trabalho e também a forma como a sociedade contemporânea se organiza empurram o trabalhador para essa introspecção, desconectando-o de certo modo do concreto, já que ele precisa, para sobreviver, de dar conta de uma tarefa previamente organizada, muitas vezes sem sentido para ele, sem que aparentemente haja tempo hábil para a busca de um sentido singular e, poderíamos dizer, artesanalmente construído.

A busca de sobrevivência e sucesso, e a competição desenfreadas produzem essa introspecção para tentar dar conta, o melhor possível, das prescrições aprendidas,

procurando não entrar em contato, portanto, com as sempre presentes variabilidades do meio laboral.

Essa tentativa máxima de afastamento de contato com essas variabilidades do concreto, que está na materialidade do fazer do cotidiano e que iriam desafiar o trabalhador e obrigá-lo a voltar-se para fora de si mesmo, ficará então prejudicada pelo objetivo de otimizar o tempo e focar metas previamente colocadas. Assim, diminuindo o contato com a concretude da atividade, diminui a vitalidade de seu fazer, de suas experimentações, empobrecendo-o, bem como a sua atividade, e a possibilidade da conquista da autonomia para propor alternativas nesse fazer, que fica cada vez mais restrita. O trabalhador vai deixando de sentir-se coparticipante da criação da obra que é o seu fazer, e enfraquece-se também sua autonomia. Ao tratar da ergoformação, de certo modo Schwartz (2011) se aproxima dessa necessidade de pensar a atividade de trabalho humana com especial cuidado.

Para abrir-se à concretude do fazer, contudo, a experimentação precisaria, mais do que ter espaço, ser estimulada. Essa seria forma relevante de cuidar não só da saúde do trabalhador, mas da saúde do próprio trabalho. Mas, de modo geral, nas organizações contemporâneas não há, entretanto, tempo de experimentar; é preciso já saber e escolher o melhor caminho, ditado pelos especialistas em recursos humanos, para alcançar o sucesso tão esperado e prometido. Um sucesso formatado, que é prometido caso se cumpram todas as etapas previamente propostas por uma parte do mundo do trabalho, hoje regido pelo modo corporativo/empresarial de formar muitos dos futuros trabalhadores. Essa problemática aparece em muitas dimensões do universo do trabalho, incluídas as dúvidas que atravessam a própria escolha profissional dos jovens.

3.3.1. Clínica e artesanía: o trabalho como narrativa da própria vida

O trabalho com sentido (artesanamente construído) estará constantemente acrescentando valores à vida (SENNETT, 2009). Assim, sentir-se misturado a seu ofício é ser, segundo o autor, um trabalhador artífice.

Para os bons artífices,⁴¹ as rotinas não são estáticas; elas evoluem e o artífice se aperfeiçoa [...] O impulso de fazer um bom trabalho não é nada simples [...] Essa motivação pessoal é inseparável da organização social [...] As organizações mal constituídas⁴² ignoram o desejo de seus integrantes de que a vida faça sentido, [também no trabalho], enquanto as bem constituídas tratam de aproveitá-lo (p.296 e 297).

É o que acontece muitas vezes em organizações que não dão condições de trabalho a seus trabalhadores para exercer bem seus ofícios, produzindo a dolorosa experiência de impedimento de fazê-lo da melhor forma possível, de realizar bem o ofício para cujo exercício se prepararam. Um exemplo se encontra em alguns ofícios exercidos em hospitais, onde se lida com a falta de remédios, de materiais diversos e de leitos, com o absenteísmo de profissionais e com excesso de trabalho para a equipe.

As habilidades artesanais são inseparáveis do corpo, não no sentido que muitas vezes são entendidas, como habilidades espontâneas, sem valor, separadas de um trabalho mental mais elaborado, numa concepção baseada na dicotomia: trabalho manual/trabalho intelectual, mas como habilidades em que o corpo todo está envolvido. É impossível pensar em habilidades artesanais sem pensar em práticas corporais com a presença da totalidade do corpo com suas emoções, sensações e inteligência; tudo junto, sem supremacia de algum aspecto.

Compartilhamos essa ideia com Sennett e articulamos a artesanaria à produção de subjetividade, à criação de si, à construção permanente da autonomia do ser comprometido eticamente com o mundo em que vive e consigo – portanto, uma dimensão do vivo conectada permanentemente com a vida. “A capacidade de nossa espécie de fazer coisas revela mais sobre aquilo que compartilhamos. Desses talentos compartilhados decorre uma consequência política [...] Aprender a trabalhar bem⁴³ capacita as pessoas a se governarem” (SENNETT, 2009, p.299 e 300).

⁴¹ Não se trata de juízo de valor moral, mas de postura ética de afirmação do que faz sentido para o trabalhador artífice.

⁴² Novamente Sennett aponta para organizações que não são geridas de forma artesanal, ou seja, atenta às necessidades dos trabalhadores e das variabilidades do meio concreto de trabalho.

⁴³ A expressão usada por Sennett “aprender a trabalhar bem” não tem a ver com trabalho subserviente, mas ao contrário um trabalho que se processa como artesanaria, ou seja, uma atividade em que a necessidade de

O pragmático John Dewey ocupou-se “diretamente da condição do *Animal laborens* [...] [Ele] propugnava um socialismo baseado na melhora da qualidade da experiência das pessoas no trabalho” (SENNETT, 2009, p.320). Segundo John Dewey (1969, p.241-242),

O trabalho e o jogo são igualmente livres e intrinsecamente motivados, à parte as falsas condições econômicas que tendem a transformar o jogo numa excitação ociosa para os abastados e o trabalho numa obrigação repugnante para os pobres. Em termos psicológicos, o trabalho é simplesmente uma atividade que conscientemente inclui a contemplação das consequências como parte de si mesma; transforma-se em labuta sob coação quando as consequências ficam de fora da atividade, como um fim para os quais a atividade constitui meramente um meio. O trabalho que permanece permeado pela atitude lúdica é arte.

3.3.2. O conceito de experiência na artesanaria

O conceito que unifica todo o pragmatismo é, segundo Sennett (2009), o conceito de experiência. O universo do artesanato está mais voltado para as práticas impessoais, sendo impulsionado pela curiosidade que está no espaço indiferenciado entre o vivente e o meio, ou seja, o artesanato voltaria o artífice para fora de si mesmo. Ao concentrar-nos numa atividade artesanal, obrigatoriamente nos voltamos para fora de nós mesmos. “Na oficina filosófica do pragmatismo, quero defender mais genericamente essa ênfase: o valor da experiência entendida como ofício [...], ofício da experiência” (p.322). Essa afirmação aponta, portanto, para algo que é construído não por uma individualidade ensimesmada ou algo que acontece a um sujeito de forma espontânea; não é desse sujeito que se trata, nem desse tipo de experiência. Falar de “ofício da experiência” é falar de um sujeito que na experiência do ofício foca-se para fora de si, entrando em sintonia com o fazer, que realimenta a conexão sujeito/atividade de forma inseparável. Essa é questão importante de uma clínica que se volta para o trabalho humano, a atividade como fonte de problematizações significativas na vida e fonte também de saúde. “A ideia da experiência como ofício contesta o tipo de subjetividade que prospera no puro e simples processo de sentir [...] As impressões constituem a matéria-prima da experiência, mas apenas isto: matéria-prima” (p.322).

engajamento é construída no próprio fazer e não como obrigação vinda de normas prescritas ou por valores morais.

A experiência é sempre situada, e corpo e meio estão indissoluvelmente articulados, caracterizando a experiência humana. A artesanaria tem lugar importante na construção e manutenção dessa articulação.

Sennett evitou usar a palavra criatividade ao escrever sobre artesanato e artífice devido a seu caráter excessivamente romântico e porque remeteria também ao “mistério da inspiração”, algo que diria respeito também à genialidade. E artesanato, em sua compreensão, tem a ver com trabalho concreto, com experimentação.

[Tento] eliminar uma parte do mistério mostrando como acontecem os saltos intuitivos, nas reflexões que as pessoas fazem sobre os gestos de suas próprias mãos ou no uso de ferramentas [...] Aproximar o artesanato da arte, pois todas as técnicas contêm implicações expressivas⁴⁴(p.323).

O autogoverno pressupõe a capacidade dos cidadãos de trabalhar coletivamente em problemas objetivos, de desconfiar de soluções muito rápidas [...] Ênfase às virtudes da prática, com suas repetições e lentas revisões (p.324).

Abordamos a artesanaria não com uma forma de produção, mas como uma força vital do humano, que o impele a agir no mundo, no sentido de produzir mundo, misturando-se a ele. Uma artesanaria do viver, mas do bem viver, da potência de colocar-se em movimento, de agir numa abertura constante para a construção de si. Movimento, metamorfose, vida, normatividade, em oposição a certo tipo de repetição, que é estéril, estagnada e doente, de práticas autoritárias e alienantes.

Essa ambivalência em relação ao que é feito pelo homem determinou a sorte do artífice. A história procedeu a uma espécie de sequência de experiências ao delinear a imagem do artífice como servo, escravo, valoroso cristão, avatar do Iluminismo, malsinada relíquia do passado pré-industrial [...] O artífice mostrou-se capaz de mobilizar, em sua ajuda, uma capacidade e uma dignidade inerente ao corpo humano: atos significativos simples como o gesto de agarrar e a preensão, complexos como as lições da resistência e da ambiguidade que conferem forma inteligível às ferramentas humanas e às criações físicas. A unidade entre a mente e o corpo do artífice pode ser encontrada na linguagem expressiva que orienta a ação física. Os atos físicos de repetição e prática permitem a esse Animal laborens desenvolver as habilidades de dentro para fora e reconfigurar o mundo material através de um lento processo de metamorfose. A origem de todos esses poderes é simples, elementar e física como brincar com os brinquedos da infância [...]. O trabalho tem vida própria [...]. A obra transcende o autor (p.327-328).

⁴⁴ Para aprofundar o que ele chama de técnicas expressivas, ver capítulo 6: Instruções expressivas, in SENNETT, 2009.

Uma questão de grande importância a se observar no fazer, no intervir no mundo é, sem dúvida nenhuma, a questão ética. Não existe “a solução” para essa questão, mas existem pistas que podem ser pensadas ao longo de todo o percurso. Trata-se da problematização da “ligação entre os meios e os fins [...] [ou seja, a] ênfase à importância de fazer perguntas éticas ao longo do processo de trabalho” (SENNETT, 2009, p.329) e não depois. Daí a importância, em qualquer ofício, das pausas, de refletir sobre o trabalho. Embora isso não dê garantias, nem permita previsões absolutas das consequências do trabalho, ter o olhar à frente, além de si próprio, é ainda o melhor modo de cuidar de forma ética de seu ofício.

O trabalho tem tal complexidade, que dela nenhuma abordagem teórica dará conta sozinha, por isso é matéria estrangeira, é matéria estranha. O trabalho no domínio do usual, como valor universal, não dá conta dessa complexidade. Nos interessa pensar o trabalho real, que tem valor de uso. O como se faz é sempre enigmático, porque as regras – o prescrito – nunca dão conta dele totalmente; ele é normatividade, é ação que emerge de encontros possíveis, é história que está sempre em construção e, nesse sentido, é estranho, não será nunca completamente explicado.

As teorias sobre o trabalho também têm, antes de tudo, valor de uso e de crítica, e nos servem a determinado recorte de que nos queremos apropriar. Schwartz compara a ergologia a um bazar, diferente de uma loja de departamentos, em que tudo está categorizado e separado por sessões, por disciplinas, cada uma com seu objeto de estudo. Trabalho é domínio que não se encaixa num só departamento, e o autor afirma que, para estudá-la não se podem respeitar rigidamente as fronteiras entre as disciplinas, sendo necessário arriscar-se trazer contribuições de várias áreas e abordagens teóricas.⁴⁵

De forma isolada nenhuma delas dará conta da complexidade dessa dimensão, sem que, no entanto, possamos considerá-las precárias, incompletas, na esperança de que um dia, com o avanço das pesquisas, venham a dar conta dessa tarefa. Isso não procede, pois não há como construir uma abordagem completa a respeito do trabalho porque ele é “matéria

⁴⁵ Trecho baseado em notas de aula do prof. Hélder Pordeus Muniz (Curso de Mestrado UFF, 2009).

estrangeira” não só para a clínica psicológica, assunto que estamos problematizando nesta dissertação – uma clínica, portanto, transdisciplinar,⁴⁶ como para a filosofia e para qualquer disciplina que queira abordá-lo. Matéria estrangeira porque não pode ser capturada facilmente, não pode ser enquadrada, a não ser por alguma violência conceitual, que excluirá a riqueza das práticas cotidianas, que é pura normatividade.

3.3.3. A artesanania clínica

Os profissionais que operam como artesãos de seus ofícios são aqueles que ao possuir conhecimento específico, no exercício concreto de suas atividades são capazes de construir novos modos de operar as ferramentas de intervenção de que dispõem e também de produzir novas, na medida de seu fazer. Portanto, não só aplicam o conhecimento que já adquiriram, mas, como trabalhadores artífices, em ato, transformam e recriam metodologias, técnicas e instrumentos.

Seguindo esse caminho, tentamos desenvolver nosso pensamento/experiência; profissionais de psicologia, trabalhando na área clínica, lidam com “objeto” de trabalho singular: subjetividades entrelaçadas cliente/psicólogo, um objeto sem contornos, enigmático, multifacetado, complexo. Também trabalhamos ao longo desta pesquisa, mais especificamente neste capítulo 3, uma articulação entre clínica e artesanania, tanto no sentido de problematizar o trabalho em sua dimensão de artesanania, de experiência, produtor de subjetividade tal como abordado na cena clínica, como o próprio fazer clínico em sua dimensão de artesanania.

Pensamos, por exemplo, a respeito do que acontece, a cada encontro de psicólogo e cliente como uma artesanania complexa, em que a técnica é metáfora de ferramenta que se singulariza em ato, sempre. Assim como o artesão antigo que de certa forma fazia-se *um* com a madeira, com o metal para produzir sua obra, entrando em sintonia múltiplas singularidades dele e da matéria que iria trabalhar, lidando com as nuances daquele

⁴⁶ Sobre a noção de “clínica transdisciplinar” cf. PASSOS, BARROS, 2000.

material a sua frente para descobrir a melhor maneira de trabalhar com ele. Nessa operação ele também aprimora sua experiência como artífice, experimenta-se no fazer – num encontro do qual artesão e matéria saem diferentes, não havendo separação entre ele e sua obra, um fazendo parte do outro. É esse sentido de transmutação, em que as partes se modificam a partir de um encontro, que queremos pontuar na relação clínica profissional/cliente.

No artesanato antigo, o usuário do artífice, isto é, aquele que encomendava a obra participava de “alguma forma na aquisição dos objetos” (REZENDE, 1996, p.77) já que não havia ainda o comércio desenvolvido, com exposição de objetos prontos, nem a produção em massa, como na Revolução Industrial. Havia certa autonomia tanto de quem fabricava, pois imprimia estilo próprio, quanto de quem encomendava e usava a obra encomendada, num movimento de coparticipação, pois o artífice produzia a encomenda para aquele usuário específico, estabelecendo-se relação em que artífice e cliente precisavam se aproximar para que a técnica pudesse dar conta o melhor possível da singular encomenda, misturando o desejo do cliente à mestria do artesão, portanto, uma “relação direta estabelecida entre as duas partes interessadas na elaboração dos objetos” (p.77).

Na relação clínica, usando a artesanania como metáfora, e não como modelo, também se faz necessária a coparticipação nessa obra que é o trabalho clínico, tanto do profissional quanto do cliente. Há uma dependência da implicação dos dois ou mais atores (no caso de trabalho em grupo) que, quando não acontece por algum motivo, inviabiliza o trabalho.

O que movimenta o trabalho do artífice é a experiência, que está colada ao fazer cotidiano. Da mesma forma, acreditamos que, no trabalho da clínica psicológica, não cabem receitas nem prescrições; ela está mais no campo da arte do que da ciência. As teorias e técnicas são importantes se puderem ser impregnadas de sensibilidade e sentidos na singularidade do encontro clínico. Afirmamos então que também a arte clínica precisa, para ser viva, ser um pouco *bricoleur*, precisa correr riscos, tal como a vida se impõe a todos nós.

3.3.4. Saltos intuitivos – criação

Como acontecem os saltos intuitivos ou a criação? Compartilhamos com Sennett a ideia de que, na artesanaria, os chamados saltos intuitivos não são criacionistas, ou seja, não surgem do nada; brotam antes de um caldeirão de práticas, ferramentas, conhecimentos, objetos. O autor analisa a inter-relação entre o exercício de habilidades técnicas, o uso de instrumentos e ferramentas e os desafios que se apresentam ao homem com a criação de novas ferramentas e técnicas, que ele denomina saltos intuitivos. Observação relevante é a de que as ferramentas, como, aliás, as técnicas, por melhores que sejam para determinado uso, serão sempre em algum nível imprecisas para dar conta da tarefa a desempenhar, porque, como já vimos, o real, o concreto de uma situação é sempre maior do que o previsto.

Essa margem de não acoplamento total ao problema a resolver está longe de ser uma falha ou defeito da ferramenta, no sentido de que ela evoluiria num movimento linear e um dia seria perfeita; não é esse o raciocínio; ao contrário, é essa margem de indeterminação que possibilita os saltos intuitivos de resolução e criação de outros problemas e soluções, em incessante diálogo com os materiais e as técnicas. Sennett afirma que as ferramentas ajudam o homem a solucionar problemas, mas o mais importante é que elas inspiram a criação de outros problemas e ferramentas, e, assim, outras soluções. Nesse sentido, “nas habilidades técnicas, a ideia de possibilidade tem origem no sentimento de frustração com os limites de uma ferramenta” (SENNETT, 2009, p.233). Por exemplo, as lentes imperfeitas dos telescópios e microscópios do século XVII “sugeriam que podia haver algo além dos poderes da lente [...]” (p.233), estimulando a imaginação do homem a buscar novas perguntas e novos instrumentos.

Os saltos intuitivos têm um componente interessante que é a surpresa, o assombro. “A surpresa é uma maneira de dizer a nós mesmos que algo que conhecemos ou sabemos pode ser diferente do que presumimos” (p.235).

Temos aqui uma importante questão clínica. Quando um usuário de nosso serviço, em processo psicoterápico, toma, em determinado momento, alguma questão de sua atividade de trabalho, por exemplo, como foco de análise, ele muitas vezes se assombra com o que de repente vê, ou seja, algo que ele “já sabe”, pois é sua experiência, mas que em determinado momento, quando foca a atenção de outro jeito e se vê, o assusta, assombra-o, levando-o ao estranhamento de uma situação aparentemente conhecida, mas que, ao mesmo tempo, é nova. Nessa situação, em que há uma mudança de domínio do conhecido para o desconhecido, para algo que lhe é novo, poderíamos dizer que pode haver um salto intuitivo, que nada tem a ver com a descoberta de algo escondido que foi desvelado, mas com a vivência de uma nova experiência, que será incorporada a outros domínios de sua vida, produzindo novas metamorfoses.

Sennett chama a atenção para a intuição como experiência imaginativa, afirmando que ela pode ser trabalhada. Em outros termos, ele retira essa experiência de uma interioridade psicológica.

Utilizadas de determinadas maneiras, as ferramentas organizam essa experiência imaginativa, com resultados produtivos. Tanto os instrumentos limitados quanto os de multiuso podem capacitar-nos a dar os necessários saltos imaginativos para reparar a realidade material ou nos orientar em direção àquilo que sentimos ser uma realidade desconhecida com possibilidades latentes (p.237).

O que, parece-nos, aponta para o entendimento da realidade não como dada a conhecer, a ser descoberta, pois ele não trabalha com a lógica clássica do “se, então”, mas antes a realidade como devir, que está por construir-se, pois, à medida que o vivente age e interage no meio, cria soluções para os problemas que emergem enquanto, concomitantemente, novas questões vão surgindo a partir dessas soluções colocadas no mundo.

3.4. A clínica da orientação profissional

Outra dimensão do trabalho clínico que realizamos na Universidade é o dispositivo de orientação profissional. Trazemos aqui um diálogo com um dos autores da Clínica da

Atividade (CLOT, 2010b) pelo fato de o mesmo já ter trabalhado com esse campo e nos auxiliar a pensar nos processos clínicos envolvidos nessa atividade.

Esse aspecto de nossa prática tem abordagem clínica de intervenção; não utilizamos técnicas psicométricas que fazem parte do modelo estatístico de orientação, o qual opera com testes de aptidão. Essa abordagem só se efetiva se o usuário/cliente se envolver no processo, se ele estiver mobilizado, se estiver com questões a respeito da escolha profissional que “sozinho” ou, melhor, com as ferramentas de que dispõe naquele momento, não esteja conseguindo resolver. Assim, entendemos por abordagem clínica uma relação singular que se estabelece entre o psicólogo e o cliente na busca de dar conta dessa demanda, que a nosso ver, objetiva instrumentalizar o cliente para o exercício de sua escolha, apropriando-se de ferramentas que são construídas no próprio processo de orientação, ampliando sua autonomia, sua atividade e evitando que seja engolido pela massificante e violenta pressão que existe sobre a questão da escolha profissional nos dias de hoje.

Em outro momento, tivemos oportunidade de participar da elaboração da escrita de um trabalho a respeito dessa atividade de orientação profissional que realizamos na UFF e nele colocamos nossa concepção de sujeito: ela não diz respeito a um “sujeito passivo a descobrir suas vocações e aptidões internas, mas sujeito ativo que precisa construí-las. Esse processo de construção passa pela informação, pela quebra de ‘pré-conceitos’ e estereótipos [...]. Um momento [...] de conhecer, expandir e decidir, construindo regras próprias [...]. Isto significa incorporar [...] uma dimensão ética” (PACHECO et al., 1997, p.153), uma vez que constrói um sentido para suas escolhas.

Compartilhamos com Clot (2010a) inspirado em Faverge, seu entendimento das aptidões, que é tema importante de problematização na orientação profissional. Ele transgride o modo como usualmente são pensadas as aptidões, ou seja, como parte de características individuais dos seres humanos.

[...] as aptidões não estão na cabeça do sujeito, onde se tem a pretensão de buscá-las com testes. As aptidões estão na situação mesma do trabalho. É necessário

voltar à situação do trabalho [...] porque é na situação que vamos encontrar a raiz dos recursos do desenvolvimento das aptidões. As aptidões não estão de início no sujeito, mas estão nos problemas postos pela situação (p.212).

Segundo o autor, então, as aptidões não estão num sujeito individualizado, e afirmar que se encontram na situação de trabalho é afirmar que são imanentes à atividade, constroem-se entre o sujeito e a tarefa, ou seja, em situação, que é sempre problemática e demanda complexos agenciamentos sujeito/meio; não são, portanto, propriedades apriorísticas de um sujeito nem tampouco subentendidas como exigência pela tarefa prescrita. Elas se engendram no encontro com o meio, e o meio impõe desafios, riscos. E é nesse engendramento que o vivente se coloca questões e aptidões que serão construídas à medida da produção dos sentidos, dos desafios e suas resoluções colocados neste limiar.

Assim, interessa-nos também nos aproximar da Clínica da Atividade em que o conceito de atividade se une à visão clínica de intervenção, voltando-se para o trabalho concreto humano, ou seja, *para e sobre* o meio efetivo. Nesse sentido, uma clínica que se volta para o meio, para a atividade, e não para o indivíduo, é desafiadora, e é isso que nos convoca a dela nos aproximarmos, pois precisamos problematizar, construir e desenvolver instrumentos e estratégias de intervenção para nossa prática numa clínica que acolhe o trabalho e objetiva o desenvolvimento da atividade humana, o colocar-se de novo em movimento criativo. É esse movimento que queremos produzir em nossas intervenções. Para nós, clínica não combina com descortinar algo encoberto, mas com criação, com ação, com rupturas de paralisias, de embalsamentos, de fixações.

Compartilhamos a noção de sujeito de Clot (2010b), que considera ponto fundamental da análise do trabalho na Clínica da Atividade o modo como ele concebe o sujeito, que é um sujeito em relação, ou seja, o sujeito individual e coletivo são inseparáveis, estão sempre em diálogo, alimentando-se e realimentando-se mutuamente. Quando essa relação é impedida por algum motivo, surgem a paralisia, a degradação, as doenças físicas e emocionais. Em outras palavras, Clot (p.228) sugere que,

a abertura do diálogo interior não consegue manter-se sem um “relé” social que o alimenta em energia conflitante [...] A clínica da atividade profissional que

praticamos se interessa por esse “relé”. Ela procura conservar ou restaurar a vitalidade dialógica do social graças à análise do trabalho ao experimentar a função psicológica do coletivo de trabalho [...]. O essencial para nós: o que nos interessa no diálogo é seu desenvolvimento ou seus impedimentos.

Portanto, o desenvolvimento desse diálogo consigo mesmo e com o meio é o foco de atenção da Clínica da Atividade. Assim, é esse espaço de tensão, de conflito que é também o de construção dialógica que vai interessá-la. Clot (2010b, p.228) radicaliza afirmando que “até mesmo quando adota sua conduta como objeto de reflexão, o homem não fala de si próprio e dos outros, mas consigo mesmo e com os outros”, ou seja, é impossível separar o sujeito individual do coletivo.

Consideramos, por exemplo, que num diálogo aberto entre duas pessoas não participam apenas duas vozes monocórdicas, mas que uma multiplicidade de vozes atravessam esse diálogo, vozes que chegam através de infinitas outras experiências dialógicas dos interlocutores, que tomam determinada forma, naquela situação. Clot acredita que o diálogo tem volume muito maior do que sua “superfície” seria “capaz de envolver” e que é por isso que o diálogo “está sempre repleto de possibilidades não realizadas”. Nesse sentido o autor sugere que “o diálogo realizado [...] não tem o monopólio do *real do diálogo*” (p.230).

O sobredestinatário em um diálogo é um terceiro participante invisível que atravessa qualquer diálogo. Esse terceiro não é na verdade “um”, mas múltiplo, coletivo, e Clot (2010b) o chama de transpessoal; trans-histórico, ele “não é externo à entidade dialógica situada, ele existe no interior das trocas singulares dessa entidade” (CLOT, 2010b, p.232) e não é redutível a elas; é muito maior; além disso, esse diálogo, essa troca entre ser e mundo não é dependente de uma escolha, ele se impõe ao vivente humano. “A abertura à alteridade dialógica não é uma escolha. Ela nos afeta antes mesmo de vivermos e agirmos no mundo. Ela é insuprimível.” (p.234). Essas considerações de Clot são muito semelhantes ao que Canguilhem aponta como a dimensão pré-individual do vivente humano, sua capacidade de normatização, que é essa insuprimível capacidade de abertura e inter-relação com o meio.

A atividade dialógica é trabalho de “produção de significação [...] uma interminável luta na fala entre [...] [o] já dito com vocação monológica e o [...] ainda não dito com vocação dialógica”. Esse não dito não é algo que está oculto e poderá ser desvelado, mas algo “difícil de dizer”. Algo que só pode ser dito em relação, em confronto, na tensão dialógica entre interlocutores; portanto, algo que não estava lá antes. O não dito está na dimensão do virtual, e, assim, só se pode singularizar, surgir no confronto, na imanência do encontro. Nesse sentido, perseguir no diálogo o difícil de dizer, o não dito é repelir os limites de seus funcionamentos habituais, ir além, do mesmo jeito que o “horizonte que recua com o andarilho” (p.235). Assim, “a motricidade do inacabado é que envolve os previsíveis da fala no que ainda lhe escapa, levando o sujeito a correr o risco de se encontrar completamente exposto” (p.235).

A verdade dialógica é imanente à situação dialógica e, portanto, é sempre provisória. Além disso a situação dialógica é de combate, de luta entre múltiplas vozes voltadas para a realidade concreta, para a objetividade, que estará “eternamente inacabada. [...] [Portanto], sem o horizonte da verdade que se deve procurar e, ao mesmo tempo, com a certeza de nunca ser capaz de ‘segurá-la’, o diálogo é desestabilizado [...]” (p.236), não há facilidades nesse encontro. A verdade é “o *desenvolvimento* de novas possibilidades de pensamento, a produção de algo novo, a invenção de uma possibilidade de fazer ou dizer de outro modo. Ela se assinala por uma diferente intensidade do diálogo” (p.236).

Nesse processo dialógico os limites da objetividade são rechaçados, e Clot (2010b) acrescenta algo muito interessante: que também os limites da subjetividade são rechaçados no mesmo movimento, ou seja, quanto maior abertura para a objetividade concreta do real, para a alteridade, maior produção de subjetividade, maior movimento em direção à produção de saúde, e circulação de energias criadoras e potencializadoras da vida. Ao contrário, quanto menor objetividade, menor abertura à alteridade, maior ensimesmamento, maior fechamento em si mesmo, menor produção de subjetividade. Aqui poderíamos dizer que Clot faz uma reversão de concepções que consideram a subjetividade uma noção que se cola ao sujeito individualizado, fechado em uma interioridade, que se estrutura a partir de determinada fase de desenvolvimento, ao afirmar que “um pouco de objetividade nos

afasta da subjetividade, muita objetividade nos aproxima dela” (p.237). Esse pensamento se assemelha ao que Sennett (2009), como vimos, no início deste capítulo, pontua a respeito de atividades de trabalho em que não há tempo de se apropriar do que se faz, em que a pressão sobre os resultados, num mínimo de tempo prescrito, faz o trabalhador afastar-se dessa concretude da situação voltando-se para si mesmo, uma interioridade que se fecha para suportar e dar conta dessas pressões, e que assim não entra nessa processualidade, no desenvolvimento da ação e de si. Clot inspira-se em Bakhtine e observa que a “significação essencial do dialogismo bakhtiniano” está em “não renunciar a apoderar-se da objetividade do mundo à procura do que excede a verdade do momento, à procura do que ainda é impossível fazer ou dizer [...] [Assim], responder às convocações do real continua sendo [...] o que há de mais humano no homem” (CLOT, 2010b, p.237).

Outra provocação pontuada pelo autor, inspirada em seus estudos de Bakhtin, diz respeito às convocações do real. Elas necessitam ser seriamente levadas em consideração, pesquisadas, quase se tornando um norte para qualquer vivente que queira afirmar a potência, a força e singularidade da vida. Ao mesmo tempo, porém, não podem ser levadas tão a sério, no sentido de transformá-las em novas verdades intimidantes autorizadas, ou seja, buscando aprisioná-las como verdades cristalizadas, fixá-las em teorias fechadas, em categorias universais. Esta tentativa seria ilusória, ingênua. Assim, não levar a sério algo muito sério e importante como as convocações do real é não esclerosar o real, é manter o entusiasmo da busca de conhecimento, não querer vesti-lo em *trajes apertados demais*, imagem que dimensiona o grau de comicidade de se pretender tal façanha. Schwartz, por outro lado, a esse respeito vai dizer de outra maneira algo semelhante: que é preciso construir conceitos, pois o desenvolvimento do conhecimento é importante, mas precisamos sempre desconfiar deles, ou seja, ao voltar-se para o campo de pesquisa é preciso manter a humildade epistemológica, pois sem ela o desenvolvimento do conhecimento se torna precário.

Para nós [...] a relação se estabelece assim: não é a verdade teórica que pode explicar a atividade real. É o real da atividade dialógica, na sua veracidade e autenticidade, que deve explicar-se – no duplo sentido do termo – com a verdade teórica. Esse é precisamente o sentido do gênero de análise do trabalho que desenvolvemos na clínica da atividade, seu espírito mesmo: [...] as “verdades”

estabelecidas são submetidas à prova [...] [Para] produzir e mobilizar novos recursos dialógicos para a transformação das situações de trabalho comuns (CLOT, 2010b, p.237-238).

É nesse sentido que, segundo Clot (2010b), o dispositivo metodológico da autoconfrontação “poderia ser qualificado como clínico-desenvolvimentista”, pois objetiva aumentar o poder de agir dos trabalhadores e de ser afetado por sua atividade, ou seja, pelas convocações do real. Isso produzirá uma desnaturalização da atividade tanto para o protagonista da atividade quanto para seus companheiros e para os pesquisadores, porque o trabalhador muitas vezes já nem pensa muito mais sobre ela, pois o saber envolvido transformou-se em conhecimento tácito, incorporado, fixado – e que, por esse motivo, muitas vezes nem é mais “visto” pelo próprio trabalhador. Nesse sentido, desnaturalizar a atividade é tornar a vê-la no que ela difere, no que ela transborda do já conhecido, do já automatizado, pois,

em cada circunstância, redescobrimos que o sujeito no trabalho traz e transporta uma história e uma experiência que a observação exterior confunde, de forma demasiado rápida, com um conjunto de automatismos e rotinas. [Mas que] na realidade, estes se apoiam em escolhas e em um compromisso subjetivo (p.239).

De outro modo Sennett (2009, p.169) pondera algo semelhante: que o desenvolvimento técnico “estará sempre intimamente ligado à expressão”; sem isso não há verdadeiramente desenvolvimento de si e do mundo. Existe um desafio importante na relação dialógica de aprendizagem entre o mestre e o interlocutor (aprendiz), por exemplo, porque tanto a demonstração física, em ato, de determinada atividade, como a expressão languageira de como executar algo esbarram na dificuldade de não dar conta da atividade real que envolve uma tarefa, então é sempre uma tentativa de aproximação, e, para Sennett (2009), tentativa profícua é constituída pelas *instruções expressivas*. Elas, porém, também não dão conta totalmente do real da atividade, mas isso, em vez de ser um grande problema, se torna nesse aspecto uma riqueza de possibilidades, pois essa margem de indeterminação, de algo que escapa do trabalho, possibilita a entrada da imaginação, do mundo do sensível, da criação do novo. Esse desafio seria

desmontar o conhecimento tácito, sendo para isto necessário trazer à superfície da consciência aquele conhecimento que se tornou tão óbvio e habitual que

simplesmente parece natural [...]A busca daquilo que está enterrado na caverna do conhecimento tácito pode recorrer a [...]ferramentas da imaginação (p.206).

Na técnica de autoconfrontação da clínica da atividade há uma “redescoberta da experiência, de sua riqueza, assim como de seus limites e dilemas. E isso à procura do objeto-de-ligação ‘difícil de explicar’” (CLOT, 2010b, p.239-240) para todos os envolvidos no processo de autoconfrontação. Nesse aspecto, encontramos uma semelhança com o que acontece no processo de orientação profissional que realizamos em nosso serviço; mais especificamente nos grupos compostos por servidores e nos grupos compostos por alunos de graduação.

Antes de tudo, o que move essas pessoas a procurar orientação profissional, num momento de vida em que teoricamente já fizeram “escolhas” profissionais importantes? No primeiro grupo são adultos, servidores da Universidade que trabalham há certo tempo, já tendo, portanto, atividade profissional mais ou menos definida e, no segundo, alunos que passaram pela maratona exaustiva de vestibulares e, assim, já fizeram suas escolhas. Poderíamos dizer que o que as move basicamente é forte sentimento de inadequação a essas escolhas e que essas pessoas que procuram auxílio profissional para tentar apropriar-se dessa questão e resolvê-la vivenciam uma experiência de sofrimento. Há nessa questão complexidade que não se consegue resolver sozinho e, portanto, “muitas coisas difíceis de dizer, de pensar, de sentir...”, porque estão em estágio dialógico de desenvolvimento consigo e com outros em que outros sentidos não se puderam confrontar, daí brotando muita inquietação. Há nessas pessoas a sensação de certa paralisação no desenvolvimento de suas atividades, sejam profissionais ou estudantis.

O senso comum acredita muitas vezes, no que diz respeito à escolha profissional, que na vida os caminhos já estão postos, bastando conhecê-los para se escolher e dizer: este sim, aquele não ou nenhum deles. Neste último caso podemos saber o que não queremos, o que não tem nada a ver conosco, pelo menos naquele momento, mas não sabemos dizer o que queremos, porque na verdade os caminhos não são dados *a priori*, eles não estão prontos como numa vitrina para escolhermos.

Não sabemos o que queremos até encontrar uma pista, um fragmento de experiência que pode nos dar outras pistas por onde seguir; precisamos fazer um esforço de construção nesse sentido. Para buscar um caminho que faça sentido para nós, é necessário que estejamos abertos a novas experiências, isto é, estejamos à espreita dos encontros da vida, não queiramos respostas prontas, caminhos já trilhados, falsas certezas, seguranças que ninguém pode dar, nem nós mesmos, pois somos seres em processo, embora muitas vezes disso não nos apercebamos. É com esse espírito que pensamos a orientação profissional e que trabalhamos com nossos clientes, problematizando esses conceitos e ‘pré-conceitos’ no que diz respeito à escolha profissional.

Pensar que há caminhos prontos é pensar que nós também ficamos prontos algum dia. Será, porém, que isso é o que experimentamos? O que consideramos nossas escolhas pessoais, individuais, na verdade, é fruto de intrincada rede de encontros, acasos, pequenas escolhas, fortuitos atravessamentos, experiências diversas. Portanto, ainda que já tenhamos feito alguma escolha em determinado momento, ela não garante que iremos permanecer nela pelo resto da vida. Vivenciar essas questões no que diz respeito à escolha profissional é ainda uma questão envolta em preconceitos e vergonha no meio social que vivemos, quando sentimos que precisamos mudar nossas escolhas, quando sentimos que não acertamos de primeira ou que temos dúvidas se devemos permanecer nelas ou mudar. Esses conceitos também precisam ser problematizados no processo de orientação profissional.

A primeira etapa desse trabalho de orientação profissional volta-se para as inúmeras atividades rotineiras que cada membro do grupo realiza, não só com relação ao trabalho ou ao curso de graduação, que seriam os focos motivantes de conflito, mas também a todas as outras atividades significativas de sua vida. Assim, essa primeira etapa trata de desnaturalizar as rotinas de atividades, parar e nelas prestar atenção, sendo levados a falar, pensar, problematizar suas atividades, seu agir no mundo. Isso possibilitará auto e heteroescuta, pois precisarão expressar-se para os demais membros do grupo, incluído seu coordenador, o psicólogo.

Nessa etapa, que poderíamos também dizer que é uma forma de autoconfrontação, acontece certo *espanto* dos participantes ao entrar em contato com muitos automatismos em sua atividade cotidiana, que aparentemente pareciam sem importância; no diálogo estabelecido no grupo, entretanto, produzem-se novas significações, outros sentidos se configuram, desencadeando e desenvolvendo outras relações com as questões que os levaram àquele grupo, bem como surgem novas questões que não tinham sido formuladas. Nesse sentido há uma ampliação do pensamento, possibilitando, portanto, novas experiências a respeito do que é difícil de explicar, para si e para os outros.

Quando o processo de orientação profissional é trabalhado em grupo, ativam-se mais intensiva e ricamente essas trocas dialógicas que vão desenvolver a ampliação dos limites de relação com os focos problemáticos de sofrimento, através da interlocução dos participantes sobre o que está sendo dito. Ao serem solicitados, por exemplo, esclarecimentos de possíveis dúvidas, surgidas a partir desse diálogo – em que aparecem expressões de concordância, de discordância, de *insights*, enfim uma infinidade de minúcias, de linhas que atravessam aqueles diálogos –, provocam-se vivências novas que convocam os participantes a pensar e formular novas questões sobre suas questões iniciais.

Clot (2010b) considera que, na autoconfrontação, não se busca a compreensão dos “porquês” envolvidos na atividade dos trabalhadores, no sentido de buscar verdades, causas. Porque essa busca é inglória, não é acessível diretamente; antes objetiva que os trabalhadores se interroguem “sobre o que eles observam da própria atividade” (p.240). Assim, também nós no trabalho de orientação profissional procuramos com as intervenções propostas que nossos clientes se aproximem ao máximo da concretude de suas atividades cotidianas; mas chegar à concretude de algo que parece tão familiar, tão banal e tão comum para o protagonista da atividade é algo extremamente difícil, devido pelo menos a duas razões básicas. Primeiro porque estamos acostumados a interpretar nosso dia a dia com conceitos preconcebidos, com verdades que incorporamos, em que não cabem dúvidas. Segundo, ao realizar por muito tempo alguma atividade, passamos a nos comportar de forma “automatizada” em situações que parecem semelhantes, o que é comum; isso, porém, nos vai cegando para muitas convocações e desafios do real, impedindo-nos de enxergar ou

perceber o que difere, enquadrando tudo em categorias conhecidas, perdendo-se o contato com a concretude do real.

Na autoconfrontação tenta-se fazer o processo inverso, partindo-se do real para novas conceituações, ou seja, objetivando o real, como diz Clot (2010b), processo que na maioria das vezes causa espanto, desassossego, faz pensar; poderíamos dizer que é um processo subjetivante. Vê-se então a riqueza do trabalho clínico realizado em grupo, em que essas confrontações e esses diálogos ficam muito mais ricos.

Nesse atendimento de orientação profissional, os grupos são formados segundo o critério básico de estarem os pretendentes em “momentos decisórios semelhantes”, ou seja, servidores pensando que rumo dar a sua carreira profissional e alunos questionando a escolha feita. Assim, em cada grupo, embora haja pessoas que pertençam a áreas diferentes de trabalho e a cursos variados, respectivamente, elas se encontram em momentos de vida semelhantes, o que já estabelece um elo, uma sintonia e disposição que reverbera em prontidão tanto para a análise de si quanto para o voltar-se na direção do outro, situação em que a experimentação analítica de um ecoa no outro, provocando um debate dialógico, semelhante ao método utilizado por Clot na Clínica da Atividade, embora com outros instrumentos e objetivos.

O que Clot (2010a, p.225) observa sobre a *palavra* na Clínica da Atividade nos aponta uma pista e ao mesmo tempo um entendimento que também verificamos em nossa atividade clínica, quer em orientação profissional, quer em psicoterapia. Segundo o autor, a palavra

não é para escutar o vivido. A palavra é feita para agir, é um diálogo profissional para transformar a situação e, portanto, é um diálogo para manter o vivido vivo. Não é um diálogo para apreender o vivido ou para conhecê-lo. É um diálogo para que o vivido se transforme, se desenvolva, na ação dialógica e na observação em curso do diálogo.

Vinheta clínica 8

Recebemos para orientação profissional uma servidora da Universidade que procurou o setor porque, depois de muitos anos de exercício na carreira docente na Universidade, tendo chegado a seu topo e estando perto de completar o tempo de serviço para a aposentadoria, queria pensar em outras atividades para esse momento de sua vida. Estava muito desanimada com a atividade profissional atual, embora fosse altamente qualificada, com todos os títulos que essa carreira requisita; não experimentava no exercício da atividade a alegria e o entusiasmo de antes; estava triste com isso e a princípio pensou que talvez se aposentando e buscando novas atividades recuperasse o entusiasmo que tinha com o trabalho. Passou pelo processo todo, tendo possibilidade de falar sobre seu trabalho atual, sobre as motivações que a levaram para essa carreira, sobre as minúcias do que fazia e de outras atividades de sua vida. Durante o processo de OP a servidora se confrontou com sua atividade real, ou seja, pôde rever suas atividades cotidianas como docente e nas demais dimensões de sua vida, analisando com relação a cada uma o que fazia, por que fazia, como fazia, por que deixara de fazer, bem como pensando na possibilidade de fazer de outro modo, atuando, enfim, de maneira que produziu um deslocamento no modo como se via e via sua atividade. Pôde, então, ver-se de forma diferente e perceber que o processo de análise de sua atividade imprevisivelmente trouxera uma novidade e, por que não dizer?, um estranhamento quanto ao modo como se via no próprio trabalho. Com isso, seu objetivo inicial, que era procurar outra(s) atividade(s) a desenvolver após a aposentadoria, modificou-se, e ela chegou à conclusão de que naquele momento, pelo menos, não queria mais se aposentar de imediato, pois algo se passara ali, que não sabia precisar exatamente o que foi, não sabia dizer, não sabia nomear, mas que produziu uma diferença em sua experiência. De certa forma ela produziu novas questões para sua vida, novos sentidos – em suas palavras, deu um “gás novo para mim” –, afirmando que na verdade gostava muito do que fazia e que tinha muito ainda a fazer na atividade docente que desenvolvia.

Podemos perceber que a servidora em questão, a partir de uma parada em seu ritmo automatizado de trabalho, proporcionada por sua procura do processo de orientação profissional, pode ressignificá-lo. O processo deu passagem a outras intensidades que por

algum motivo estavam impedidas, e a servidora pôde recolocar-se no comando de seu percurso profissional, saindo do engessamento de um cotidiano que ficou empobrecido talvez pelos automatismos, por significações enrijecidas, entre outras questões, para a possibilidade de protagonizar novas aberturas, novas possibilidades, novas intensidades que estavam pedindo passagem.

Nesse sentido esse exemplo ilustra a observação de Yves Clot de que a palavra não é para escutar o vivido, mas para agir, pois foi isso que aconteceu com a servidora. E o autor apresenta Tosqueles, segundo quem

não se pode confundir o conceito de atividade com a simples prestação de movimentos, com a prestação de esforços concordantes, com a simples aplicação e a simples resistência, submetidos aos desejos do mestre de escola ou do chefe de obras. Atividade quer dizer atividade própria – Poderia dizer se sentir ativo – Atividade que se enraíza nos sujeitos ativos e que se desenvolve eventualmente no contexto social. A simples ocupação não é sinônimo de atividade (CLOT, 2010a, p.225-226).

Portanto, atividade não é só o que se vê, o que se pode descrever e analisar a partir da observação direta de uma atividade realizada. A atividade realizada não é o real da atividade, o que é muito maior do que a atividade realizada, posto que inclui o que não foi feito, mas que gostaríamos de ter feito, “as atividades suspensas, as atividades impedidas” (p.226). Influenciado também pelo pensamento de Vigotsky, Clot continua:

“O homem é pleno a cada minuto de possibilidades não realizadas” (Vigotsky). E são essas possibilidades não realizadas que estão na fonte do desenvolvimento possível da atividade [...] Como diz Vigotsky, a atividade realizada é a atividade que venceu entre muitas outras atividades possíveis (p.226).

No gênero de análise do trabalho construído na Clínica da Atividade, o “difícil de explicar” é, segundo o autor, “o anel do jogo dialógico”, similar ao anel do jogo infantil do passa-anel. É o que vai ligar um diálogo ao outro e suas réplicas. É o que vai mover a relação clínica psicólogo/trabalhador, psicólogo/cliente.

Esse “difícil de explicar” é, portanto, participante do diálogo “já que é seu próprio limite” (p.243), limite que é, concomitantemente, a força motriz do diálogo. Pode-se dizer que o movimento dialógico dá-se através do desenvolvimento da curiosidade, em que se mesclam

a fala, a sensação, o pensamento, enfim, o corpo todo. E, assim, “procura-se ver, fazer ver ou fazer sentir” (p.243), com isso fazendo recuar o limite do “difícil de explicar”. Clot denomina também esse limite “fronteira flutuante” e diz que é ela que mantém o diálogo tenso, no diálogo realizado.

Assim, o diálogo realizado se refere efetivamente a “outra coisa” que não se reduz ao sentido dos enunciados, nem ao referente das proposições. Essa “outra coisa” não diz respeito à verdade dos enunciados, mas à veracidade do diálogo. É isso que designamos como real do diálogo [...]. Ele não está fora do diálogo realizado, mas é seu exterior. Portanto, não há nenhuma possibilidade de ter acesso a ele se não se focaliza seriamente a realização das trocas em torno do que não se consegue dizer, em torno do que parece, inicialmente, impossível de dizer (p.244).

A respeito do nomadismo do diálogo, o autor pontua algo de muito importante que tem repercussões clínicas interessantes. Ele destaca uma dupla experiência, ou dupla característica do diálogo no curso da interação dialógica. No diálogo realizado, o diálogo pode passar de “recurso para enfrentar e superar o que não se consegue dizer” para num mesmo movimento “tornar-se origem de um novo ‘difícil de dizer’” (p.244) e compreender, produzindo novas questões que possivelmente virão a enriquecer o debate sobre a atividade, produzindo desvios e novas possibilidades de ação. “Assim, a ideia que se produz no diálogo realizado é um acontecimento vivo que desenvolve o real do pensamento, um novo meio para pensar” (CLOT, 2010b, p.246).

3.5. Uma postura ergológica: a *imprendizagem*

Uma postura ergológica do pesquisador da atividade industriosa humana é querer e tentar desdobrar de forma minuciosa e atenta esse jogo do agir humano real, posto em ação pelas situações de atividade no trabalho, em que necessariamente se fazem escolhas. Uma atitude ergológica de desconforto intelectual, ou seja, de humildade epistemológica, se colocando sempre em posição de aprendizagem frente às dramáticas da atividade. Neste sentido Schwartz (2009, p.31) observa que não cabem abstrações, mas que é fundamental a “abordagem da atividade real das pessoas, do que elas são, no que elas podem ser de mais essencial” E que, embora essa postura seja difícil, precisa ser buscada, construída. Porque, se não nos colocamos em pesquisa dessa forma, “mutilamos nossos semelhantes, ignorando

a relação que eles podem ter com esse jogo complexo de valores” (p.31). O autor acredita que a perspectiva e a postura ergológica têm algo a contribuir para a transformação social. Essa perspectiva ergológica, a nosso ver, é uma perspectiva também clínica de intervenção.

Exemplo disso seria o que Schwartz denomina Grupos de Encontros do Trabalho em que se objetiva colocar em foco o “resultado de debates de normas e, portanto, de renormatizações” (p.32) e sua relação com os valores, trazendo visibilidade também às permanentes avaliações e reavaliações feitas ao longo do processo da atividade em questão. Esses Grupos de Encontro do Trabalho não seriam para validar esta ou aquela maneira de agir em determinada situação de trabalho, ou para munir-se de um somatório enciclopédico de maneiras diferentes de agir, mas sim para “se instruir desses trabalhos, para ver em que eles portam [...] uma *reserva de alternativas* – [...] uma reserva de ‘fazer de outro modo’. É assim que se pode trabalhar junto a um mundo comum” (p.32).

Viver [...] é estar em permanência num triângulo atividade – valores – saberes, onde cada um destes polos está em relação dialética com os outros dois [...] Agir – [...] através do debate de normas – é sempre estar emaranhado a um mundo de valores em retrabalho. Mas essas escolhas são sempre ligadas aos saberes – de diversas ordens – que podemos ter sobre nosso universo social, cultural; saberes que vivem sobre nossa maneira de construir nosso mundo de valores. E, ao mesmo tempo, estes saberes se transformam através de escolhas de atividades que fazemos [...] [da] tentativa de trabalhar com tais ou tais pessoas, [entre outras] (p.32).

Assim, essa dialética que a vida apresenta a todo vivente humano propõe então uma formação permanente desse humano em nós, uma formação em que valores e saberes se interpenetram e se enriquecem mutuamente. Segundo Schwartz (2009), formar

supõe dois movimentos opostos, que [...] interagem: por um lado, colocar à disposição e em articulação os saberes de tipos diferentes, os quais eu chamo desinvestidos, codificados [...] e no outro sentido, dos saberes ditos ‘investidos’, em aderência sobre situações de trabalho e de vida concretas (p.32).

Simultaneamente, porém, o autor chama atenção para a formação que a vida oferece a todos nós, sendo necessário prerequisite indispensável para “essa *disponibilidade à troca dos saberes*, à sua interfecundação” que é ter “*sensibilidade a este universo de valores*, que determina, que vive, que pesa sobre as renormatizações dos parceiros [e nossa também]” (p.32). Essa sensibilidade que Schwartz menciona, contudo, não se adquire por

aprendizagem do tipo com que se aprende os saberes desinvestidos, os saberes já codificados – ela é desenvolvida e vivida

numa relação que é sempre de longa duração com as pessoas com as quais estamos engajados num processo dito de formação. Ela não se aprende [...]. Ela se “impreende”. Ela não passa por informações, por conceitos bem formados [...] Este jogo de valores é complicado, ele se diz ou não se diz (p.32).

Os valores, portanto, não são passíveis de aprendizagem, mas sim de imprendizagem; ou fazem sentido para nós ou não; em outras palavras, não escolhemos os valores, no sentido de escolha pessoal, individual, pois estamos imersos num mundo de valores, e, de certa forma, *eles nos escolhem*; é impossível absorvê-los pela aprendizagem no sentido estrito e mais usual do termo, pois este processo é de outra ordem; por isso Schwartz cria uma palavra para expressar esse processo: *imprendizagem*.

Entendemos a “disponibilidade” apontada por Schwartz como abertura à alteridade; quando se refere à questão da parceria com outras pessoas no processo de formação, que pode ser também com ideias, compartilhamento de emoções, em que poderíamos dizer que estamos na dimensão do encontro, na qual há escolhas, mas através de valores que se afinam, que se alinham de alguma maneira e com isso se transpassam e se misturam, que lembram o conceito de intercessores de Gilles Deleuze (1992). A “escolha” de nossos intercessores não ocorre na dimensão racional, mas na dimensão do sensível, dos afetos. Estão envolvidos nessa “escolha” os valores que entram em relação dialógica produzindo a verdadeira formação que Schwartz denomina imprendizagem, que não se trata de algo parecido com um arquivo de informações, mas, ao contrário, como carne e sangue, como um processo de formação subjetivante que de certa forma se assemelha ao que vimos na apresentação desta dissertação a respeito do que seria a “escrita de si”, para as práticas de si pontuadas por Michel Foucault.

Chamando atenção para a negação do conceito de imprendizagem ou a resistência a ele Schwartz amplia essa discussão associando essa postura à implementação de relações de poder e jugo com relação a nossos semelhantes, isto é, a sua objetificação, sua reificação. Nesse ponto Schwartz (2009) pensa a formação pela imprendizagem, algo como uma

postura ergológica de abertura e reconhecimento segundo a qual tanto nós como nossos semelhantes somos atravessados por *dramáticas de uso de si* e, portanto, todos nós somos atravessados por valores; ter essa sensibilidade, segundo Schwartz, já produz uma diferença de postura na vida que traz implicações ético-políticas importantes. Portanto,

resistir a toda imprendizagem é conservar os recursos para tomar posse dos outros, através dos saberes, das regras, dos procedimentos, os quais não consideramos serem colocados em debate, serem renormatizados [...] É da ordem de uma relação filosófico-ética [...] onde não reconhecemos o outro como semelhante [...] [Ou seja,] resistimos à ideia de que o outro é atravessado por dramáticas do uso dele mesmo (...), nos recusamos de nos incorporar ao aprofundamento deste olhar sobre o outro e de fazer uma matriz de sua relação a este outro [...] As diversas formas de dominação política, econômica, social, que a história conheceu e conhece envolvem diversos graus de implementação de tal recusa da imprendizagem (p.33).

Todo especialista em algum ofício necessita instruir-se de um patrimônio de saberes específicos de sua profissão, patrimônio construído ao longo do tempo mediante experiências e experimentações múltiplas, estudos, pesquisas, observações, que se vão tornar o que Schwartz chama de normas antecedentes do trabalho. Trata-se de saber instalado antes de aquele trabalhador singular começar a trabalhar naquele ofício. Sabe-se, porém, que, quando esse trabalhador especializado começar a trabalhar, vai perceber que além do que ele conhece a respeito de seu ofício, e que é fundamental que ele conheça, “pois não precisamos inventar a roda todos os dias”,⁴⁷ ele vai deparar-se em ato, no real de sua atividade, com as inúmeras variabilidades que o meio de trabalho impõe, e então múltiplas renormatizações terão necessariamente que ser feitas, na imanência de seu fazer, ou seja, “diante das variabilidades dos ambientes de trabalho, dos produtos a tratar, dos humanos com quem dialogar, das formas variáveis de cooperações que serão, mais ou menos, cristalizadas a fim de gerir todas as infidelidades do meio” (SCHWARTZ, 2011, p.155). Na atividade concreta, portanto, criam-se “normas endógenas” à atividade “que não têm vocação de se tornar ‘a lei’[...] desenvolvidas pelos indivíduos e por esses coletivos de geometria variável” (p.155).

⁴⁷ Expressão usada pelo prof. Hélder Pordeus Muniz em aula do mestrado, UFF, 2010.

Assim, a atividade real e suas renormatizações produzirão conhecimento, produzirão saberes que não podem ser antecipados, pois acontecem na imanência do fazer concreto. Schwartz destaca que é importante para o trabalho instruir-se na atividade real para desenvolver o saber a seu respeito, desenvolver seu patrimônio; caso contrário, há enorme perda para o patrimônio industrial humano.

Pensar a ergoformação para o trabalhador ou futuro trabalhador é pensar uma formação que presume o saber ergológico de que o trabalho concreto abarca essas duas dimensões e que é preciso dar visibilidade e espaço de discussão para essas dimensões. Na formação corrente não se aborda a dimensão das renormatizações, dos vazios de normas, da criação, que existe em qualquer atividade profissional, não se menciona a existência permanente de dramáticas entre as normas antecedentes, o trabalhador e o que se tem a fazer, que nunca é exatamente como o saber sistematizado na formação técnico-profissional. Nesse sentido o jovem profissional, o jovem aprendiz, possivelmente se sentirá despreparado e poderá permanecer por muito tempo no regime da “falta”, ou seja, se colocando como deficitário de um saber que, imagina, não lhe foi dado e supondo que “isso que falta” será possivelmente conseguido somente através de novas formações complementares constituídas de outros saberes formalizados. Claro que o conhecimento sistematizado é importante, Schwartz não nega sua importância, mas sim afirma a necessidade também do conhecimento dessa outra dimensão que faz parte da atividade, que não se presta à sistematização e de que não se fala.

Nesse sentido, o profissional, tanto o iniciante quanto o experiente, terá, em suas experiências concretas, que lidar com esses “vazios de normas” em suas atividades, com esse “não saber” que existe em toda atividade industrial humana. Um não saber que se torna saber na imanência da atividade, que é construído nessas dramáticas cotidianas. Conhecer esse saber ergológico, segundo Schwartz, provavelmente possibilitará ao trabalhador fortalecer-se no enfrentamento desses desafios que a própria atividade coloca, inibindo possíveis paralisações e recuos frente a eles, saindo do regime da falta para o da ação.

Assim, queremos estar sempre em construção permanente de uma clínica que se coloca como estrangeira aos saberes formais que a sustentam, procurando sair de seus limites esperados e podendo, a partir de encontros com novos saberes, novas pesquisas, novas experimentações e principalmente com os singulares encontros com nossos clientes/usuários, experimentar na concretude da situação clínica real as sempre singulares questões que não cabem a não ser por “trajes apertados demais” em teorias prontas que abarquem diagnósticos e enquadramentos. Queremos que esse estrangeirismo se mantenha vivo em nossa maneira de fazer e pensar a clínica psicológica, quer no atendimento individual, no atendimento em grupo, na orientação profissional e em qualquer outra modalidade de intervenção que venhamos a praticar. Seguir as pistas fornecidas por Schwartz, de que a verdadeira aprendizagem se dá quando nos voltamos para a dimensão do sensível, nos colocamos como permanente aprendiz, em postura de abertura ao saber que brota dessa experimentação cotidiana que a vida nos mostra. Abertura à alteridade que implica conhecer, ousar, se perceber “eterno aprendiz” em situação na qual conhecer implica o que Clot também propõe a respeito dessa abertura para o concreto, com o que se dá a conhecer, ao mesmo tempo sem nele se fixar, como verdades absolutas, mas sempre provisórias. Queremos então estar sempre num processo de imprendizagem, de misturar conceitos, ideias, sensações em encontros que provoquem cada vez mais novos sentidos, novos estranhamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os conceitos mais importantes que tivemos oportunidade de estudar nesta pesquisa sem dúvida o de atividade, instrumentalizado nesta dissertação predominantemente através Yves Schwartz, se destaca, porque não se deixa aprisionar em definição fechada, mas, ao contrário, abre-se para múltiplas questões e noções, e cada uma delas abre novos mundos de pesquisa, mundos/experiências como da artesanaria, da saúde, da subjetividade, do corpo-si, do uso de si, e muitos outros.

A atividade humana convida cotidianamente o homem a pensar e repensar suas escolhas, assim produzindo saber sobre si e sobre o mundo. Ela se apresenta em todas as dimensões da vida humana, sendo a “própria assinatura de nossa humanidade” (SCHWARTZ, 2011, p.133). A racionalidade humana, porém, que se reflete nas normas que são instituídas como verdades universalizantes, na ânsia de antecipar todo agir social, acaba por dissipar ou diminuir em muito essa convocação primordial (SCHWARTZ, 2011).

A vida não se deixa aprisionar em regras e normas construídas pela ambição cientificista humana, há uma convocação concreta cotidiana que muitas vezes é ignorada quando se vê o mundo apenas através de categorias formatadas e verdades previamente construídas. Essa forma de ver o mundo amputa esta convocação, dificultando enxergar, no que diz respeito à atividade humana, a dimensão das dramáticas da atividade, porque elas não podem ser capturadas facilmente.

A atividade de trabalho convoca o vivente a uma forma de experimentar-se que é singular, exige a lida com saberes e normas fortemente instituídas socialmente, bem como o fazer escolhas e se escolher cotidianamente em situação. E na imanência da situação algo acontece, cria-se história que, por sua vez, traz uma diferença que vai realimentar de algum modo esse sistema formado por vivente e meio no trabalho.

Essa convocação primordial, entretanto, muitas vezes é alvo de inquietações e sofrimento em todas as dimensões da vida, e nas situações clínicas nos deparamos frequentemente com

uma questão recorrente, atravessando de formas e níveis diferentes, a nosso ver, inúmeras das demandas clínicas, que poderíamos assim formular: “como suportar a imprevisibilidade da vida que se apresenta assim, o tempo todo, causando estranhamentos, dúvidas, incertezas, inseguranças?” – questão que, fora da clínica, aparentemente não aflige muitos de nós, viventes humanos, mas só aparentemente, pois ela nos convoca cotidianamente a fazer escolhas. Nela, entretanto, não pensamos o tempo todo, porque estamos de alguma forma mais ou menos num limiar entre antecipar e gerir essas imprevisibilidades, vivendo de modo a não pensar muito nelas ou até nem lhes prestando atenção quando chegam, talvez “confiando” em que não serão tão difíceis de lidar ou que nem virão. Com isso muitas vezes tendemos a repetir um padrão conhecido ou, quando isso não é possível, inventando outro jeito de lidar, e muitas vezes não nos damos conta, no aqui e agora, de que estamos lidando o tempo todo com essas dramáticas e na verdade sempre criando novas microvariâncias.

Schwartz faz um elogio da normalização enquanto capacidade da humanidade de propor normas para além de uma experiência presente, o que possibilita antecipar e planejar; e graças a ela podemos ensinar pessoas, transmitir saberes. Essas invenções cotidianas para efetivamente se tornarem operadores de saúde, contudo, não podem cristalizar-se, ou seja, tornarem-se leis para nós, descoladas da concretude da experiência, mas ao contrário impregnando-se em nós, construindo história. Porque queremos pensar história enquanto processo, enquanto acontecimentos, que são sempre singulares, fazendo parte da normatividade da vida, com *status* sempre provisório.

Como dissemos, no cotidiano de nossa experiência clínica o que vemos inúmeras vezes, através de muitos dos sintomas de nossos clientes, é a experiência extremada de normalização da vida, da cristalização de normas em leis, abafando de certo modo a potência criadora da normatividade, fazendo então com que imprevisibilidade da vida passe a assombrar, de forma extremamente perturbadora. E é aí que podemos dizer que se entra numa dimensão meio acinzentada da vida e no que Canguilhem poderia chamar de rigidez patológica, que trazem consequências desastrosas para a saúde, contrárias, portanto, à normatividade da vida, que é a possibilidade de ousar, de transgredir, de criar modos de

viver ética e esteticamente potentes para si, tomando posse da vida sem ignorar sua processualidade.

Assim no caminho do viver, lidar com as imprevisibilidades que a vida coloca permanentemente para qualquer vivente pode tornar-se extremamente doloroso e demandar esforço extenuante para pessoas que por alguma razão estão de posse de ferramentas mais precárias para lidar com as variabilidades que a processualidade da vida implica, seja porque se encontram sob rígidas formas de pensamento, que se tornaram então padrão ou lei, para normalizar o curso da vida, e/ou submetidas a meios extremamente constrangedores, disciplinares e violentos. Nelas, a normatividade está, então, empobrecida, o que traz muito sofrimento, porque, no limite, sofrem devido ao fato de essas normas fixadas como verdades universais, de certa forma, estarem demonstrando, que não estão dando conta da vida. Vislumbrar então que a vida convoca à renormatização, a criar normas próprias, a entrar nesse debate, é inconcebível, é muitas vezes insuportável, porque se quer prever o imprevisível, ter o controle do que não é controlável. Nesse embate, então, ou se resigna, lutando para anular essa convocação primordial, procurando ao máximo evitar os confrontos e as dramáticas cotidianas, o que não é possível completamente, reduzindo bastante o limiar de manejo, de criação e, portanto, de saúde. Ou, não conseguindo, entrando em estado de grande sofrimento, o que pode ser uma oportunidade de mudança na qual a intervenção clínica pode ser um braço importante de construção/reconstrução da saúde, bem como da possibilidade de potencializar a normatividade.

Nesse sentido nos deparamos no cotidiano de nossa atividade de profissionais de psicologia atuando no atendimento clínico, com muita frequência, com patologia extremamente comum na clínica psicológica e que poderíamos nomear *doença da tentativa extremada do controle da vida*, da vida que teima em escapar, em fugir das prescrições, das normas, dos desejos individuais. Poderíamos, aliás, arriscar a afirmar que considerável parcela de sofrimento que se torna patológico do humano reside nessa cristalização de algo que faz parte do vivo: querer produzir normas para sua vida, querer planejar. Necessidade que, segundo Canguilhem, todo ser vivo tem de construir um meio forjado a partir de

heterogeneidades, sempre em conexão com valores redimensionados em situação. Necessidade que muitas vezes encontra dificuldades para se concretizar na atividade, na qual poderíamos dizer que a normatividade estaria empobrecida, mas nunca anulada. A doença, então, é não poder tomar as rédeas da própria vida, não poder ser protagonista quando nossas ferramentas estão precárias tanto para sentir que a vida sempre convoca, que isso lhe é inerente, quanto para tentar dar conta dessa convocação. E/ou quando as desterritorializações provocadas por formas de organização de trabalho, por exemplo, tornam limitadas essas possibilidades de renormatização. Autores como Deleuze e Guattari nos ajudam a problematizar essas questões em nossa prática clínica.

E nesse percurso pudemos constatar que na dimensão do trabalho, como em todas as dimensões da vida há diálogo constante entre normas antecedentes e renormatizações, o que exige o *uso* permanente *de si por si* e *de si por outros*. Nesse sentido, estar aprisionado tanto às prescrições da atividade, que é atravessada por normas fortemente instituídas, quanto a suas próprias verdades para dar conta da atividade de trabalho passa a ser extremamente difícil de vivenciar, pois isso não dá conta da complexidade dessa dimensão, com todas as variâncias que surgem incessantemente.

Schwartz (2011) afirma que todos nós, no dia a dia de nossas atividades, gerimos muitas imprevisibilidades, e essa capacidade humana de gerir fica na penumbra porque a “a atividade humana tem a propriedade de não ser acessível por meio de um encaminhamento simples.” (p.134). O autor denomina “verdadeiro conteúdo da atividade” isso que fica na penumbra, que seria “sua capacidade de criar, em cada ponto de nossos espaços de vida, histórias, novas microconfigurações, as quais nenhuma racionalidade normativa, tão aperfeiçoada que fosse, poderia antecipar” (p.134).

Valorar a atividade industriosa humana a partir apenas de seus resultados pode trazer conclusões equivocadas; primeiro a questão dos valores: bom para quem? quem executou? quem solicitou? os dois? Por outro lado, Schwartz (2011) também pondera a respeito de resultados considerados bons vistos fora das relações de trabalho dos que viabilizam esse resultado, ou seja, por outros atores que não os próprios trabalhadores que podem ter tido

alto custo de saúde e quebra de valores de vida com significativas consequências. Na clínica lidamos com essas dramáticas de nossos clientes que ao serem acolhidas e problematizadas abrem a nosso ver outras formas de construir novos territórios existenciais deles e da própria clínica.

Afirmamos então em nosso estudo e em nossa prática clínica uma ética que se constrói num valor fundamental para nós, que é a produção, na clínica, de um território que possa dar passagem e potencializar a emergência de sujeitos potentes para a vida em conexão com a vida em seu processo, que assim, por definição, aponta para a criação e invenção constantes de si e de mundo; uma clínica, portanto, que não é dada, que não aposta no intimismo enquanto potência de singularização, que, embora também possa acolhê-lo, não o negando, faz uma escolha ética pela construção de um sujeito que é um sujeito coletivo, de um sujeito que é um sujeito de relação, privilegiando o que acontece no encontro, na potência do devir.

Normas que construímos e que foram construídas por outros muitas vezes vão enquadrar comportamentos, tentando predeterminá-los, antecipá-los, justificá-los, podendo, assim, cerceá-los. Por outro lado, entretanto, esse gênio humano normalizador/normatizador que se quer antecipar aos problemas, criando soluções, sem dúvida nenhuma vai construindo um patrimônio de conhecimento vivo e estabelecido em regras e normas que colaboram, aliás, para o prolongamento de sua sobrevivência neste mundo; por exemplo, o estabelecimento de normas de segurança, em campos diversos de conhecimento; normas de organizações coletivas, entre tantas outras modalidades de prescrições (SCHWARTZ, 2011). Mas simultaneamente é necessário que se preste atenção às microrrelações que se engendram, às microvariâncias que acontecem o tempo todo no dia a dia, podendo parecer algo insignificante para a vida que corre, que, contudo, ao contrário, é onde existem as *reservas de alternativas*, a potência dos saberes construídos a partir da experiência, que se pode tornar então, de certo modo, uma resistência ao que é dado, ao que já é conhecido, uma reação a enxergar apenas o que pode ser enquadrado em explicação ou categoria conhecida, que torna invisível o que os saberes estabelecidos normatizados até então não podem justificar.

Prestar atenção às microvariâncias, o que Schwartz (2011) chama de atitude subversiva ao *status quo*, potencializa, portanto, a vida das pessoas. Talvez isso seja opacificado no cotidiano porque dar visibilidade à diferença ameaça os saberes e conceitos preestabelecidos como verdades universais. Assim, o autor afirma que, embora sejam importantes, conceitos, categorias e saberes tornam-se obscuros quando passam a ser considerados verdades intocadas pelas variâncias e surpresas que a vida aponta o tempo todo. Nesse caminho, “a atividade *sempre* se convida, com sua tessitura, individual e coletiva, a debates de normas.” (p.137).

Toda configuração da atividade humana, e notoriamente a de trabalho, é sempre [...] um desenrolar de protocolo normalizado, mas também um encontro. Para ser mais preciso [...], ela é um encontro de encontros, uma combinatória sempre parcialmente renovada, uma interface sempre parcialmente ressingularizada entre meios técnicos, objetos técnicos e humanos no trabalho [...] Em todos os casos, é preciso gerir em tempo real, dia após dia, essa combinatória infinita de variabilidades materiais, processuais, humanas (p.137-138).

Assim, pensar uma clínica que acolhe essa matéria estrangeira, que é a atividade industriosa humana, pode ser potente instrumento de problematização da gerência dessa atividade pelas rígidas incorporações subjetivantes das normas instituídas sociais, que aparecem na clínica através de sintomas patológicos. Portanto, dar visibilidade na clínica a essa convidada, que é a atividade de trabalho e que aparece apesar de todo arsenal normalizador a que estamos todos nós submetidos não só no trabalho, mas em todas as dimensões da vida, demanda, nos parece, pensar uma clínica que acolhe a proposta de ergoengajamento de Schwarz, talvez uma ergoclínica, poderíamos dizer. Schwartz (2011) sugere que a atividade “se dá como convidada, felizmente, para gerir a todo instante os encontros de encontros” (p.138) e ela é operadora da saúde humana. Esse ergoengajamento diz respeito a se empreender postura ergológica,⁴⁸ sabendo que a atividade estará sempre presente em todas as dimensões da vida e é isso que faz de nós, viventes humanos, semelhantes.

⁴⁸“Ergológico remete ao fato de repensar nossos encaminhamentos de saber, nossos diagnósticos e nossos projetos de vida, dando de novo lugar a essa *convidada-enigma* [a atividade], então, toda posição simplificadora nos é interdita” (SCHWARTZ, 2011, p.149).

Schwartz também nos ajuda a pensar em nossas intervenções clínicas, dando-nos pistas preciosas quanto à problematização da atividade humana ao trazer a noção de ergoengajamento: situação em que se atravessam questões éticas e políticas, no reconhecimento de que os outros também têm seus debates de normas e seus valores. Trata-se de noção aparentemente simples, mas que, no dia a dia da vida, ao contrário, se demonstra conceito de operação extremamente complexa. Contrariamente,

funcionar como categoria leva a nunca singularizar, leva, portanto, a evitar as dramáticas sempre parcialmente locais, individuais, os cadinhos onde estão em jogo permanentemente as contradições de nossa história [...]. Atribui-se às categorias uma disposição ao agir homogênea e coerente que não se encontrará jamais nesse estado nos seres históricos reais (p.150).

Essas, portanto, são questões fundamentais para uma clínica que acolhe o trabalho enquanto atividade, e o autor oferece ajuda com que nos instrumentalizarmos para a problematização dessa dimensão da atividade, trazendo um deslocamento em nossas práticas, nos forçando a buscar novas estratégias de intervenção.

O vivente humano é ente que normatiza e que de certa forma quer organizar o mundo a sua volta, para torná-lo vivível; para isso a partir dos encontros em que investe atenção e energia, quer apropriar-se o melhor possível de cada situação, para transformar o meio, para torná-lo também seu, acabando por criar protocolos, normas que durante algum tempo lhes servirão e que acabam por ajudá-lo a antecipar e, assim, lidar com situações semelhantes que enfrentará, economizando energias. Por outro lado, porém, se o vivente humano se investir de exaustiva tendência à antecipação, tornará sua vida “invivível” ou “vivível, mas de forma muito empobrecida e limitante”, porque é impossível antecipar e prever tudo, pois as variabilidades do meio são parte constituinte dele, trazendo, portanto, sempre novos desafios e surpresas. Evitar e ignorar esse saber ergológico é “nocivo à saúde” (p.138), é patológico, é cristalização da normatividade, que é um operador de saúde. Portanto, o que Schwartz (2009, 2011) chama de ergoformação pode vir a nos servir também para pensar intervenções na clínica, trabalhando num processo de imprendizagem e não aprendizagem, pois passa pela dimensão do sensível, e, por que não poderíamos derivar?, atravessando processos de produção de subjetividades.

O constrangimento da capacidade humana de renormatizar significa vida restrita, empobrecida, sem potência, que pode emergir de configurações do meio muito duras, muito limitantes e opressoras ou, mesmo que não se esteja mais vivendo uma realidade assim, normas antigas podem cristalizar-se, trazendo repetição de padrões e não dando conta do concreto das situações vivenciadas no presente. Nessa questão a clínica tem importante papel a desempenhar.

Mesmo quando criamos normas próprias, elas precisam ser testadas, experimentadas, avaliadas nos embates da vida. Avaliação que consideramos ética e não moral: o que está servindo para mim e o que não está mais. Caso se enrijeçam, produzindo a repetição de respostas, poderíamos dizer que se tornaram normas antecedentes de nós mesmos, normas que não conseguem lidar com a riqueza normativa da vida, que apresenta incessantemente novas questões.

A criação “de um novo ponto singular na história no âmago da atividade” (SCHWARTZ, 2010, p.139) produz novas normas que realimentarão o meio de novas variabilidades que, portanto, não podem ser antecipadas. Assim, “é na desconsideração dessa assinatura da humanidade, ambígua, imprecisa, defeituosa que seja, que tem origem a apresentação usurpada das normas antecedentes como ‘leis’” (SCHWARTZ, 2011, p.144), e portando empobrecendo a vida e produzindo doenças.

Portanto, é na atividade, essa convidada-enigma presente na vida de todos nós, que mobiliza e cria valores com e sem dimensão, que está o germe da humanidade no homem. Problematizar essa dimensão que nos faz parte da humanidade é problematizar as dramáticas “inter-humanas” que não deveriam ser negligenciadas na atividade industriosa, pois é aí que se constrói parte da trama social, na abertura à alteridade, querendo e afirmando a diferença, querendo o enigmático. Trata-se, portanto, de construir e desenvolver nossas capacidades de saber, como potência da vida e de saúde. *A atividade – dimensão universal – um humanismo enigmático* (SCHWARTZ, 2011).

Uma postura ergológica, de humildade epistemológica, sem ter respostas prontas, muitas vezes é considerada socialmente atitude de frágil inserção no mundo. Schwartz, porém chama atenção, nessa atitude ergológica, para a potência de desenvolver o conhecimento, o que contraria quem considera o conhecimento algo a ser adquirido e, uma vez adquirido, se considera possuidor de verdades incontestáveis. Estar atento às dramáticas da atividade e abrir-se a heterogeneidades e diversidades que a atravessam são condições para que se produzam saberes e se desenvolvam o conhecimento e o ofício.

Segundo Schwartz (2011, p.154), “a decisão de se deixar interpelar pela atividade produz sempre uma mudança, uma oscilação, um ‘reposicionamento’ de exercícios profissionais e sociais”, e isso não seria algo abstrato. Assim, a ergoformação vai focar na necessidade de trazer o saber ergológico para a formação profissional, vai abordar o uso de si no trabalho, que não se prescinde dele. Junto com os saberes sistematizados, participarão da atividade de trabalho os saberes construídos coletivamente em situação, e *ousar* e *arriscar* terão lugar nessa urdidura. Acreditamos então que esses saberes ergológicos podem instrumentalizar a clínica em intervenções que passam por questões que atravessam seus cenários a respeito das atividades de trabalho.

A construção de saberes a respeito da atividade industriosa humana demanda, portanto, rigor metodológico e acompanhamento minucioso do desenrolar da atividade para acessar os saberes que estão sendo mobilizados, os que foram ignorados, os atalhos, os saberes criados, tudo a partir de problemas singulares da situação (SCHWARZ,2011).

Não é possível haver um ergoengajamento sem intervenção sobre os regimes de produção de saber. A atividade [...] é obrigação feita de pensar [...] saberes investidos, que passam muito misteriosamente por todas as potências do corpo e do espírito: captar funcionamentos reais, histórias de encontros, interfaces complexas, usos codificados, trajetórias de saúde ou de mal-estar no seio dos meios técnicos e humanos onde os protagonistas devem viver. Patrimônio prodigioso de saberes em penumbra (p.162) (grifo nosso).

Ter conhecimento de que são produzidos saberes no cotidiano concreto da atividade industriosa humana é importante para a clínica que acolhe o trabalho e para qualquer abordagem que tenha como interlocutor a dimensão do trabalho; no caso da psicologia,

também no que diz respeito às práticas de gestão de recursos humanos. Esse conhecimento é importante para não tornar as intervenções, tanto clínicas quanto gestionárias – que também produzem outros saberes e que podem vir a reverberar nos processos de trabalho –, normas desinvestidas, cristalizando esses saberes, tornando-os assim inoperantes. É o que vemos acontecer, por exemplo, em algumas situações concretas de trabalho, em que normas desinvestidas desse saber ergológico são impostas aos trabalhadores por seus gestores: os trabalhadores fazem de conta que fazem, e os gestores fazem de conta que acreditam que os trabalhadores fazem.

A restrição do espaço para agir dá-se pela dominação ou sua tentativa mais ou menos eficaz de uma pessoa ou grupo impor ao outro valores e modos de operar que considera ser melhor para o outro. Assim, impor algo a alguém sem levar em consideração que o outro também é uma potência de renormatizações, que esse “outro é um ser que tem atividade e que *portanto* também tem algo a dizer sobre o meio em que está e sobre si, é subestimá-lo, é impor valores estrangeiros”, ou seja, acontece o que é, segundo Schwartz (2011), a “ocultação da assinatura da humanidade [que é] – a atividade humana” (p.166).

A partir deste trabalho de pesquisa avançamos teoricamente e vivenciamos novas experiências que sem dúvida reverberarão em nossa prática clínica na Universidade, nos convidando a experimentar novas maneiras de realizar nosso trabalho, novas estratégias de intervenção que podem vir a ser matéria para futuras pesquisas não contempladas neste mestrado, mas que dele emergiram como possíveis. Uma questão decorrente dessa experiência e que gostaríamos de desenvolver em outro momento diz respeito aos processos de subjetivação do trabalhador enquanto servidor público, na Universidade Federal Fluminense, e possíveis implicações na saúde e na doença. Nesse sentido seria importante a realização de pesquisas em diferentes situações de trabalho da Universidade para compreender as múltiplas atividades situadas dos servidores. Cabe adiantar o quanto o termo *servidores* esconde a heterogeneidade de experiências e de atividades que são ainda bastante desconhecidas.

Por fim, gostaríamos de afirmar, a partir de Sennett, a clínica como artesanaria que tem como desafio maior manter-se em zona fronteira, sustentando transitar no limiar da lida permanente com questões difíceis e ambíguas, imprevisíveis e que demandam do clínico manter-se na tênue fronteira entre antecipar e gerir o que acontece na concretude da situação clínica. Nessa situação, querer, afirmando essa zona fronteira, é não se ancorar rigidamente ao que se sabe, mas, ao contrário, querer penetrar o que não se sabe, correr riscos na “penumbra” com que essa zona nos desafia; entrar, portanto, em outro registro, que é diferente do exclusivamente técnico. A artesanaria clínica vai construir na imanência do fazer novos modos de operar as ferramentas técnicas disponíveis, a partir daí criando outras.

A artesanaria abarca um paradoxo em que saberes complexos são construídos a partir de um singular modo de operar que é algo que parece simples, mas não banal, porque diz respeito a voltar-se para a experiência concreta da situação, problematizando-a, prestando atenção às singularidades que a atravessam, fonte potencial de novos saberes e de novas questões; mas que se torna difícil porque no dia a dia estamos habituados a formatar, a categorizar nossas experiências.

A experiência opera na dimensão dos encontros, na possibilidade de experimentar efetivamente a imanência singular do encontro, o que, reiteramos, embora pareça simples, é algo complexo e de difícil manejo para todos nós, pois estamos habituados a viver o presente ancorados muitas vezes em formas de pensamento antigas que capturam o momento vivenciado, procurando atribuir-lhe rapidamente um sentido já conhecido, procurando explicá-lo, entendê-lo a partir de algo já experimentado ou, então, tentamos antecipar o futuro, atitude própria do humano; e, em outros momentos, vivenciamos o presente de forma utilitária em função de metas previamente construídas, desconsiderando ou nem mesmo nos dando conta de suas riquezas e singularidades.

Então, para Sennett, como vimos, a prática do artífice é uma narrativa, no sentido de ter movimento, ter ritmo; é algo que precisa de exercício e experimentação, mas fundamentalmente engajamento, porque o engajamento volta o artífice para fora de si,

volta-o para a obra a fazer; não tem como haver artesanaria sem esse intenso envolvimento com o fora de si mesmo, e é esse voltar-se para fora que nos constrói e reconstrói incessantemente a partir do fazer, do realizar algo. Assim, a metáfora da artesanaria clínica trabalha nesse limiar vivo que é constituído pelo vivente e seu ambiente ajudando na construção de sua autonomia. Segundo Sennett fazer é pensar e é sentir, não havendo separação entre essas operações humanas.

Nesta pesquisa trouxemos alguns recortes e abordagens sobre o trabalho que de algum modo fizeram sentido para nós na vivência do mestrado. O desenvolvimento dos capítulos se deu efetivamente como um processo, como um desdobrar-se a partir do encontro com esses diversos textos, livros, sugestões, orientações, banca de qualificação, fragmentos de aulas, enfim heterogeneidades que experimentamos nesse percurso. Sua organização, portanto, teve como critério básico o que nos afetou, o que potencializou nossa escrita, nos convocando à análise de nossa experiência clínica. Havia uma linha inicial de estudo, mas que foi seguindo outros caminhos periféricos, outros atalhos que nos encantaram e, assim, “desviamos”, derivamos. Na verdade foi o encantamento que nos guiou na “escolha” dos tantos textos que nos caíram em mãos – alguns dos muitos que atravessaram nosso caminho para nos ajudar a construir e reconstruir esta pesquisa, em que uma artesanaria foi-se plasmando tanto na forma como no conteúdo, culminando neste trabalho, que passa a fazer parte de nossa história ao mesmo tempo em que já nos arremessa em direção a outros possíveis.

BIBLIOGRAFIA

ALTOE, Sônia (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.

ATHAYDE, Milton. *Taylorismo e psicologia do trabalho e organizacional*. Rio de Janeiro: UERJ, ago. 2010. Texto para estudo em Psicologia do Trabalho e Organizacional cedido pelo autor.

AZEREDO-SILVA, Joseane Tavares de. *Crise e subjetividade: um manejo da crise na clínica*. 42 f. Monografia (Especialização em Psicologia Clínica) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

BARROS, Regina Benevides; PASSOS, Eduardo. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde, *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 561-571, 2005a.

_____; _____. Humanização na saúde: um novo modismo? *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 389-394, 2005b.

_____: _____. Humanização na saúde: um novo modismo? Réplica, *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 404-406, 2005c.

BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: _____. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

CLOT, Yves. A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 207-234, jan./abr.2010a.

_____. Provocar o diálogo: a auto-confrontação cruzada, da Terceira Parte - In: _____. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010b. Capítulo 3 da terceira parte: Ação e conhecimento: metodologia e métodos.

DEJOURS, Christophe. Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo: Fundacentro, v. 14, n. 54, p. 7-11, abr./jun.1986.

DELEUZE, Gilles. Aula sobre Spinoza, 24 jan. 1978. Tradução: Francisco Traverso Fuchs. In: _____. *Les cours de Gilles Deleuze*. Disponível em: <<http://www.webdeleuze.com>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

_____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____; PARNET, Claire. Cultura (verbete). In: BOUTANG, Pierre-André. *Abecedário de Gilles Deleuze*. Tradução e legendas: Raccord [com modificações]. Paris: Ed. Montparnasse, 1988-1989. Transcrição integral do vídeo, para fins didáticos.

_____; _____. Políticas. In: _____. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

DOMÈNECH, Miguel; TIRADO, Francisco; GÓMEZ, Lucía. A dobra: psicologia e subjetivação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves (Orgs.): *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: Ed. da UFF, 2003.

ESCÓSSIA, Liliana da. *Relação homem-técnica e processo de individuação*. São Cristóvão, SE: Ed. UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: _____. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 2002.

_____. *História da sexualidade 2*. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

HERRIGEL, Eugen. *A arte cavalheiresca do Arqueiro Zen*. São Paulo: Pensamento, 1975.

LEITÃO, Lídia Cristina Nogueira. *Sobre liberdade, autonomia e práticas psi na UFF: traços de uma cartografia transdisciplinar*. 56 f. Monografia (Especialização em Psicologia Clínica) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

MIRANDA, Cássia Cardoso de. *Filosofia analítica e antropologia: uma discussão acerca da comensurabilidade e alteridade linguística*. 113 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MONTEIRO DA SILVA, N. *Setor de emergência: modos de trabalhar nas interfaces de um cotidiano hospitalar*. 173 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MUNIZ, Hélder Pordeus. *Concepções dos operários da construção civil sobre acidente do trabalho*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1993.

_____; ATHAYDE, Milton; NEVES, Mary Yale. A atividade dos operários da construção civil face ao acidente de trabalho. *In: ARAÚJO, A. et al. (Orgs.). Cenários do trabalho: subjetividade, movimento e enigma*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 257-267.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PACHECO, Ilma de Castro; SILVA, Joseane Tavares de Azeredo; MACEDO, Marisa Valle dos Santos V.; PINTO, Telma M. GOMES. Orientação vocacional: uma experiência aplicada para instituição de ensino superior. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ORIENTADORES PROFISSIONAIS, 3.: 1997, Canoas, RS. Anais [...]*. Canoas, RS: ULBRA, 1997. p.151-158.

PASSOS, Eduardo; RAUTER, Cristina. *A questão da morte*. Abril, 1997. Transcrição da terceira aula do curso: Subjetividade e Clínica.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 71-79, 2000.

REZENDE, João Batista: *Da servidão e da liberdade no trabalho*. 156 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

SCHEURMANN, Erich (Org.) *O Papalagui: comentários de Tuiávii, chefe da tribo Tiavéa, nos mares do sul*. 4. ed. São Paulo: Marco Zero, 2003.

SCHWARTZ, Yves. Manifesto por um ergoengajamento. *In: BENDASSOLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea P. (Orgs.). Clínicas do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. A trama e a urdidura. *In:* _____. DURRIVE, Louis (Orgs.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: Ed. da UFF, 2010. Anexo ao capítulo 3.

_____. Dialogue 1: trajectoires et usages de soi. *In:* _____. DURRIVE, Louis (Orgs.). *L'activité en dialogues: entretiens sur l'activité humaine (II)*. Toulouse: Octarès, 2009. p. 9-33.

_____. Técnicas e competências. *In:* _____. DURRIVE, Louis (Orgs.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: Ed. da UFF, 2007.

_____. Trabalho e uso de si. *In:* _____. DURRIVE, Louis (Orgs.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: Ed. da UFF, 2007.

_____. Trabalho e gestão: níveis, critérios, instâncias. *In:* FIGUEIREDO, M.; ATHAYDE, M.; BRITO, J.; ALVAREZ, D. (Eds.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 23-33.

_____. *O trabalho numa perspectiva filosófica*. 2003. Conferência proferida no Seminário de Educação realizado em 2003, Cuiabá. Tradução da apresentação, não publicada, cedida pelo prof. Helder Pordeus Muniz. Não paginado originalmente.

_____. Trabalho e uso de si. *Pro-Posições*, Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação, v. 11, n. 2 (32), jul. 2000a.

_____. *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000b.

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: Cortez, 1994.

SENNETT, Richard. *O artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Edil Ferreira da *et al.* Saúde, cadê você? cadê você?. *In:* BRITO, Jussara; ATHAYDE, Milton; NEVES, Mary Yale (Orgs.). *Cadernos de textos: programa de formação em saúde, gênero e trabalho nas escolas*. João Pessoa: UFPB: Ed. Universitária, 2003. p. 23-40.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *In:* _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.